ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO
INSTITUTO MEIRA MATTOS (IMM)

JOÃO GABRIEL FISCHER MORAIS REGO

A rivalidade saudita-iraniana: mensurando o *hard power* militar

Rio de Janeiro, 2022.

JOÃO GABRIEL FISCHER MORAIS REGO

A rivalidade saudita-iraniana: mensurando o *hard power* militar

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Militares da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Militares.

Orientador: Paulo Gilberto Fagundes Visentini.

Rio de Janeiro,
2022

R343r Rego, João Gabriel Fischer Morais.

A rivalidade saudita-iraniana: mensurando o hard power militar. / João Gabriel Fischer Morais Rego. –2021.
214 f. : il. ; 30 cm

Orientação: Paulo Gilberto Fagundes Visentini.
Dissertação (Mestrado em Ciências Militares) –Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2021.
Bibliografia: f. 185-204

1. ARÁBIA SAUDITA. 2. IRÃ. 3. GEOPOLÍTICA.4. POTÊNCIA REGIONAL 5. ORIENTE MÉDIO I. Título.

CDD 320.12

JOÃO GABRIEL FISCHER MORAIS REGO

A RIVALIDADE SAUDITA-IRANIANA: MENSURANDO O *HARD POWER* MILITAR.

Dissertação apresentada à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Militares.

Aprovada em 23 de fevereiro de 2022.

BANCA EXAMINADORA

PAULO GILBERTO FAGUNDES VISENTINI – Prof Dr – Presidente
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército - ECEME

ANALÚCIA DANILEVICZ PEREIRA – Profª Drª – Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército - ECEME

ANA FALKEMBACH SIMÃO – Profª Drª – Membro
Escola Superior de Propaganda e Marketing – ESPM/RS

João Gabriel Fischer Morais Rego

Ciente _____
JOÃO GABRIEL FISCHER MORAIS REGO – Postulante
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

RESUMO

Ao longo das últimas décadas, a região do Oriente Médio foi caracterizada por um aumento de sua tradicional instabilidade geopolítica, causada por diversos fatores, como guerras civis, conflitos internacionais e ingerências de potências extrarregionais. Há também protestos contra os regimes políticos vigentes, disputas pela liderança geopolítica regional entre as potências locais e preocupações relacionadas aos recursos energéticos existentes na região, entre outros. O objetivo principal deste trabalho é analisar e descrever as estratégias, os instrumentos e as capacidades de atuação do Reino da Arábia Saudita e da República Islâmica do Irã. Busca-se entender os métodos e os recursos necessários para que esses países possam defender seus interesses e alcançar o objetivo de atingir o *status* de liderança como potência regional. Procura-se, igualmente, demonstrar os efeitos dessa rivalidade regional para o Oriente Médio. O recorte temporal utilizado será a partir da formação dos sistemas políticos desses países, no caso saudita, do estabelecimento do Reino da Arábia Saudita e do iraniano, dos eventos que fundaram a República Islâmica do Irã até a atualidade. A metodologia utilizada neste trabalho baseia-se em três tipos, o estudo de caso, o *process tracing* e a comparação estruturada e focalizada. Para a coleta de dados, foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre a região o Oriente Médio, a Arábia Saudita, o Irã, as Forças Armadas e os gastos militares. A pesquisa utiliza alguns conceitos para a elaboração do estudo, como poder, *hard power*, geopolítica e potência regional. O estudo visa apresentar as estratégias, os instrumentos e as capacidades da Arábia Saudita e do Irã para defenderem seus interesses como potências regionais oponentes e alcançarem seus objetivos, além de demonstrar os efeitos dessa disputa regional.

Palavras-chaves: Arábia Saudita; Irã; geopolítica; potência regional; Oriente Médio.

ABSTRACT

Over the last few decades, the Middle East region has been characterized by an increase in its traditional geopolitical instability, caused by several factors, such as civis wars, international conflicts and interference by extra-regional powers. There are also protests against current political regimes, disputes over regional geopolitical leadership between local powers and concerns related to the region's existing energy resources, among others. The main objective of this work is to analyze and describe the strategies, instruments and capabilities of the Kingdom of Saudi Arabia and the Islamic Republic of Iran. It seeks to understand the methods and resources necessary for these countries to defend their interests and achieve the objective of achieving leadership status as a regional power. It also seeks to demonstrate the effects of this regional rivalry for the Middle East. The time frame used will be from the formation of the political systems of these countries, in the Saudi case, from the establishment of the Kingdom of Saudi Arabia and the Iranian, from the events that founded the Islamic Republic of Iran to the present. The methodology used in this work is based on three types, the case study, the process tracing and the structured and focused comparison. For data collection, bibliographic research was carried out on the Middle East, Saudi Arabia, Iran, the Armed Forces, and military spending. The research uses some concepts for the elaboration of the study, such as power, hard power, geopolitics and regional power. The study aims to present the strategies, instruments and capabilities of Saudi Arabia and Iran to defend their interests as opposing regional powers and achieve their goals, in addition to demonstrating the effects of this regional dispute.

Keyword: Saudi Arabia; Iran; geopolitics; regional power; Middle East.

Lista de Quadros

Quadro 1 - Exportações de armas, munições e acessórios do Brasil para a Arábia Saudita (2015-2019) ---------- 8
Quadro 2 - País de destino da exportação de armas e munições brasileiras x valor de venda em dólar em 2019 ---------- 8
Quadro 3 - Perguntas gerais e classes escolhidas ---------- 14
Quadro 4 - Valor do Produto Interno Bruto da Arábia Saudita e participação do petróleo no PIB saudita (2011-2020) ---------- 55
Quadro 5 - Histórico dos orçamentos militares e participação do PIB total da Arábia Saudita (2005 – 2020) ---------- 62
Quadro 6 - Orçamento militar saudita estimado entre os anos de 2015 e 2019 ---------- 63
Quadro 7 - Importações de armas e equipamentos militares pela Arábia Saudita entre os anos de 2010 e 2020 ---------- 63
Quadro 8 - Valor do Produto Interno Bruto do Irã (2010-2020) ---------- 103
Quadro 9 - Histórico dos gastos militares e participação do PIB total do Irã (2005-2020) - 115
Quadro 10 - Orçamento militar iraniano estimado entre os anos de 2015 e 2020 ---------- 117
Quadro 11 - Tipos de mísseis balísticos do arsenal iraniano ---------- 133

Lista de Abreviaturas e Sigla

AIEA - Agência Internacional de Energia atômica

AIO - Aerospace Industries Organization

ASMLA - Arab Struggle Movement for Liberation of al-Ahwaz

BAPCO - Bahrain Petroleum Company

B/d - Barris por dia

BRI - Belt and Road Initiative

DIO - Defense Industries Organization

CRBM - Close-range ballistic missiles

EUA - Estados Unidos da América

FMS - Foreign Military Sales

IAIO - Iran Aviation Industries Organization

IAEA - International Atomic Energy Agency

IEI - Iran Electronics Industries

IISS - The International Institute for Strategic Studies

IRGC - Islamic Revolutionary Guard Corps

IRIAF - Islamic Republic of Iran Air Force

JCPOA - Joint Comprehensive Plan of Action

JUA - Jaish ul-Ad

LEF - Law-Enforcement Forces

MDLFA - Ministério da Defesa e Logística das Forças Armadas

MEK - Mujahideen-e Khalq

MKO - Mujahedin-e-Khalk

MODA - Ministry of Defense and Aviation

MODAFL - Ministry of Defense and Armed Forces Logistics

MOI - Ministry of Interior

MOIS - Ministry of Intelligence and Security

MNG - Ministry of National Guard

OPEP - Organização dos Países Exportadores de Petróleo

PIB - Produto Interno Bruto

SAMI - Saudi Arabian Military Industries

SIPRI - Stockholm International Peace Research Institute

SRBM - Short-range ballistic missiles

UE – União Europeia

VANT - Veículo aéreo não tripulado

Sumário

1. Introdução 1
1.1. A temática 1
1.2. Objetivo e hipótese 6
1.3. Justificativa 7
1.4. Metodologia 9
2. Conceitos teóricos empregados 15
2.1. Geopolítica 15
2.2. Potência Regional 29
2.3. Poder e *Hard power* 37
3. Reino da Arábia Saudita 43
3.1. Formação do Reino da Arábia Saudita 43
3.2. Sistema do regime do Reino da Arábia Saudita 48
3.3. Economia da Arábia Saudita 53
3.4. Arábia Saudita e os Estados Unidos 56
4. *Hard power* militar da Arábia Saudita 60
4.1. Despesas, orçamento e economia das Forças Armadas da Arábia Saudita 61
4.2. Forças Armadas do Reino da Arábia Saudita 65
4.2.1. Guarda Nacional da Arábia Saudita 69
4.2.2. Força Real Terrestre (Exército) da Arábia Saudita 72
4.2.3. Força Aérea Real Saudita 76
4.2.4. Força Real de Defesa Aérea Saudita 80
4.2.5. Força Real de Mísseis Estratégicos Saudita 81
4.2.6. Marinha Real Saudita 82
5. República Islâmica do Irã 85
5.1. Formação da República Islâmica do Irã 85
5.2. Revolução Iraniana de 1979 89
5.3. Sistema do regime da República Islâmica do Irã 92
5.4. Presidentes da República Islâmica do Irã 94
5.5. Irã e o Ocidente 97
5.6. Plano de Ação Abrangente Conjunto e o programa nuclear iraniano 104
5.7. Relações entre Irã, Rússia e China 107

6. *Hard power* militar do Irã 113
6.1. Despesas, orçamento e economia das Forças Armadas do Irã..... 114
6.2. Forças Armadas da República Islâmica do Irã 118
6.2.1. Corpo da Guarda Revolucionária Islâmica da República Islâmica do Irã 122
6.2.2. Forças Armadas regulares da República Islâmica do Irã 135
7. Tensões entre Arábia Saudita e Irã, entre sunita e xiita e persas e árabes 147
7.1. Irã, árabes, persas, xiitas e sunitas 148
7.2. Arábia Saudita e o Xiismo no território saudita..... 151
7.3. Tensões entre Irã, Arábia Saudita, Xiitas e Sunitas durante a realização da Hajj 153
7.4. Disputas pela liderança na região do Oriente Médio 154
7.4.1. Bahrein 155
7.4.2. Líbano, Síria e Palestina..... 158
7.4.3. Iraque..... 162
7.4.4. Iêmen..... 165
8. Conclusão 170
9. Referências Bibliográficas 185

1. Introdução

1.1. A temática

Ao longo de décadas, o Oriente Médio encontra-se fragmentado pelas profundas divisões internas, devido às disputas entre os Estados que integram a região, pelos diferentes povos presentes e pela intensificação da competição em busca de poder pelos países (COHEN, 2015). Nos últimos anos, a geopolítica do Oriente Médio foi caracterizada por uma crescente instabilidade geopolítica, por consequência dos conflitos internacionais, guerras civis, da contestação dos regimes políticos existentes, desenvolvimento do terrorismo, tensões crônicas entre países da região pela liderança na geopolítica regional e da ingerência de potências externas ao Oriente Médio. O plano de fundo desta instabilidade explica a magnitude das preocupações dos diferentes governos. A região ainda é o coração energético da humanidade; o Irã desenvolve um programa nuclear, por enquanto com finalidades civis; Israel também tem o seu programa nuclear; a região possui grandes reservas energéticas; dentre outras preocupações que a instabilidade geopolítica e a insegurança desta área podem provocar em diferentes escalas (CHERIEF, 2012; DJALILI, 2014; DJALILI; KELLNER, 2016).

A região encontra-se dividida em três sub-regiões. A primeira é a Península Arábica, ela é constituída por Arábia Saudita, Iêmen, Omã, Emirados Árabes Unidos, Catar, Bahrein e Kuwait. Outra sub-região é conhecida como Crescente Fértil, formada por Egito, Israel, Palestina, Jordânia, Líbano, Síria e Iraque. A última é chamada de Arco Montanhoso, os países que integram esta subdivisão regional são o Irã, Turquia e Azerbaijão (VISENTINI, 2014).

Segundo Cohen (2015), outro importante fator é a localização dessa região, ela se encontra na junção de três continentes (Ásia, África e Europa), sendo de significativa importância global, devido a suas vias de trânsito terrestre e marítimo existentes. Essas rotas de trânsito, são áreas que atraem a atenção de forças estrangeiras para a região. Países externos ao Oriente Médio influenciam as divisões internas de acordo com os seus interesses. Estes fatores prejudicaram a possibilidade da ocorrência de uma possível integração geopolítica regional, pelo fato que a maioria dos Estados se alinharam com potências externas em busca de apoio militar e em troca de recursos de diferentes áreas (COHEN, 2015).

A região também é o berço das primeiras civilizações (Egito, Sumérios e Babilônia) e das religiões monoteístas (Cristianismo, Judaísmo e Islã). O Islã também pode ser considerado como um fator constituidor de uma civilização, possuidora de uma ética e cultura dos povos que vivem nesta região (VISENTINI, 2014). A instabilidade geopolítica também é provocada pela presença de diferentes características humanas presentes na região, como, por exemplo,

muçulmanos sunitas e xiitas; árabes, turcos e persas; azeris, curdos e drusos; alauitas e maronitas; beduínos e agricultores; fundamentalistas religiosos e secularistas (COHEN, 2015). Esta ocupação humana não respeitou um mosaico que acompanhasse a lógica dessas diferenças, essas distintas partes se sobrepõem. Existem casos em que as estruturas nacionais que formam a cobertura política regional não consideram tais divisões internas. A disputa étnica e religiosa gerada por essas diferenças pode ser impulsionada por conflitos sobre o acesso à água, terra fértil para a agricultura, por reivindicações conflitantes sobre recursos de petróleo e de gás natural, entre outros. No caso da área energética, a infraestrutura do petróleo também é um fator que pode provocar preocupações na região. Os sistemas de oleodutos e gasodutos causam um significativo impacto político nos países onde estão localizados e as guerras afetam o uso dessa infraestrutura para escoar a produção dos Estados (COHEN, 2015).

A instabilidade geopolítica regional tem aumentado devido às guerras no Iraque, na Síria e no Iêmen e da crescente disputa pela liderança na geopolítica regional e no mundo muçulmano, alimentada pelas ambições geopolíticas da Arábia Saudita, Irã e Turquia. Além desses fatores, a guerra do Iraque, provocada pela intervenção militar dos Estados Unidos e seus aliados, causou um aumento nas disputas internas ao Islã, entre sunitas e xiitas. Isto forneceu a oportunidade para a expansão da atuação do governo iraniano no Mundo Árabe e no Oriente Médio (COHEN, 2015).

A pesquisa tem como objetivo central analisar e descrever as potências regionais saudita e iraniana, investigando as estratégias, instrumentos e as capacidades relacionadas com *hard power* militar desses países, que foram utilizados para alcançar este *status quo* adquirido ao longo dos anos. Espera-se poder compreender como alguns métodos e recursos foram importantes para que o Reino da Arábia Saudita e a República Islâmica do Irã conseguissem defender os seus interesses e pudessem alcançar os seus objetivos. Apresentando também como essa rivalidade tem agravado as instabilidades e tensões em diferentes assuntos no Oriente Médio. O problema central dessa pesquisa busca responder à seguinte questão: quais foram as estratégias, os instrumentos e as capacidades de *hard power* militar que o Reino da Arábia Saudita e a República Islâmica do Irã utilizaram para alcançar a hierarquia de potência regional no Oriente Médio e defenderem seus interesses?

Os governos iraniano e saudita possuem estratégias e táticas distintas para proteger seus interesses em diferentes escalas. Por exemplo, o Irã utiliza seu programa nuclear como instrumento de defesa de seus interesses como potência no Oriente Médio e alianças com Estados, como no caso da Síria, e organizações regionais, como os grupos Hezbollah e o Houthi (DJALILI, 2014). Além do programa nuclear, o regime iraniano possui significativas reservas

energéticas, um dos principais produtores de petróleo e gás natural. As exportações desses elementos fornecem recursos para o governo financiar as suas estratégias (VISENTINI, 2014). Segundo Cohen (2015), além dos recursos provenientes do mercado de petróleo e gás natural, o Irã também atua na extração de minerais, como ferro, carvão, cobre, cromo e zinco; desenvolveu uma indústria de aço, têxteis, produtos químicos e alimentícios. Porém, comparado com outros países na região, a industrialização não ocorreu de forma intensa devido à riqueza oriunda do mercado de petróleo e gás natural. Isso demonstra uma dependência econômica de recursos provenientes da área energética. A economia desse país sofre com uma intensa pressão devido ao uso de sanções econômicas pelos Estados Unidos e seus aliados (COHEN, 2015).

O Irã possui o objetivo de exportar os princípios e valores da sua interpretação do Islã para outras regiões. Umas das táticas é utilizar a assistência militar para outros países, principalmente usando o Corpo da Guarda Revolucionária Islâmica, desta forma, expandindo a sua influência (COSTA; TRAUMANN; BIEZUS, 2020). Com a diminuição significativa da presença militar dos Estado Unidos no Iraque e no Afeganistão, aconteceu a oportunidade para o aumento da influência do Irã e da sua atuação como uma potência regional. O governo iraniano tem realizado ações de prestar assistência militar a grupos armados xiitas no Iraque. Teerã também tem realizado investimentos no Iraque, principalmente na área energética no sul iraquiano e nas cidades sagradas xiitas de Najaf e Karbala, visando influenciar peregrinos que buscam esses locais (COHEN, 2015). O Irã, ao lado do Iraque, é um dos poucos países muçulmanos de maioria xiita, o Estado localiza-se entre árabes, asiáticos, indo-afegãos-paquistaneses (PINTO, 1999 apud TRAUMANN, 2016, p. 26)[1].

Além do Iraque, o Irã tem realizado ações na Síria, com apoio militar e investimentos na economia síria. O Estado iraniano também tem prestado assistência militar para o grupo Hezbollah e nas suas operações no sul do Líbano (COHEN, 2015). A posição geopolítica do Irã no Oriente Médio é ampliada pela ascensão dos xiitas no Iraque e a capacidade do governo de influenciar a estabilidade política iraquiana. Além disso, o Estado iraniano tem conseguido realizar acordos com outras potências importantes, como China e Rússia (COHEN, 2015). Além do Oriente Médio, o Irã tem conseguido expandir a sua influência sobre os Estados que integram a Ásia central, que ao longo da história foram influenciados pela cultura persa. Isto tem sido usado pelo governo iraniano para aumentar as suas atividades para outras áreas, por exemplo, países que integram a Ásia, como nos casos do Afeganistão, Tajiquistão e Paquistão (WASTNIDGE, 2014; COHEN, 2015). O Irã é um herdeiro da civilização persa, que nunca

[1]Referência da obra citada por Traumann (2016): PINTO, Ivonete. **Descobrindo o Irã**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1999.

sofreu os efeitos da colonização de forma efetiva, ao contrário de alguns países árabes ao seu redor. O Estado iraniano possui uma significativa população praticante do Xiismo, porém, os países vizinhos têm consideráveis populações que seguem o Sunismo, o que preocupa o regime de Teerã (TRAUMANN, 2016). Isso ocorre devido à influência que Riade possui no Mundo Muçulmano, utilizando o Wahhabismo para expandir o seu poder para outras regiões.

A Arábia Saudita utiliza sua tutela sobre as cidades sagradas de Meca e Medina, que estão no seu território, como instrumento na sua política externa (AL-SAFI, 1993). A posse desses locais, fornece uma posição central ao reino saudita no Mundo Muçulmano. O regime da Arábia Saudita tem como uma de suas responsabilidades a proteção dos locais sagrados nestas cidades. Isso também fornece uma influência ao país tanto na escala interna quanto na externa (CIGAR, 2014). Além disso, o governo saudita deve auxiliar e proteger os peregrinos durante a realização de suas peregrinações e na visita à mesquita do Profeta (ARÁBIA SAUDITA, 1992). Isso é observado pelo fato de o governo saudita ter a estratégia de exportar a sua interpretação do Islã, o Wahhabismo, para outros países e comunidades muçulmanas. O reino saudita tem apoiado projetos que fazem propaganda do Wahhabismo e reforçam a sua imagem como o país líder do Mundo Muçulmano. O regime de Riade tem mantido o poder militar e político bem desenvolvido, dessa maneira aumentando o *hard power* do país, buscando fortalecer a unidade do reino por meio das riquezas obtidas nas relações comerciais do petróleo; ações de repressão contra movimentos opositores; apoio bélico e estratégico dos EUA; e a aliança com as lideranças religiosas do Wahhabismo no país (RUBIN; 2010; COHEN, 2015).

As relações entre os Estados Unidos e a Arábia Saudita funcionam em diferentes áreas. Porém, na parte militar existe uma significativa importância, devido ao governo de Riade ser um dos principais compradores dos equipamentos militares dos EUA. Além disso, na esfera econômica ocorreu uma ampliação das relações, o reino é um dos principais parceiros comerciais dos Estados Unidos e o principal foco de investimento dos EUA no Oriente Médio. Aliado ao interesse energético do petróleo e gás natural, Riade e o governo de Washington possuem o objetivo de conter as ameaças iranianas, principalmente na área nuclear (COHEN, 2015). O Reino da Arábia Saudita é um dos membros fundadores do Conselho de Cooperação do Golfo, esta organização tem a sua divisão militar, *Shield Force*, que é uma Força combinada com diferentes países e possui uma significativa influência do regime de Riade. Além disso, esta organização está sediada no território saudita, na cidade militar King Khalid (MARINE CORPS INTELLIGENCE ACTIVITY, 2008).

Recentemente, ocorreu o aumento da influência do governo iraniano em outros países que possuem uma significativa influência da vertente do Islã xiita, como Líbano, Iraque e Síria.

Isso expandiu as tensões com a Arábia Saudita, devido à disputa pela hegemonia no mundo muçulmano e na região (NUNES, 2020). O regime de Teerã tem utilizado seus instrumentos de *hard power*, por exemplo, a Guarda Revolucionária Islâmica, para apoiar atores de seu interesse na região do Oriente Médio, como grupos armados xiitas e regimes aliados que possuem influência do Xiismo, expandindo as operações iranianas. Isso tem provocado o aumento da instabilidade geopolítica no Oriente Médio, outro exemplo, é a ampliação da influência iraniana sobre os houthis no Iêmen, este grupo realizou ataques contra a indústria petrolífera saudita (Aramco) em setembro de 2019. Esta ação provocou a diminuição da produção saudita em 5,7 milhões de barris por dia, representando mais de 5% da produção petrolífera mundial (KALIN; GAMAL; ZHDANNIKOV, 2019).

A localização geográfica onde se encontram estes países e o seu entorno estratégico também demonstram a importância desta região. No caso da Arábia Saudita, ela se situa próxima aos estreitos de Hormuz e de Bab el-Mandeb. O estreito de Hormuz, que se encontra no litoral iraniano, é um importante *chokepoints* estratégico e de grande importância mundial, devido ao volume no trânsito de petróleo nesse local. O bloqueio deste ponto, mesmo temporariamente, poderia levar ao aumento significativo no preço do petróleo e dos custos totais de energia na escala mundial (DELGADO; NUNES; MEDEIROS, 2020). O estreito de Bab el-Mandeb possui a importância de ser um ponto de passagem de navios petroleiros. No ano de 2018, ocorreu o transporte de cerca de 6,2 milhões de barris de petróleo por dia em direção a Europa, Estados Unidos e Ásia nesta área. Estima-se que cerca de 9% do total do petróleo comercializado via marítima, transita por essa região (BARDEN, 2019). Dessa maneira, é necessário observar o entorno estratégico destes países.

A política externa do Irã e da Arábia Saudita não afeta somente a região ao seu redor, mas também a escala macrorregional (Oriente Médio) e mundial. O alcance da escala mundial é devido à influência que estes países possuem no mercado global petrolífero e das constantes ações realizadas por potências externas na região, como, por exemplo, França, Inglaterra, Estados Unidos e Rússia. Países que se localizam na região do Golfo Pérsico e da Mesopotâmia possuem cerca de dois terços das reservas comprovadas de petróleo mundial e 40% dos depósitos de gás natural. O Estado iraniano possui uma das principais reservas conhecidas de gás natural do mundo. A Arábia Saudita tem alguns dos principais campos de petróleo em terra firme (Ghawar) e em alto mar (Safaniya) (COHEN, 2015). Isto demonstra que os eventos que afetam a estabilidade geopolítica regional, poderiam provocar consequências significativas no mercado energético mundial. Dessa maneira, atingindo diferentes escalas.

A delimitação da pesquisa atinge diferentes níveis, como a escala regional, macrorregional e mundial. A regional é alcançada nas ações dos governos iraniano e saudita em áreas do Golfo Pérsico, Península Arábica e no Mar Vermelho. Os eventos que ocorrem na escala macrorregional acontecem na região do Oriente Médio e ao seu redor. O nível mundial é alcançado devido à interferência dos EUA, China, Rússia e de potências europeias nos interesses da Arábia Saudita e do Irã e pelo interesse existente no mercado global de petróleo (CASTRO, 2014; VISENTINI, 2014). A escala temporal utilizada na pesquisa aborda o período de formação do Reino da Arábia Saudita e da República Islâmica do Irã até a época contemporânea. Porém, com foco principal nas ações nas últimas décadas. O conceito de escala utilizado aborda alguns pressupostos que Castro (2000, p. 132) apresenta como:

> [...] 1) não há escala mais ou menos válida, a realidade está contida em todas elas; 2) a escala da percepção é sempre ao nível do fenômeno percebido e concebido. Para a filosofia este seria o macrofenômeno, aquele que dispensa instrumentos; 3) a escala não fragmenta o real, apenas permite a sua apreensão (CASTRO, 2000, p. 132).

1.2. Objetivo e hipótese

Objetivo central

- Analisar e descrever as estratégias, os instrumentos e as capacidades relacionadas com *hard power* do Reino da Arábia Saudita e República Islâmica do Irã. Buscando compreender como alguns métodos e recursos foram necessários para que esses países conseguissem defender seus interesses e alcançar seus objetivos. Procurando demonstrar os efeitos dessa rivalidade para o Oriente Médio.

Objetivo Específico

- Descrever como os sistemas de governo do Reino da Arábia Saudita e da República Islâmica do Irã estão organizados.
- Compreender como a religião tornou-se um fator estratégico para os regimes saudita e iraniano.
- Analisar os métodos de *hard power* militar que são utilizados pela Arábia Saudita e pelo Irã.
- Compreender as estratégias diplomáticas que estes países utilizam para defenderem seus interesses.
- Analisar os efeitos dessa disputa pela hegemonia regional para a região do Oriente Médio.

Hipótese

A pesquisa tem como uma das suas hipóteses, que o Reino da Arábia Saudita e a República Islâmica do Irã podem ser consideradas na categoria de potência regional no Oriente Médio, no período pós "Primavera Árabe". Para alcançar tal hierarquia, foi necessário que esses Estados utilizassem diferentes táticas, destacando-se os instrumentos relacionados ao *hard power* militar desses países. Os recursos militares foram importantes elementos para as estratégias sauditas e iranianas que tinham como objetivo tornar esses Estados potências regionais.

Outra hipótese da pesquisa é que a religião foi um fator relevante para a construção das estratégias desses países e continua sendo um elemento importante para as suas táticas na região. A religião tem estado presente no sistema de governo saudita (Wahhabismo) e iraniano (Xiismo). Os governos desses países compreendem a importância que essas vertentes do Islã têm para suas estratégias e do poder que elas possuem para suas ações.

A pesquisa também possui como hipótese que os regimes da Arábia Saudita e do Irã são rivais regionais. Para conseguirem alcançar a hierarquia de potência regional, foi necessário que ocorresse uma disputa por área de influência entre esses Estados. Esta competição por poder no Oriente Médio, provocou um aumento das instabilidades geopolíticas. Devido à expansão dessa rivalidade, esses países perceberam ameaças de diferentes níveis aos seus interesses. Esses Estados têm recorrido ao uso da diplomacia para apoiar seus aliados no Oriente Médio, diminuído possíveis riscos e recebendo auxílio para suas operações de potências externas a região.

1.3. Justificativa

O estudo se justifica por abordar como as operações destes dois países têm potencial de afetar diferentes escalas geográficas e de possuir distintas consequências. A importância de se discutir a rivalidade entre estas potências regionais ocorre pelo fato delas causarem uma instabilidade geopolítica no Oriente Médio. Isto provoca uma "corrida armamentista" na região, com grandes compras de armamento pela Arábia Saudita e seus aliados, principalmente os Emirados Árabes Unidos, e pelo desenvolvimento de tecnologias bélicas pelo governo iraniano, elevando as tensões geopolíticas. Também se justifica pelo governo da Arábia Saudita ser um dos principais compradores de equipamentos bélicos brasileiros (DELGADO; NUNES; MEDEIROS, 2020).

Quadro 1 - Exportações de armas, munições e acessórios do Brasil para a Arábia Saudita (2015-2019)

Ano	Valor da exportação em dólar
2015	109.559.247
2016	64.778.812
2017	195.759.722
2018	96.374.550
2019	42.871.897

Fonte: BRASIL, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019. adaptado pelo autor.

Dessa maneira, sendo de interesse econômico para o país sul-americano. O quadro anterior demonstra o valor obtido em dólar entre os anos de 2015 e 2019, demonstrando a importância das negociações econômicas entre o Brasil e a Arábia Saudita. Um dos principais produtos exportados pelo governo brasileiro para a Arábia Saudita, no setor de material bélico, foi o sistema de foguetes de artilharia para saturação de áreas chamado Astros II MK3, da empresa Avibrás, ocorrendo até 2020, a venda de 60 desses sistemas para o reino (DELGADO; NUNES; MEDEIROS, 2020). Estas ações justificam o interesse em estudar a potência regional saudita, outro fator é pela disposição de Riade pela aquisição de equipamentos militares produzidos por indústrias brasileiras nos últimos anos. O quadro a seguir demonstra uma comparação com outros parceiros econômicos, demonstrando a importância que o regime saudita possui no setor de exportação de armas e munições, o terceiro país importador de produtos brasileiros em 2019, segundo dados do governo brasileiro (BRASIL, 2019).

Quadro 2 - País de destino da exportação de armas e munições brasileiras x valor de venda em dólar em 2019

País	Valor da exportação em dólar
Estados Unidos	165.759.216
Indonésia	43.523.917
Arábia Saudita	42.871.897
Emirados Árabes Unidos	11.517.033
Indonésia	11.160.782

Fonte: BRASIL, 2019. Adaptado pelo autor.

O protagonismo iraniano no Golfo Pérsico, provoca tensões políticas com países vizinhos, principalmente os da Península Arábica. Segundo Visentini (2014) esta região é formada pela Arábia Saudita, Iêmen, Omã, Emirados Árabes Unidos, Catar, Bahrein e Kuwait. Além disso, existem tensões com potências ocidentais (Inglaterra, França e os Estados Unidos). Essas ações podem provocar uma considerável instabilidade no mercado mundial de petróleo. Por esse motivo, algumas potências externas à região visam realizar ações para conter a influência iraniana no Oriente Médio, apoiando a Arábia Saudita e seus aliados. Dessa maneira, busca-se evitar possíveis ameaças ao equilíbrio do mercado petrolífero mundial.

Aliado a isso, a pesquisa também se justifica pelo interesse brasileiro na região. Durante o segundo mandato do governo Lula (2007-2010), ocorreu a disposição em solucionar os conflitos da comunidade internacional com o regime de Teerã. Em 2010, os governos brasileiro e turco tentaram formalizar um acordo com o Irã para solucionar a questão nuclear do país. O tratado proposto por Brasil e Turquia, chamada Declaração de Teerã, demonstra o desejo desses Estados em envolver-se nos assuntos diplomáticos de um país onde as principais potências mundiais falharam em formalizar e manter um acordo. Os interesses brasileiros eram voltados para algumas áreas, como nas relações comerciais entre os países e o direito iraniano de desenvolver atividades nucleares, com fins pacíficos. Além disso, também existiam os objetivos de consolidar a posição brasileira, utilizando a Declaração de Teerã, como um ator para resolução de disputas; aumentar seu *status quo* perante a comunidade internacional; tornar-se um membro permanente no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (JESUS, 2011; SILVA; LEÃES, 2014). A pesquisa sobre como o Irã conseguiu alcançar a categoria de potência regional é necessária, pois, é um Estado que foi de interesse brasileiro no passado, principalmente na política externa durante o governo Lula.

A relevância do estudo também está conectada ao fato das Ciências Militares permitirem a construção de uma análise utilizando alguns conceitos específicos e interdisciplinares. A análise dos instrumentos que Arábia Saudita e Irã utilizam para se consolidarem como potências regionais, mobiliza conceitos como potência regional, geopolítica, poder e *hard power*. Esses conceitos auxiliam na compreensão, análise e na descrição dos objetivos da pesquisa.

1.4. Metodologia

Esta parte de metodologia, tem como objetivo apresentar os métodos de investigação usados no desenvolvimento da pesquisa, identificando as metodologias científicas utilizadas. Considerando as formas de atuação, os objetivos e a escala de ação dos regimes saudita e iraniano, consequentemente dos seus instrumentos e das consequências da rivalidade. Estas

ações possuem suas próprias lógicas. A pesquisa irá utilizar uma abordagem predominantemente qualitativa. Ela utilizará alguns métodos para a sua elaboração, como o estudo de caso exploratório, *process tracing* e comparação estruturada e focalizada.

A principal metodologia utilizada nesta pesquisa é o estudo de caso exploratório. Ele representa uma tática necessária quando o pesquisador tem pouco controle sobre os fatos examinados. Algumas estratégias e ferramentas podem ser utilizadas neste método, como experimento, levantamento e análise de dados, pesquisa bibliográfica, entre outras formas (YIN, 2001). Segundo George e Bennett (2005), o estudo de caso é definido como um episódio histórico, selecionado pelo pesquisador para a realização de uma análise. Este método examina detalhadamente como funcionam os mecanismos causais do objeto de estudo (GEORGE; BENNETT, 2005). No caso deste estudo, compreender as capacidades, os instrumentos e as estratégias utilizadas pela Arábia Saudita e pelo Irã para alcançarem seus objetivos e as consequências dessas ações para o Oriente Médio.

Segundo Yin (2001), alguns princípios são importantes para o desenvolvimento do trabalho de coleta de dados durante a realização do estudo de caso. É necessário utilizar várias fontes de evidências; criar um banco de dados para o estudo de caso, reunindo os indicadores obtidos. Além disso, tem que se desenvolver e manter um encadeamento que possua ligações explícitas entre as questões da pesquisa, os dados coletados e as conclusões em que o trabalho obteve. Desta forma, o autor busca assegurar a qualidade e a confiança no resultado da pesquisa (YIN, 2001). As táticas utilizadas para obter as informações deste trabalho foram o levantamento de dados através de uma pesquisa bibliográfica sobre artigos e obras que abordam os conceitos utilizados e o Oriente Médio. Tendo como foco principal recorte a Arábia Saudita e o Irã, inclusive com informações fornecidas pelos governos desses Estados. Além disso, serão utilizados dados de instituições de pesquisa sobre o Oriente Médio, Forças Armadas, como o *The International Institute for Strategic Studies* (IISS), e gastos militares, por exemplo, informações fornecidas pelo *Stockholm International Peace Research Institute* (SIPRI).

Segundo Yin (2001), um estudo de caso é uma investigação empírica que pesquisa um fenômeno atual dentro da sua realidade, especialmente quando os limites entre objeto, investigação e contexto não são bem conhecidos. Além disso, esta estratégia de pesquisa pode compreender mais de um estudo de caso, para comparar fenômenos (YIN, 2001). Desta forma, sendo uma ferramenta para realizar um estudo comparando fenômenos, no caso desta pesquisa, a construção da potência regional saudita e iraniana, analisando os instrumentos, as estratégias e as capacidades desses países. Ela também é necessária para demonstrar algumas consequências da construção dessas potências, por exemplo, os efeitos da rivalidade do Irã e da

Arábia Saudita para o Oriente Médio. O estudo de caso necessita da utilização de outro método para complementar a elaboração da pesquisa, o *process tracing*, para verificar as interações mais complexas entre alguns elementos (GEORGE; BENNETT, 2005). Uma variante desse método utilizada para a elaboração da pesquisa é o de *explaining-outcomes process tracing*. Ele busca explicações para esclarecer as causas dos resultados abordados nos estudos de caso, usando uma combinação de mecanismos sistemáticos e específicos. Desta forma, busca-se desenvolver explicações mais completas sobre determinado fenômeno e os mecanismos causais e as interações que produziram resultado do estudo de caso (CUNHA; ARAÚJO, 2018).

Segundo Beach e Pedersen (2011), esta variante do *process tracing* utilizada tem como objetivo explicar um resultado, usando uma combinação de mecanismo teórico e/ou não sistemáticos específicos do caso. Os mecanismos podem ser entendidos como características específicas do fenômeno que está sendo abordado. Ela é uma forma de desenvolver uma pesquisa empírica sendo orientada pela teoria (BEACH; PEDERSEN, 2011). No caso do desenvolvimento desta pesquisa os conceitos utilizados são poder, *hard power*, potência regional, geopolítica e alguns outros que serão apresentados na parte sobre os conceitos teóricos empregados. O *explaining-outcomes process tracing* é uma estratégia que objetiva rastrear os mecanismos causais que provocaram os resultados estudados pela pesquisa. Para utilização do método é necessário analisar as evidências na busca de descobrir os mecanismos causais suficientes que consigam produzir os resultados (BEACH; PEDERSEN, 2011).

Segundo Collier (2011), outra definição, é que ele analisa especificamente os caminhos de mudança e de causa, mas a análise pode falhar caso os fenômenos estudados durante o percurso não sejam descritos corretamente. Este método pode ser apresentado como uma ferramenta de análise que tem como objetivo realizar inferências descritivas e causais a partir de evidências obtidas por uma sequência temporal de eventos ou fenômenos de estudo. O método consegue auxiliar algumas pesquisas, como é demonstrado a seguir (COLLIER, 2011).

> (a) identificar novos fenômenos políticos e sociais e descrevê-los sistematicamente; (b) avaliar hipóteses explicativas anteriores, descobrir novas hipóteses e avaliar essas novas alegações causais; (c) obter uma visão dos mecanismos causais; fornecer um meio alternativo - em comparação com a análise de regressão convencional e inferência com base em modelos estatísticos - de abordar problemas desafiadores, como causalidade recíproca, espúria e viés de seleção[2] (COLLIER, 2011, p. 824, tradução nossa).

[2]Texto original em inglês: "*(a) identifying novel political and social phenomena and systematically describing them; (b) evaluating prior explanatory hypotheses, discovering new hypotheses, and assessing these new causal claims; (c) gaining insight into causal mechanisms; and (d) providing an alternative means—compared with conventional regression analysis and inference based on statistical models—of addressing challenging problems such as reciprocal causation, spuriousness, and selection bias.*" (COLLIER, 2011, p. 824).

Outro método utilizado na pesquisa é o de realizar comparações nas estratégias sauditas e iranianas, que levaram estes Estados a tornarem-se potências regionais. Segundo Marconi e Lakatos (2003), método comparativo é utilizado para realizar comparações visando identificar similaridades e divergências entre os fenômenos estudados. Ele pode ser usado em todas as fases da investigação num estudo descritivo. Podendo analisar os elementos de uma estrutura de classificações. Dessa maneira, permitindo a construção de tipologia e a explicação necessária durante a pesquisa. Essa estratégia pode apontar elementos causais entre os fatores presentes na pesquisa. O método comparativo é usado tanto para análises de grupos no presente, no passado ou em diferentes temas de estudo, dessa maneira sendo uma importante estratégia para esta pesquisa (MARCONI; LAKATOS, 2003).

Para a realização de análises comparativas das táticas utilizadas por estes países, a pesquisa utilizou a metodologia de comparação estruturada e focalizada. O método é considerado estruturado, pois, baseia-se em perguntas gerais realizadas pelo autor, que refletem o objetivo da pesquisa. Os questionamentos são realizados para cada caso estudado. Este método busca orientar e padronizar a coleta de dados, possibilitando a comparação sistemática e das características dos fenômenos estudados (GEORGE; BENNETT, 2005). Dessa forma, conseguindo estudar e analisar o objeto de estudo de forma detalhada, sendo uma estratégia necessária para conseguir realizar comparação de estudos de caso. No caso dessa pesquisa, os casos da República Islâmica do Irã e do Reino da Arábia Saudita.

Segundo George e Bennett (2005) é necessário identificar as classes ou subclasses que são pertinentes ao objeto pesquisado e que solucionem o problema escolhido para o estudo. Este método também requer que o estudo de caso seja focalizado. Ele deve ser usado para alcançar os objetivos da pesquisa e com um enfoque teórico adequado para solucionar o problema de estudo. Um evento pode ser relevante para a pesquisa em diferentes temas e áreas. Para a utilização desse método, é necessário a construção de um objetivo teórico bem definido. O recurso de formular um conjunto de perguntas gerais padronizadas a serem feitas para cada caso terá valor apenas se elas estiverem fundamentadas na perspectiva teórica e nos objetivos de pesquisa do estudo. A utilização de questões gerais é necessária para garantir a aquisição de dados comparáveis em estudos comparativos (GEORGE; BENNETT, 2005).

Os objetos de estudo escolhidos nesta pesquisa abordam diferentes assuntos, como, por exemplo, os conceitos de poder, *hard power*, escala, geopolítica e potência regional. No caso desta investigação, o problema de estudo são as estratégias, as capacidades e os instrumentos de *hard power* militar utilizados pela Arábia Saudita e pelo Irã para defenderem os seus objetivos como potências regionais, demonstrando algumas consequências dessa rivalidade

regional no Oriente Médio. Além disso, espera-se identificar os elementos que proporcionaram a possiblidade desses países alcançarem o status de potência regional e os atores envolvidos nas estratégias sauditas e iranianas. Desse modo, o problema central dessa pesquisa busca responder o seguinte questionamento: quais foram as estratégias, os instrumentos e as capacidades de *hard power* militar que o Reino da Arábia Saudita e a República Islâmica do Irã utilizaram para alcançar a hierarquia de potência regional no Oriente Médio e defenderem seus interesses?

Segundo George e Bennett (2005), o método requer que o estudo de caso seja focalizado. Ele deve ser realizado com o objetivo específico de pesquisa como guia e ter um enfoque teórico adequado. A pesquisa possui o enfoque nos conceitos de geopolítica, *hard power*, poder e potência regional sobre as estratégias realizadas pelo governo iraniano e saudita. Cada um desses diferentes interesses teóricos requer ao pesquisador adotar uma visão específica, elaborando e utilizando uma estrutura distinta, identificando um conjunto diferente de dados. O desenvolvimento da pesquisa deve ser focalizado seletivamente, conforme o tipo de teoria que o pesquisador está utilizando para a elaboração do estudo (GEORGE; BENNETT, 2005).

Os recursos de formular um conjunto de perguntas gerais padronizadas a serem feitas para cada caso terá valor somente se elas estiverem fundamentadas na perspectiva teórica. A visão teórica seletiva para o estudo será inadequada, a menos que esteja relacionada a um conjunto relevante de questões gerais padronizadas (GEORGE; BENNETT, 2005). As perguntas elaboradas para a realização desta pesquisa buscam explicar e demonstrar como os Estados da Arábia Saudita e do Irã alcançaram o *status* de potência regional e de que modo conseguiram defender os seus interesses, sendo utilizado diferentes táticas por esses países. São analisadas as estratégias, os instrumentos e as capacidades que esses países utilizaram para alcançarem os seus objetivos.

A seguir é demonstrado um quadro com as perguntas gerais e as classes escolhidas para a elaboração dessa pesquisa, buscando auxiliar no desenvolvimento dos estudos de casos selecionados. Espera-se que esta estratégia de pesquisa consiga apresentar os instrumentos e as estratégias que as potências regionais do Reino da Arábia Saudita e da República Islâmica do Irã utilizaram para defenderem seus interesses ao longo dos anos. Dessa maneira, identificando as capacidades da República Islâmica do Irã e do Reino da Arábia Saudita possuem para conseguirem alcançar seus objetivos como potências regionais. Aliado a isso, espera-se identificar as consequências dessa disputa para a região do Oriente Médio.

Quadro 3 - Perguntas gerais e classes escolhidas

Pergunta	Classe
Quais métodos de *hard power* militar são utilizados pela Arábia Saudita e pelo Irã?	● Composição das Forças Armadas; ● Estrutura das Forças militares; ● Potencial Bélico; ● Gastos militares;
Quais os sistemas de governo do Reino da Arábia Saudita e da República Islâmica do Irã e como estão organizados?	● Instituições; ● Cargos no governo; ● Sistema eleitoral; ● Participação da população; ● Hierarquia de poder internos nesses países;
Como a religião tornou-se um fator estratégico para os regimes saudita e iraniano?	● Legitimidade para os governos; ● Tipos de uso; ● Xiismo; ● Wahhabismo; ● Sunismo;
Quais as estratégias diplomáticas que estes países utilizam para defenderem seus interesses?	● Influências, interferência e participação de potências externas; ● Acordos econômicos e militares; ● Programa nuclear iraniano; ● Sanções econômicas; ● apoio a aliados regionais;
Quais os efeitos dessa disputa pela hegemonia regional para a região do Oriente Médio?	● Instabilidade na geopolítica regional; ● Intervenção militar; ● Uso das Força Armadas para operações no Oriente Médio; ● disputa por área de influência;

Fonte: Elaborado pelo autor.

2. Conceitos teóricos empregados

2.1. Geopolítica

Antes de abordar especificamente o conceito de geopolítica, é importante apresentar algumas diferenças que existem entre a geografia política e a geopolítica. Segundo Miyamoto (1981), a geografia política é fruto de uma divisão interna que ocorreu na geografia, ela possui características estáticas e estuda os aspectos geográficos de um território, realizando uma descrição do mesmo e não tendo preocupações analíticas sobre estes fatores ligados à geografia. Ela realiza a descrição de fronteiras, rios, serras, planícies, de fatores geográficos e criando uma representação estática desses elementos (MIYAMOTO, 1981). A geografia política não se preocupa com a influência que um Estado pode exercer sobre o outro através de uma política e/ou por praticar ações de poder sobre determinados países. Esta pressão pode ser relacionada a fatores demográficos, econômicos ou militares, variando conforme a estratégia realizada por determinado país (MIYAMOTO, 1995).

A geopolítica preocupa-se com a aplicação desses elementos na formulação de uma política, visando fins estratégicos. A geopolítica é uma teoria do poder, foca sobretudo o preparo para a guerra. Ela possui a característica de ser essencialmente dinâmica (MIYAMOTO, 1981). Este conceito preocupa-se com as ações dos fatores geográficos e com sua aplicação na formulação de uma política que visa alcançar os interesses do Estado. Dessa forma, obtendo o dinamismo, e assim, diferenciando-se da geografia política (MIYAMOTO, 1995). Segundo Mattos (2011c), a geopolítica é o resultado da relação entre três fatores, que são, política, geografia e história, conduzindo a uma visão dos acontecimentos do Estado. Ele também define como: “Geopolítica é a política aplicada aos espaços geográficos.” (MATTOS, 2011, p. 273a). Backheuser (1942, p. 22) também apresenta a geopolítica como sendo: “Geopolítica é a política feita em decorrência das condições geográficas.” (BACKHEUSER, 1942, p. 22). Demonstrando a importância que geografia possui para os estudos e para as análises geopolíticas.

Segundo Costa (2016), as análises geopolíticas estudam as disputas de força entre os Estados, provocando uma projeção de poder no espaço. Porém, a geopolítica tem interesse na formulação de teorias e projetos de ação que tem como foco principal as relações de poder entre os Estados e as estratégias de caráter geral para os territórios nacionais e estrangeiros (COSTA, 2016). Segundo Miyamoto (1995), o poder de um Estado não se restringe somente à superfície física, a análise geopolítica pode ser vista por diferentes formas. Por exemplo, o poder nacional é o resultado de fatores políticos, econômicos, militares e psicossociais que um país possui,

demonstrando um conjunto de potencialidades nacionais para realizar determinada análise (MIYAMOTO, 1995).

Para a geopolítica, é de significativa importância examinar o Estado, nação e território de forma homogênea. O território é analisado considerando suas características físicas internas, avaliando as suas capacidades de organização e o domínio como um recurso importante para o Estado. Outros aspectos importantes para analisar este conceito são os fatores físicos, como posição do Estado, fronteiras e os territórios envolvidos, mas os observando como possíveis potencialidades geopolíticas (COSTA, 2016). Para realizar uma investigação sobre o Estado, é necessário analisar o poder (militar e econômico), o modelo de sistema de governo e a sociedade existente no território do país (BACKHEUSER, 1952).

Retornando ao passado, o termo surgiu em 1916, com Rudolf Kjellén, o autor definiu a expressão como sendo a ciência do Estado, estudando-o como uma forma de organismo (CASTRO, 1986). Segundo Mattos (2011a), a teoria de estudar o Estado como um organismo, é a forma de compará-lo a um organismo vivo, observando a presença de um período de crescimento e outro de desaparecimento. Castro (1986) complementa que a ideia de Estado apresentada por Kjellén, comparando a geopolítica com as partes do corpo humano, demonstra o território como o corpo do Estado. A capital e os centros administrativos formam o coração e os pulmões do Estado observado. Os rios e estradas suas veias e artérias. As áreas produtoras de matérias-primas e produtos alimentícios são consideradas como seus membros (CASTRO, 1986).

Outro estudioso, que influenciou a criação da geopolítica foi Ratzel. Segundo Tosta (1984), a teoria desenvolvida por Ratzel apoia-se na influência exercida por dois fatores geográficos. O espaço, analisando as características físicas da área ocupada pelo Estado (Extensão, forma, contextura, clima, relevo, dentre outros). Outro fator é a posição que situa o espaço localizado na Terra e condiciona as relações existentes nele (TOSTA, 1984).

Segundo Teixeira Júnior (2017), Ratzel apresenta o Estado como uma instituição naturalmente política, mas, simultaneamente, orgânica. O autor também apresenta o Estado como sendo:

> Entendido como uma entidade viva, um organismo dinâmico, era constituído por um corpo político e institucional (expressão formal do Estado), pelo território (espaço) e pelo povo. Devemos ressaltar que, como um organismo vivo, o Estado exibe uma tendência natural à expansão (TEIXEIRA JÚNIOR, 2017, p. 37).

Segundo Mattos (2011, p. 140-141c), Ratzel apresenta algumas leis do expansionismo, sobre como deve ser o comportamento do Estado, elas são:

> 1. O espaço dos Estados deve crescer com a sua cultura.
> 2. O crescimento dos estados apresenta outros sintomas de expansão: ideias, intercâmbio comercial, atividades missionárias.
> 3. O crescimento do Estado manifesta-se pela adição de novos Estado, dentro do processo de amalgamação.
> 4. A fronteira é o órgão periférico do Estado e, como tal, prova do crescimento, da força e das mudanças desse organismo.
> 5. Em seu crescimento, o Estado luta pela absorção de áreas politicamente valiosas: litorais, planícies, regiões ricas em recursos
> 6. O primeiro crescimento territorial chega ao Estado primitivo de fora, de uma civilização superior.
> 7. A orientação geral da amalgamação transmite a tendência de crescimento territorial do Estado para Estado e aumenta esta tendência no processo de transmissão [...] (MATTOS, 2011, p. 140-141c).

Segundo Teixeira Júnior (2017), estas leis de crescimento do Estado demonstram os motivos, as causas e os mecanismos por trás do comportamento de expansão desse ator. Em um conflito pela sobrevivência e segurança, provocadas pelas ações de expansão e conquista do espaço vital, os Estados nascem, expandem e morrem (TEIXEIRA JÚNIOR, 2017). Essas leis o apresentam como um organismo dinâmico e em crescimento (CASTRO, 1986).

Neste pensamento, Ratzel também apresentou a teoria do espaço vital (*Lebensraum*) de um Estado. Segundo Castro (1986, p. 32) o espaço vital pode ser expresso como:

> Em sua teoria do espaço vital (lebensraum) sintetizou o crescimento orgânico do Estado afirmando que não haveria de substituir os territórios politicamente organizados aos quais não se "oferecem ao crescimento razões naturais ou econômicas". Assim, dentro da concepção de Ratzel só "um território extenso, esparsamente povoado, é um grande Estado do futuro" (CASTRO, 1986, p. 32).

Segundo Becker (2012), o desenvolvimento do Estado está relacionado ao espaço. Estas leis que apresentam o seu crescimento, demonstram que o desenvolvimento também depende de condições econômicas e da anexação de novos locais. É tarefa do Estado assegurar a proteção do seu espaço através de políticas territoriais, dessa maneira, podendo conter a influência de outros atores (BECKER, 2012).

Na corrente de Ratzel, alinharam-se Kjellén, Maul, Mackinder, Spykman e Haushofer. Essa linha possui uma lógica determinista, pois, entendia que a geografia determina o destino dos povos. Nesta visão, as ações políticas são influenciadas pela localização geográfica ou pelos recursos naturais disponíveis ao Estado (FLINT, 2006; MATTOS, 2011a). Diferente de Ratzel, Kjellén considerou também a demografia, economia, aspectos sociais e autoridades políticas no desenvolvimento da sua obra (SCHOLVIN, 2014). Segundo Miyamoto (1981), para Kjellén e Ratzel, o Estado, ao atingir um alto grau de crescimento, tende a se expandir fisicamente,

sucedendo-se o contrário em período de baixo desenvolvimento, podendo inclusive ser anexado por outro que possua uma maior capacidade (MIYAMOTO, 1981).

A geopolítica também pode ser compreendida como o estudo das influências de parâmetros específicos relacionados à geografia que exercem influência sobre a política externa e interna de alguns Estados (LONDOÑO, 1978). Os seguidores da Geopolítica Clássica compartilham a suposição de que os humanos possuem determinada lógica de ação conforme o seu entorno geográfico (SCHOLVIN, 2017).

A geografia pode contribuir para a formulação das teorias geopolíticas que são apoiadas no território (poder terrestre), no mar (poder marítimo) e no ar (poder aéreo). Esses três elementos propiciam, na geopolítica, o aumento da capacidade de atuação do Estado que os possui em maior ou menor grau, podendo projetar o poder internacionalmente (MIYAMOTO, 1995). Segundo Miyamoto (1981), outro autor importante para a geopolítica, é Mackinder, ele apresentou a teoria do coração do mundo, um dos principais defensores do poder terrestre. Ela demonstra que quem conquistasse determinada região designada como eixo geográfico da história teria o controle do mundo. Os autores Mackinder, Ratzel e Kjellén são os principais representantes da teoria que considera o território como fonte de poder (MIYAMOTO, 1981). Apoiando-se também na correlação existente entre os fatores geográficos e históricos, Mackinder elaborou e apresentou a teoria do coração do mundo (*heartland*) (MIYAMOTO, 1995). Segundo Teixeira Júnior (2017), ele também pode ser apresentado como: "O Heartland, além de constituir um espaço no globo privilegiado do ponto de vista dos recursos naturais e demográficos, era importante em virtude de seu posicionamento e de suas vantagens defensivas estratégicas." (TEIXEIRA JÚNIOR, 2017, p. 75).

Mackinder privilegiou o poder terrestre, adotando uma ideia estratégica de espaço fechado, situado na concepção que ele mesmo apresentou de hemiciclo interior (MIYAMOTO, 1995). Esta área é uma região que circunda a *heartland*, sendo um espaço de passagem do centro estratégico rumo a outras regiões (TEIXEIRA JÚNIOR, 2017). As regiões situadas nas zonas marginais, que correspondem ao hemiciclo exterior, estavam destinadas a terem uma função secundária nos assuntos sobre o controle do poder mundial (MIYAMOTO, 1995).

Esta concepção decorreu da estratégia fundamentada no centro do poder global situado na área pivô, irradiando seu domínio em algumas áreas em direção ao mar, buscando a incorporação das faixas litorâneas da grande ilha mundial (a Eurásia) (MATTOS, 2011b). Tosta (1984) complementa que conforme as ideias de alguns pesquisadores, o poder terrestre decorre de um espaço geográfico, a partir das suas dimensões, posições, situações, recursos econômicos, potencial humano e poder militar existentes nesse local (TOSTA, 1984).

O mar também pode ser uma fonte de poder. Na geopolítica, existiram pesquisadores e estudiosos que observaram o papel e a função dos mares e a sua influência sobre o poder dos Estados (MIYAMOTO, 1995). Com relação ao poder marítimo, um dos principais pesquisadores e autores sobre a temática é Mahan. Este autor demonstra que o Estado que possuísse o domínio dos mares para objetivos comerciais e militares teria um significativo poder em relação aos demais países, pois, o controle do mar é um fator decisivo nas guerras desde o século XVII (CASTRO, 1986). Segundo Mahan (1957 apud MIYAMOTO, 1995, p. 34-35)[3], as condições que afetam o poder marítimo das nações são as seguintes: posição geográfica; configuração física, incluindo as produções naturais e o clima; extensão territorial; tamanho da população; objetivos do povo; caráter do governo, abrangendo as instituições nacionais. Estes elementos podem favorecer ou prejudicar o poder marítimo de uma nação, dependendo da configuração presente no território (MAHAN, 1957 apud MIYAMOTO, 1995, p. 34-35)[4].

A posição geográfica pode afetar o desenvolvimento do poder marítimo devido ao fato do país ter ou não fronteiras terrestres para se preocupar em defender. Sendo necessário o desenvolvimento da capacidade de defender os limites marítimos, caso o Estado não tenha fronteiras terrestres ou as tenha significativamente no mar (MIYAMOTO, 1995). A configuração geográfica do território também influencia, devido ao fato que através da análise das costas e do interior, é possível saber se a nação tem ou não potencial marítimo. Ainda existem condições como distribuição de portos, fonte de força e riqueza, principalmente se estiverem em locais que possam facilitar o fluxo comercial interno. Porém, é importante protegê-los, pois, em caso de guerra, isso poderá ser considerado uma fraqueza, caso não ocorra de maneira eficiente. Para observar a extensão territorial, considerando a dimensão da costa, é preciso considerar a população que possua atividades voltadas para as áreas marítimas e que vão se constituir em uma fonte de recursos. As aptidões de um povo voltado para o mar fazem com que seja desenvolvido o comércio por via marítima, que proporciona uma fonte do poder nacional (MIYAMOTO, 1995).

O poder aéreo de um Estado foi estudado por Seversky, Mitchell e outros autores que defendiam o uso de uma nova estratégia que deveria ser adotada pelas nações, ou seja, essa mudança visava obter o controle do ar. Na concentração dos adeptos desse poder, a existência

---

[3]Referência da obra citada por Miyamoto (1995): MAHAN, Alfred Thayer. **The influence of seapower upon history**. Nova York: Will and Wang, 1957.
[4]Referência da obra citada por Miyamoto (1995): MAHAN, Alfred Thayer. **The influence of seapower upon history**. Nova York: Will and Wang, 1957.

de uma Força Aérea eficaz, é que seria uma condição determinante nos resultados de uma guerra (MIYAMOTO, 1981). Porém, não foi negligenciado a importância das forças terrestres e navais para desenvolvimento do poder do Estado (MIYAMOTO, 1995). Segundo Tosta (1984, p. 94), o poder aéreo pode ser definido como:

> Poder Aéreo, de acordo com Seversky, é a capacidade que tem uma nação de defender seus interesses por meio aéreo. Afirma que, na época atual, o Poder Aéreo é, por sua importância, um instrumento da política nacional da mesma forma que o Poder Marítimo o foi no século passado (TOSTA, 1984, p. 94).

Segundo Miyamoto (1995), o poder aéreo prejudicou as concepções de Mackinder quando a invencibilidade do coração do mundo e alterou o quadro, reconsiderando em parte a teoria do poder terrestre. A aviação soube encontrar no poder naval o seu auxílio, organizando com ele as suas ações na formulação de estratégias defensivas e ofensivas. Porém, cada uma dessas modalidades de poder, possui características próprias e ocorrem em determinadas situações, o que dificulta possíveis comparações (MIYAMOTO, 1995).

Outra diferenciação necessária é entre geopolítica e geoestratégica. Castro (1986) apresenta a geoestratégia como um conceito que considera a existência de três formas de poderes (o marítimo, terrestre e aéreo) (CASTRO, 1986). Para Mattos (2011, p. 223b): "A geoestratégia é a estratégia aplicada às áreas privilegiadas pela geopolítica (as áreas consideradas críticas)." (MATTOS, 2011, p. 223b). Já a estratégia possui uma dimensão não espacial e uma espacial, esta última perspectiva da estratégia é a geoestratégia, que observará a onde será colocado determinada quantidade de tropa ou o tipo dela e para entender como vai ocorrer o deslocamento (WACKERMANN, 1997, p. 5 apud VESENTINI, 2016, p. 10)[5]. Ou seja, a geoestratégia possui uma ligação com a geografia, que é o uso da dimensão espacial por um Estado para desenvolver suas táticas para alcançar determinados objetivos e defender seus interesses. Outra definição sobre este conceito é apresentada por Vesentini (1990, p. 93):

> É a dimensão espacial, geográfica, estratégia. A estratégia, na conceituação de Clausewitz, consiste na coordenação das táticas com vistas a atingir os objetivos da guerra. Enquanto a tática diz respeito à batalha, ao momento específico do confronto, a estratégia leva em conta o conjunto das batalhas, a sucessão e coordenação desses confrontos, na perspectiva da guerra como um todo. Assim, a estratégia toma por referência o plano e as condições militares da guerra, embora seja constantemente repensada frente aos resultados provisórios e à ação do inimigo. A geoestratégia, dessa forma, subordina-se à geopolítica, constitui uma parte desta na medida em que a guerra depende das relações de poder (VESENTINI, 1990, p. 93).

Segundo De Freitas Coutinho (2020, p. 78), a estratégia pode ser definida como:

---

[5]Referência da obra citada por Vesentini (2016): WACKERMANN, Gabriel. **Géopolitique de l'espace** mondial. Paris: Ellipses, p. 5, 1997.

> Partindo dessa noção estritamente militar, o significado do vocábulo passou a ser emprego de forma mais abrangente, particularmente no sentido de apontar o caminho a ser seguido para se atingir os objetivos fixados pela política. Neste sentido, a estratégia também deve se ocupar da identificação dos meios e do tempo necessários para que os objetivos políticos sejam alcançados, assim como dos óbitos que eventualmente possam se interpor ao roteiro escolhido (DE FREITAS COUTINHO, 2020, p. 78).

Complementando De Freitas Coutinho (2020), o Manual de Campanha: Estratégia do Exército (BRASIL, 2001, p. 1-2) apresenta a estratégia como:

> a. A política prende-se, sobretudo, aos fins que se pretende alcançar, interpretar e formular objetivos e vai além, ao organizar o poder e desenvolvê-lo em benefício da comunidade, traçando os rumos para a conduta estratégica.
> b. A estratégia estabelece o caminho para atingir os objetivos fixados pela política. A estratégia, abstrata e complexa, ocupa-se, principalmente, dos caminhos a seguir e dos meios que vai dispor, cria a forma de traduzir e de impor a vontade política, define opções, propõe a mais favorável, considerando para tanto: recursos, prioridades e risco a correr na implementação da decisão tomada (BRASIL, 2001, p. 1-2).

Já a geopolítica se envolve com três tipos de poder, o real, o latente e o prestígio. O real é o que se pode observar tomando como base o posicionamento, a extensão, os recursos naturais e a força. O latente pode ser mobilizado pelo Estado com o empenho total de seus instrumentos disponíveis. Já o de prestígio não pode ser calculado, pois, é atribuído a um Estado pelos demais países, é preciso que ele tenha noção dos seus instrumentos, de sua força e estratégia para não utilizar estimativas falsas (CASTRO, 1986). Este conceito pode ser definido como sendo a política, tanto na esfera interna quanto na externa dos Estados, compreendendo a sua dimensão espacial. Exemplo disso, é como está organizada a disposição de alguns elementos, como a distribuição populacional, fronteiras, áreas de influência, cidades-capitais, dentre outros fatores, com objetivo de exercer o poder (VESENTINI, 1990). Outro autor que apresenta a geopolítica foi Atencio, segundo Atencio (1975, p. 41 apud MIYAMOTO, 1995, p. 23)[6], a geopolítica é

> Ciência que estuda a influência dos fatores geográficos na vida e evolução dos Estados, a fim de extrair conclusão de caráter político. A geopolítica guia o estadista na condução da política interna e externa do Estado, e orienta o militar na preparação da defesa nacional e na consideração da relativa permanência da realidade geográfica, e lhes permite deduzir a forma concordante com esta realidade em que se podem alcançar os objetivos e, em consequência, as medidas de condução política ou estratégica convenientes (ATENCIO, 1975, p. 41 apud MIYAMOTO, 1995, p. 23)[7].

---

[6]Referência da obra citada Miyamoto (1995): ATENCIO, Jorge. **Que es la geopolitica**. 2. ed. Buenos Aires: Pleamar, 1975.
[7]Referência da obra citada Miyamoto (1995): ATENCIO, Jorge. **Que es la geopolitica**. 2. ed. Buenos Aires: Pleamar, 1975.

Esta definição sobre a geopolítica se aproxima das ideias de Kjellén e Ratzel, evitando entrar num determinismo geográfico. Porém, ainda apresenta a importância que a geografia possui na elaboração da conduta política ou na construção de estratégias pelo Estado (MIYAMOTO, 1995).

Segundo Miyamoto (2014), a projeção externa de um país não depende somente da sua vontade e do desenvolvimento da capacidade de poder, mas precisa ser reconhecido pelos demais Estados da comunidade internacional. A capacidade de um país no âmbito mundial muda conforme o poder utilizado, comparando com os de outros países. Cada Estado dispõe de instrumentos e variáveis mais favoráveis em termos qualitativos e quantitativos, que são observados pelo meio externo. Cada Estado deseja aumentar o seu poder, através de instrumentos e métodos diferenciados, podendo ser, o uso da força, influência política, econômica, tecnológica e cultural (MIYAMOTO, 2014). Logo, a geopolítica é uma forma de estudar as relações de poder dos países no contexto mundial (MIYAMOTO, 1995).

Segundo Costa (2016), é importante que o Estado tenha capacidade de construir uma unidade nacional interna, principalmente na visão da organização política do território, e de transformar esse instrumento interno em poder para o país de forma eficiente. Visando projetá-lo na sua política externa, consequentemente, sobre outros atores internacionais. A escala também é um fator importante para a realização de análises geopolíticas, pois, é interessante considerar diferentes escalas, como a macroregional e a global. Isto é relevante para ocorrer uma investigação sobre os instrumentos utilizados e na realização de uma análise sistemática sobre o equilíbrio de forças existentes nestas diferentes escalas (COSTA, 2016). O conceito de escala utilizado nesta pesquisa a compreende como sendo uma forma de medida que permite uma maior visibilidade ao fenômeno estudo (CASTRO, 2000). Segundo Castro (2000, p. 127): "A escala é também uma medida, mas não necessariamente do fenômeno, mas aquela escolhida para melhor observá-lo, dimensioná-lo, medida arbitrária, com a dimensão do que é observado." (CASTRO, 2000, p. 127).

No caso deste estudo, a escala apresentará as múltiplas formas que as estratégias, os instrumentos e as capacidades de *hard power* militar que a Arábia Saudita e o Irã possuem para alcançarem os *status* de potência regional no Oriente Médio. Além de demonstrar as múltiplas escalas que as ações e consequências dessas atuações tem, respeitando a escala que propõe a melhor visibilidade ao fenômeno estudado. Desse modo, Castro (2000), apresenta que distintas escalas demonstram diferentes campos de representação, escolhido o que melhor retrata o objeto de estudo, sendo que cada escala exibe o espaço onde se pensa a pertinência da exposição do fenômeno estudado (CASTRO, 2000).

Segundo Castro (2000, p. 136):

> [...] a escala é a escolha de uma forma de dividir o espaço, definindo uma realidade percebida/concebida, é uma forma de dar-lhe uma figuração, uma representação, um ponto de vista que modifica a percepção mesma da natureza deste espaço, e, finalmente, um conjunto de representações coerentes e lógicas que substituem o espaço observado. As escalas, portanto, definem modelos espaciais de totalidades sucessivas e classificadoras e não uma progressão linear de medidas de aproximação sucessivas (CASTRO, 2000, p. 136).

Retornando a discussão específica sobre geopolítica. Segundo Cohen (2015) a geopolítica também pode ser compreendida como uma análise entre cenários e perspectivas geográficas e por outro lado pelos processos políticos. As configurações são compostas por características e padrões geográficos e as regiões que têm diferentes fatores de formação. Os processos políticos incluem instrumentos que atuam no ambiente externo e forças que agem no cenário doméstico dos Estados, que influenciam o comportamento internacional (COHEN, 2015). Complementando esta ideia, a geopolítica pode ser considerada um meio para analisar as relações internacionais, mas também para entender as ações que ocorrem na esfera da própria política interna do Estado. As configurações geográficas e os processos políticos são dinâmicos e cada um influencia e é afetado pelo outro processo. A geopolítica aborda as consequências dessa interação (MIYAMOTO, 1995; COHEN, 2015).

A geopolítica busca finalidades e conclusões políticas, considerando o elemento de importância para o Estado, sendo ele um organismo dinâmico, indicando as estratégias que o país deve seguir, demonstrando as decisões internacionais que devem ser seguidas, abordando a expansão e redução das fronteiras (LONDOÑO, 1978). O conceito sofre influência de determinados fatores geográficos. Porém, nem todos os fatores são importantes para a geopolítica. Londoño (1978), apresenta os fatores de espaço, clima, forma, riqueza, situação e relevo. O espaço é a extensão da superfície. Clima é o conjunto de condições atmosféricas e meteorológicas que afetam um país ou região. Forma é a configuração apresentada pelo território de uma nação. Riqueza é a quantidade de recursos e a capacidade para realizar a exploração e a transformação desses fatores em instrumentos pelo país para suas estratégias. Posição é a localização de um Estado em relação a outros países e regiões. Relevo é a forma dos elementos que diferenciam o solo, como, por exemplo, a hidrografia de um país (LONDOÑO, 1978).

Segundo Mattos (2011a), existem formas territoriais que favorecem a coesão dos Estados, porém, algumas podem ser prejudiciais às estratégias do país. A forma compacta dos países é mais adequada ao centralismo político administrativo, ao intercâmbio comercial e a

estratégia militar defensiva. A forma alongada pode ser vantajosa quando o alongamento tem o sentido dos meridianos, criando regiões antropo geográficas e econômicas complementares, podendo oferecer uma vulnerabilidade na área estratégica militar. A forma recortada marítima possui desvantagens na área de estratégia militar defensiva, mesmo nos períodos de paz e na guerra essa forma apresenta problemas ao país que a tenha. Os arranjos fragmentados (ilhas), exigem instrumentos políticos e militares fortes para conter a tendência dispersiva, tais como uma rígida centralização administrativa e poder naval bem desenvolvido. Quando a descontinuidade é terrestre, formam os enclaves geradores de problemas políticos e militares, que podem se manter ao longo do tempo (MATTOS, 2011a).

Segundo Mattos (2011a), a posição seria o lugar que o território do Estado ocupa no planeta, considerando características de sua situação geográfica. A posição do território é observada na visão da geopolítica sobre alguns aspectos, estes são a latitude, proximidade e afastamento do mar, situação relativa aos países vizinhos e altitude. Cada um desses fatores, combinados com a forma do território, podem favorecer ou prejudicar ações do Estado (MATTOS, 2011a). O país possui um território e uma população, relacionando-se com os demais países pelo intercâmbio diplomático, econômico e cultural, mas também pelo conflito, como uma guerra. Dessa forma, utilizando o poder bélico, sendo um importante instrumento para o Estado. Neste último aspecto, o fator geográfico pode ser fundamental, considerando-se a existência de outras variáveis, como o avanço tecnológico de sua indústria (MIYAMOTO, 1995).

Segundo Mattos (2011c), Spykman defendeu no conceito de geopolítica, que posição geográfica não representava sozinha uma proteção estratégica ao Estado e que o conceito tem que se basear no equilíbrio de poder, assegurado pela formação de alianças com países. Segundo Tosta (1984), para Spykman, a base geográfica de um país tem grande influência na sua política externa, como Tosta (1984, p. 73) apresenta:

> A extensão do território, por exemplo, afeta o poder relativo do Estado. A estrutura econômica e a densidade de população - dois importantes fatores na formulação da política nacional - dependem dos recursos naturais (TOSTA, 1984, p. 73).

Segundo Miyamoto (2014), a posição, ou situação, do território é de significativa importância para geopolítica. Isso ocorre pela possibilidade de acesso a mar, controle de vias de passagem ou mesmo a posição insular utilizada por determinados Estados são consideradas para verificar o seu valor no sistema mundial de poder (MIYAMOTO, 2014). Além disso, é preciso considerar as potencialidades econômicas, militares e os recursos humanos que serão necessários ao Estado. O espaço irá se converter em uma fonte de poder. Quanto maior, mais

ocupado e protegido o espaço estiver, melhor a oportunidade do país detentor dessa vantagem de estabelecer uma estratégia que seja mais recomendada às suas necessidades (MIYAMOTO, 1995). Exemplo disso, na pesquisa, é a localização dos territórios saudita e iraniano, no caso da Arábia Saudita, existe o contato com o Mar Vermelho, uma rota importante do transporte marítimo, e com o Golfo Pérsico, região onde existem recursos petrolíferos. No caso iraniano, existe o estreito de Ormuz, um importante local para o transporte marítimo, principalmente para navios petroleiros. Isso demonstra a importância da posição e da situação do território desses países para o sistema mundial.

Porém, segundo Lacoste (2012), a geopolítica de determinada região não é definida somente pela geografia física, mas pela combinação de fatores mais numerosos, como características demográficas, econômicas, culturais e políticas. O autor apresenta que cada um desses fatores deve ser analisado na sua configuração espacial particular, ou seja, analisadas separadamente observando suas características (LACOSTE, 2012).

Para entender as relações internacionais e as interações de poder entre os Estados, é preciso analisar as condições geográficas existentes, por exemplo, características relacionadas a geografia da indústria de petróleo. Como os canais e estreitos através do quais, uma parte considerável do petróleo do mundo atravessa pelos navios petroleiros. Outra forma, é a configuração de oleodutos e prováveis problemas causados pela passagem desses dutos, como terrenos difíceis para construção e conflitos armados existentes. O controle econômico e o poder político são importantes elementos, isso é demonstrado pela disputa por recursos energéticos por países e empresas transnacionais. A presença de determinados recursos pode ser um indicativo da ocorrência de alguns conflitos (SCHOLVIN, 2014).

Uma característica importante dos fatores geográficos é a sua estreita associação com o poder do Estado. O uso desses fatores deve auxiliar a formulação de políticas públicas, principalmente nas áreas de Defesa e segurança nacional, buscando o fortalecimento do poder de um Estado em relação aos seus vizinhos e rivais no seu entorno estratégico (MIYAMOTO, 2014). Os fatores geográficos obrigam a realização de uma determinada estratégia de política específica aos líderes de seus países, mas estabelecem quais táticas são mais eficazes para que o Estado alcance seus interesses (SCHOLVIN, 2014).

Segundo Miyamoto (2014), outra característica da geopolítica é a sua identificação com políticas de poder. Elas objetivam ocupar, preencher, integrar e proteger determinado território, resguardando a segurança nacional de um país. A geopolítica serviria para auxiliar a construção de políticas com o foco de fortalecer o poder nacional, dessa maneira, ampliando o território no máximo permitido e apresentando características expansionistas. As diferentes teorias sobre

geopolítica propunham o domínio do território como um instrumento decisivo para a capacidade do Estado. É necessário que o país amplie o seu território, mas também suas riquezas, sendo preciso o controle sobre a população e os recursos naturais que se apresentam como importantes para aumentar o desenvolvimento e a elaboração de estratégias de defesa ou ataque (MIYAMOTO, 2014). Ou seja, a geopolítica também visa auxiliar a formulação da política estratégica nacional. Fornecendo elementos que permitam, dentro de uma estratégia global de planejamento, fornecer ao país determinado nível de poder, auxiliando-o a desempenhar um papel de significativa importância no ambiente internacional, envolvendo as relações entre diversos países na disputa do poder (MIYAMOTO, 1995).

Abordagens mais contemporâneas sobre a geopolítica, estudaram as interações entre as esferas humanas e físicas. A importância da geografia física está sujeita a interpretação dos contextos nas quais as análises desenvolvidas são realizadas, no âmbito da geopolítica (DE FREITAS COUTINHO, 2020). As correntes críticas e clássicas desse conceito objetivam um ponto em comum, os fatores geográficos, que ainda devem ser considerados. Mas o que as diferenciam é a forma, onde, para quem e por quais motivos os fatores geográficos importam (DODDS, 2019 apud DE FREITAS COUTINHO, 2020, p. 66)[8]. Segundo Amineh (2007), a geopolítica crítica possui uma área de estudo das características espaço-temporais da ação e pelas dimensões do controle, procurando além das fronteiras legais ou reconhecidas, por atores que administram os complexos Estado-sociedade. Ela também utiliza as bases de recursos naturais do ambiente onde a sociedade do Estado se localiza. Já a geopolítica clássica possui uma abordagem para o estudo da ordem mundial (AMINEH, 2007).

Segundo Amineh (2007, p. 11-12), complementando a ideia da geopolítica crítica, o autor apresenta:

> Atores que usam recursos materiais para projetar poder além das fronteiras legais operam em ambientes multiculturais. Tais ambientes mudam sob o impacto da atividade de projeção de poder em grupos autoconscientes de "nós" versus "eles". Essas construções sociais influenciam o comportamento dos atores. Na geopolítica crítica, os interesses materiais que estão sendo perseguidos pelos projetores de poder têm, por isso, uma marca ideológica distinta que exerce um impacto independente sobre o comportamento externo dos projetores de poder[9] (AMINEH, 2007, p. 11-12, tradução nossa).

---

[8]Referência da obra citada por De Freitas Coutinho (2020): DODDS, K. **Geopolitics**: a very short introduction. 3. ed. New York: Oxford University Press, 2019.

[9]Texto original em inglês: "*Actors that use material capabilities to project power beyond legal borders operate in multicultural environments. Such environments change under the impact of power-projection activity into self-conscious "us" versus "them" groups. These social constructions in uence actors' behavior. In critical geopolitics, the material interests that are being pursued by power projectors have for this reason a distinct ideological imprint that exerts an independent impact on the external behavior of power projectors.*" (AMINEH, 2007, p. 11-12).

O cenário internacional ainda é ocupado por Estados e blocos de países, estes possuem distintas estratégias econômicas para alcançarem seus objetivos e defenderem seus interesses (LUTTWAK, 1998). Segundo Flint e Taylor (2018), os Estados ainda são partes importantes da economia mundial e um dos principais atores da geopolítica contemporânea. Os países interagem de modo que a forma que ocorrem as mudanças geopolíticas aconteçam em função de três processos e atores distintos (FLINT; TAYLOR, 2018). Estes são:

> ● A continuação dos Estado como atores com base territorial em competição uns com os outros;
> ● Atores transnacionais, tanto econômicos como da sociedade civil, que impulsionam uma maior integração entre os Estados e minam a soberania dos Estados;
> ● Movimentos que resistem tanto aos processos de "globalização" (ou integração) e ao poder do Estado[10] (FLINT; TAYLOR, 2018, p. 69, tradução nossa).

Dessa maneira, é necessário que se considere questões relacionadas às ciências econômicas para realizar análises sobre a geopolítica. Atualmente, os instrumentos que podem ser usados em conflitos devem possuir também características econômicas para se conseguir compreender a totalidade das ações dos agentes que participam desse fenômeno (LUTTWAK, 1998).

Como Luttwak (1998, p. 128) apresenta:

> Se as disputas comerciais levam a confrontos políticos, como agora são muito mais prováveis de fazer com o declínio dos imperativos da geopolítica, esses confrontos políticos devem ser combatidos com armas do comércio: a restrição mais ou menos disfarçadas das importações, o subsídios mais ou menos dissimulados das exportações, o financiamento de projetos competitivos de tecnologia, o apoio a formas selecionadas de educação, o fornecimento de infraestrutura competitiva e muito mais[11] (LUTTWAK, 1998, p. 128, tradução nossa).

A competição atualmente ocorre pela conquista de mercados, déficit da balança comercial, a corrida de descobrimento de tecnologia e seus ganhos financeiros. O uso de instrumentos econômicos para alcançar e defender os objetivos dos países; para produzir resultados benéficos em assuntos relacionados a geopolítica; efeitos das ações econômicas de

---

[10]Texto original em inglês: "• *the continuation of states as territorially based actors in competition with one another;*
• *transnational actors, both economic and civil society, who propel a greater integration between states and undermine state sovereignty;*
• *movements resisting both the processes of 'globalization' (or integration) and the power of the state."* (FLINT; TAYLOR, 2018, p. 69).

[11]Texto original em inglês: "*If commercial quarrels do lead to political clashes, as they are now much more likely to do with the waning of the imperatives of geopolitics, those political clashes must be fought out with the weapons of commerce: the more or less disguised restriction of imports, the more or less concealed subsidization of exports, the funding of competitive technology projects, the support of selected forms of education, the provision of competitive infrastructures, and more.*" (LUTTWAK, 1998, p. 128).

outras nações sobre os interesses geopolíticos de um país é chamado geoeconomia (BLACKWILL; HARRIS, 2016; VESENTINI, 2016). Geopolítica e geoeconomia não podem ser considerados como sinônimo, devendo ser entendidos nas suas respectivas áreas separadamente (PECEQUILO, 2017).

Porém, elas se relacionam, a geopolítica possui algumas características, como o uso de meios econômicos para promover e defender interesses do Estado, o país pode aplicar instrumentos de *hard power* para conseguir alcançar seus objetivos geopolíticos (BLACKWILL; HARRIS, 2016).

> A geoeconomia combina essencialmente a lógica da geopolítica com as ferramentas da economia, vendo as ações e opções econômicas de um determinado Estado como inseridas em realidades maiores do poder do Estado. Esse fato costuma colocar as abordagens geoeconômicas em tensão com os pressupostos da economia[12] (BLACKWILL; HARRIS, 2016, p. 24, tradução nossa).

As estratégias geoeconômicas de projeção de poder possuem diferentes formas. As principais distinções são tipos de ações consideradas como positivas e coercitivas para que os Estados que as usam. Além disso, elas atuam no desenvolvimento de algumas estratégias (BLACKWILL; HARRIS, 2016). Os Estados consideram que o uso de instrumentos militares não é mais suficiente como um fator principal. As características econômicas são capazes de permitir que países busquem uma maior quantidade de objetivos geopolíticos ou tenham capacidade de impedir as ações de outros atores (BLACKWILL; HARRIS, 2016). Dessa forma, ocorreu uma desvalorização da força militar como um instrumento único e decisivo de política nas relações entre as principais potências (LUTTWAK, 1998).

A política geoeconômica permite novas táticas políticas para os Estados, possibilitando que os países usem novos instrumentos de política externa para alcançar seus objetivos. Existem algumas ferramentas econômicas que podem ser aplicadas na geopolítica, estas são: políticas comerciais e de investimento; sanções; cibernética; ações de assistência; política financeira, monetária, energética e de *commodities* (BLACKWILL; HARRIS, 2016).

A política comercial utilizada como ferramenta geoeconômica é usada através de incentivos positivos, porém, ela também pode servir como um instrumento coercitivo. Caso o alvo prejudique os interesses e objetivos do Estado, pode ocorrer proibição de determinado produto do ator escolhido. A política de investimento é importante devido aos fluxos financeiros

---

[12]Texto original em inglês: "*Geoeconomics essentially combines the logic of geopolitics with the tools of economics, viewing the economic actions and options of a given state as embedded within larger realities of state power. This fact often puts geoeconomic approaches in tension with the assumptions of economics.*" (BLACKWILL; HARRIS, 2016, p. 24).

atuais, pois, há mais movimentações entre os Estados hoje do que ocorria no passado. Os fluxos de investimentos realizados pelos países podem ter interesses geopolíticos, porém, mesmo caso contrário, as consequências geopolíticas acontecem. As sanções econômicas dependem do mercado interno e da participação do comércio global, elas funcionam com metas que precisam ser bem definidas, com o objetivo principal de alterar os comportamentos específicos do alvo desse instrumento (BLACKWILL; HARRIS, 2016).

Os ciberataques relacionados à geoeconomia buscam o uso de mecanismos econômicos ou do mercado visando impor custos financeiros como parte de uma agenda geopolítica de maior escala. Essas ações procuram comprometer a infraestrutura econômica de outro país ou das suas principais instituições econômicas. A assistência pode ser militar, bilateral ao desenvolvimento ou de ajuda humanitária, tem como função adquirir influência estratégica. A ajuda humanitária objetiva aliviar a crise existente, países que estão desprotegidos pelo acontecimento de um determinado evento problemático, tendem a ser mais vulneráveis geopoliticamente. A ajuda humanitária pode ser tratada como uma ferramenta geoeconômica devido aos interesses que o Estado que a prática possui sobre o alvo. No caso do uso bilateral para o desenvolvimento, é um conjunto de doadores que desejam o progresso de determinada região ou país, porém, seguindo seus interesses e regras para prestar esta assistência (BLACKWILL; HARRIS, 2016).

Existem três formas de transmissão por onde os Estados podem transformar os instrumentos de política monetária em influência geopolítica, estes são: influência global da moeda de um país, a capacidade de levantar fundos a baixo custo e habilidade de impactar os custos de empréstimo de outro Estado. Estas ações podem provocar o uso coercitivo de alguns instrumentos, por exemplo, o embargo do petróleo na década de 1970, realizado por países árabes, é um demonstrativo dessas estratégias ligadas à geopolítica (BLACKWILL; HARRIS, 2016).

2.2. Potência Regional

O mundo encontra-se cada vez mais descentralizado nos assuntos relacionados a potências regionais. Apresentando novas oportunidades para alguns Estados que são considerados como poderosos nas suas respectivas escalas geográficas, tendo o objetivo de alcançar seus interesses de potência. É possível notar diferentes estratégias de distintos países que procuram moldar e influenciar as regiões que integram. As ações que buscam realizar o crescimento da influência sobre outros países fazem parte de um projeto político elaborado por

esses países, procurando defender seus interesses (DESTRADI; NOLTE; PRYS-HANSEN, 2018).

Nos últimos anos, aconteceu o aumento dos casos de países que podem ser considerados na categoria de potências regionais. Isso ocorreu devido ao crescente desenvolvimento da capacidade de poder e o aumento do ativismo político de alguns estados, como no caso da Turquia, Nigéria, Arábia Saudita e Irã, justificando a inclusão desses países nesta categoria. Para que um país possa ser considerado como uma potência regional, é necessário que ele tenha significativa capacidade de atuação e diferentes recursos que sejam considerados como valiosos, caso seja comparado com outros Estados, dentro de uma região geográfica. Em alguns casos, as atribuições regionais de um país não ocorrem de imediato, pois, podem pertencer às distintas regiões. No caso da área do Oriente Médio, existe potências regionais concorrentes na mesma região pela liderança regional, o que apresenta discussões relacionadas aos impactos que esta disputa é capaz provocar (DESTRADI; NOLTE; PRYS-HANSEN, 2018). Estas disputas entre os Estados ocorrem também pelas preocupações que eles possuem em obter vantagens sobre outros países, além de buscar que seus interesses não sejam prejudicados (MEARSHEIMER, 2001).

Para Nolte (2010), existem alguns fatores para definir um Estado como uma potência regional. É preciso que o país busque se tornar uma liderança regional; tenha influência de forma significativa na geopolítica da região; possuir recursos materiais (como militares, econômicos e demográficos), organizacionais (políticos) e ideológicos; ter uma economia, política e cultura conectados com a região e com as instituições presentes nessa área. É importante que o país tenha influência em assuntos regionais; que exerça influência através de uma estrutura de governança regional; disponha de capacidade para definir a agenda regional de segurança (NOLTE, 2010). No caso desta pesquisa, o foco é sobre as estratégias, os instrumentos e as capacidades relacionadas ao *hard power* militar que o Reino da Arábia Saudita e da República Islâmica do Irã possuem para realizar as suas operações como potências regionais no Oriente Médio.

É preciso que o Estado também seja visto como uma potência regional e reconhecido por outros atores. Sendo necessário que o país esteja integrado com fóruns e instituições de diferentes níveis, onde ele atue como representante dos interesses dos Estados que integram a região. Dessa forma, podendo articular sua pretensão, ou pelo menos consiga manter-se na posição de liderança regional (NOLTE, 2010).

Complementando os parâmetros apresentados por Nolte (2010), Verluise (2013) apresenta que um país pode ser considerado como uma potência, caso ele consiga exercer

influência sobre outros Estados, defendendo seus interesses e preservando sua supremacia no seu território. Também é preciso que o país possua alguns parâmetros, que variam de acordo com a combinação e a importância de determinados locais e períodos (VERLUISE, 2013). Segundo Costa (2016) o território é um desses fatores, ele é a base da potência, o conceito de uma grande potência está associado ao poder que o Estado possui sobre seu território, defendendo a supremacia interna e tendo a capacidade de influenciar outros países. Ele também pode ser compreendido como um recurso simbólico para influenciar a população da potência e de outros países, manipulando-as conforme o interesse do Estado que o utiliza (COSTA, 2016).

O *status* de potência regional também pode provocar reações negativas, os países ou outros atores podem opor-se a determinado país que alcance tal hierarquia, principalmente em assuntos relacionados ao poder material e as reivindicações sobre a liderança na região. Existem alguns elementos que são necessários para que um país consiga realizar suas estratégias e alcance o *status* de liderança (DESTRADI; NOLTE; PRYS-HANSEN, 2018). As iniciativas de liderança vão influenciar outros países e suas populações, dependendo da configuração regional, bem como das áreas específicas abordadas por determinadas estratégias do Estado. Porém, para ter uma política externa baseada em poderes ideológicos, é preciso que o Estado tenha uma base econômica e institucional sólida e eficaz (DESTRADI; NOLTE; PRYS-HANSEN, 2018). Para desta maneira, conseguir colocar em prática as suas estratégias como uma potência regional.

Segundo Stewart-Ingersoll e Frazier (2012), liderança pode ser definida como uma ação para conseguir alcançar a cooperação ou aceitação de interesses comuns, além de ser uma forma com que os membros de determinado grupo de países utilizam para atingir seus objetivos. Existem cinco tipos de comportamento que qualificam um Estado como provedor de liderança, esses são: o início de processos através dos quais as preocupações compartilhadas e os interesses podem ser abordados entre os países; enquadramento eficaz de problemas comuns ao grupo; compreensão e análise das próprias preferências, preocupações do líder e como é o relacionamento com os outros membros; apresentação de uma visão de como a gestão de ameaças comuns entre os integrantes podem ser alcançados e o desenvolvimento de opções de mecanismos para abordá-los e solucioná-los; o uso de poder coercitivo (*hard power*) e/ou do poder cooptativo (*soft power*) para gerar consenso, cooperação ou aceitação entre os participantes de determinado grupo regional (STEWART-INGERSOLL; FRAZIER, 2012).

Segundo Destradi, Nolte e Prys-Hansen (2018), as potências regionais estão aumentando suas ações em assuntos que alcançam a escala global. Estes Estados possuem alguns desafios para definir suas prioridades e políticas. Isto ocorre porque eles precisam

considerar os interesses e as preferências de Estados vizinhos regionais, para que também consigam exercer com sucesso a liderança regional. Outro fator importante, é que estes Estados precisam ser reconhecidos como atores importantes fora de suas regiões e, desta maneira, obtenham o reconhecimento internacional por sua condição de potência regional (DESTRADI; NOLTE; PRYS-HANSEN, 2018).

As potências regionais precisam buscar um equilíbrio entre os interesses dos atores da região e os globais. Elas também necessitam construir estratégias que operam em um ambiente internacional considerado cada vez mais complexo, encontrando um equilíbrio entre os compromissos nacionais, bilaterais com outros Estados, regionais, inter-regionais ou globais. A regulação dos assuntos de interesses do país ocorre em cenários institucionais que abrangem todos os níveis de organização social. Estas ações exigem que Estados tomem decisões sobre a intensidade com que irão se envolver nesses complexos de governança, as formas com que farão e em quais instituições a estratégia da potência regional irá acontecer (DESTRADI; NOLTE; PRYS-HANSEN, 2018).

O uso desta categoria analítica possibilita a identificação de especificidades das movimentações que ocorrem na região. Uma distinção que ocorre é entre o *status* de um Estado como um poder regional e uma liderança, isso permite compreender a dinâmica conflitante que acontece em determinadas regiões. A potência regional não necessariamente lidera automaticamente a sua área. Isso pode ocorrer pelo motivo de enfrentar oposições e resistências de seus vizinhos ou por diferentes expectativas, que acabam por induzir a seguir políticas indecisas e relutantes (DESTRADI; NOLTE; PRYS-HANSEN, 2018).

Porém, segundo Flemes (2007), para identificar e classificar um Estado como sendo uma potência regional, é importante analisar as pré-condições existentes, para que o ator consiga reivindicar a liderança. Isso implica disposição para assumir a função de estabilizador nos assuntos relacionados à segurança regional e em ser um formador de regras econômicas na região a qual potência está inserida. Os assuntos relacionados a essas áreas são baseados nas reivindicações de liderança por parte do país, sendo justificada aos países que estão integrados à região. Para descobrir se uma potência regional também possui recursos de poder, é necessário que o país tenha a capacidade para atuar em assuntos internacionais, sendo importante analisar e diferenciar os instrumentos materiais e ideológicos utilizados pelo Estado para defender seus interesses (FLEMES, 2007).

Numa visão realista, o poder é definido pela disposição de recursos materiais, com foco principal nas forças militares do Estado. O poder militar pode basear-se no poder potencial de um país, considerando os seus recursos econômicos e demográficos. A condição econômica de

um Estado, relacionado a riqueza, é uma pré-condição para que ocorra o desenvolvimento da capacidade militar em significativa escala por uma potência regional. Uma abordagem amplificada da importância do poder material incorpora a competitividade, tecnologia, a infraestrutura geográfica, fontes e recursos energéticos, fatores agrícolas, ambientais e de desenvolvimento humano de um Estado (FLEMES, 2007).

Para realizar a comparação entre as diferentes potências regionais, é preciso que ocorra um levantamento de recursos materiais compostos por um conjunto de dados militares (despesas com a Defesa e com a estrutura militar), fatores demográficos (habitantes), geográficos (áreas), recursos econômicos (produto interno bruto (PIB)). Além desses fatores, outro elemento é o índice de crescimento, de desigualdade de renda e o desenvolvimento humano (índice de desenvolvimento humano (IDH) (FLEMES, 2007).

Outra forma de distinguir as potências regionais, é através dos instrumentos de política externa que elas utilizam nas suas estratégias. Os recursos materiais e ideológicos são adequados para diferentes tipos e táticas de exercício de poder. A partir dessa visão, o poder é exercido continuamente entre assuntos e estratégias relacionados a coerção e a persuasão. Os meios utilizados na política externa não são excludentes, mas são considerados como complementares às táticas usadas pelo Estado (FLEMES, 2007).

Um dos elementos importantes para manter um país com o *status* de potência regional é o uso de instrumentos relacionados ao *hard power* (DESTRADI; NOLTE; PRYS-HANSEN, 2018). *O hard power* é definido como a forma que um país consegue influenciar outra nação a agir segundo seus interesses, através do uso do seu poder militar e econômico, este conceito apoia-se em induzir outros Estados a atuarem de acordo com os seus objetivos. Utilizando a ameaça a outros países contrários aos seus objetivos como uma estratégia, os instrumentos estão ligados à força bélica, sanções econômicas e grupos armados como ferramentas de coação para defender seus interesses (NYE, 2002). Segundo Flemes (2007), os instrumentos econômicos incluem o aumento ou a diminuição do investimento em outros países, sendo na forma direta ou através de relações comerciais (incluindo sanções econômicas). Os meios militares representam o emprego do poder militar como proteção ou na forma coercitiva na região. A construção de cenários de ameaça ou dissuasão pelo uso de armamentos, ou a construção de alianças militares são outras formas de política externa (FLEMES, 2007).

Segundo Stewart-Ingersoll e Frazier (2012), a proteção regional refere-se a uma função desempenhada por um Estado localizado geograficamente dentro da sua esfera de influência e a defende contra possíveis atores ou assuntos externos. Existem seis tipos de comportamento que podem constituir a defesa regional, eles são: a execução das estratégias de proteção,

devendo ocorrer por um membro da própria região e ter como alvo um ator estrangeiro a área. Além desses, existem outros elementos, como a identificação e o enquadramento de alvos externos; questões e/ou processos como ameaças compartilhadas, ou preocupações em conjunto com os membros de determinada organização regional, sendo necessário a atuação de liderança na instituição. O país precisa fornecer a maior parte dos recursos e das ações necessárias para dissuasão e defesa contra ameaças externas compartilhadas com outros membros. A potência regional precisa desempenhar a função de intermediário entre a região e atores externos, através do processo que se baseia em uma dinâmica menos conflituosa, do que o uso da dissuasão e defesa ativa. Aliado a estes fatores, o país deve fornecer uma estratégia através da qual as preocupações se originam regionalmente, influenciando o surgimento de possíveis ameaças (STEWART-INGERSOLL; FRAZIER, 2012).

Os instrumentos institucionais também são importantes ferramentas para a potência regional, eles são aplicados de forma indireta para influenciar o comportamento dos Estados por procedimentos e regras formais e informais. As potências utilizam essa ferramenta para regular o comportamento de outros Estados que participam destas instituições (FLEMES, 2007). Outra característica importante de analisar das potências regionais é a participação em processos de cooperação na região, pois, as instituições regionais podem auxiliar os Estados mais fracos, podendo restringir a liberdade das potências através de regras e procedimentos estabelecidos por países que integram a instituição. As potências regionais são os principais atores, podendo ser inclusive os criadores dessas instituições de governança. A influência do líder dependerá das suas estratégias para determinar a agenda de cooperação na região, que pode ser alcançada tanto através de uma forma de liderança cooperativa ou pela formação de uma hegemonia única (FLEMES, 2007). A hegemonia, seguindo uma lógica realista, pode ser entendida como uma forma de dominação de um sistema, podendo ser compreendida como uma região de influência. Nesse caso regional, o Estado procura evitar que outras potências consigam alcançar a sua hierarquia, dessa maneira, tentando impedir uma rivalidade (MEARSHEIMER, 2001). O que pode ser observado no Oriente Médio é a disputa entre alguns países, como entre o Estado saudita e o iraniano por influência nesta região.

A hegemonia pode ser utilizada para descrever um tipo particular de ordem num sistema regional, em que um Estado tem a capacidade de desenvolver uma posição dominante e que possa fazer com que sejam aplicadas as regras de seu interesse. Caso um Estado consiga alcançar a liderança regional, ele contribui para a formação de uma segurança regional (STEWART-INGERSOLL; FRAZIER, 2012). A estratégia de hegemonia cooperativa apresenta algumas vantagens para a obtenção do poder regional. As vantagens relacionadas a

escala são importantes devido à agregação de poder. Isso é necessário para uma potência regional que deseje ter uma função global, dessa maneira, permitindo que ela use sua região como base para projetar seu poder nos assuntos globais. Para isso, o Estado líder tem que formular um projeto político que influencie países vizinhos a se identificarem com seus objetivos. A hegemonia cooperativa é economicamente mais eficiente na região, existem vantagens para a formação de um mercado regional unificado. Para a potência regional, estar cercada por pequenas economias, provoca vantagens marginais. Outro fator para a junção de poderes na região é devido a uma ameaça externa, pois, isso facilitaria o crescimento conjunto dos países que cooperam (FLEMES, 2007).

O processo de institucionalização regional possui vantagens para a estabilidade política da região, ajuda a evitar problemas intrarregionais e dificulta as alianças entre Estados vizinhos e potências externas. A estabilidade geopolítica é uma das metas, caso países vizinhos se sintam ameaçados pela superioridade militar ou econômica da potência regional, pode acontecer uma desestabilização na região em diferentes áreas, o que poderia prejudicar os interesses do Estado que alcançou tal hierarquia (PEDERSEN, 2002; FLEMES, 2007). A inclusão nos processos de integração regional é importante, pois, é uma forma de garantir acesso à matéria-prima, que pode ser considerada como escassa, dessa maneira, afetando a realização das estratégias (FLEMES, 2007). A inclusão de países vizinhos auxilia na integração das ações do Estado hegemônico através da institucionalização regional (PEDERSEN, 2002).

Outro fator importante que afeta a estabilidade política e a segurança, é a custódia da região pela potência regional. Segundo Stewart-Ingersoll e Frazier (2012), o conceito de custódia é definido como o envolvimento do Estado nos esforços para manter e/ou estabilizar a ordem de segurança existente. A ideia de custódia é observada como tendo um nível distinto de autoridade no sistema regional, sendo considerado o maior poder significativo. O Estado que a possui, tem a responsabilidade pela gestão da região, isto não sendo dever de outros países. Além disso, existe o objetivo de estabilizar a ordem de segurança onde a potência regional esteja inserida (STEWART-INGERSOLL; FRAZIER, 2012).

Segundo Stewart-Ingersoll e Frazier (2012), existem sete categorias de comportamento que são aspectos que podem constituir uma custódia. Eles são: o interesse específico em alguns assuntos e atores securitizados internos a região a qual a potência esteja inserida; concentrar-se em questões relacionadas às ameaças regionais. Outras funções da potência regional, são a identificação e priorização dos riscos que têm o potencial de desestabilizar a ordem e o *status quo* vigente; fornecer recursos e usar a experiência adquirida na gestão de ameaças à segurança. O Estado precisa formar coalizões e a mobilizar os instrumentos e mecanismos institucionais

para lidar com prováveis problemas internos a região. A potência também tem a função de atuar na dissuasão direta contra possíveis perigos e de intervir em algumas situações, operando ativamente no gerenciamento de ameaças à segurança (STEWART-INGERSOLL; FRAZIER, 2012).

Segundo Pedersen (2002), um sistema regional institucionalizado oferece uma área para difusão das ideias da potência regional hegemônica, ela pode ocorrer de diferentes formas. A institucionalização pode servir como uma forma de contenção aos Estados vizinhos, a partir do uso de um conjunto de regras em grande parte impostas pela hegemonia cooperativa na região (PEDERSEN, 2002). O poder regional deve comprometer-se com uma estratégia de institucionalização a longo prazo. A decisão da potência deve estar condicionada pelos custos do não compromisso, que são maiores para uma economia regionalizada do que uma globalizada (FLEMES, 2007). Embora a estratégia de hegemonia cooperativa prometa benefícios, especialmente a longo prazo, ela também envolve custos, o mais importante é a exigência de que a grande potência regional compartilhe o poder com seus vizinhos em uma base permanente (PEDERSEN, 2002).

Segundo Flemes (2007), outro instrumento da potência regional é a diplomacia. A diplomacia clássica consiste na definição da agenda, o controle do discurso, emprego dos instrumentos do direito internacional. Uma ação decisiva no desenvolvimento de procedimentos e regras formais e informais de instituições bilaterais, regionais e globais pode ser o resultado do emprego de instrumentos diplomáticos clássicos. A diplomacia coercitiva inclui ameaças com sanções econômicas e militares, desta forma, aumentando a pressão ou o poder de dissuasão. Isso pode implicar em sanções positivas, como oferecer apoio econômico e militar, com a intenção de construir ou fortalecer a dependência política, ou de recursos financeiros (FLEMES, 2007).

Os países no entorno estratégico da potência regional, devem aceitar o *status* do Estado como um líder responsável pela segurança. Podendo ter a aceitação ampla na região ou extrarregional por outros Estados, ou potências, isso sendo uma condição necessária, porém, somente ela, não é suficiente para reconhecer um país como uma potência regional. A aceitação do papel de liderança pelos atores da região é fundamental para que o Estado evite uma redução da sua influência provocada pelos resultados dos obstáculos construídos por outras potências regionais (FLEMES, 2007).

Os Estados proativos são orientados para o planejamento de longo prazo para considerar uma diversidade de possíveis problemas e ameaças no contexto de seus objetivos. As estratégias da potência regional são direcionadas a mudanças difusas e com uma escala temporal de longo

prazo. Isso provoca uma perspectiva securitária que vai além de responder a ameaças específicas durante um determinado período. Uma potência regional proativa possui a maior probabilidade de buscar uma ordem baseada na hegemonia ou na integração dos Estados na região. Sob estas condições, ela será mais motivada a criar uma ordem na qual possa alcançar o máximo de benefício. Em alguns casos, isso pode proporcionar uma hegemonia, pois, a potência regional tem a força necessária para criar e fazer cumprir o sistema de regras que servem para alcançar seus objetivos (STEWART-INGERSOLL; FRAZIER, 2012).

Segundo Stewart-Ingersoll e Frazier (2012), em alguns casos, ocorrerá a integração de modo que o Estado dominante possa ter uma influência significativa na criação de regras, o que limita a probabilidade de outros países de desafiar a sua posição hegemônica. Outra categoria de potência regional é a que age de forma reativa na região, num sistema com um Estado dominante, será mantido um tipo de ordem baseada na força, devido às respostas às ameaças e preocupações que acontecerem à medida que surgiam. Ela pode ser desafiada devido a sua falta de vontade ou de capacidade de criar um ambiente mais estável (STEWART-INGERSOLL; FRAZIER, 2012).

2.3. Poder e *Hard power*

Segundo Nye (2012), alguns estudiosos definem o conceito de poder como sendo a capacidade de se conseguir o que deseja ou de resistir a possíveis mudanças desejadas por outros atores. Deve-se demonstrar os agentes envolvidos no relacionamento de poder e quais tópicos ou áreas estão se relacionando. Essa interação irá depender do alvo, como reage ou pensa sobre estar sofrendo possíveis consequências numa relação de poder. É relevante considerar que o poder não é simplesmente a capacidade de afetar outros atores para obter os resultados desejados. Ele também aborda as estratégias utilizadas no desenvolvimento das relações com outros agentes (NYE, 2012).

O poder também pode ser entendido como uma relação entre dois atores, dos quais o primeiro obtém do segundo um comportamento que, caso contrário, não iria ocorrer. Este conceito é relacional e para existir é preciso que ocorra um conflito de interesses ou de valores entre as partes. Outra característica é que uma relação de poder só existe quando um dos atores envolvidos aceitar o comando do agente que exerce o poder (BACHRACH; BARATZ, 1963; BOBBIO, 1987). Segundo Lukes (2005a), essa visão de poder de comando apresenta a incorporação da análise das relações de poder nas questões sobre a agenda política e das formas como elementos importantes são colocados fora de determinados processos políticos devido aos interesses de alguns atores (LUKES, 2005a).

Segundo Lukes (2005a), o poder possui a característica de ser assimétrico, pois, é exercido sobre um determinado ator, logo, ele é a capacidade de ter seus alvos sob a sua influência. Dessa maneira, restringindo suas escolhas e garantindo que seus interesses sejam alcançados e defendidos. Este poder assimétrico é a capacidade de produzir diferentes possibilidades de resultados, entre eles a dominação, a subordinação, controle e influência sobre os alvos de suas estratégias (LUKES, 2005a).

Segundo Nye (2012), existe a ação direta ou indireta do poder sobre os objetivos de quem o usa na sua estratégia, os efeitos podem não ser intencionais sobre determinado ator, podendo prejudicar ou de beneficiar o alvo. Formuladores de políticas, definem o poder como sendo recurso, ou um instrumento, de um Estado. A capacidade de um país pode ser considerada avançada caso ele consiga ter alguns parâmetros, como uma população relativamente grande, território, recursos naturais, capacidade econômica, força militar desenvolvida e uma estabilidade social interna (NYE, 2012). Segundo Lukes (2005a), o poder também pode abranger a coerção, a influência, o uso da autoridade por algum ator, a força e a manipulação de um agente sobre outros seguindo seus objetivos (LUKES, 2005a).

Porém, ter os recursos não necessariamente fazem um Estado ser considerado como um ator poderoso, é necessário que estas ferramentas sejam convertidas em poder. Converter recursos em poder, no sentido de alcançar os resultados preteridos, requer estratégias bem elaboradas e uma liderança hábil pelos agentes que as usam. Geralmente, um Estado que possui uma alta capacidade de recursos de poder têm maior possibilidade de afetar um país considerado como mais fraco e ser menos dependente de uma estratégia mais eficiente (NYE, 2012).

É necessário considerar a conduta da situação em que a relação ocorre, como apresenta Nye (2012, p. 30): "[...] e se determinado conjunto de recursos produz resultados preteridos ou não depende do comportamento no contexto." (NYE, 2012, p. 30). É preciso considerar os contextos e as estratégias nessas relações de poder. As estratégias relacionam os instrumentos aos objetivos, podendo combinar diferentes recursos, como, por exemplo, os que se associam ao *hard power* de um Estado em distintos contextos para obter uma maior eficiência de atuação (NYE, 2012).

Segundo Nye (2012), para julgar o poder, é preciso entender até que ponto são fortes as preferências iniciais do alvo das ações e o quanto elas foram modificadas pelas suas operações. A coerção pode se tornar uma estratégia válida em uma situação em que parece haver alguma possibilidade de escolha. Uma das estratégias de coerção são as sanções negativas, elas podem, por exemplo, retirar recursos econômicos de determinado Estado. O pagamento ou incentivo econômico pode ser utilizado como um instrumento por um Estado para realizar uma sanção

negativa, podendo ocorrer pela ameaça da retirada de tais incentivos, sendo considerado como um poder de comando. O poder de comando é visível, ele é considerado a base do *hard power*, sendo a capacidade de alcançar seus objetivos e resultados através do uso de instrumentos de coerção e de pagamento (NYE, 2012).

O *hard power* possui instrumentos que incluem ações como o uso da força, podendo ser militar e/ou econômica, e de recursos financeiros nas suas estratégias de coerção (SMITH-WINDSOR, 2000). Este poder visa afetar o alvo com o objetivo que ocorra um aumento da influência de quem utiliza esta categoria. Além disso, os modos de *hard power* relevantes incluem ferramentas do seu poderio bélico, política militar e econômica de um Estado (KROENIG; MCADAM; WEBER, 2010; GRAY, 2011). Um recurso de *hard power*, como uma unidade militar, pode provocar diferentes tipos de poder, podendo produzir tanto uma conduta de comando (no caso vencendo uma guerra ou batalha) quanto comportamento cooptativo (pela atração do ator que venceu a batalha ou guerra) isso depende da estratégia utilizada pelo Estado (NYE, 2012).

Uma categoria de poder que pode ser utilizada para desenvolver o *hard power* e *soft power* de um Estado é o poder militar. Os recursos militares deste poder podem implementar quatro categorias de ações pelo ator que as utiliza. Estas são: combate físico, com o propósito de destruir o alvo de suas estratégias; respaldar ameaças de uma diplomacia coerciva; proporcionar proteção a aliados, com o objetivo da manutenção da paz; fornecer diferentes formas de assistência. Desta forma, essas ações podem produzir, sendo bem utilizadas, influência sobre os atores alvos de suas táticas (NYE, 2012).

O combate dependerá de uma estratégia que envolva a competência e a legitimidade do uso dos recursos militares por um ator. A diplomacia coerciva depende dos recursos, que sejam eficientes na luta e na eliminação do ator alvo. Também é preciso considerar a credibilidade e que o custo da ameaça seja avaliado. Se uma ameaça não possuir a credibilidade necessária, possibilita a não aceitação dos riscos e pode causar problemas para a reputação do Estado que utiliza estratégias coercitivas, devido a esta falta de capacidade que o país possa ter (NYE, 2012).

Segundo Nye (2012), outra modalidade do poder militar que influencia a capacidade de *hard power* de um país é a competência de fornecer proteção a seus aliados. Nesta característica, o atributo central para uma estratégia bem desenvolvida é a credibilidade, sendo preciso que as ações realizadas pelo Estado produzam confiança ao país visado por suas táticas. A formação de alianças militares e a criação de organizações de Defesa aumentam a capacidade militar de um Estado e desenvolvem uma rede de vínculos pessoais e de atração entre os países que

integram estas ações. Desta forma, expandindo o *hard power* e outro tipo de poder, o *soft pow*er, do país que usa estas táticas (NYE, 2012).

As Forças militares de um país podem ser utilizadas para proporcionar assistência às outras nações. Este auxílio pode ser através de treinamento de Forças Armadas de outros Estados, participação no desenvolvimento da educação militar internacional, realização de exercícios militares regulares ou assistência humanitária e de socorro em caso de desastres. A combinação de *hard power* e *soft power* dependerá dos objetivos do país e de quais modalidades do poder militar o Estado irá empregar nas suas táticas e na sua política externa (NYE, 2012).

Seguindo uma lógica mais conectada ao realismo, Mearsheimer (2001), apresenta o poder militar de um país como sendo o tamanho e a qualidade das suas Forças Armadas. Neste caso, pela força de suas organizações militares para dominar o território de outro Estado. Dessa maneira, países que sejam considerados como poderosos necessitam ter Forças Terrestres desenvolvidas para realizar suas estratégias. Além disso, as Marinhas e as Forças Aéreas também podem realizar suas estratégias e ações ofensivas contra atores que prejudiquem os interesses do Estado (MEARSHEIMER, 2001). Para compreender o poder de Forças militares, Mearsheimer (2001), apresenta alguns fatores que podem ser utilizados, como quantidade de membros do Exército, qualidades dos soldados, o total e o nível dos armamentos, a organização dos seus integrantes e do armamento durante um conflito (MEARSHEIMER, 2001).

No caso da Força Aérea, tem que observar a quantidade e a qualidade das aeronaves, a eficiência dos pilotos e as forças de cada lado da guerra. Aliado a isso, deve-se observar o sistema de defesa aérea no solo do país, analisar as capacidades dos Estados e investigar o sistema de gerenciamento de batalha dos países envolvidos no conflito. Além disso, precisa-se avaliar as capacidades das marinhas em proteger os fluxos de tropas e suprimentos durante o evento (MEARSHEIMER, 2001). A política externa de um país também pode utilizar a Força militar do Estado para realizar as suas estratégias, principalmente, caso ela seja mais desenvolvida qualitativamente e quantitativamente que as dos demais países. São considerados alguns elementos como, por exemplo, qualidade e eficiência dos equipamentos militares, quantitativo de tropas, dentre outros fatores. Ou seja, o poder militar é um elemento importante para a manutenção do Estado e de sua força (CARR, 2001).

Outro poder que influencia a capacidade de *hard power* de um Estado é o econômico. Os instrumentos econômicos bem desenvolvidos podem produzir recursos militares significativos para a atuação do *hard power* (NYE, 2012). Segundo Bobbio (1987), o poder econômico se vale da posse de alguns recursos necessários. Isso acontece para quando ocorre uma situação de escassez, podendo ter a capacidade influenciar os atores que não tenham esses

meios a adotar certas ações, sendo estes instrumentos uma considerável fonte de poder. O uso de um desses recursos para desenvolver o poder econômico de um país tem ocorrido ao longo dos anos. Exemplo deste fato, é o uso do petróleo como instrumento coercitivo por países do Oriente Médio, como no caso da Arábia Saudita e Irã (BOBBIO, 1987). Segundo Nye (2012), a maioria das reservas petrolíferas mundiais estão localizadas na região do Golfo Pérsico. Durante a guerra de 1973, Estados árabes e o Irã cortaram as suas produções por razões políticas contra os aliados de Israel, aumentando significativamente o valor desta *commodity*. Com isto, a Organização dos Países Exportadores de Petróleo, a qual alguns países produtores do Oriente Médio integram, conseguiu expandir o seu poder efetivo, afetando ações de atores aliados a Israel. Por exemplo, os Estados Unidos adotaram um papel mais mediador durante a guerra do Yom Kippur (NYE, 2012).

Outra forma de usar o poder econômico de um Estado é através da aplicação de sanções econômicas. Segundo Nye (2012), elas são definidas como medidas de incentivo ou punição destinada a reforçar uma decisão, ou assumir uma política autoritária, podendo ser positiva ou negativa. A eficiência dessa tática depende do contexto a qual ela foi utilizada, dos propósitos e da habilidade em converter os recursos em um comportamento desejado de um determinado ator, podendo ter como objetivo coagir, restringir e sinalizar o alvo dessa estratégia (NYE, 2012). Segundo O 'Sullivan (2003), as sanções possuem três objetivos, estes são: alteração de comportamento, contenção e mudança de regime político em um Estado. É preciso observar se os impactos desse instrumento são traduzidos em eficácia, podendo obrigar um determinado país a realizar mudanças políticas (O'SULLIVAN, 2003).

As sanções positivas, como no caso do pagamento e financiamento para um alvo, também possuem dimensões do *hard power* e de outras categorias de poder. Por exemplo, o Estado que fornece o auxílio pode realizar ameaças de retirar tais assistências, demonstrando uma característica do *hard power*. Fornecer a ajuda financeira a um alvo pode gerar a atração de outros países ou alvos, aumentando a capacidade de *soft power* do agente que a usa (NYE, 2012). Desta maneira, um Estado que tenha uma economia considerada como bem desenvolvida e possua um potencial de crescimento tem a base para todos os instrumentos de poder. Ferramentas e estratégias econômicas, como no caso das sanções e auxílio financeiro, são considerados como fundamentais por serem meios mais eficientes quando se compara o custo de ações, como no caso do uso de uma força militar de forma direta (NYE, 2012).

Segundo Gray (2011), existem diferenças entre o *hard power* e o *soft power* relacionadas ao comando de suas ações. O *hard pow*er permite um significativo maior domínio sobre as ações utilizadas, seus meios podem ser aplicados por escolha do agente, existindo a

oportunidade de controle sobre a quantidade e a qualidade do uso deste poder. Mesmo assim, existem questões que são capazes afetar o *hard power*, como as ações do alvo, contingência de recursos e o atrito podem prejudicar a eficiência desse poder. Porém, sua eficácia está ligada a instrumentos da Força militar e do poder econômico (GRAY, 2011).

Segundo Dahl (1957), existem cinco fatores que podem ser considerados num estudo comparativo sobre poderes, estes são: a diferença na base de formação deles; distintos meios empregados; diferentes categorias de resposta; diferença no número de instrumentos comparáveis; mudança nas probabilidades devido às bases distintas. Dessa forma, esses fatores são capazes de demonstrar diferentes tipos de estratégias que podem ser utilizadas na política externa de um país que deseja utilizar o poder como um instrumento para suas ações (DAHL, 1957).

3. Reino da Arábia Saudita

3.1. Formação do Reino da Arábia Saudita

O Reino da Arábia Saudita é um país profundamente religioso, possui uma vertente sunita fortemente presente no seu sistema político (CORDESMAN; SHELALA; MOHAMED, 2014). O Estado saudita foi formado no ano de 1932, após um período de aproximadamente três décadas de operações que buscavam unificar uma parte considerável da Península Arábia, o país foi fundado e liderado por Abd Al-Aziz bin Abd Al-Rahman Al Saud (Ibn Saud). Antes de usar as suas estratégias de conquista, a família Al Saud, já possuía um considerável poder desde o século XVIII. A legitimidade que a família Al Saud tem para formar e manter o Estado saudita aconteceu devido à construção de algumas alianças entre ela e o líder Muhammad Ibn Abdul Wahhab[13]. Esse fato possui uma considerável importância para as estratégias sauditas (BAER, 2003; CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY, 2021). Porém, existiram algumas tentativas de formar um país anteriormente.

Em 1744 foi fundado por Ibn Saud o Primeiro Estado Saudita, que englobava, inicialmente, somente parte da região de Najd, depois expandiu-se para outras áreas da Península Arábica. Durante esse período, ocorreram mudanças de liderança devido à morte dos governantes sauditas. Ibn Saud faleceu e assumiu seu filho (Abdul Aziz), que manteve a sua aliança com o Muhammad Ibn Abdul Wahhab. Abdul Aziz continuou a estratégia de expandir o território do país sobre a região, expandindo junto o Wahhabismo por diferentes áreas, esta vertente do Islã possuía forte influência sobre as lideranças sauditas e sobre suas estratégias. Abdul Aziz é assassinado, assumindo o reino o príncipe Saud, que também tinha apoio dos líderes wahhabitas. Ele continuou a campanha de expansão dos seus antecessores. Nesse primeiro momento, a liderança Saud escolheu um sistema político que fornecia autonomia para os líderes de cada região, assim como os problemas que poderiam surgir em seus territórios seriam de suas responsabilidades. Em 1814, faleceu por problemas de saúde o líder Saud e assumiu o seu lugar Abdullah Bin Saud, seu filho (AL-SAFI, 1993; BARRETT, 2015).

Neste primeiro momento, a maior parte da região de Najd estava sobre controle dos sauditas. Porém, o Império Otomano considerou esta expansão um risco aos seus interesses, devido à invasão de Karbala, da possível ameaça que representava para Damasco e pela conquista de Meca, entre outros locais e cidades pelas Forças sauditas. A resposta otomana foi pedir auxílio ao vice-rei do Egito para que realizasse uma ofensiva contra os sauditas. Com o

[13]Fundador do movimento Wahhabismo (BAER, 2003).

início da campanha egípcia, ocorreu a reconquista de Meca e Medina, com o avanço do Egito pela Arábia (PETERSON, 2003). Com a ofensiva da campanha egípcia, aconteceu o fim desse Primeiro Estado Saudita em 1818 (BARRETT, 2015).

O Segundo Estado Saudita existiu entre 1824 e 1891, com uma nova ascensão de liderança da família Saud, ocorreu o estabelecimento de um segundo estado governado pelos sauditas. A capital nesse segundo período foi na cidade de Riade. Os sauditas ainda possuíam influência sobre uma parte da região de Najd e da Arábia ocidental até uma segunda invasão egípcia em 1838, capturando a liderança saudita, Faysal bin Turki. Ele conseguiu fugir da prisão e assumir a liderança das estratégias realizadas. A partir das suas ações, o Segundo Estado Saudita incorporou parte central e norte do Najd, recuperando algumas áreas do território do Primeiro Estado Saudita. Com o falecimento dessa liderança em 1865, ocorreu o aumento da rivalidade interna da família Saudita. Em 1884, a família Al-Rashid da região Ha'il conseguiu ter capacidade de substituir o domínio dos Sauds em parte de Najd, forçando o filho de Faysal ao exílio no Kuwait em 1891 (PETERSON, 2003; BARRETT, 2015). O Segundo Estado Saudita teve alguns erros na sua formação que levaram a sua dissolução em 1891, mesmo aprendendo com os problemas do período anterior. As suas lideranças tinham como objetivo expandir-se para além do território do Primeiro Estado. Elas também buscaram evitar o confronto com a Grã-Bretanha. Porém, a sua dissolução teve início devido à disputa pela sucessão da liderança, estimulada pelas rivalidades tribais, o que permitiu o uso desse fator por rivais regionais e atores externos para realizar suas estratégias e operações contra o Segundo Estado Saudita e colocar um fim nele (BARRETT, 2015).

O Terceiro Estado Saudita começou a se formar com a saída de Abd al-Rahman do Kuwait, junto com alguns aliados, em direção a Riade. Nessa cidade, o grupo retirou o governador do poder, Al-Rashid, e a capturou. Nos anos seguintes, ocorreu a expansão pela região de Najd, mas, aceitando a soberania otomana. Porém, devido a alguns problemas que os otomanos sofreram, a liderança Saud conseguiu expandir suas fronteiras para leste da Península Arábica, avançando para al-Ahsa e al-Qatif. Em 1921, Abd al-Rahman consegue conquistar o território pertencente à família Al Rashid em Ha'il. Neste ano, a liderança saudita, nomeia-se sultão de Najd. Em 1925 ocorreu a conquista de Medina, Meca e Jeddah, dominada no final desse mesmo ano. Com a saída da família Hashimi da área, Saud tornou-se rei de al-Hijaz. A expansão do território pertencente aos Sauds continuou a ocorrer para o sul sobre Asir, Najran e o norte de Tihamah. Na região norte a expansão foi em menor quantidade devido à aliança formada entre as monarquias Hashimi, apoiadas pelos britânicos, na Transjordânia e no Iraque. Fato semelhante ocorreu devido à proteção da Grã-Bretanha para o Kuwait, Bahrein e Abu

Dhabi. Acontecendo a nomeação oficial de Reino da Arábia Saudita em 1932 (PETERSON, 2003).

A liderança de Ibn Saud ocorreu entre disputas com diferentes grupos que estavam presentes no território saudita. Para conseguir a formação do Estado de 1932, alguns fatores foram necessários para unificar e estabilizar o país, entre eles o Wahhabismo, utilizado como uma ideologia para influenciar a população saudita e de outras regiões. Na parte militar existe a presença dos Ikhwan (AL-RASHEED, 2010). Aliado a isso, as lideranças sauditas também compreenderam a importância de comprometer-se com os britânicos em diferentes momentos e em distintos setores e áreas (BARRETT, 2015).

O Wahhabismo foi criado na região de Najd, a partir das ideias de Muhammad ibn Abdul al-Wahhab. Esta vertente do Islã foi utilizada como um meio para legitimar o governo de Saud. Para conseguir que tal elemento fosse bem elaborado para controlar a sociedade, foram utilizadas as ações dos Mutawwa'a. Esses atores eram responsáveis por influenciar a população saudita em nome do Islã. Além disso, eles provocaram um aumento da autoridade das lideranças sauditas sob a ideia de um programa de influência islâmica sobre o povo da Arábia, eles foram um importante fator para a expansão das estratégias de Saud. Estes agentes desempenharam funções consideráveis na criação do Estado saudita contemporâneo, como no caso da influência sobre a população do país (AL-RASHEED, 2010).

Ibn Saud observou o Wahhabismo como uma ferramenta para alcançar seus objetivos, pois, seu governo conseguiu parte da sua legitimidade através do uso da religião. Porém, esse apoio dos wahhabita ocorria em troca que o regime defendesse as ideias dos atores e lideranças religiosas do Wahhabismo. Outro fator presente na formação da Arábia Saudita, foi o uso da *Sharia*, o regime liderado pela família Saud, utiliza essa lei islâmica para defender seus interesses e alcançar seus objetivos. Além disso, o uso dela pelo regime é para que se consiga governar o país. A *Sharia* é um instrumento que pode ser utilizado para controlar as ações da população da Arábia Saudita (AL-RASHEED, 2010). O destaque que o Wahhabismo possui no regime saudita, é devido à aliança formada no passado entre os Sauds e os wahhabitas (MABON, 2016).

Outro fator que auxiliou na formação do Estado saudita foi o Ikhwan, esta Força era uma organização militar criada a partir de membros das tribos leais à Saud. Ela foi utilizada para conquistar algumas regiões da Península Arábica durante a formação do reino. Esta instituição também sofria influência dos Mutawwa'a, devido a alguns programas que eles realizavam que eram fornecidos por esses religiosos. A Ikhwan era uma Força militar semipermanente, não sendo desfeitas após a realização de suas operações militares. Esses dois

elementos auxiliavam Saud em algumas situações específicas. Os Mutawwa'a atuavam numa área de coerção mental da população, usando o Wahhabismo como um elemento ideológico, e os Ikhwan operavam numa parte de repressão física, eles agiam também contra não-muçulmanos e contra outras divisões do Islã, como no caso dos praticantes do Xiismo. Esta organização militar teve fim devido a uma rebelião da instituição devido a contestações ao governo Saud. Em 1929, a liderança saudita formou uma Força militar para encerrar as atividades da Ikhwan (AL-RASHEED, 2010). Outro fator que ajudou o reino foi:

> A expansão militar atingiu seus limites no norte, leste e sudoeste. O reino saudita fazia fronteira com territórios onde a Grã-Bretanha já havia garantido a integridade de dois reinos Hachemita recém-criados, o do Rei Abdullah na Transjordânia e o rei Faysal no Iraque. Os rebeldes Ikhwan tinham cometido o grave erro de não reconhecer as realidades políticas da nova situação. Impulsionados pela ambição política e zelo religioso, eles continuaram a invadir grupos tribais e cidades no norte em áreas onde Ibn Saud não tinha autoridade ou reivindicação reconhecida pela Grã-Bretanha. Ibn Saud e a Grã-Bretanha cooperaram no desmantelamento da força Ikhwan após eles terem cumprido a tarefa bastante difícil de expandir o reino de Ibn Saud dentro dos limites que eram possíveis. A sagrada aliança entre Ibn Saud, o Mutawwa'a e o Ikhwan entraram em colapso sob novas pressões que exigiram uma cessação da expansão militar.[14] (AL-RASHEED, 2010, p. 67, tradução nossa).

Com o encerramento da rebelião, ocorreu a diminuição da atuação dos Mutawwa'a e com a ajuda da Grã-Bretanha, aconteceu a declaração em 1932 da formação do Reino da Arábia Saudita. Devido a isso, Ibn Saud atuou para consolidar uma linhagem real para fornecer a continuidade da sua parte da família Saud, marginalizando os outros membros familiares e buscando fortalecer a linhagem que descendia diretamente dele (filhos), provocando a criação de um grupo real separado (AL-RASHEED, 2010). Com o surgimento do reino, ocorreu a formação de uma administração regional, porém, mantendo práticas tribais de liderança. A população considerada de baixo escalão estava ligada devido à lealdade pessoal e familiar a príncipes específicos. Isso ocorria devido ao fato de a família real ter surgido como uma elite dominante e ter conseguido aliar-se com outras famílias importantes do reino (KOSTINER; TEITELBAUM, 2000).

Este primeiro reinado no território saudita demonstra a transição de um país baseado na ideia de chefe tribal, tendo o suporte da ideologia do Wahhabismo, para um Estado nacional,

---

[14]Texto original em inglês*: "Military expansion reached its limits in the north, east and south-west. The Saudi realm bordered territories where Britain had already guaranteed the integrity of two newly created Hashemite kingdoms, that of King Abdullah in Trans-Jordan and King Faysal in Iraq. The ikhwan rebels had made the serious mistake of not recognising the political realities of the new situation. Driven by political ambition and religious zeal, they continued to raid tribal groups and towns in the north in areas where Ibn Saud had no authority or claim recognised by Britain. Ibn Saud and Britain co-operated in dismantling the ikhwan force after they had fulfilled the rather difficult task of expanding Ibn Saud's realm within the boundaries that were possible. The holy alliance between Ibn Saud, the Mutawwa'a and the ikhwan collapsed under new pressures that demanded a cessation of military expansion."* (AL-RASHEED, 2010, p. 67).

fornecendo uma estabilidade política na região da Península Arábica. Aliado a isso, teve início e manteve-se um sistema do clientelismo e patriarcado. O período entre 1953 e 1975 é importante por compreender o início da formação de interesses em comuns entre o reino e o Ocidente. Com a ascensão ao poder de Faisal, devido à morte de Ibd Saud, ocorreu a criação de instituições com o objetivo manter o Estado estável, além de iniciar as reformas necessárias e buscar modos para evitar o conflito interno na família real. O rei nesse período também procurou a racionalização das funções do governo para permitir a estabilidade do país. O Estado moderno, elaborado neste período de Faisal, provocou a criação de um núcleo no qual os filhos de Ibn Saud conseguiriam exercer o poder político e econômico em diferentes escalas (BARRETT, 2015).

Entre os anos de 1975 e 2005, período do reinado de Khalid (1975-1982) e Fahd (1982-2005), alguns assuntos se mantiveram como importantes para a Arábia Saudita. O país tornou-se um dos principais aliados dos Estados Unidos no Mundo Muçulmano. Além dessa escala e dos EUA, o reino também se tornou um ator de significativa importância para o Ocidente, isso ocorreu devido às preocupações relacionadas à exportação da Revolução Iraniana de 1979 para outros países, o que aproximou EUA e a Arábia Saudita. O reino possui oposição às estratégias políticas, econômicas e ideologia iranianas em diferentes escalas, além das preocupações desses países aos objetivos estratégicos iranianos de buscar a hegemonia na região. Além desses elementos, ainda existiam temores relacionados ao comunismo, que impulsionaram a cooperação entre os países em algumas áreas, como no caso dos assuntos relativos ao Afeganistão. O país se transformou numa potência energética de significativa importância na produção e exportação de petróleo, sendo um ator que possuía a capacidade de atuar na estabilidade econômica em diferentes escalas. Nesse período, o Estado saudita teve uma política externa muito cautelosa dos problemas existentes, as lideranças sauditas evitam envolver-se de forma direta em assuntos que poderiam ameaçar seus interesses (BARRETT, 2015).

Entre 2005 e 2015, a liderança saudita ficou a cargo do rei Abdullah. Ele teve um papel importante para manter a estabilidade da Arábia Saudita, em diferentes áreas, como na política, econômica e social. A sua credibilidade também ocorreu devido à sua posição de comando na Guarda Nacional saudita, com suas influências junto às tribos Najdi, conservadorismo e respeito aos costumes tradicionais do Najd. Isso também proporcionou um equilíbrio no Estado para conseguir governar. A presença de Abdullah no comando do país reduziu as preocupações dos atores mais conservadores sauditas devido à possibilidade de uma aproximação mais forte com o Ocidente. Além disso, devido a ser visto como um conservador, ocorreu a oportunidade de

realizar reformas. Ele teve a capacidade de evitar possíveis problemas estruturais no governo (BARRETT, 2015).

Em 2015, assumiu o reino saudita o rei Salman, realizando mudanças nas organizações de sucessão deixadas por seu sucessor, rei Abdullah. Devido à estas mudanças, o próximo a assumir a Arábia Saudita seria Mohammed Bin Salman, o que pode provocar instabilidades políticas internas, o príncipe é um dos netos de Ibn Saud. Os membros desta geração têm assumido lugares de liderança em diferentes setores, como no caso da segurança, política e economia do país. Nos últimos anos, ocorreu a ascensão do príncipe Bin Salman para assuntos estratégicos do reino, como no caso do Ministério da Defesa e Aviação do país, o que lhe proporciona considerável poder para realizar as suas estratégias (ARÁBIA SAUDITA, 2021; BLANCHARD, 2021).

3.2. Sistema do regime do Reino da Arábia Saudita

A Arábia Saudita possui um sistema político baseado numa monarquia com o comando absoluto no rei, ele tem o poder central do país (WYNBRANDT, 2010). Além disso, as lideranças do Estado saudita devem cumprir os objetivos e as leis fornecidas pela *Sharia*, segundo os artigos 8 e 23 da Lei Básica de Governança do Reino da Arábia Saudita. Os governantes do país devem ser filhos do fundador do reino (Ibn Saud) ou seus descendentes, membros da família real Saud, o príncipe herdeiro deve assumir o cargo de rei após a morte da liderança saudita. O rei tem o poder de nomear e retirar dos cargos integrantes do corpo de ministros do Conselho de Ministros, políticos do país, inclusive podendo dissolver e reconstruir o Conselho, alterar o príncipe herdeiro, membros do Conselho Consultivo (Majlis al-Shura), entre outras responsabilidades (ARÁBIA SAUDITA, 1992; STENSLIE, 2012). Dessa maneira, o rei é o chefe do Estado e do governo da Arábia Saudita. Porém, para tomar as suas decisões, o monarca saudita deve consultar os membros do sistema de tomada de decisão do regime para suas ações. Isso ocorre para que o rei legitime as suas políticas de governo no território saudita (MAISEL, 2018).

A Lei Básica de Governança do país, fortalece a autoridade do rei, o artigo 6 apresenta que os cidadãos da Arábia Saudita devem ser leais a este líder, mesmo em períodos de dificuldade. Além disso, outra função que ele possui é a de nomear os juízes por decreto. Esta liderança também é o comandante-chefe das Forças Armadas, podendo nomear e retirar dos cargos seus membros. Aliado a isso, o rei tem poder, segundo o artigo 61, de declarar estado de emergência, mobilização geral e guerra, entre outros (ARÁBIA SAUDITA, 1992). Dessa maneira, o rei é a principal autoridade do poder executivo e do legislativo, em alguns casos

podendo atuar na área judicial. Ele tem poder de vetar os decretos emitidos pelo Conselho de Ministros. Porém, ele precisa desenvolver a sua base de poder na família real, buscando atender possíveis demandas internas (STENSLIE, 2012).

Outra instituição importante para o sistema político da Arábia Saudita é a Majlis al-Shura (Conselho Consultivo), decidida a sua elaboração em 1992. A sua implementação ocorreu em 1993 com 60 membros, ampliado para 70 em 1997 e para 150 em 2005 e adicionando mais sete integrantes em 2015 pelo rei Salman. Os membros possuem mandatos de 4 anos e são representantes das regiões que integram o Estado saudita. A função dessa instituição é aconselhar o rei nas suas decisões, sugerir decretos e elaborar, revisar e avaliar políticas externas e internas do país, entre outras responsabilidades. Os membros do Conselho são nomeados pelo rei saudita (STENSLIE, 2012; MAISEL, 2018).

Outra instituição presente no regime saudita, é o Conselho da Família Real, ele é formado por representantes de todas as divisões da família real e criado em 2000, buscando atender o bem-estar dos seus membros. Ele é liderado pelo rei e sendo composto por 18 príncipes, cada membro representa um ramo principal da família Saud. Esta instituição forneceu uma estrutura para resolver problemas internos da família Saud, evitando a exposição de possíveis rivalidades ou desentendimentos. Outra instituição é o Conselho de Fidelidade, ele foi criado em 2007 para atender apenas aqueles membros que têm o direito de ser rei ou príncipe herdeiro, sendo ambas as instituições lideradas pelo rei. Além disso, este Conselho é um importante instrumento elaborado com o objetivo de garantir uma transferência estável de poder no reino, com a aprovação dos filhos do rei Abdul Aziz (Ibn Saud) (STENSLIE, 2012; AL-HARTHI, 2015).

Entre o rei e as lideranças religiosas, existe o Conselho Supremo de Acadêmicos Sênior[15], estabelecido em 1971, ele tem a função de atuar como um conselho para consulta entre o rei e os líderes religiosos. Ele é composto por membros escolhidos pelo rei, por um período de 4 anos. Além disso, esta instituição também tem função de conectar o rei e os príncipes com as lideranças wahhabitas. O rei e os príncipes possuem ligações com a comunidade empresarial na Arábia Saudita por meio do Conselho Saudita de Câmaras Comerciais e Industriais, sendo esta outra organização importante para as estratégias de governo do reino (STENSLIE, 2012).

O Conselho de Ministros atua na formulação de políticas e comanda as atividades burocratas do país, a legislação é desenvolvida por resolução desta instituição, ratificada por decreto real, devendo esta de acordo com a lei islâmica. Ele é composto por um primeiro-

[15]Também conhecido em inglês como *Supreme Council of Senior Scholars* (STENSLIE, 2012).

ministro (rei), um vice-primeiro-ministro (príncipe herdeiro) e outros ministros, que tem o cargo ocupado por outros príncipes, a ocupação dos cargos de vice-primeiro-ministro e os dos ministros não estão especificados na lei do país (STENSLIE, 2012). As funções que a organização desempenha são as de elaborar e supervisionar a implementação das políticas internas, externas, financeiras, educacionais, de Defesa, revisar resoluções do Conselho Consultivo e entre outras atribuições relacionadas ao Estado e a sua gestão saudita (ARÁBIA SAUDITA, 1993).

A resiliência que a família real Saud possui para manter-se no controle do país pode ser observada por algumas abordagens. A primeira, é devido à renda que o comércio de petróleo fornece ao regime de Riade, a Arábia Saudita é considerada um estado rentista. Isso permite a Arábia Saudita desenvolver a capacidade para fornecer o bem-estar social a sua população, dominar a economia local, construir um aparato de segurança e cooptar rivais políticos. Outra, é devido à importância do Islã, a religião (Wahhabismo) fornece às lideranças religiosas a capacidade de construir uma nação, desenvolver políticas de legitimidade para o regime e funcionar como um instrumento de controle social. Dessa maneira, o regime da família Saud busca manter-se no poder através do Wahhabismo. Por fim, a aliança com os Estados Unidos fornece uma capacidade à monarquia para resistir às ameaças externas e internas (STENSLIE, 2012).

O regime saudita pode ser compreendido a partir de algumas outras observações. A primeira é visualizá-la como uma instituição governante do reino, membros da família real assumiram diferentes cargos, como de ministros, de administração considerados mais importantes e de governadores regionais. Dessa maneira, ocorreu o desenvolvimento de uma elite patriarcal, que possui contato com a população saudita através de meios burocráticos e pessoais, sendo utilizado alguns atores e instituições. Exemplo destas estratégias, são os Majlis sauditas, elas são reuniões em que o Emir se encontra com seus apoiadores. Esta liderança é um ator que tem a capacidade de fornecer empregos, organizar redes de apoio e providenciar outros benefícios aos seus apoiadores. As lideranças sauditas alcançaram a posição de governantes atuando como um grupo de elite separado, que mesmo ocorrendo a conexão com seus súditos, mantiveram uma estrutura que os protegia, com interesses distintos e um posicionamento econômico superior ao da população saudita (KOSTINER; TEITELBAUM, 2000).

Outra função que o regime saudita tem é com a família real. Os Sauds uniram-se com outras famílias que possuíam alguma importância no reino, seguindo práticas tribais. Dessa forma, conseguiram expandir a família real para um número significativo de integrantes, uma das estratégias utilizadas para tal aumento foi o uso do casamento entre os membros das

principais famílias sauditas. Esta expansão permite que caso houvesse a necessidade de substituição de algum membro em determinado cargo, as lideranças do país recorriam a família real para preencher os cargos no governo. Um problema que esta ação causa, é que os Sauds se encontram divididos de acordo com grupos e gerações, que podem possuir objetivos distintos. Isto pode prejudicar os interesses do país, caso não exista um entendimento homogêneo sobre determinados assuntos ou ações que sejam necessárias para o Estado saudita. Um fato que pode acontecer, devido à hierarquização interna da família real, é o aumento da rivalidade entre os distintos grupos que a integram. Isto acontece pela intenção dos membros em ocupar cargos considerados como centrais no regime de Riade. Além disso, essa disputa também busca evitar a concentração de poder em alguns grupos familiares (KOSTINER; TEITELBAUM, 2000). Outro exemplo de possíveis problemas é apresentado por Kostiner e Teitelbaum (2000, p. 133):

> Um segundo dilema monárquico é, portanto, duplo: manter a unidade por meio do equilíbrio entre os muitos ramos reais no que diz respeito ao poder e à posição, particularmente no que diz respeito à linha de sucessão ao trono, que tradicionalmente passa pelos filhos de Ibn Saud; e fornecer candidatos que não seriam apenas do ramo familiar certo, mas também adequados para o trabalho[16] (KOSTINER; TEITELBAUM, 2000, p. 133, tradução nossa).

Porém, na formação da família real também ocorreu alianças criadas com algumas famílias de comerciantes, isto permitiu a construção de uma elite dominante de atores políticos e econômicos que atuaram nas suas próprias redes de apoio e de clientes. Com o fornecimento de alguns elementos, como emprego e *status* para seus clientes, que eram considerados de classes baixas, provocou o aumento do apoio político para esses atores. Essa estratégia objetiva controlar a sociedade em diferentes áreas, como na política e na economia. Estas redes ainda mantiveram os valores tribais, a hierarquia adquirida e a ordem na sociedade saudita (KOSTINER; TEITELBAUM, 2000). O sistema político da Arábia Saudita possui como base o clientelismo (seguindo uma hierarquia entre alguns grupos, como tribos, clãs e importantes famílias influentes na economia) e algumas instituições, além de alguns membros do governo (GAUSE III, 2011).

Outra responsabilidade que o regime saudita possui é manter a conexão com o Wahhabismo e seus princípios. As lideranças sauditas conseguiram aumentar o seu controle sobre o Wahhabismo, integrando serviços e pessoal de alto nível com as instituições do reino.

---

[16]Texto original em inglês: "*A second monarchical dilemma is therefore twofold: to maintain unity through a balance among the many royal branches with respect to power and position, particularly regarding the line of succession to the throne, which has traditionally run through the sons of Ibn Saud; and to provide candidates that would not only be from the right family branch but also suitable for the job*." (KOSTINER; TEITELBAUM, 2000, p. 133).

Exemplo dessa força da religião no Estado está na influência sobre os tribunais e pelo uso da *Sharia* como lei do país. Isso pode provocar alguns problemas para o Estado, como no caso do controle sobre movimentos wahhabitas contrários ao regime da família Saud ou contra o Reino da Arábia Saudita. Porém, o reino visa manter a sociedade religiosamente conservadora e seguindo as tradições muçulmanas, promovendo valores do Wahhabismo através das mesquitas e do uso de instrumentos de segurança do Estado contra ações que busquem contestar esses costumes (KOSTINER; TEITELBAUM, 2000).

O Reino da Arábia Saudita também opera realizando algumas estratégias relacionadas ao bem-estar social da sua população. A sociedade saudita recebe serviços médicos e acesso à educação universitária gratuita; o governo oferece bolsas de estudo subsidiadas no exterior; fornecimento de água sendo considerada a baixo valor; acesso à eletricidade, viagens aéreas domésticas, gasolina, serviço de telefonia a baixo custo, entre outros (BAER, 2003). Esta estratégia criada e colocada em prática pelo rei Faisal tem como um de seus objetivos que a família real saudita governe o país com pouco movimentos de oposição às suas estratégias. Aliado a isso, busca-se que ela tenha o apoio de parte da sociedade da Arábia Saudita, porém, tendo em troca para esta população, o acesso a estes serviços básicos (KOSTINER; TEITELBAUM, 2000). O povo recebe o bem-estar e em troca o regime espera a lealdade política de sua população. Isso pode ser observado em 2010 e 2011, o reino anunciou um pacote de gastos no valor de 60 milhões de dólares em 2010 e em 120 milhões em 2011, buscando evitar movimentos de oposição nesse período (STENSLIE, 2012). Segundo Stenslie (2012, p. 13) o país forneceu os seguintes auxílios em 2011:

> O último pacote inclui: um pagamento único em dinheiro de dois meses de salário a todos os funcionários do governo; um salário mínimo para os sauditas empregados no governo; subsídio mensal de desemprego para candidatos a emprego; e financiamento para a construção de novas casas, hospitais e centros de saúde em todo o país. Além disso, incluiu dinheiro para 60.000 novos empregos de segurança sob o Ministério do Interior, bem como fundos significativos alocados ao estabelecimento religioso. Com esses subsídios, o rei gastou até um terço das reservas de caixa do estado[17] (STENSLIE, 2012, p. 13, tradução nossa).

A Lei Básica de Governança do país também apresenta que os impostos só devem ser cobrados em caso de necessidade; o Estado precisa facilitar as oportunidades de emprego para toda população capacitada; Riade tem que garantir os direitos aos seus cidadãos e de seus

[17]Texto original em inglês: "*The latter package included: a one-time cash payment of two months' salary to all government employees; a minimum wage for Saudis employed in the government; monthly unemployment benefits for jobseekers; and funding for the construction of new houses, hospitals and health centres across the country. In addition, it included money for 60,000 new security jobs under the Ministry of Interior, as well as significant funds allocated to the religious establishment. Through these subsidies the king spent as much as one-third of the state's cash reserves*." (STENSLIE, 2012, p. 13).

familiares em caso de emergência. Além disso, Estado deve apoiar a Lei de Seguro Social; o país tem que patrocinar a ciência, a cultura e o ensino; Riade precisa fornecer saúde pública; o Estado garante a segurança de todos os cidadãos e residentes no território da Arábia Saudita; entre outros serviços fornecidos pelo governo para a população (ARÁBIA SAUDITA, 1992).

Segundo Gause III (2011), em 2011 as lideranças sauditas tinham a intenção de gastar cerca de 130 bilhões de dólares nos anos seguintes com a sua população. Esta ação tinha como objetivo destinar estes recursos para a construção de habitações e continuar a estratégia de permitir empréstimos estatais para aquisição de residências, além de fornecer outras bonificações e subsídios em diferentes áreas. A Arábia Saudita também iria utilizar parte desses recursos nas suas estratégias que tem como foco a sociedade saudita, buscando expandir o acesso a determinados programas e serviços (GAUSE III, 2011). Segundo Baer (2003), o bem-estar social saudita é influenciado pelo preço do petróleo. As receitas e o orçamento do Estado saudita são dependentes do lucro obtido da exportação desta *commodity* para outros atores. Dessa maneira, a cada aumento do valor do barril de petróleo, a Arábia Saudita consegue obter uma expansão dos seus recursos econômicos. Exemplo disso, na década de 1980, o reino possuía reservas financeiras na ordem de 120 bilhões de dólares e em 2003, o valor estimado é de 21 bilhões de dólares. Isso aconteceu devido aos efeitos causados pela flutuação do valor do petróleo no mercado (BAER, 2003). A legitimidade da política, da família real, depende tanto da legitimidade religiosa fornecida pelo Wahhabismo quanto pelo apoio popular que o reino busca controlar através do fornecimento do bem-estar social para a sociedade. Além disso, estes instrumentos também são formas de conseguir evitar movimentos opositores do sistema político e das lideranças da Arábia Saudita (BAER, 2003; CORDESMAN; SHELALA; MOHAMED, 2014).

3.3. Economia da Arábia Saudita

A Arábia Saudita possui significativos controles governamentais sobre as principais atividades que ocorrem no seu território. Além disso, o Estado saudita depende dos recursos financeiros provenientes das receitas oriundas do petróleo, impactando a sua estrutura econômica e social (NIBLOCK; MALIK, 2007; CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY, 2021). Isso demonstra a dependência desse recurso natural para a realização das suas estratégias em diferentes escalas. O PIB saudita alcançou seu ápice no ano de 2019, chegando a aproximadamente 793 bilhões de dólares, porém, tendo uma diminuição no ano de 2020 para cerca de 700 bilhões de dólares (THE WORLD BANK, [2021?]b). Essa dependência tem como

consequência que o Reino da Arábia Saudita fique vulnerável às variações do mercado dessa *commodity* (EID, 2015).

Porém as receitas provenientes da exportação de petróleo aumentaram até o ano de 2019. Segundo dados da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (2020), a Arábia Saudita tem conseguido ampliar as suas receitas provenientes da exportação dessa *commodity*, obtendo em 2019, aproximadamente de 202 bilhões de dólares, sendo que este valor, em 2018, alcançou cerca de 231 bilhões de dólares. Isso demonstra um aumento do valor obtido das exportações do petróleo, pois, os valores de 2018 e 2019 são superiores aos apresentando nos anos de 2015, 2016 e 2017 (ORGANIZATION OF THE PETROLEUM EXPORTING COUNTRIES, 2020). Além disso, o reino também desempenha um papel de liderança entre os membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY, 2021).

Estes fatos demonstram a importância que este elemento possui para as estratégias do reino saudita, pois, gera significativas receitas, porém, torna o país dependente dessa *commodity*. Exemplo desse fato, é apresentado por Eid (2015, p. 2):

> Por exemplo, o forte aumento dos preços do petróleo em 1973 e 1974, o primeiro, o choque do petróleo resultou em superávit orçamentário de 43,2% e 40,7% do PIB, respectivamente. Três anos mais tarde, esse enorme superávit se tornou um déficit de 2,8% do PIB em 1977, em seguida, um superávit de 20,4% do PIB em 1980. Recentemente, desde 2003, o orçamento do governo saudita realiza um superávit que varia de tão baixo quanto 4,5% do PIB em 2003 para tão alto quanto 29,8% do PIB em 2008 (exceto 2009, quando o orçamento percebeu um déficit de 86,6 bilhões de riais, o que equivale a 5,4% do PIB)[18] (EID, 2015, p. 2, tradução nossa)

Além disso, os embargos de venda de petróleo em 1973 aumentaram consideravelmente o preço do barril de petróleo. Em 1979, outro evento que expandiu as receitas provenientes do petróleo para o país, foi Revolução Iraniana, ela provocou um significativo aumento do preço do barril (EID, 2015). Porém, está dependência tem diminuído ao longo dos anos, como demonstra o quadro a seguir. Mas, segundo a Forbes (2018), o setor petrolífero ainda possui uma atuação significativa no orçamento do Estado da Arábia Saudita, inclusive, representando uma parcela importante das receitas de exportação do país (FORBES, 2018). Dessa maneira, mesmo com as ações realizadas pelo regime saudita, ainda existe uma dependência dos recursos provenientes dessa *commodity*.

---

[18]Texto original em inglês: "*For example, the sharp increase in oil prices in 1973 and 1974, the first oil shock, resulted in a budget surplus of 43.2% and 40.7% of GDP, respectively. Three years later, this huge surplus turned into a deficit of 2.8% of GDP in 1977 then a surplus of 20.4% of GDP in 1980. Recently, since 2003, the Saudi government budget realizes a surplus that ranges from as low as 4.5% of GDP in 2003 to as high as 29.8% of GDP in 2008 (except 2009 when the budget realized a deficit of 86.6 billion riyals, which equals to 5.4% of GDP)*." (EID, 2015, p. 2).

Quadro 4 - Valor do Produto Interno Bruto da Arábia Saudita e participação do petróleo no PIB saudita (2011-2020)

Ano	Valor do PIB em bilhões de dólares	Porcentagem (%) da participação do petróleo no PIB saudita
2011	671,239	49,98
2012	735,975	47,693
2013	746,647	44,435
2014	756,35	39,727
2015	654,27	23,195
2016	644,936	19,332
2017	688,586	23,317
2018	786,522	28,86
2019	792,967	24,24
2020	700,118	—

— Sem dados.

Fonte: THE WORLD BANK, [2021?]a, [2021?]b. Adaptado pelo autor.

O reino saudita tem buscado diversificar a sua economia para depender menos das receitas originadas do ramo energético e para empregar mais membros da população, buscando diminuir o desemprego dentro de seu território. Todavia, no ano de 2017 ocorreu um déficit orçamentário estimado de 8,3% de seu PIB. O país tem diminuído os subsídios relacionados aos combustíveis, a água, a produtos petrolíferos, entre outros. O reino consegue contornar esses fatos devido às vendas de títulos e redução de reservas, utilizando ativos estrangeiros, cortando gastos e na elaboração de alguns impostos (FORBES, 2018; CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY, 2021). O país tem incentivado o crescimento do setor privado com a finalidade expandir a sua diversificação econômica, além de aumentar a quantidade de empregos (NURUNNABI, 2017).

Segundo Samargandi, Fidrmuc e Ghosha (2014), o reino tem se esforçado para diversificar os setores de geração de energia, telecomunicações, exploração de gás natural e petroquímico no país. Riade também tem buscado expandir o setor financeiro, para diminuir a dependência dos recursos energéticos. Isso pode ser observado ao longo dos anos, além do quadro anterior, na década de 1970 a participação do setor não petrolífero do PIB era entre 30% e 37%. Em 1985, ocorreu o pico de atuação do setor não petrolífero no PIB saudita, com a presença de 77% e oscilando entre 60% e 72% entre 1986 e 2010 (SAMARGANDI;

FIDRMUC; GHOSHA, 2014). O setor petrolífero já conseguiu alçar cerca de 87% das receitas do orçamento saudita e 90% dos valores de exportação (CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY, 2021).

Segundo Moshashai, Leber e Savage (2018), o governo saudita criou o plano *Vision* 2030, para conseguir criar fontes de recursos econômicos alternativos para a receita do regime, dessa maneira tentando evitar os gastos excessivos orçamentários. Este plano, a longo prazo, busca construir uma economia saudita com um nível maior de independência do mercado energético. Esta estratégia procura alterar a economia rentista atual e realizar reformas administrativas no Estado saudita. Além disso, o reino tem buscado diminuir os subsídios fornecidos à sociedade saudita. Este plano visa alcançar estes objetivos até o ano de 2030 (MOSHASHAI; LEBER; SAVAGE, 2018). O reino possui significativa capacidade financeira para realizar suas estratégias, como também pode ser observado na parte sobre os gastos militares sauditas. O petróleo é um instrumento importante para o Reino da Arábia Saudita, principalmente para obter recursos para suas operações. O reino também observa a necessidade de buscar outras formas para obter recursos financeiros, procurando alcançar um nível de independência de receitas geradas pela exportação de petróleo.

3.4. Arábia Saudita e os Estados Unidos

As relações oficiais entre os Estados Unidos e a Arábia Saudita mantiveram-se mesmo com alguns desafios e desentendimentos desde 1940. As dinâmicas entre estes Estados podem se alterar devido a alguns fatores, como as mudanças na liderança do reino, alterações na administração do governo dos EUA e possíveis modificações de estratégias dos Estados Unidos e do regime saudita (BLANCHARD, 2021). A base da relação entre a Arábia Saudita e os Estados Unidos pós-Segunda Guerra Mundial foi a cooperação durante o período da Guerra Fria e do desenvolvimento da indústria de petróleo saudita pelos EUA. Este último elemento foi prejudicado na década de 70 devido às ações sauditas relacionadas a esta *commodity* (GAUSE III, 2011).

O Reino da Arábia Saudita é um dos principais parceiros para as estratégias dos Estados Unidos na região do Golfo. Os países têm relações em diferentes áreas, como, por exemplo, na área de segurança, estabilidade geopolítica e alinhamento com os objetivos estratégicos dos Estados Unidos. Os relacionamentos entre estes Estados podem ser observados em 1962, quando o reino pediu auxílio aos Estados Unidos devido às ações do Egito na fronteira com o Iêmen, os EUA enviaram navios e aeronaves militares para o território saudita. As relações foram intensificadas devido à Revolução Iraniana de 1979 e as suas consequências. Além desses

eventos, os EUA auxiliaram o reino no início da década de 1990 com a intenção de impedir uma possível invasão do Iraque ao território saudita e depois como um local para ajudar nas operações contra as tropas iraquianas que invadiram o Kuwait. Porém, em 2003, foram retiradas as forças militares estadunidenses que operavam de forma ativa no território da Arábia Saudita (STENSLIE, 2012; CORDESMAN; SHELALA; MOHAMED, 2014).

A cooperação entre estes Estados aconteceu em uma extensa área relacionada às atividades militares e de contraterrorismo. Os Estados Unidos forneceram equipes para auxiliar e treinar membros dos Ministérios da Defesa e Aviação, da Guarda Nacional e do Interior do reino. Os EUA elaboraram grupos para assessorar o país devido à expansão das atividades de redes terroristas, como, por exemplo, o caso das ações da Al-Qaeda no ano de 2003 no território saudita. Além de conter este ator, outro fator que também aproximou esses países foram as estratégias de contenção das ações iranianas, permitindo a cooperação entre diferentes instituições estadunidenses e sauditas (CORDESMAN; SHELALA; MOHAMED, 2014; KATZMAN, 2021a). Dessa maneira, os países possuem uma cooperação nas áreas de inteligência e de contraterrorismo (GAUSE III, 2011).

Os EUA observam o Reino da Arábia Saudita como seu principal aliado no Golfo e como um líder do Conselho de Cooperação do Golfo. Além disso, os Estados Unidos são o principal fornecedor de armamento e equipamentos militares para a Arábia Saudita (CORDESMAN; SHELALA; MOHAMED, 2014). Devido às ações do Irã e de grupos armados que recebem apoio iraniano, ocorreu o envio, em 2019, de 2700 militares dos EUA para o território saudita para reforçar a defesa aérea e de mísseis, além de realizar operações de dissuasão pelos EUA. Mesmo com a mudança de governo nos EUA entre Obama e Trump, os EUA ainda continuaram com a intenção de venda de recursos militares para o reino (BLANCHARD, 2021). As administrações Obama e Trump apresentaram ao congresso dos EUA algumas propostas de venda de armamento, que alcançaram valores superiores a 120 bilhões de dólares entre 2009 e 2020. Isso demonstra a importância que o reino possui para as estratégias dos EUA no Oriente Médio, além de reforçar as relações entre estes países. Entre 2000 e 2019, os Estados Unidos foram o principal fornecedor de equipamentos militares e armamentos (representando aproximadamente 60%)[19] (THOMAS; SHARP; BLANCHARD; ARABIA, 2020).

[19]Os cinco principais fornecedores de armamento para a Arábia Saudita entre 2000 e 2019: Estados Unidos (60,6%), Reino Unido (18,2%), França (8,4%), Espanha (2,3%) e Alemanha (2%) (THOMAS; SHARP; BLANCHARD; ARABIA, 2020).

Porém, com a eleição de Biden para a presidência dos EUA ocorreu a retirada de parte dos militares e dos sistemas de defesas instalados no território saudita e a suspensão de algumas vendas de equipamentos e armamentos. Porém, mesmo com estas diferenças, os EUA e a Arábia Saudita ainda buscam continuar suas relações bilaterais (BLANCHARD, 2021). Os Estados Unidos também possuem preocupações com a Arábia Saudita pelo fato de o país ser um dos principais exportadores de petróleo, ter uma importante capacidade de produção desta *commodity*, pelo valor da exportação e devido à posição do Estado na região do Oriente Médio, área com significativas reservas energéticas (GAUSE III, 2011). Já em 1933, Ibn Saud já havia assinado um contrato de concessão com a Standard Oil of California, permitindo que a empresa explorasse o petróleo na Arábia Saudita, marcando também o surgimento da Saudi Aramco. Com a exceção da crise de 1973 e 1974, o Reino da Arábia Saudita conseguiu garantir o fornecimento estável de petróleo para o mercado mundial, mantendo valores aceitáveis pelos Estados Unidos (STENSLIE, 2012).

Segundo dados da U.S. Energy Information Administration (2021), em setembro de 2021, as importações totais de petróleo da Arábia Saudita para os EUA foram de 547 mil barris por dia, sendo o quarto país que mais exportou petróleo para os Estados Unidos e superado somente por Canadá, México e Rússia. Considerando a importação de petróleo bruto pelos EUA, a Arábia Saudita exportou em setembro de 2021 um total de 491 mil barris por dia para o país, sendo o terceiro em quantidade de exportação para os EUA, superado pelo Canadá e o México, o reino ultrapassou o México em novembro do mesmo ano, com uma produção de 509 mil barris por dia para os EUA (U.S. ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION, 2021, 2022). Segundo Blanchard (2021), a Arábia Saudita foi o segundo principal parceiro econômico dos Estados Unidos no Oriente Médio em valor geral no ano de 2020 (BLANCHARD, 2021).

Outro interesse dos Estados Unidos para manter a parceria com os sauditas é devido à posição do seu território no Oriente Médio. O território saudita está próximo das principais rotas marítimas de comércio, sendo importantes fatores para as estratégias dos EUA e para a economia global (CORDESMAN; SHELALA; MOHAMED, 2014). Além dos Estados Unidos, os membros do sistema de segurança saudita têm participado de programas de treinamento em conjunto com outros países, como no caso da atuação com a Europa. Aliado a isso, a Arábia Saudita realizou acordos bilaterais na área de segurança com a Albânia, Bielorrússia, Malta, Holanda, entre outros países (CORDESMAN; SHELALA; MOHAMED, 2014). As Forças Armadas da Arábia Saudita possuem um nível de confiança significativo nas vendas, treinamentos e o suporte em diferentes áreas dos EUA (BLANCHARD, 2021). A Arábia Saudita e os Estados Unidos têm interesses comuns em diferentes áreas. Porém, ocorrendo com

mais intensidade nas áreas do mercado energético, combate às ações de radicais islâmicos, estabilização do Iraque, contenção da influência iraniana, comercialização de armamento e equipamentos militares, entre outros assuntos (STENSLIE, 2012).

4. *Hard power* militar da Arábia Saudita

O Reino da Arábia Saudita possui uma forte influência no sul do Golfo e sobre assuntos relacionados à segurança de alguns Estados nesta região específica que são dependentes das suas ações. O país possui uma posição geográfica estratégica, com um litoral que fornece acesso a duas rotas marítimas de considerável importância, a do Golfo Pérsico e do Mar Vermelho. Essa localização fornece uma forte influência sobre assuntos relacionados ao transporte mundial, principalmente na área energética, e para navios militares que usam o Canal de Suez, os estreitos de Ormuz e Bab el-Mandeb (CORDESMAN; AL-RODHAN, 2007). Além disso, a estabilidade da segurança e da área de Defesa do país estão relacionadas também à família real do reino e a sua legitimidade diante da população do Estado para promover a defesa perante as ameaças existentes. Essa legitimidade baseia-se em algumas outras áreas de atuação do regime, como a segurança, economia, religião e simbolismo do sistema existente de governo, representado na monarquia (CIGAR, 2014).

O Estado saudita tem preocupações em algumas determinadas áreas, como no caso das ações de grupos armados no Iraque e algumas incertezas relacionadas aos interesses iraquianos. Além disso, o país também possui preocupações com ações de grupos no Iêmen que prejudiquem seus interesses. No caso desse país, ainda existem assuntos na área política e de migração do Iêmen para o território saudita. Outro interesse saudita é com as intenções e estratégias iranianas, como no desenvolvimento de mísseis de longo alcance, no avanço do programa nuclear do Irã e na expansão da sua influência sobre outros países e grupos no Oriente Médio (CORDESMAN; AL-RODHAN, 2007). Além da escala regional, o Estado saudita tem dado atenção às capacidades iranianas de provocar instabilidades políticas na Província Oriental do território da Arábia Saudita, devido à quantidade de praticantes da vertente do Xiismo na região e por esta área ser uma das principais de produção de petróleo (MARINE CORPS INTELLIGENCE ACTIVITY, 2008).

Além dessas, o reino também possui preocupações relacionadas a área do terrorismo, nas diferentes escalas de atuação dos grupos terrorista no país. Exemplo disso, são o uso de Forças sauditas para operações antiterroristas e no fortalecimento da capacidade do MOI (*Ministry of Interior*) e no desenvolvimento de divisões internas da Guarda Nacional para combater estes grupos, como no caso da Al-Qaeda, entre outros (CORDESMAN; AL-RODHAN, 2007). A seguir é apresentando as despesas relacionadas a área militar da Arábia Saudita.

4.1. Despesas, orçamento e economia das Forças Armadas da Arábia Saudita

Esta parte do trabalho tem como objetivo apresentar os dados sobre as despesas militares das Forças Armadas da Arábia Saudita e os gastos ligados à Defesa do país. Nas últimas décadas, os recursos financeiros oriundos da riqueza do petróleo permitiram ao Reino da Arábia Saudita a possibilidade de construir uma das Forças Armadas mais bem equipadas no Oriente Médio. O que possibilitou a evolução das Forças militares sauditas de uma instituição com membros de grupos tribais no século XIX, para uma força de combate bem equipadas, moderna e eficiente para realizar as suas estratégias e defender seus interesses na região (JARZĄBEK, 2017).

Segundo Wezeman e Kuimova (2019), os gastos relacionados à área militar saudita têm variado ao longo dos anos. Em 2018, estas despesas foram de aproximadamente 67,6 bilhões de dólares, isto representou o terceiro maior gasto mundial nessa área. O reino é um dos principais países na parte de gastos militares no Oriente Médio. Além disso, o aumento de gastos sauditas na última década variou ao longo dos anos, entre 1996 e 1998 ocorreu uma expansão de 57%. Entre 2003 e 2007 o aumento foi de 76% e entre 2011 e 2015 foi de 63%. Porém, após este último ano iniciou-se um decréscimo das receitas, 2016, ocorreu uma regressão de 28%, mesmo com um aumento de 11% em 2017, em 2018 aconteceu uma nova queda, desta vez representando uma diminuição de 6,5% (WEZEMAN; KUIMOVA, 2019).

Outra comparação que demonstra a preocupação saudita com a área militar, é a representatividade dessas despesas no produto interno bruto do país. O maior aumento de gastos aconteceu em 2015, ano em que as despesas representaram cerca de 13% do PIB, a diminuição pode ser observada com os dados de 2018, onde ocorreu uma queda representatividade no PIB saudita. Também para efeito de comparação com outros países, entre 2014 e 2018, o reino saudita foi o maior importador de armamento na escala mundial (WEZEMAN; KUIMOVA, 2019).

Como demonstra o quadro a seguir, a partir de dados do Stockholm International Peace Research Institute ([2021?]a; ([2021?]b), existe uma variação ao longo dos anos nos gastos militares da Arábia Saudita, tendo ocorrido uma expansão em 2015. Isso pode ser um demonstrativo do interesse do país nessa área, após esse ano, o valor teve uma regressão. A maior diminuição ocorreu em 2019 na representativa no PIB do reino e do orçamento militar foi em 2020, tendo alcançado aproximadamente de 57 bilhões de dólares, após o ano de 2015.

Quadro 5 - Histórico dos orçamentos militares e participação do PIB total da Arábia Saudita (2005 – 2020)

Ano	porcentagem (%) orçamentos militares no PIB total saudita	Orçamento militar em bilhões de dólares
2005	7,7	38,889
2006	7,8	44,300
2007	8,5	51,029
2008	7,4	50,083
2009	9,6	51,469
2010	8,6	53,569
2011	7,2	54,297
2012	7,7	61,449
2013	9,0	70,406
2014	10,7	82,987
2015	13,3	88,520
2016	9,9	63,337
2017	10,2	70,621
2018	9,5	72,918
2019	7,8	61,952
2020	8,4	57,519

Fonte: STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE, [2021?]a, [2021?]b. Adaptado pelo autor.

Os dados fornecidos pelo The International Institute for Strategic Studies (2017, 2018, 2019, 2020, 2021), apresentados no quadro a seguir sobre o orçamento militar saudita estimado entre os anos de 2015 e 2019, também demonstra uma regressão dos valores gastos pelo Reino da Arábia Saudita. É observado uma regressão de despesas entre 2017 e 2019, sendo o valor de 2019 menor que os presentes em anos anteriores pelo reino. Os valores presentes nos gastos sauditas já podem ser um indicativo do poder que o país possui na sua área militar, consequentemente das suas Forças Armadas. Pois, alcançam consideráveis quantias, os dados fornecidos pelo The International Institute for Strategic Studies (2017, 2018, 2019, 2020, 2021), apresentam o ano de maior gasto sendo o de 2017.

Quadro 6 - Orçamento militar saudita estimado entre os anos de 2015 e 2019

Ano	Orçamento estimado para defesa em bilhões de dólares	Despesas de defesa em bilhões de dólares	Porcentagem (%) dos gastos com defesa no PIB total saudita
2015	81,9	81,853	12,51
2016	81,5	81,526	12,64
2017	89,1	89,067	12,93
2018	82,9	86,400	10,99
2019	50,9*	78,400	10,06

*Orçamento militar, excluindo o orçamento de segurança
Fonte: THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021. Adaptado pelo autor.

Quadro 7 - Importações de armas e equipamentos militares pela Arábia Saudita entre os anos de 2010 e 2020

Tipo/ano	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Total
aeronaves	695	753	255	677	1205	1702	1319	2441	2126	1894	1279	14345
Sistemas de defesa aérea	---	---	---	3	236	343	330	330	95	115	---	1451
Veículos blindados	29	70	298	386	699	585	710	335	169	530	506	4315
Artilharia	52	64	4	33	34	18	25	5	78	24	---	337
Motores	176	25	35	13	33	66	17	55	53	50	32	555
Mísseis	72	193	297	383	339	351	398	578	632	632	534	4409
Outros	---	50	95	73	56	46	---	---	---	50	50	421
Sensores	59	68	49	46	138	268	151	114	66	110	36	1103
Navios	---	---	---	---	---	---	12	72	96	15	30	225
Total	1083	1222	1033	1614	2740	3377	2961	3931	3315	3419	2466	27160

--- Sem dados.
*Os números são valores indicativos de Tendência SIPRI expresso em milhões.
**Os números podem não somar devido às convenções de arredondamento.
Fonte: STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE ([2021?]c).

Os dados apresentados no quadro sobre as importações militares sauditas fornecidos pelo SIPRI Arms Transfers Database ([2021?]c) entre os anos de 2010 até 2020, demonstra novamente o ano de 2017, como o ano em que ocorreu o maior número de aquisições de equipamentos, veículos e armamentos militares pelo reino. Segundo Wezeman e Kuimova (2019), devido aos investimentos do regime de Riade, as Forças Armadas sauditas tornaram-se uma das principais instituições militares da região. As aquisições sauditas incluem caças, tanques de combate, dentre outros tipos de equipamentos. Isso visa aumentar o alcance das operações das Forças sauditas, principalmente da Força Aérea Real Saudita (WEZEMAN; KUIMOVA, 2019).

O ano de 2017 foi o de maior porcentagem de participação dos gastos militares no PIB saudita, isso pode ser um dos fatores para que ocorresse um aumento das aquisições nesse mesmo ano, como demonstra o quadro de importações sauditas. Além disso, demonstra uma atenção do regime de Riade pela compra de aeronaves para suas Forças Armadas, sendo seguido pelas aquisições de mísseis e veículos blindados, porém, em uma considerável menor quantidade (THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021; STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE, [2021?]a, [2021?]b, [2021?]c).

Nessa área de comércio de armas, o Reino Unido e os Estados Unidos foram os principais parceiros da Arábia Saudita na venda de armamento entre 2014 e 2018 (WEZEMAN; KUIMOVA, 2019). Segundo Wezeman (2018), em 2016, alguns países europeus, como Holanda, Alemanha, Finlândia e Dinamarca suspenderam as exportações de equipamentos militares para o reino. Porém, os principais exportadores de armamentos e equipamentos militares para a Arábia Saudita, como, por exemplo, Reino Unido, EUA, França, dentre outros, não realizaram tal estratégia, logo não implementaram as restrições de vendas para Riade (WEZEMAN, 2018). Os Estados Unidos iniciaram a entrega de aeronaves de combate F-15SA em 2016, 154 no total, e o Reino Unido entregou, entre 2009 e 2017, aviões Typhoon. Estas aeronaves são importantes para as estratégias sauditas e suas operações, devido aos mísseis de cruzeiro e algumas armadas guiadas usadas por estes veículos (WEZEMAN; KUIMOVA, 2019).

A Arábia Saudita tem tentado adquirir equipamentos militares de diferentes países. Entre 2011 e 2015, a Espanha exportou para o reino seis aviões tanque, que aumentaram a área de atuação da Força Aérea saudita. Para a defesa aérea do país, o regime de Riade adquiriu sistema de defesa aérea e de antimísseis do tipo Patriot PAC-3, 23 desses sistemas foram

recebidos entre 2014 e 2018. Além desses, em 2018, o Estado saudita encomendou sete sistemas de defesa antimísseis THAAD dos EUA (WEZEMAN; KUIMOVA, 2019). O país também tem adquirido veículos e equipamentos militares de diferentes nações para equipar outras Forças militares. Entre 2014 e 2018, o país adquiriu veículos blindados da Áustria, Canadá, França, África do Sul, Turquia e Geórgia, totalizando mais de 4000 veículos. Além desses, os EUA entregaram 338 tanques para o reino saudita (WEZEMAN; KUIMOVA, 2019).

As Forças navais sauditas também encomendaram equipamentos militares de distintas nações para o seu arsenal e para realizarem suas operações. O reino comprou barcos patrulha da França em 2015, quatro fragatas dos EUA em 2017 e cinco fragatas da Espanha em 2018. Outra característica de algumas aquisições recentes de armamentos e equipamentos pela Arábia Saudita, é que a finalização da sua produção deve ocorrer no território do país (WEZEMAN; KUIMOVA, 2019). O reino é um dos países mais equipados militarmente na região, considerando o estoque de equipamentos com avançada tecnologia que as Forças militares sauditas possuem sob sua responsabilidade (WEZEMAN, 2018).

O país possui uma preferência pelas negociações e aquisições de produtos dos EUA e do Reino Unido. Mesmo tendo adquirido recentemente equipamentos militares de outras nações, o Estado saudita ainda possui uma dependência desses parceiros, mesmo tendo ocorrido num passado recente uma diversificação das fontes de suas aquisições. Esta tentativa de buscar outros atores para negociar armamentos e equipamentos militares é uma estratégia para que o país sofra menos os efeitos de possíveis restrições futuras às suas estratégias de importações (WEZEMAN, 2018).

4.2. Forças Armadas do Reino da Arábia Saudita

As Forças Armadas do Reino da Arábia Saudita possuem um contingente total de 227 mil membros para suas operações, que estão divididos em Exército (75 mil membros), Marinha (13.500), Força Aérea (20 mil), Força de Defesa Aérea (16 mil), Força de Mísseis Estratégicos (2.500) e Guarda Nacional (100 mil). Além dessas Forças, a Arábia Saudita também possui algumas instituições de segurança interna (THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES, 2021).

As Forças militares sauditas têm alguns objetivos de sua responsabilidade, como garantir a segurança interna, manter a unidade do território uniforme e preservar uma estabilidade regional. As estratégias relacionadas à área de Defesa da Arábia Saudita possuem um foco no desenvolvimento do seu poder aéreo. Porém, a sua ação em um país vizinho, o Iêmen, tem demonstrado alguns problemas de atuação, como no caso do seu desempenho na

área de precisão do seu poder aéreo, coordenação ar-superfície e apoio a operações de logística. Para realização das estratégias no Iêmen e para algumas outras atividades, o reino saudita tem realizado aquisições de caças e outras aeronaves de combate, navios, entre outras compras de diferentes áreas. Além da atuação no território iemenita, outro evento que demonstrou os problemas na parte de segurança do reino foi o ataque às refinarias de petróleo saudita no ano de 2019, realizado por veículos aéreos não tripulados (THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES, 2021).

As Forças Armadas sauditas podem ser consideradas como uma das mais bem equipadas na região do Oriente Médio. As Forças sauditas possuem a característica de ter uma estrutura dupla, sendo formada por uma Força militar regular e outra chamada de Guarda Nacional, uma sendo independente da outra para a realização de suas operações. Forças militares sauditas possuem como Comandante-Chefe o rei da Arábia Saudita, que lidera toda a estrutura das Forças Armadas. Ele possui a responsabilidade de nomear ou de destituir os ministros do país. Neste caso, os que se relacionam com a área de Defesa, como o Ministério da Defesa e da Aviação, também conhecido em inglês como *Ministry of Defense and Aviation* (MODA), Ministério da Guarda Nacional, *Ministry of National Guard* (MNG), e por fim o Ministério do Interior, *Ministry of Interio*r (MOI). O rei ainda pode anunciar o estado de emergências ou o de mobilização e declarar guerra a outro ator (ARÁBIA SAUDITA, 1992; JARZĄBEK, 2017). As estratégias relacionadas ao MOI tem como objetivo combater o terrorismo no território saudita. Além disso, este órgão de Estado possui a capacidade de convocar as ações da Guarda Nacional e em alguns casos mais urgentes, outras instituições militares do país (MARINE CORPS INTELLIGENCE ACTIVITY, 2008).

No caso do MODA, ele controla as Forças militares sauditas do Exército, Marinha, Força Aérea, Força de Defesa Aérea e a Força de Mísseis Estratégicos. O Ministério do Interior controla algumas Forças, principalmente na área de segurança interna e de fronteira, como Serviço de Segurança Geral, a Guarda de Fronteira, Guarda Costeira, a Força de Segurança das Instalações, Unidades Gerais de Administração de Defesa Civil, Força Especial de Segurança. A Guarda de Fronteira possui um efetivo de 15 mil membros para suas operações, o seu Quartel-General está localizado na cidade de Riade. Esta organização possui nove comandos regionais subordinados. Ela possui algumas unidades com a função de manobras, mas com características defensivas. Elas podem ser divididas em unidades de defesa móvel, de fronteira, de infraestrutura, portos e de defesa costeira. Além dessas, existe a presença de algumas com a função de suporte de combate (JARZĄBEK, 2017; THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES, 2021).

A Guarda de Fronteira está equipada com veículos de combate blindados, com a função de transporte de pessoal e de patrulha (Caprivi Mk1/Mk3). Além deles, existe a presença de 106 veículos de patrulha, como as embarcações de patrulha costeira (CSB 40), barco de patrulha rápidos (Al Jouf, Sea Guard e Plascoa FIC 1650) e de patrulha (Damen Stan Patrol 2606 e Al Jubatel. Ela possui também oito veículos anfíbios (Griffon Hoverwork 8000 e outros). Por fim, a Guarda de Fronteira possui quatro veículos relacionados a logística e suporte de suas operações (THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES, 2021). Outra organização subordinada ao Ministério do Interior é a Força de Segurança das Instalações, ela possui mais de nove mil membros para realizar suas operações. Ela tem a função de proteger a infraestrutura relacionada ao petróleo e outras instalações consideradas importantes para o reino. A Unidades Gerais de Administração de Defesa Civil está equipada com helicópteros de transporte médio (Boeing Vertol 107) para realizar suas atividades. Já a Força Especial de Segurança possui um efetivo de 500 membros, estando equipada com veículos de combate blindados, divididos em transporte de pessoal (UR-416) e utilitário (Gurkha LAPV) (STENSLIE, 2012; THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES, 2021).

O Ministério da Guarda Nacional, além do controle da Guarda, tem a responsabilidade de proteger o território e as fronteiras da Arábia Saudita, manter a estabilidade política interna e defender os interesses do regime de Riade de possíveis ameaças (JARZĄBEK, 2017, ARÁBIA SAUDITA, 2020). Segundo o artigo 33 da Lei Básica de Governança (1992) do país as Forças Armadas da Arábia Saudita também possuem a função de proteger as regras do Islã, as mesquitas sagradas, a sociedade e a pátria do Estado saudita (ARÁBIA SAUDITA, 1992).

O rei saudita é assessorado pelo Conselho de Segurança Nacional da Arábia Saudita. Esta instituição foi criada no ano de 2005, devido a uma reforma estrutural. O seu estabelecimento ocorreu para coordenar as ações sauditas nas áreas de defesa, inteligência e política externa. Isto tem como objetivo final aumentar a eficiência entre os diferentes órgãos destas áreas e desenvolver uma flexibilidade para que ocorra a adaptação de estratégias e políticas. O desenvolvimento dessa instituição ocorreu para caso aconteça algum novo fenômeno que afete o reino ou seus interesses, como, por exemplo, ações de outros governos ou instabilidades geopolíticas que acontecem no Oriente Médio, o país tenha como se preparar (OBAID, 2014; JARZĄBEK, 2017).

Na parte de equipamentos militares, as Forças Armadas do reino podem ser consideradas uma das mais desenvolvidas na região e ativas para utilizá-los nas suas estratégias de política externa. O Estado saudita é o principal membro do Conselho de Cooperação do

Golfo, na área de Defesa, o reino possui relações mais próximas com os Estados Unidos, mas mantendo conexões com a França e o Reino Unido. Nos últimos anos ocorreu uma diversificação das relações, inclusive ocorrendo uma aproximação com a China. Porém, o maior suporte é realizado pelos EUA, mas também ocorrendo o fornecimento de auxílio pelo Reino Unido (THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES, 2021).

O país possui o objetivo de realizar um gasto militar total que alcance a meta de cerca de 50% das aquisições de produtos e equipamentos militares sejam produzidos no reino até o ano de 2030. Esse objetivo faz parte do plano estratégico *Vision* 2030, isso ocorre a partir da elaboração e do desenvolvimento das Indústrias Militares da Arábia Saudita, também conhecida em inglês como *Saudi Arabian Military Industries* (SAMI). Estas ações da SAMI são de responsabilidade Estatal e tem como parte de seus objetivos a realização do supervisionamento da produção de equipamentos ligados à defesa e que a organização alcance a posição de liderança no país nessa área industrial específica (WEZEMAN, 2018; THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES, 2021). A SAMI foi fundada em 2017, ela também procura ter um destaque nesta área econômica na escala mundial até o ano de 2030. Além disso, a organização tem a intenção de alcançar a autossuficiência de produção e expandir o desenvolvimento do ramo industrial militar saudita, atingindo distintas partes desse setor econômico e da esfera militar do Reino da Arábia Saudita (SAUDI ARABIAN MILITARY INDUSTRIES, [2021?]a).

Segundo a Saudi Arabian Military Industries ([2021?]c), a organização também atua na área aeronáutica, através do desenvolvimento de veículos, da tecnologia utilizada pelos equipamentos militares dessa área militar e da produção das estruturas necessárias para a utilização dos produtos relacionados a esse setor. Outro ramo que a SAMI opera é o de desenvolvimento das capacidades sauditas para pesquisa, produção e manutenção dos sistemas utilizados por forças terrestres, como sistemas de artilharia, veículos militares de transporte, dentre outras funções desempenhadas pela SAMI. Na parte de eletrônica ligada à Defesa do reino, a instituição tem como objetivo, além do desenvolvimento da capacidade eletrônica de proteção do país, aumentar a produção de alguns equipamentos e serviços na área de defesa. Ela realiza atividades na área de radares, sensores, sistema de comunicação, proteção e vigilância, dentre outros que ela atua (SAUDI ARABIAN MILITARY INDUSTRIES, [2021?]c).

Na parte do desenvolvimento da produção de armamentos e sistemas de defesa de armas, a *Saudi Arabian Military Industries* busca desenvolver a capacidade saudita para fabricação de armamentos e sistema de armas, tanto para o mercado interno quanto para o

externo. Esta ramificação desenvolve os sistemas de mísseis (tanto na área terrestre, aérea e naval das Forças Armadas sauditas), sistema de lançadores de foguetes, entre outros tipos que procuram aumentar a capacidade de operação das Forças militares do reino. Além disso, a SAMI busca investir em tecnologias consideradas como emergentes para conseguir alcançar os objetivos desejados da organização, como o de fornecer suporte de engenharia, transferência de tecnologia, desenvolvimento de tecnologias em áreas importantes do reino, entre outras estratégias utilizadas (SAUDI ARABIAN MILITARY INDUSTRIES, [2021?]c).

O Reino da Arábia Saudita ainda possui algumas empresas afiliadas à *Saudi Arabian Military Industries*. Exemplo disso é a *Aircraft Accessories & Componentes Company*, ela fornece serviços de manutenção, reparo, entre outros para a aviação militar do país. Esta empresa também é conectada ao Programa de Compensação Econômica do Ministério da Defesa e Aviação saudita (AIRCRAFT ACCESSORIES & COMPONENTES, [2021?]). Segundo Saudi Arabian Military Industries ([2021?]b), esta empresa tem produzido alguns produtos relacionados a aviação e outras áreas militares, como no caso do desenvolvimento de partes de aeronaves, sistema de combustíveis, entre outros tipos de equipamentos e produtos ligados ao setor das Forças Armadas (SAUDI ARABIAN MILITARY INDUSTRIES, [2021?]b).

Outra organização que atua na Arábia Saudita é a *SAMI Navantia Naval Industries*, ela é formada pela estatal saudita e pela estatal espanhola que opera na área naval, Navantia. A empresa espanhola participa da elaboração de projeto de embarcações; construção de submarinos; desenvolvimento de sistemas de combate e produtos navais; entre outras funções (SAMI NAVANTIA NAVAL INDUSTRIES, [2021?]). Uma empresa também ligada a SAMI é a *Advanced Electronics Company*, ela atua no desenvolvimento, produção e manutenção de diferentes sistemas e equipamentos eletrônicos ligados à área militar. Outra instituição ligada aos sistemas de defesa saudita é a *SAMI CMI Defence Systems*, ela tem atuado na produção e desenvolvimento de armamento e veículos blindados para a Arábia Saudita. No setor de desenvolvimento de tecnologias, o país possui a *SAMI L3HARRIS Technologies* para atuar nos avanços tecnológicos de novos de armamentos, equipamentos e sistemas militares para a Arábia Saudita (SAUDI ARABIAN MILITARY INDUSTRIES, [2021?]d). Dessa maneira, o país busca diminuir a sua dependência de equipamentos militares do mercado externo.

4.2.1. Guarda Nacional da Arábia Saudita

O Reino da Arábia Saudita divide a sua atuação terrestre em duas Forças, a Guarda Nacional e o Exército do país. A Guarda Nacional do reino é a organização militar que sucede

à instituição militar *Ikhwan*[20], ela ainda possui grupos leais à família real saudita, Saud. A Força foi criada em 1955, no início das suas operações, ela era administrada diretamente pelo rei saudita. Porém, em 1962, o rei Faisal nomeou outro membro da família para comandar a instituição. A Guarda Nacional pode ser observada como uma organização de equilíbrio com Forças militares regulares, principalmente, devido à confiança que o regime coloca sobre esta instituição, devido à lealdade dos grupos que a integram (CORDESMAN; AL-RODHAN, 2007). Ela possui um Ministério próprio para a organização de suas operações, o Ministério da Guarda Nacional e o ministro é o comandante da Força. Esta instituição militar possui uma cadeia de comando, orçamento e rede de comunicação separado das Forças Armadas regulares do país. A divisão interna das Forças Armadas sauditas pode provocar conflitos e disputas internas entre as diferentes estruturas de comando e competência, podendo também estimular rivalidades entre as diferentes Forças militares do reino (JARZĄBEK, 2017).

Com o passar dos anos, ocorreu a evolução para uma Força militar moderna para o reino, com atuação na área da segurança interna, defesa de cidades e da infraestrutura do país, principalmente, na parte que se relaciona com as atividades petrolíferas. O treinamento dos seus membros acontece na Escola de Comando e Estado-Maior das Forças Armadas do reino e em alguns casos específicos ocorre o envio de oficiais e integrantes da Guarda Nacional para realizar treinamento nos Estados Unidos (CORDESMAN; AL-RODHAN, 2007).

> As cinco principais missões atuais da Guarda são as seguintes:
> - Manter a segurança e estabilidade dentro do Reino,
> - Defender instalações vitais (locais religiosos, campos de petróleo, etc),
> - Fornecer segurança e uma força de triagem para as fronteiras do Reino,
> - Fornecer uma força de segurança interna pronta para o combate para operações em todo o reino, e
> - Fornecer segurança para o rei Abdullah e os membros mais antigos da família real[21] (CORDESMAN; AL-RODHAN, 2007, p. 194, tradução nossa).

Além dessas missões, a instituição militar também tem atuado na contenção de ações consideradas como de terrorismo desde o ano de 2003, fornecendo apoio as operações realizadas pelo Ministério do Interior (CORDESMAN; AL-RODHAN, 2007). A principal sede da Guarda Nacional localiza-se na cidade de Riade, com duas sedes regionais, uma situada em

---

[20]Esta era uma força militar tribal que auxiliava o governo da família Saud e a sua ideologia religiosa no início do século XX (BENDER, 2014).

[21]Texto original em inglês: "*The five major current missions of the Guard are as follows:*
- *Maintain security and stability within the Kingdom,*
- *Defend vital facilities (religious sites, oil fields, etc.),*
- *Provide security and a screening force for the Kingdom's borders,*
- *Provide a combat-ready internal security force for operations throughout the Kingdom, and*
- *Provide security for King Abdullah and the senior members of the royal family.*" (CORDESMAN; AL-RODHAN, 2007, p. 194).

Dammam, a leste do território do país, e outra encontra-se em Jeddah, a oeste do território. A sede de Riade é a que opera na escala nacional, tendo sob seu controle brigadas, batalhões e cavalaria, além da *King Khalid Military College*. Outras são as sedes oriental e ocidental, que também tem sob seus comandos batalhões e brigadas de diferentes categorias para realizar as suas operações (JARZĄBEK, 2017). Aliado a isso, as unidades da sede da região leste tem entre as suas distintas funções, a de proteger a infraestrutura de petróleo do país e as da área oeste tem a tarefa de defender as cidades sagradas de Meca e Medina (MARINE CORPS INTELLIGENCE ACTIVITY, 2008).

Segundo o The International Institute for Strategic Studies (2021), a Guarda Nacional possui um efetivo total de 100 mil membros, divididos em 73 mil da ativa e 27 mil membros de diferentes grupos leais ao regime (THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES, 2021). Ela possui auxílio para o desenvolvimento de seus treinamentos dos Estados Unidos, organizando centros e programas de treinamento (MARINE CORPS INTELLIGENCE ACTIVITY, 2008). Ela também pode ser dividida por funções internas à organização. No caso da Força de manobra da Guarda Nacional saudita, ela possui algumas estruturas internas, como cinco brigadas mecanizadas, uma companhia de reconhecimento, três batalhões de infantaria mecanizada, um batalhão de artilharia automotor, uma companhia de engenharia e combate, uma companhia de sinais e um batalhão de logística (THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES, 2021).

Outra divisão interna é a da Manobra leve, ela é composta por cinco brigadas de infantaria e estas possuem alguns batalhões, como os três de armas combinadas, um de artilharia e um de logística. Ela também possui três batalhões de infantaria leve independente. A Força de Manobra também possui uma brigada de segurança (Segurança Especial) e um esquadrão de cavalaria. Além dessas ramificações internas, existe a presença de um batalhão ligado ao suporte de combate que é de responsabilidade da Guarda Nacional saudita (THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES, 2021).

Segundo o The International Institute for Strategic Studies (2021), a Força é equipada por alguns tipos de veículos, armamentos e outros equipamentos militares. Ela possui uma Força baseada em veículos de combate blindado, formado com 235 veículos de assalto (LAV-AG e LAV 6.0), 1035 carros de combate de infantaria (LAV-25, LAV 6.0 e algumas variantes). Ela também possui 778 transportes de pessoal blindado (LAV-A, LAV-AC, LAV-CC, LAV-PC, Arawis e alguns do tipo Arive) (THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES, 2021).

Na parte de viaturas relacionadas com engenharia e manutenção existe a presença de certos veículos, como os blindados de engenharia (LAV-E), de recuperação de blindados (LAV-R e V-150 ARV) e alguns que atuam na área de minas (MV5 e MV10). A Força também possui equipamentos ligados à área de antitanque e de uso contra infraestrutura, como os mísseis disparados de alguns equipamentos, como os automotores (LAV-AT) e os sistemas de antitanque portátil (TOW-2A e M47 Dragon). Além desses, existe a presença de lançadores sem recuo de 106 mm (M40A1). A Força de artilharia da Guarda Nacional possui a presença de mais de 363 equipamentos, separados em automotores de 155 mm (CAESAR), canhões de 105 mm (M102) e de 155 mm (M198). Existe a presença de alguns morteiros de 81 mm e de 120 mm (LAV-M) (THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES, 2021).

A Força de Aviação da Guarda Nacional tem a presença de algumas categorias de helicópteros para suas operações, como os de ataque e de ataque de superfície (AH-64E Apache) e os de multifunções (AH-6i Little Bird e MD530F). Ela também possui helicópteros de transporte médio (UH-60M Black Hawk). A defesa aérea da Guarda Nacional possui a presença de 73 mísseis superfície-ar, divididos em curto alcance (VL MICA) e alguns pontos de defesa que usam veículos multifunções (MPCV). Além desses, existe a presença de armas antiaérea de 20 mm (M167 Vulcan). A Força também possui mísseis da categoria ar-superfície (AGM-114R Hellfire II) (THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES, 2021).

A Força também tem a responsabilidade de proteger as instalações de petróleo e a infraestrutura civil do reino. Além disso, a Guarda Nacional precisa também atuar para conter possíveis ameaças terroristas contra o território saudita e provocadas por organizações que busquem prejudicar os interesses do regime de Riade. Outro assunto que desperta a atenção dessa instituição militar são as instabilidades políticas que ocorrem no Iraque e Iêmen. Isto tem provocado preocupações a Arábia Saudita em proteger as suas fronteiras com esses países, sendo utilizado a combinação da Guarda Nacional com outras organizações militares, para alcançar este objetivo de segurança territorial da Arábia Saudita (CORDESMAN; AL-RODHAN, 2007).

4.2.2. Força Real Terrestre (Exército) da Arábia Saudita

O Exército saudita é subordinado ao Ministério da Defesa e Aviação do país. A sua atuação tem seguido alguns objetivos específicos, como a proteção do território, do Estado, dissuasão de possíveis operações contra seus interesses, aumento da influência saudita, dentre

alguns outros (MARINE CORPS INTELLIGENCE ACTIVITY, 2008; JARZĄBEK, 2017). Segundo Cordesman e Obaid (2005), esta Força posiciona-se perto de alguns determinados locais, como as infraestruturas de petróleo na Província Oriental do território saudita, em algumas áreas, em bases militares e nas fronteiras do país. O Exército saudita está estruturado em alguns comandos, sendo no total seis, eles localizam-se nas cidades de Riade, Cidade Militar King Khalid, Tabuk, Khamis Mushayt, Dhahran e Jeddah (CORDESMAN; OBAID, 2005). A organização dos locais dessa Força, ocorre da seguinte forma, a Cidade Militar King Khalid, localiza-se perto de Hafr al-Batin, perto da fronteira com o Iraque e o Kuwait, ela é a sede do comando da área norte. Esta base também é o local da Força do Escudo da Península, *Shield Force*, organização militar do Conselho de Cooperação do Golfo (MARINE CORPS INTELLIGENCE ACTIVITY, 2008).

Outra base do Exército é a Cidade Militar King Abdul, localiza-se perto de Tabuk, ela é responsável por proteger o país de ameaças oriundas de Israel, Síria e Jordânia. Ela é a sede do comando da área noroeste. A Cidade Militar King Faisal, está situada na região de Khamis Mushayt, ela tem a tarefa de conter ameaças do Iêmen, além de ser o quartel-general do comando sul do país. O Comando da Área Ocidental localiza-se na região da cidade de Jeddah e o Comando da Área Oriental encontra-se área da cidade de Dhahran. Por fim, o Comando Central do Exército saudita, localiza-se na cidade de Riade, sendo responsável pela Guarda Real, unidade que se reporta somente ao rei e possui a tarefa de proteger membros da família real. A instituição da Guarda Real possui um regimento formado por três batalhões de infantaria leve (CORDESMAN; AL-RODHAN, 2007; MARINE CORPS INTELLIGENCE ACTIVITY, 2008; THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES, 2021). Como observado, o Exército do reino está disperso pelo território saudita, tendo preocupações e estratégias relacionadas com as fronteiras do país (CORDESMAN; OBAID, 2005).

O Exército saudita possui um efetivo de 75 mil membros. Ele pode ser dividido a partir da função de algumas ramificações internas, como no caso da Força de Manobra do Exército, dividida em blindada, mecanizada, leve, aviação, manobra aérea e outras (THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES, 2021). O reino possui algumas dificuldades e problemas para suas operações, como no caso de obter a mão de obra qualificada, serviço militar não atrativo para a população do país, adversidades no planejamento, organização e implementação das suas estratégias (CORDESMAN; AL-RODHAN, 2007; MARINE CORPS INTELLIGENCE ACTIVITY, 2008). A Força de blindados da instituição é formada por quatro brigadas, sendo também divididas em algumas companhias e batalhões. Na parte das companhias, existe a presença de uma de reconhecimento,

uma de engenharia, uma de manutenção e uma média/médica. Os batalhões da Força de blindados se dividem em três de tanque, um mecanizado, um batalhão de artilharia de campanha, um de defesa aérea, um antitanque e um de logística (THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES, 2021).

A Força de Manobra mecanizada do Exército saudita é formada por cinco brigadas mecanizadas, sendo divididas em companhias e batalhões. A companhia da Força mecanizada é constituída por uma de reconhecimento, uma de engenharia, uma de manutenção e uma média/médica. Os batalhões da Força também são divididos em um de tanque, três mecanizados, um batalhão de artilharia de campanha, um de defesa aérea, um de antitanque e um de logística (THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES, 2021).

Existe também a presença de duas brigadas de infantaria leve. Além dessas, existe a ramificação específica para uma brigada de Guarda e uma Guarda de regimento (sendo dividida em três batalhões de infantaria leve). A manobra aérea possui em uma brigada aerotransportada, localizada perto da cidade de Tabuk (dividida em dois batalhões aerotransportados e três companhias de Forças Especiais). A Aviação do Exército saudita é composta por um comando (constituído por três grupos de helicópteros). Além desses, existe também o suporte em combate, que está dividido em três brigadas de artilharia (CORDESMAN; OBAID, 2005; THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES, 2021).

A Força é equipada com cerca de 960 tanques de batalha principais (AMX-30, M1A2/A2s Abrams e M60A3 Patton). O Exército saudita também possui veículos blindados com a função de reconhecimento (AML-60/AML-90). Existe também a presença de uma força de veículos de combate de infantaria formada por 794 veículos (AMX-10P, M2A2 Brandley e VAB Mk3). A Força também é equipada com 1.340 veículos de transporte de pessoal blindado (M113A4, Panhard M3 e Al-Fahd). O Exército também possui veículos utilitários blindados, tendo um total de mais de 1200 veículos (Didgori, M-ATV, Al-Shibl, Sherpa Light Scout e Terradyne Gurkha) (THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES, 2021).

Os equipamentos relacionados à parte de engenharia e manutenção do Exército saudita se dividem em alguns tipos. Os veículos blindados de engenharia que a Força possui são um total de 15 (M728). Ela também possui mais de 275 veículos de recuperação de blindados (ACV ARV, AMX-10 EHC, AMX-30D, Leclerc ARV, M88A1 e M578). Além desses, o Exército saudita possui 10 veículos de lançamento de pontes (AMX-30) e viaturas para realizar atividade com mina durante um período de conflito (Aardvark Mk2) (THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES, 2021).

Na área de atuação antitanque e de emprego contra infraestrutura existe o uso de alguns equipamentos e armamentos pela Força. Como o uso de mísseis por alguns veículos (AMX-10P, VCC-1 ITOW e M-ATV com Milan). Além deles, existe a presença de sistema antitanque portátil (Hyeongung, Luch Corsar, Luch Skif, Stugna-P e TOW-2A) e lançadores sem recuo de 84 mm (Carl Gustaf), 90 mm (M67) e de 106 mm (M40A1) utilizados por esta Força militar da Arábia Saudita (THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES, 2021).

As divisões de artilharia têm sido equipadas visando melhorar o direcionamento, comando, controle e gerenciamento de batalha. Porém, também sofrem na parte de treinamento, mobilidade e suporte para suas operações (CORDESMAN; AL-RODHAN, 2007). O país possui uma artilharia com um total de 833 veículos, divididos em automotores de 155 mm (AU-F-1, M109A1B/A2 e PLZ-45), artilharia rebocada de 105 mm (LGI, M101/M102), 155 mm (M114 e M198) e os de 203 mm (M115). A Força também possui alguns tipos de lançadores de foguetes múltiplos de 127 mm (ASTROS II Mk3) e de 220 mm (TOS-1A). O Exército ainda possui morteiros de 81 mm rebocados, 107 mm rebocados (M30), 120 mm (Brandt e M12-1535) e de 120 mm rebocados (2R2M) (THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES, 2021). Mesmo com as adversidades apresentadas, o Exército do Reino da Arábia Saudita ainda possui uma das artilharias mais eficazes do Oriente Médio, comparando com as de outros países que integram a região. Esta ramificação da Força ainda pode ser considerada como estando em um estágio de desenvolvimento para a realização de suas operações (CORDESMAN; AL-RODHAN, 2007).

A Aviação tem o seu Comando de Aviação do Exército formado em 1986. Ela possui helicópteros do tipo de ataque, de ataque de superfície, de multifunção e de transporte. No caso das aeronaves de ataque, existe a presença de trinta e cinco helicópteros de ataque e de ataque de superfície (AH-64D Apache e AH-64E Apache). Na parte de veículos de multifunções, existe a presença de 21 aeronaves (AS365N Dauphin e Bell 406CS Combat Scout). Na área de transporte, a Aviação possui 58 helicópteros de transporte médio (UH-60A Black Hawk e UH-60L Black Hawk) (CORDESMAN; OBAID, 2005; THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES, 2021).

A defesa aérea do Exército saudita possui mísseis da categoria superfície-ar, divididos em mísseis de curto alcance (Crotale) e alguns pontos de defesa que também utilizaram mísseis superfície-ar (FIM-92 Stinger) (THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES, 2021). O Exército saudita opera com distintas combinações de equipamentos, fornecidos por diferentes nações. Essas estratégias de aquisições de produtos militares de distintos países têm reduzido a dependência dos EUA. Porém, esta ação aumentou os custos de

operação e manutenção, além de ampliar a carga de treinamento e suporte necessários para a realização de suas operações e estratégias de defesa (CORDESMAN; OBAID, 2005).

Devido às condições do clima e relevo do país, ocorre também a necessidade de demandas específicas na parte de apoio e sustentabilidade dos equipamentos militares adquiridos pela Arábia Saudita. Cada modelo adicionado à Força também aumenta os problemas relacionados ao treinamento e à sustentabilidade do Exército saudita, devido às características geográficas do território. Isso ocorre pelas especificidades necessárias para utilizar tais produtos militares no país (CORDESMAN; AL-RODHAN, 2007). Alguns equipamentos comprados pela Força, precisam de mudanças no seu formato original, na parte de suporte técnico e logístico, antes que possam ser operados em um número significativo no país, o que também eleva o custo para sua aquisição (CORDESMAN; AL-RODHAN, 2007).

4.2.3. Força Aérea Real Saudita

A Força Aérea saudita, também conhecida como Força Aérea Real Saudita, é considerada como a principal defensora e protetora do país, ela possui um foco em estratégias defensivas para o reino. Porém, nos últimos anos, ela tem realizado ações para aumentar a sua capacidade de atuação ofensiva e defensiva. A Força Aérea saudita possui estratégias para defender as infraestruturas de petróleo contra possíveis ataques aéreos e ações de veículos anfíbios, principalmente nas instalações localizadas no Golfo Pérsico, como plataformas, estações de bombeamento de petróleo, processamento e transporte dessa *commodity* (MARINE CORPS INTELLIGENCE ACTIVITY, 2008).

Ela possui um efetivo de 20 mil membros, também podendo ser dividida a partir das funções que os esquadrões de aeronaves possuem. Esta Força tem recebido significativos investimentos do governo saudita, ela é uma das principais Forças Aéreas do Oriente Médio. Esta Força tem conseguido realizar atualizações de equipamentos e armamentos, porém, tem sofrido com a falta de liderança, treinamento e eficácia para efetuar as suas operações (JARZĄBEK, 2017; THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES, 2021). Além disso, ela ainda possui uma dependência de apoio externo relacionado ao material, mão de obra, manutenção e logística. Os membros dessa Força têm realizado alguns treinamentos em alguns outros países, como no caso do Reino Unido e nos Estados Unidos. A Força Aérea saudita também possui a academia da Força Aérea King Fahd, localizada na cidade de Riade (MARINE CORPS INTELLIGENCE ACTIVITY, 2008).

A Força prioriza a aquisição de novas aeronaves e mísseis com tecnologia mais desenvolvida. Porém, as deficiências presentes da Força Aérea saudita afetam as suas

capacidades de combate, prejudicando as suas operações (JARZĄBEK, 2017). Alguns avanços na parte de treinamento têm ocorrido nas bases de King Khalid e na do Prince Sultan, buscando diminuir as adversidades presentes nesta Força (CORDESMAN; AL-RODHAN, 2007).

Segundo Marine Corps Intelligence Activity (2008, p. 110), as principais instalações e equipamentos da Força estão localizados em diferentes áreas no território do Reino da Arábia Saudita, como:

- Al-Jawf
- Al-Kharj
- Dhahran (Base Aérea King Abdullah Aziz)
- Hafr al-Batim
- Jiddah (Base Aérea King Khalid)
- Khamis Mushayt (King Khalid)
- Riade (Academia Aérea King Faisal)
- Tabuk
- Taif (Base Aérea King Fahd)
- As-Sulayyil[22] (MARINE CORPS INTELLIGENCE ACTIVITY, 2008, p. 110).

Entre estas instalações, a base de Dhahran tem o papel de proteger as infraestruturas de petróleo no Golfo Pérsico, a base em Taif tem o objetivo de defender os portos e as cidades sagradas localizadas na região do baixo Mar Vermelho. A Base de Khamis Mushayt tem atuado na fronteira com o Iêmen, a base de Tabuk realizada operações de proteção a portos na região do alto Mar Vermelho e o espaço aéreo próximo à Síria, Jordânia e Israel (MARINE CORPS INTELLIGENCE ACTIVITY, 2008).

Desde o ano de 2001, a Força Aérea saudita desenvolve uma melhora significativa na eficácia em combate, prontidão, atuação de guerra combinada e cooperação com outras Forças militares (CORDESMAN; AL-RODHAN, 2007). O país possui na função de caça, um total de 4 esquadrões formados com 5-15C/D Eagle. As aeronaves ligadas à área de caça e de ataque à superfície formam três esquadrões de F-15-S/SA Eagle e três com aeronaves Typhoon. A Força Aérea do Reino da Arábia Saudita possui três esquadrões de ataque de superfície formados por aeronaves Tornado IDS e Tornado GR1A. O país também tem um esquadrão de E-3A Sentry e

---

[22]Texto original em inglês: "■ *Al-Jawf*
■ *Al-Kharj*
■ *Dhahran (King Abdullah Aziz Air Base)*
■ *Hafr al-Batin*
■ *Jiddah (King Khalid Air Base)*
■ *Khamis Mushayt (King Khalid)*
■ *Riyadh (King Faisal Air Academy)*
■ *Tabuk*
■ *Taif (King Fahd Air Base)*
■ *As-Sulayyil*" (MARINE CORPS INTELLIGENCE ACTIVITY, 2008, p. 110).

um com Saad 200 Erieye (THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES, 2021). Em 1990, os EUA forneceram algumas aeronaves F-15S, substituídas em 2016 por modelos F-15SA, uma versão atualizada deste veículo. O Reino Unido vendeu algumas aeronaves Tornado na década de 1990, modernizadas entre 2007 e 2013 para poderem ser equipadas com mísseis Storm Shadow. Além disso, o Reino Unido também forneceu algumas aeronaves tipo Typhoon, entre 2009 e 2017 para o regime de Riade (WEZEMAN, 2018).

A Força também é composta por aeronaves com função de inteligência, como o esquadrão formado por RE-3A/B e Beech 350ER King Air. Na área de reabastecimento, o país possui um esquadrão com aviões KE-3A. Na ação dupla de reabastecimento e transporte a Arábia Saudita possui dois esquadrões, sendo um formado por KC-130H/J Hercules e outro por A330 MRTT. Para a função específica de transporte, existe a presença de três esquadrões formados pelas aeronaves C-130 Hercules, C-130H-30 Hercules, CN-235 e L-100-30HS. Além desses, o país também possui dois esquadrões formados para o transporte com aeronaves Beech 350 King Air (THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES, 2021). Este desenvolvimento das capacidades de operação da Força pode ser observado no caso dos aviões tanque. O país declarou em 2018, que não era mais dependente do apoio fornecido através do reabastecimento aéreo dos Estados Unidos para suas ações no Iêmen, demonstrando uma independência nesta função para atuar na região (WEZEMAN, 2018).

O país também tem aeronaves para treinamento, divididas em alguns esquadrões, um de unidade de conversão operacional com F-15SA Eagle, três esquadrões com Hawk Mk65A, Hawk Mk65 e Hawk Mk165. O país também possui um esquadrão com Jetstream Mk31, um formado por MFI-17 Mushshak e SR22T e dois formados por PC-9 e PC-21. A Força também possui uma ramificação de helicópteros, formada por quatro esquadrões com AS531 Cougar, Bell 212, Bell 412 Twin Huey (THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES, 2021).

Existe a presença de algumas categorias de aeronaves na Força. Elas são divididas em 81 caças (F-15C Eagle e F-15D Eagle), 215 com as funções de caça e ataque a superfície (F-15S Eagle, F-15SA Eagle e Typhoon), 66 de ataque e ataque na superfície (Tornado IDS), mais de 14 veículos relacionados a inteligência, vigilância e reconhecimento de área (Tornado GR1A e Beech 350 ER King Air), 7 veículos com a função de atuar no sistema Aerotransportado de Alerta Antecipado e Controle (E-3A Sentry e Saab 2000 Erieye) e a Força Aérea ainda possui dois equipamentos que atuam na área de inteligência eletrônica (RE-3A e RE-3B). No setor de transporte e de reabastecimento, a Força possui 15 veículos (A330 MRTT, KC-130 H Hercules

e KC-130J Hercules). Além desses, existe a presença de sete veículos que atuam somente na parte de reabastecimento (KE-3A) e mais de 47 que atuam na área específica do transporte, divididos em médio (C-130H Hercules, C-130H-30 Hercules e L-100-30) e transporte leve (Beech 350 King Air e Jetstream Mk31). Na área relacionada ao treinamento da Força, existe a presença de 188 veículos (Hawk Mk65, Hawk Mk65A, Hawk 165, 20 MFI-17 Mushshak, PC-9, PC-21 e SR22T) (THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES, 2021).

Na ramificação da Força que opera com helicópteros, ocorre a divisão entre 15 veículos multifunções (Bell 412 e Twin Huey) e 30 de transporte. Nesta última categoria, existe a presença de transporte médio (AS532 Cougar) e leve (Bell 212). Os veículos aéreos não tripulados dividem-se no uso em combate, ou ataque, inteligência, vigilância e reconhecimento da área, sendo considerados na categoria de equipamento pesado (Wing Loong 1 e CH-4). Outra parte da divisão está nos veículos que atuam somente no setor de inteligência, vigilância e para o reconhecimento de área, visto como equipamento médio (Falco) para as operações sauditas (THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES, 2021).

Na parte de armamentos lançados do ar, existe a presença de mísseis ar-ar, como os que usam infravermelho (AIM-9P/P Sidewinder), os de infravermelho de imagem (AIM-9X Sidewinder II e Iris-T), mísseis teleguiados por radar semiativo (AIM-7 Sparrow e AIM-7M Sparrow) e teleguiado por radar ativo (AIM-120C AMRAAM). Além desses, existe a presença de mísseis ar-superfície (AGM-65 Maverick e AR-1), antinavios (AGM-84L Harpoon Block II), míssil anti-radiação (ALARM) e mísseis de cruzeiro lançado do ar (Storm Shadow). Também existe a presença de bombas guiadas a laser (GBU-10/12 Paveway II, Paveway IV) e guiadas por GPS/ sistema de navegação inercial (GBU-31 JDAM e FT-9) no arsenal da Força Aérea Real do Reino da Arábia Saudita (THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES, 2021).

Dentro da Força Aérea, existe a presença da Aviação Real, ela possui alguns tipos de aeronaves e podem ser divididas conforme a categoria ou a função de operação. Na parte de transporte, existe a presença de 24 veículos de transporte, divididos em médio (C-130H Hercules, L-100-30), leve (Cessna 310 e Learjet 35) e para transporte de passageiros (A340, B-737-200, B-737BBJ, B-747SP, BAe-125-800, Gulfstream III e Gulfstream IV). Ela também possui algumas categorias de helicópteros, como os ligados ao transporte médio (AS-61, S-70, Black Hawk) e ao leve (Bell 212) (THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES, 2021). O desenvolvimento do poder aéreo do Reino da Arábia Saudita pode ser observado nas operações da Força Aérea Real Saudita na intervenção militar no Iêmen. Esta

Força atua com diferentes tipos de aeronaves no território do Iêmen contra os rebeldes houthis, que tem prejudicado os interesses sauditas neste país e realizado ataques contra tropas sauditas e de seus aliados e contra o território da Arábia Saudita (WEZEMAN, 2018).

4.2.4. Força Real de Defesa Aérea Saudita

O desenvolvimento da Força de Defesa Aérea saudita é um dos focos estratégicos de investimento das Forças Armadas nos últimos anos por parte do regime de Riade (JARZĄBEK, 2017). O país possui uma considerável quantidade de armamentos e equipamentos de defesa aérea baseada na superfície do território da Arábia Saudita. Alguns produtos militares estão sob o controle e responsabilidade da Força de Defesa Aérea da Arábia Saudita para serem utilizados em suas estratégias (CORDESMAN; AL-RODHAN, 2007).

Esta Força pode ser dividida em alguns batalhões e baterias de mísseis. Ela possui um contingente total de 16 mil pessoas, sendo divididos em seis batalhões formados com armamento do tipo MIM-104D/F Patriot PAC-2 GEM/PAC-3. Além desses batalhões, existe a presença de 17 baterias formadas com mísseis Shahine/AMX-30SA e dezesseis formados com armamento MIM-23B I-Hawk (THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES, 2021). A Força de Defesa Aérea é equipada com algumas defesas de diferentes categorias. Na parte de mísseis superfície-ar, ainda existem algumas divisões, como as categorias baseadas no alcance, longo (MIM-104D/F Patriot PAC-2 GEM/PAC-3), médio (MIM-23B I-Hawk), curto alcance (Crotale e Shahine) e alguns outros tipos também estão presentes no arsenal dessa instituição (M1097 Avenger e o Mistral). As armas antiaéreas podem se dividir em alguns tipos, como os automotores, por exemplo, armamentos de 20 mm (M163 Vulcan). Além dessas armas, existe a presença de armas de 35 mm (GDF Oerlikon) e de 40 mm (L/70) (THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES, 2021).

Esses sistemas e armamentos antiaéreos utilizados por esta Força são importantes instrumentos para a atuação contra mísseis balísticos, de cruzeiro e contra veículos aéreos não tripulados. A Força de Defesa Aérea tem como uma de suas responsabilidades defender o território saudita de possíveis ações e ameaças aéreas de outros Estados ou grupos, podendo ser atores não-estatais. Por exemplo, caso o Irã realize alguma operação utilizando seus mísseis Shahab, esta Força tem como um de seus objetivos, conter estas operações e estratégias iranianas contra o território da Arábia Saudita ou contra os interesses sauditas (CORDESMAN; AL-RODHAN, 2007). Outro exemplo é a aquisição dos sistemas de defesa aéreo Patriot PAC-3 dos EUA entre os anos de 2014 e 2017. O país expandiu a sua capacidade defensiva contra operações de ataque aéreo e o uso de mísseis e foguetes de outros atores (WEZEMAN, 2018).

4.2.5. Força Real de Mísseis Estratégicos Saudita

A Força de Mísseis Estratégicos foi criada em setembro de 1986, por um decreto real. A família real do país possui o controle sobre esta instituição militar, influenciando a cadeia de comando da organização. Os integrantes recrutados pela Força parecem seguir o padrão de outras instituições militares sauditas, com a ocupação de membros de grupos leais ao governo na parte considerada como não técnica (CIGAR, 2014). Ela possui um contingente total de 2.500 membros. A Força de Mísseis Estratégicos é equipada com armamentos táticos, sendo estes divididos em mísseis balísticos de diferentes alcances, como intermediário (DF-3), com alcance entre 2.500 a 3.000 km, e médio (DF-21), com alcance de 1.700 km. Em ambas as categorias existe a presença de mísseis de origem chinesa (FITZPATRICK, 2021; THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES, 2021). Os mísseis atuaram com relevância na política de dissuasão saudita, mesmo operando com armas consideradas como convencionais. Isso tem como objetivo impedir possíveis ameaças e ataques ao território do país, fornecendo estabilidade política e segurança à região (CIGAR, 2014). Segundo Cigar (2014, p. 16), utilizando dados e informações da inteligência saudita, das mídias e de fontes sauditas, existem instalações específicas dessa Força, como:

> - Base SSM 522 ou Base Al-Sulayyil e Centro de treinamento (Também chamado de Wadi Al-Dawasir), 450 km a sudoeste de Riad
> - Base SSM 511 ou Base Al-Hariq (também chamada de Al-Jufayr e Al-Huta), 115 km ao sul de Riade
> - Base SSM em Al-Watah (também chamada de Al-Shamli e Al-Dawadimi), 201 km a sudoeste de Riade
> - Sede SRF, Riade
> - Al-Ta'if, instalação de suporte e manutenção
>
> Fontes sauditas às vezes também usam as designações 533, 544 e 566 para algumas das instalações da SRF, embora não esteja claro a que instalação cada número se refere[23] (CIGAR, 2014, p. 16).

O regime saudita utiliza os mísseis para aumentar o seu poder de dissuasão frente a outros Estados, o país usou esta estratégia algumas vezes, como, por exemplo, contra o Irã em 1988 e contra o Iraque durante a Guerra do Golfo (CIGAR, 2014). A Arábia Saudita possui

---

[23]Texto original em inglês: "- *SSM Base 522 or Al-Sulayyil Base and Training Center (also called Wadi Al-Dawasir), 450 km southwest of Riyadh*
- SSM Base 511or Al-Hariq Base (also called Al-Jufayr and Al-Huta), 115 km south of Riyadh
- SSM Base at Al-Watah (also called Al-Shamli and Al-Dawadimi), 201 km southwest of Riyadh
- SRF Headquarters, Riyadh
- Al-Ta'if, Support and maintenance facility
Saudi sources sometimes also use the designations 533, 544 and 566 for some of the SRF facilities, although it is not clear to which facility each number refers." (CIGAR, 2014, p. 16).

estratégias e objetivos específicos relacionados a esta Força. A longo prazo, o país busca desenvolver elementos materiais e treinamento de membros para operar esta instituição, que é ligada às operações de alguns mísseis. Isso visa uma ampliação e de longo prazo do tamanho da Força de Mísseis Estratégicos e, consequentemente, uma expansão da importância dessa organização para as estratégias relacionadas à área de Defesa do país. Estes processos ligados a esta instituição militar tiveram início na década de 1990, porém, com as crescentes ameaças regionais, ocorreu o aumento das operações relacionadas a esta organização na última década. Ela, devido a sua posição estratégica nas Forças Armadas da Arábia Saudita, possui um significativo nível de sigilo de suas estratégias e operações militares (CIGAR, 2014).

Além do foco de atuação no desenvolvimento do poder de dissuasão do país, ela também pode atuar ofensivamente, conforme a necessidade ou do nível de ameaça que o Reino da Arábia Saudita esteja sofrendo. A posição central na estrutura militar do país é devido à presença e a utilização de mísseis que estão sob sua responsabilidade. Espera-se que o Estado saudita continue a estratégia de manter o fornecimento de ativos para esta Força militar e mantenha o desenvolvimento das suas capacidades materiais e de treinamento de seus membros para conseguir realizar as suas operações (CIGAR, 2014). Dessa maneira, esta Força possui uma significativa importância para as estratégias do país.

4.2.6. Marinha Real Saudita

A Marinha saudita possui um contingente total de 13.500 membros. Ela possui três sedes para suas operações, uma está localizada na cidade de Riade. A frota oriental está posicionada na cidade Jubail, na área costeira do Golfo Pérsico. A frota ocidental encontra-se na cidade de Jeddah, localizada na costa saudita do Mar Vermelho (THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES, 2021). Além desses núcleos de operação, ainda existe a presença de mais algumas bases, como as localizadas em Dammam, Ras Al Mishab e Ras al-Ghar, sendo estas para a atuação na região do Golfo Pérsico. Para as operações no Mar Vermelho ainda existem bases nas cidades de Jizan e Al Wajh (CORDESMAN; OBAID, 2005; JARZĄBEK, 2017).

Esta é uma das Forças mais estratégicas para o Reino da Arábia Saudita, isso ocorre porque o país possui um litoral que inclui o Mar Vermelho e o Golfo de Aqaba na área oeste do território, na parte leste existe a zona costeira do Golfo Pérsico. Aliado a isso, uma parte significativa das exportações de petróleo do país utiliza o transporte marítimo para suas estratégias operacionais. Dessa maneira, o acesso ao mar e a segurança das rotas utilizadas pelo reino são importantes objetivos estratégicos a serem defendidos pelo país (JARZĄBEK, 2017).

Mas durante o passar dos anos, o desenvolvimento da Marinha saudita sofreu com a prioridade fornecida para outras Forças militares, prejudicando a sua eficiência operacional. Também existem diferenças internas na Força naval, isso ocorre entre as frotas do país localizadas no Mar Vermelho e no Golfo Pérsico (CORDESMAN; OBAID, 2005; JARZĄBEK, 2017). Um dos objetivos da Marinha saudita é manter a rota livre no estreito de Ormuz e conter ações navais das Forças Armadas iranianas que prejudiquem seus interesses (MARINE CORPS INTELLIGENCE ACTIVITY, 2008).

A Marinha tem desempenhado funções estratégicas para alguns objetivos do Reino. Por exemplo, ela tem participado do bloqueio naval ao território do Iêmen (WEZEMAN, 2018). Além disso, outras missões que a Marinha tem operado têm sido no combate a possíveis ataques terroristas, contenção de infiltração no território saudita e guerra assimétrica. Ela também tem atuado para proteger a infraestrutura marítima de petróleo da Arábia Saudita contra possíveis ações que afetem suas operações com esta *commodity*. Esta Força militar também tem estratégias para impedir possíveis ações de instituições militares de outras nações que afetem os interesses sauditas (CORDESMAN; OBAID, 2005; MARINE CORPS INTELLIGENCE ACTIVITY, 2008). Como apresenta os autores nas operações que se relacionam com o uso de minas:

> A missão de guerra contra minas é potencialmente crítica. Também apresenta grandes problemas. A Líbia já colocou minas secretamente no Mar Vermelho usando um navio comercial. O Irã mostrou em 1987-1988 que poderia interromper alguns aspectos da navegação do Golfo simplesmente liberando minas flutuantes; uma ampla gama da Marinha iraniana e do Corpo da Guarda Revolucionária Iraniana (IRGC) praticam a colocação de minhas, incluindo a colocação de minas flutuantes. Este tipo de colocação de mina pode ser feito por qualquer navio de petroleiro a pequenas embarcações, e virtualmente qualquer tipo de mina, desde a mais antiga de contato até a mais moderna de influência, pode ser usado[24] (CORDESMAN; AL-RODHAN, 2007, p. 202, tradução nossa).

Na parte da atuação dessa Força nos assuntos relacionados a minas, existe a presença de três embarcações (Al Jawf) para atuar contra este armamento colocado na costa do país. A Marinha saudita também possui sob seu comando alguns outros equipamentos militares. Ela possui seis fragatas (3 Al Riyadh e 3 Madina), elas são equipadas com mísseis superfície-superfície, superfície-ar e com hangares para suas operações. Além desses navios, existe a

[24]Texto original em inglês: "*The mine warfare mission is potentially critical. It also presents major problems. Libya once laid mines covertly in the Red Sea using a commercial vessel. Iran showed in 1987–1988 that it could disrupt some aspects of Gulf shipping simply by releasing free-floating mines; a wide range of Iranian Navy and Iranian Revolutionary Guard Corps (IRGC) naval branch forces practice minelaying, including laying free-floating mines. This kind of minelaying can be done by any ship, from a tanker to small craft, and virtually any type of mine from the oldest contact mine to the most modern influence mine can be used.*" (CORDESMAN; AL-RODHAN, 2007, p. 202).

presença de 4 corvetas (Badr) para suas operações, equipadas com mísseis superfície-superfície. Existe a presença de 9 embarcações de patrulha rápida (Al Siddiq), também possuindo mísseis superfície-superfície. A Força naval saudita ainda tem 13 barcos patrulha rápido (HSI 32), sem o uso de mísseis, e 19 embarcações de patrulha (17 Halter Marine 24 m e 2 Plascoa 2200) (THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES, 2021).

A Força da Marinha relacionada a parte de veículos anfíbios de desembarque possui algumas viaturas, alguns utilitários (Al Qiaq) e algumas embarcações (LCM 6) para realizar as operações de transporte de equipamentos e tropas. Na parte de suporte e logística, existe a presença de um navio (Boraida), que possui as funções de reabastecimento e de fornecer suporte para as operações sauditas. A Marinha da Arábia Saudita ainda possui mais alguns equipamentos, veículos e hangares para realizar as suas funções e estratégias de operação (THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES, 2021).

A Força também possui uma divisão de Aviação Naval e uma Força de Fuzileiros, sendo os fuzileiros formados por três mil membros. Eles também possuem um regimento de operações especiais, que possui dois batalhões de operações especiais (THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES, 2021). A Força dos Fuzileiros está localizada a oeste, perto da cidade de Jeddah, e a leste, perto de Ras al-Ghar. Eles têm realizado suas operações contra grupos terroristas e atuando em ações relacionadas a guerra assimétrica (CORDESMAN; OBAID, 2005). Os Fuzileiros são equipados com veículos blindados, como os da categoria de reconhecimento (Bastion Patsas) e o 135 veículos de transporte de pessoal blindado (BMR-600P) (THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES, 2021).

A Aviação da Marinha saudita possui a sua sede na cidade de Al Jubail (CORDESMAN; OBAID, 2005). Ela é equipada com 34 helicópteros da categoria de multifunções (AS365N Dauphin, AS565, Bell 406CS Combat Scout) e 12 helicópteros de transporte médio (AS332B/F Super Puma). Além desses veículos, existe a presença de mísseis lançados do ar, sendo estes do tipo antinavio, para realizar suas operações contra possíveis ameaças (AM39 Exocet e AS-15TT) (THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES, 2021).

5. República Islâmica do Irã

5.1. Formação da República Islâmica do Irã

As forças ligadas à tradição e ao progresso estiveram presentes ao longo da formação da República Islâmica do Irã de formas opostas, começando no período da Revolução Constitucional em 1906 e permanecendo até a construção da república atual em 1979. Na segunda metade do século XIX até o início do século XX, os grupos sociais mais atuantes começaram a expressar o seu descontentamento em relação à falta de transparência política no regime vigente no Irã, nessa época o país era liderado pela dinastia Qajar. Estes grupos eram influenciados por ideias do iluminismo ocidental e pelo renascimento de valores socioculturais persas pré-islâmicos, no futuro essa linha de pensamento tornou-se a fonte do movimento constitucional iraniano (ABDOLMOHAMMADI; CAMA, 2020).

O clero formou alianças com grupos modernizados ligados aos Bazars e aos intelectuais, essa união ocorreu devido às insatisfações com o regime e pelas tensões existentes com a monarquia Qajar. Essa aliança provocou protestos que marcaram o início de uma política baseada em parte na mobilização popular de grandes setores da sociedade iraniana. Exemplo disso, foram a revolta do Tabaco em 1882 e as revoltas de 1909. Esses eventos visavam restaurar a Constituição e contrariar o ressurgimento do absolutismo. Estes episódios ocorreram principalmente nas cidades de Teerã e Tabriz (ABDOLMOHAMMADI; CAMA, 2020).

Devido às manifestações, o regime do país começou a organizar um parlamento, chamado Assembleia Consultiva Nacional (*Majles-e Shora-ye Melli*), contrariando o interesse das lideranças religiosas que desejavam chamar de Assembleia Consultiva Islâmica. A constituição nesse período separava os poderes, que estavam anteriormente concentrados na liderança da monarquia, o parlamento possuía o controle sobre o governo, ou seja, sobre o regime monárquico. Isso demonstra uma mudança na forma de se observar o poder, não sendo mais de origem divina, mas sim legitimada pelo povo. Essa constituição permitiu uma maior liberdade para a população, o Islã foi reconhecido como a religião oficial e a *Sharia* deveria ser respeitada pelos legisladores (ABDOLMOHAMMADI; CAMA, 2020).

Porém, devido a fatores internos, como movimentos separatistas; tensões políticas internas e externas; a disputa por influência entre a Rússia e Grã-Bretanha, acabaram provocando instabilidade políticas em diferentes áreas no país. O fracasso do sistema constitucional já poderia ser observado e as incertezas provocadas pelo fim da Primeira Guerra Mundial causaram o surgimento de um novo regime, resultado do golpe que levou ao poder Reza Khan em 1923. O período governado por Reza Khan pode ser caracterizado como

autoritário, mas buscava realizar modernização no país. Ela ocorreu de cima para baixo e com uma forte ideologia nacionalista (ABDOLMOHAMMADI; CAMA, 2020).

O regime de Reza Khan teve uma significativa reforma organizacional das Forças Armadas, com aumento de recursos para o setor militar. O desenvolvimento do Estado ocorreu devido a este aumento de recursos, buscando reforçar uma coesão interna. Ele também buscou reformar o sistema administrativo do país, para que pudesse ocorrer a modernização econômica e social desejada. O regime realizou reformas de algumas instituições do Estado, o que provocou o aumento das tensões com as lideranças religiosas xiitas do país, pois, afetou a influência da *Sharia* (ABDOLMOHAMMADI; CAMA, 2020).

Outro motivo que aumentou as tensões entre o Xá e as lideranças xiitas, foi o estabelecimento de programas de educação modernos, abertos para ambos os sexos, além de criar escolas que não possuíam líderes xiitas na direção. Desde o período da Dinastia Qajar na Pérsia, o estudo era comandando por escolas religiosas, dessa maneira, o regime afastava a influência dos xiitas do sistema de ensino do país. Os conceitos de nação e cidadania tornou-se um elemento forte na sociedade, substituindo a visão de pertencimento à comunidade islâmica. Reza Xá adotou políticas baseadas no patriotismo iraniano e numa visão anticlerical, que provocou o desenvolvimento sociocultural do país e afastou o papel da religião e das lideranças religiosas na política. Na busca por criar uma identidade nacional, Reza Khan observou o passado pré-islâmico do Irã, novamente expandindo a tensão com os clérigos xiitas (ABDOLMOHAMMADI; CAMA, 2020).

Outro evento que aumentou as tensões entre as lideranças xiitas e o governo foi a proibição das mulheres usarem o véu islâmico em público, fornecendo mais direitos a sociedade. Essas ações provocaram uma crescente coesão entre os líderes xiitas, diferentemente do que ocorreu nos eventos de 1979, as atividades nesse momento eram mais defensivas. O regime do Xá também aumentou a censura do país, perseguindo seus opositores (ADGHIRNI, 2014; ABDOLMOHAMMADI; CAMA, 2020). O sistema jurídico foi reformulado para se aproximar do utilizado no Ocidente, afastando os sábios islâmicos. Outro fator que aumentou a tensão foi ensino, as escolas particulares e laicas expandiram-se, afastando o uso da religião como fonte de conhecimento (ADGHIRNI, 2014).

O regime do Xá possuía forte influência sobre as eleições para o Majlis, além disso, ele escolhia quem seria o primeiro-ministro (WILBER, 1981). Os protestos tiveram início contra a modernização do país, porém, sendo reprimidos violentamente, por exemplo, em 1935, durante manifestações religiosas, a repressão deixou centenas de mortos (ADGHIRNI, 2014). O governo de Reza Xá teve fim devido a alguns fatores. Entre eles, o país possuía a intenção de

se aproximar da Alemanha e da Itália durante a Segunda Guerra Mundial. Devido a isso, ocorreu a invasão do território iraniano por potências aliadas, forçando Reza Xá a abdicar do poder para que seu filho Mohammad Reza Pahlavi assumisse a monarquia em 1941. Inicialmente, o novo monarca buscou recuperar o apoio das classes médias comerciais, intelectuais democráticos e dos clérigos xiitas que haviam se afastado do regime. Ele retirou as restrições impostas a opositores, aumentou a participação de outros membros nas decisões e expandiu a autonomia do parlamento, crescendo também o número de partidos políticos. Ele permitiu que os clérigos xiitas pudessem exercer suas atuações religiosas e políticas nas mesquitas e em escolas (ADGHIRNI, 2014; ABDOLMOHAMMADI; CAMA, 2020).

Reza Pahlavi buscou aproximar-se dos clérigos xiitas, revogando leis adotadas por seu pai que afetaram os interesses dessas lideranças religiosas, como no caso da lei sobre o véu, e reconheceu a autoridade de alguns Aiatolás de Qom. Outra liderança opositora ao Xá surgiu em 1950, Mossadegh, ele buscou implementar reformas na economia, desejando uma maior independência do país em relação às potências externas, como a Grã-Bretanha, que exploravam os recursos energéticos iranianos. O regime do Xá buscou limitar os poderes de Mossadegh, sendo apoiado pelas potências ocidentais, e estabeleceu uma monarquia semiautoritária. Este novo ator político iraniano conseguiu organizar uma coalizão política para apoiar o seu projeto e formou a Frente Nacional (ABDOLMOHAMMADI; CAMA, 2020).

Mossadegh foi eleito para o parlamento, tornando-se primeiro-ministro em 1951. Ele possuía suas ideias fortemente influenciadas pelo nacionalismo, independência do Irã e da defesa da liberdade e democracia promovidos pela Constituição de 1906. Outro elemento defendido por Mossadegh era a nacionalização da indústria do petróleo do Irã. Devido a sua agenda, ocorreu um aumento da oposição aos seus projetos em diferentes esferas. Internamente, a marginalização de alguns grupos islâmicos tradicionais provocou uma falta de interesse dos clérigos. Na esfera externa do país, a aproximação com a União Soviética afastou o regime do Xá e das potências ocidentais, que atuaram para prejudicar os seus projetos políticos (ADGHIRNI, 2014; ABDOLMOHAMMADI; CAMA, 2020).

Porém, período de atuação de Mossadegh no governo iraniano teve fim devido a um golpe[25] de Estado organizado por atores externos, como os serviços de inteligência da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos, e apoiado por monarquistas, segmentos conservadores da população e alguns membros do clero xiita participaram do golpe em 1953 (ADGHIRNI, 2014; PARSA, 2016). Com a saída de Mossadegh e o retorno ao poder de Reza Pahlavi, o regime do

[25]O golpe contra Mossadegh fez parte do plano da Operação Ajax, este plano provocou a insurreição contra o governo iraniano (ADGHIRNI, 2014).

Xá buscou aumentar a modernização do país, afastando os atores e as estratégias ligadas à religião do seu governo e aproximando-se do Ocidente. Isso provocou reações dos clérigos e dos comunistas (ADGHIRNI, 2014).

Em 1954 ocorreu a venda e administração do petróleo iraniano por 25 anos para um consórcio internacional, participavam a *Anglo-Iranian Oil Compan*y (40%); *Royal Dutch Shell* (14%); cinco empresas dos EUA (Exxon, Gulf, Mobil, Socal e Texaco) cada uma com 8%; e a *Compagnie Francaise des Petrole*s (6%). A renda oriunda do petróleo aumentou de 34 milhões de dólares entre 1954-1955 para 181 milhões de dólares em 2 anos. Porém, o Estado teve uma expansão da corrupção pelo regime vigente e aumento da confiança do Xá para suas operações. Ele demonstrou uma tendência de concentração de poder, retirando os primeiros-ministros do cargo ocupado conforme os seus interesses (HIRO, 2018).

Em 1955 o Xá formou uma Força de Segurança interna com a intenção de reunir informações e reprimir os movimentos de oposição, demonstrando o início da formação da Savak. Em 1957, ocorreu a formalização dessa organização, sendo ligada ao gabinete do primeiro-ministro. Neste mesmo ano, o regime iraniano já havia reprimido com sucesso o partido Tudeh e os membros da Frente Nacional de Mossadegh. No ano de 1959, ocorreu o acordo de cooperação militar entre Teerã e Washington, criando canais formais para que acontecesse a colaboração da inteligência militar entre os países, permitindo aos EUA monitorar o território iraniano (HIRO, 2018).

Os atores religiosos começaram a alterar a sua estratégia, para uma com desejos mais ofensivos, desenvolvendo um projeto político mais elaborado, procurando utilizar a política de massas para alcançar seus objetivos, conter a influência de fatores externos e o poder do Xá. As ações do Xá para conter as estratégias de opositores, de forma autoritária, acabou provocando a formação de novos atores políticos e de aliança entre os diferentes grupos. Além disso, os movimentos religiosos começaram a expandir as suas operações e a ocupar os espaços deixados na política por outros grupos, ocorrendo uma competição. Entre 1960 e 1970 atores islâmicos já estavam propondo projetos políticos e participando de assuntos envolvendo a política, não se restringindo a defender somente valores tradicionais islâmicos (ABDOLMOHAMMADI; CAMA, 2020).

Buscando evitar o aumento da contestação ao seu regime, o Xá iniciou processos de reformas internas do país, a “Revolução Branca”. Entre as medidas estavam a intervenção na área agrária, o projeto procurava realizar uma reforma agrária no país; venda de estatais para financiar esse plano; nacionalização de algumas áreas; sufrágio universal; melhora no sistema educacional; entre outros objetivos (WILBER, 1981; ADGHIRNI, 2014). Porém, a reforma

agrária afetou grupos tradicionais, como lideranças do clero que possuíam recursos financeiros provenientes dessas áreas. O regime do Xá colocou em votação popular estes projetos em 1963, sendo confirmado pela população (ABDOLMOHAMMADI; CAMA, 2020). Porém, sofrendo oposição de diferentes grupos, como do caso dos clérigos xiitas, liderados por Khomeini[26], esse projeto teve um forte movimento contrário no parlamento iraniano. Aliado a isso, ocorreu o aumento da força de Khomeini na oposição, que sofriam com as estratégias do regime de Reza Pahlavi (KAMRAVA, 1990 apud ABDOLMOHAMMADI; CAMA, 2020)[27].

As forças de oposição política islâmica sofriam menos repressão por parte do sistema de segurança do regime do Xá do que a Frente Nacional e o Partido Comunista iraniano. Exemplo disso, são as operações que a Savak realizava contra esses atores internos, porém, negligenciam as forças islâmicas distribuídas pelo país. O regime era mais tolerante devido à intenção do uso do Islã como um instrumento para conter o comunismo e o marxismo, que já possuíam grupos que atuavam no país (ABDOLMOHAMMADI; CAMA, 2020).

A oposição ao regime do Xá era heterogênea, existiam forças conservadoras xiitas, membros de classes médias mais vulneráveis, classe média, entre outras categorias. Porém, em 1970, começou a formar-se uma rede nas mesquitas, que divulgava as críticas e as ideias de Khomeini. A força islâmica tornou-se um ator forte e organizado durante a década de 1970, diferente das outras organizações de oposição. Em 1979, devido a revoltas internas o Xá deixou o país e alguns meses após, o Khomeini retorna de seu exílio, imposto desde 1964. Ele acreditava que era preciso derrubar o regime monárquico existente no Irã e substitui-lo por um governo islâmico (ABDOLMOHAMMADI; CAMA, 2020).

5.2. Revolução Iraniana de 1979

O processo revolucionário que provocou a criação da República Islâmica do Irã não pode ser observado como um evento homogêneo, diferentes setores do país se revoltaram contra o regime de Xá Reza Pahlavi (ALBUQUERQUE; MEIHY, 2020). A Revolução Iraniana de 1979 derrubou a Dinastia Pahlavi (1925-1979) do poder do Estado. Durante o governo do regime dos Xás, os interesses do país estavam ligados aos do Ocidente, principalmente aos dos Estados Unidos. Diferentes grupos com ideologias e política se uniram antes e durante 1970 para combater o regime do Reza Xá Pahlavi (1941-1979) e desafiar os interesses de potências externas. As influências religiosas tiveram uma atuação cada vez mais importante nos

[26]Futuro Líder Supremo do país.
[27]Referência da obra citada por Abdolmohammadi e Cama (2020): KAMRAVA, Mehran. **Revolution in Iran**: The Roots of Turmoil. Londres e New York: Routledge, 1990.

movimentos de oposição ao regime. A modernização acelerada do Xá, que também provocou uma significativa corrupção no seu governo, uma administração ruim, prejudicou as estruturas sociais tradicionais e os valores da sociedade iraniana, onde os costumes religiosos possuíam uma posição central. O fato de a oposição ao Xá ter se mobilizado e organizado sob a causa do Islã demonstra que a religião teve um papel importante, como símbolo de protesto e como pedido por mudanças (MONSHIPOURI, 2013).

A percepção de identidade ameaçada e a repressão aos movimentos de oposição combinaram-se para provocar uma revolta liderada por Khomeini contra um regime decadente e corrupto. As ideias modernizadoras e ocidentais da Dinastia Pahlavi impulsionaram os movimentos, devido à concepção de que estas elas prejudicavam a identidade nacional e cultural do país (MONSHIPOURI, 2013). Com a expansão do movimento anti-monarquista, o regime do Xá impôs um decreto de lei marcial de seis meses em algumas cidades. Os movimentos foram reprimidos a leste do país e ocorreu o aumento da censura, com a prisão de líderes da oposição, demonstrando a intenção do Xá em manter-se no comando do Estado (HIRO, 2018).

Outros instrumentos utilizados pela oposição iraniana foram as greves em diferentes instituições, inclusive as relacionadas com a área de petróleo. Além disso, também começou a acontecer divisões internas nas Forças Armadas, entre os leais ao Xá e a oposição (HIRO, 2018). A oposição ao regime do Xá expandiu, incluindo os liberais, muçulmanos liberais, grupos guerrilheiros, entre outros. Porém, a oposição que conseguiu incluir a maior parte da sociedade iraniana foi a do Islamismo político modernizado, que tinha como liderança Khomeini, que foi exilado do país em 1964 devido à sua influência nas manifestações. Em 1978, movimentos de oposição política ao regime vigente no Irã e contra a influência dos Estados Unidos no país tiveram início e se expandiram (KEDDIE, 1998). A revolução ocorreu por diferentes motivos, pressões que se acumularam durante anos na sociedade iraniana e devido às ações autoritárias do regime do Xá contra a população, principalmente aumentando a repressão as manifestações contrárias aos seus interesses. Exemplo dessas ações podem ser observadas durante eventos de protestos e repressões em Qom, Tabriz, Yazd e Isfahan, onde ocorreram manifestações e aconteceu a repressão violenta a tais movimentos de oposição, inclusive, provocando mortes. Aliado a estas estratégias do regime do Xá, o surgimento da liderança do Aiatolá Khomeini e o desenvolvimento da sua política estimularam um aumento das ações da oposição contra o governo (ABRAHAMIAN, 2008).

Em janeiro de 1979, Khomeini retorna ao país e assume a liderança em fevereiro. Nos meses que se seguiram à saída do Xá do poder no país, o movimento revolucionário foi liderado

por clérigos pró-Khomeini, sendo os outros grupos reprimidos ao longo dos anos (KEDDIE, 1998). A liderança de Khomeini na revolução ocorreu devido à organização hierárquica existente no Xiismo, que demonstrou ser eficiente na sua coordenação e no controle de suas operações políticas. O Aiatolá utilizou essas características para implementar o seu projeto político, alterando o seu grupo de atuação para uma força organizada e depois em um elemento importante para a estrutura do Estado pós-revolução (ABDOLMOHAMMADI; CAMA, 2020). A revolução de 1979 trouxe para a política iraniana, fatores religiosos, adicionando a identidade nacional o Xiismo, incluindo este elemento que anteriormente era predominante a cultura persa (MABON, 2016).

A Revolução Iraniana teve consequências além do território do Irã, ela afetou a política e a segurança em diferentes escalas. O sistema de governo iraniano foi influenciado pelos valores e pensamentos do Xiismo e por regras oriundas da *Sharia*. Após o evento de 1979, ocorreu a intenção de exportar os objetivos revolucionários do Aiatolá Khomeini, colocando o Irã como um fator de instabilidade em diferentes assuntos na região. Esta desestabilização pode ser notada, além da disputa ideológica entre Wahhabismo e o Xiismo, ela pode ser observada na área militar, como no caso da Guerra Irã-Iraque em 1980 (MABON, 2016). A ideia da exportação da revolução para outros locais, como os Estados árabes e muçulmanos, tem como base a concepção iraniana de obrigação em apoiar os movimentos revolucionários islâmicos. Além disso, o Irã tinha como um de seus objetivos, auxiliar as nações muçulmanas e as oprimidas a obter a sua independência (ROSHANDEL, 2013).

Durante a década de 1980, a política externa do país, baseava-se na ideia defendida de Khomeini de exportar a revolução para outros países. Aliado a isso, existia o objetivo de defender a integridade do Islã e todos os muçulmanos; proteger a unidade da comunidade muçulmana; ajudar os movimentos de libertação em todo o mundo, muçulmano ou não (MONSHIPOURI, 2013). A constituição de 1979 não construiu uma ditadura. O poder foi dividido entre líder islâmico Khomeini, líderes governamentais e um parlamento. O país possui alguns cargos eleitos pela população, porém, existindo limites para liberdade de expressão e de organização (KEDDIE, 1998). Dessa maneira, teve início o surgimento da República Islâmica do Irã. Em 1979, o líder do processo revolucionário, Aiatolá Khomeini, escolheu como liderança governamental Mehdi Bazargan, membro da Frente Nacional. Ele possuía característica distinta do grupo liderado por Khomeini, esses fatores podem ser observados nos *Komiths*, que são instituições que aplicavam as diretrizes políticas escolhidas pelos religiosos, o envolvimento de lideranças religiosas no governo iraniano já era observado. A Constituição

do país demonstra o objetivo do clero em estar numa posição central na política nacional do Irã (ALBUQUERQUE; MEIHY, 2020).

5.3. Sistema do regime da República Islâmica do Irã

A Revolução Iraniana de 1979 provocou a substituição da monarquia por uma república. O Aiatolá Khomeini nomeou um governo de transição que possuía o objetivo de supervisionar o processo de elaboração de uma constituição e governar o Irã até a implementação dela. Durante esse período, os muçulmanos considerados mais radicais, também elaboraram diferentes instituições durante o governo de transição, como o Conselho Revolucionário, comitês, entre outras organizações (GASIOROWSKI, 2018).

Com a influência de membros muçulmanos mais radicais na Assembleia Constituinte, aconteceu a incorporação da ideia de Khomeini da *Velayat-e Faqih*[28]. Dessa forma, os religiosos xiitas conseguiram supervisionar o Estado para garantir que as políticas seguissem a lei islâmica, *Sharia* (GASIOROWSKI, 2018). O Xiismo no sistema político pode ser observado como um instrumento que o governo iraniano possui para conseguir obter legitimidade (MABON, 2016). Após a elaboração da constituição, o Conselho Revolucionário foi dissolvido, os tribunais e os comitês revolucionários foram integrados no aparato judiciário do país e no sistema de segurança (GASIOROWSKI, 2018).

A Constituição do Irã foi adotada após referendo público, sendo atribuída a autoridade máxima na tomada de decisões ao Líder Supremo. A escolha desse líder ocorre por meio da Assembleia de Peritos (KATZMAN, 2021c). Existem duas instituições que possuem como um de seus objetivos permitir às lideranças religiosas xiitas monitorar o Estado iraniano. A primeira foi escrita do *Faqih*, também conhecido como Líder Supremo (*Rahbar*), que deveria ser ocupado por um *Marja-e Taqli* (uma fonte de emulação), o posto mais alto do clero xiita. O líder possui os poderes para definir as diretrizes gerais de políticas e supervisionar a implantação delas; nomear chefes do judiciário e de outras áreas do regime; ser o Comandante-Chefe das Forças Armadas; até 1989 ele poderia retirar o presidente do cargo. Além disso, ele também escolhe e demite membros do governo; soluciona problemas do país por meio do Conselho de Expediência, que pode assumir algumas responsabilidades, caso o Líder não for capaz de exercê-las, ou seja, podendo o substituir em alguns assuntos. O primeiro líder foi

[28]O conceito *Velayat-e Faqih* altera toda a autoridade política e religiosa para fornecê-las para um clero xiita e as principais decisões referente ao Estado estão sujeitas à aprovação de um líder clerical supremo, o *vali-e faqih*. Este líder (o *faqih*) fornece a gestão (*velayat*) sobre a nação e garante a islamização de cima para baixo do Estado. A *Velayat-e Faqih* possui uma forte influência do islamismo xiita no seu desenvolvimento (AARABI, 2019).

Khomeini, que ficou no cargo até a sua morte, substituído em 1989 por Khamenei, que está nesta função até os dias atuais (IRÃ, 1979; GASIOROWSKI, 2018). Porém, essa liderança pode ser retirada do cargo através das ações da Assembleia dos Peritos, que possui esta responsabilidade. Esta instituição também pode realizar alterações na constituição iraniana, sendo preciso após a reformulação, ser submetida a aprovação em um referendo nacional. A principal função da Assembleia dos Peritos é a escolha de um novo Líder Supremo após a morte do titular e o monitoramento do cumprimento de suas responsabilidades. Os seus membros são eleitos, ocorrendo a eleição a cada 8 anos (ADGHIRNI, 2014; KATZMAN, 2021c). Para poder candidatar-se a uma vaga, o membro precisa ser aprovado pelo Conselho dos Guardiães (ABDOLMOHAMMADI; CAMA, 2020).

Outra instituição elaborada para a supervisão do Estado é o Conselho dos Guardiães (GASIOROWSKI, 2018). Ele é formado por 12 integrantes, seis juristas islâmicos indicados pelo Líder Supremo e seis membros selecionados pelo judiciário e confirmados pelo parlamento (Majles). Cada membro cumpre mandato de seis anos, porém, sendo escalonado para ocorrer a mudança a cada três anos. Eles analisam os candidatos das eleições, a partir da lealdade ao sistema islâmico de governo, verificam os antecedes, entre outros critérios. A instituição também certifica os resultados das eleições para diferentes cargos do governo (KATZMAN, 2021c). Este Conselho também analisa as legislações aprovadas pelo parlamento iraniano, se estão de acordo com a *Sharia* (ABDOLMOHAMMADI; CAMA, 2020).

Segundo o artigo 113° da Constituição do Irã (1979), o presidente do Irã é a segunda autoridade máxima do país, atrás do Líder Supremo. Ele ocupa também o cargo de presidência do Conselho de Ministros, presidindo as ações dos ministros e coordenando suas atividades, além de poder demiti-los. O presidente é eleito por voto popular, com mandato de quatro anos. A eleição do presidente é supervisionada pelo Conselho dos Guardiães (IRÃ, 1979). A constituição de 1979 também definiu o cargo de primeiro-ministro, porém, ele foi extinto em 1989, concentrando os poderes no presidente da República Islâmica do Irã. Este cargo tem pouca influência em assuntos relacionados à segurança nacional, sendo esta área restrita a clérigos xiitas e a IRGC, mas possui uma autonomia na formação de políticas econômicas (IRÃ, 1979; GASIOROWSKI, 2018; KATZMAN, 2021c). Para assumir o cargo de presidente, é necessário a aprovação do Líder Supremo do candidato eleito (ABDOLMOHAMMADI; CAMA, 2020).

O parlamento iraniano (Majles), ou Assembleia Consultiva Islâmica, possui os seus membros eleitos através do voto secreto, as vagas são distribuídas entre as províncias iranianas em proporção ao tamanho da população. Além disso, existem assentos reservados para

membros representantes do cristianismo, judaísmo e o zoroastrismo. O período de mandato para os membros da Assembleia é de quatro anos. O Conselho dos Guardiães tem a capacidade de avaliar as leis elaboradas e votadas pelo parlamento (IRÃ, 1979; GASIOROWSKI, 2018).

As tensões entre estas organizações provocaram problemas em diferentes áreas no Irã. Por isso, em 1988, a liderança Khomeini buscou solucionar esta questão, criando o Conselho para o Discernimento da Conveniência, em inglês *Council for the Discernment of Expediency*, também conhecido como Conselho de Conveniência. Ele atua em assuntos discutidos entre o parlamento e o Conselho dos Guardiães que não há consenso, porém, mesmo com a criação dessa instituição continuaram a ocorrer tensões entre estas instituições (GASIOROWSKI, 2018). Ele também atua como uma instituição consultiva de políticas para o Líder Supremo. Além disso, o líder também indica os membros da organização, que cumprem mandados de cinco anos (KATZMAN, 2021c).

5.4. Presidentes da República Islâmica do Irã

A eleição inicial para o sistema de governo teve Abolhassan Bani-Sadr como primeiro presidente eleito, não fazia parte do clérigo, mas atuou na revolução ao lado de Khomeini para a saída do Xá do poder no Irã. Porém, seu governo durou pouco tempo, devido aos seus questionamentos à concentração de poder nas lideranças religiosas iranianas. Seu governo teve fim devido a um processo de impeachment e foi afastado do cargo em 1981. A administração de Bani-Sadr demonstra o poder que os clérigos possuem no Irã. Assumindo Mohammad-Ali Rajai, porém, ele foi assassinado 28 dias após assumir o cargo (COSTA, 2020).

Após a saída de Bani-Sadr e a morte de Rajai, assumiu a presidência Khamenei durante a década de 1980, alinhado às ideias de Khomeini. Durante seu governo, ele liderou o país na guerra contra o Iraque e na escala interna o seu governo atuou para conter os movimentos da oposição ao sistema político vigente. A sua lealdade ao Líder Supremo é um dos motivos que o levaram a substituir Khomeini como o sucessor no cargo de Líder Supremo. Durante o período, como a principal liderança do país, ele extinguiu o cargo de primeiro-ministro e transferiu os poderes para o presidente (COSTA, 2020).

Em 1989 até 1997, o Irã teve como presidente Rafsanjani, durante o seu processo eleitoral somente dois candidatos foram aprovados pelo Conselho dos Guardiães. Com a revisão da Constituição no ano de 1989, o presidente teve um aumento de seus poderes. Isto permitiu a Rafsanjani a oportunidade de realizar algumas ações, como a intervenção na economia, realizar algumas políticas e privatizações no país (ABDOLMOHAMMADI; CAMA, 2020). Seu governo trazia propostas alinhadas com a ideia do desenvolvimento e da liberalização da

economia iraniana, aproximando-se de um modelo neoliberal. Porém, para recuperar a economia, seria necessário afetar o poder dos clérigos (COSTA, 2020). Algumas dessas propostas realizadas para reformar a economia são: a privatização da indústria iraniana e de outras atividades produtivas e/ou não; desregulamentação da atividade econômica e dos serviços bancários, financeiro e modernização da bolsa de valores de Teerã. Além disso, ocorreu o estímulo para a entrada de investimento externo de forma direta; empréstimo estrangeiro; formação de zonas de livre comércio em todo o país; desvalorização rial; redução gradual dos subsídios; liberalização do comércio e o retorno do setor privado; liberação de preços; e volta de capital exilado (EHTESHAMI, 1995). Porém, o país sofreu com as pressões internacionais que objetivavam excluir o Irã do sistema internacional, o Estado continuou a sofrer os efeitos das sanções econômicas impostas em diferentes áreas, afetando os objetivos das reformas desejadas por Rafsanjani (COSTA, 2020).

Entre 1997 e 2005, ocorreu a eleição de Khatami. Seu governo teve que retomar a abertura limitada do país, porém, sofreu com protestos da oposição do regime (ABDOLMOHAMMADI; CAMA, 2020). A administração de Khatami preocupava as lideranças conservadoras, devido às reformas e as aberturas propostas (COSTA, 2020). Nos governos de Rafsanjani e Khatami, o Irã buscou regredir as tensões com outros países, aumentando suas relações com França, Alemanha, Áustria e Itália, atores que buscavam modernizar o aparato econômico e produtivo iraniano (ADGHIRNI, 2014). Khatami atuava em eventos internacionais e procurava apresentar o Irã aberto à modernidade, porém, aumentava as preocupações dos conservadores devido à possibilidade de expansão da influência de valores ocidentais no país (COSTA, 2020).

Presidente Ahmadinejad assumiu a presidência do Irã entre 2005 e 2013, vencendo Rafsanjani, apoiado por grupos conservadores. A política externa nesse período regrediu a abertura de diálogo construída por Khatami com o Ocidente, isolando o Irã da comunidade internacional. Durante a eleição em 2008, ocorreram protestos contestando o seu resultado, ficando conhecido como *Green Movement*, o que também provocou instabilidades internas ao regime iraniano, essas insatisfações também aconteceram devido a outros fatores, como o isolamento do país, aumento da censura, entre outras reivindicações da população e da oposição (COSTA, 2020; ABDOLMOHAMMADI; CAMA, 2020). Devido às sanções e à marginalização do Irã, Ahmadinejad buscou expandir a sua influência sobre os países emergentes, buscando construir uma base de apoio em foros multilaterais e diversificar a sua rede de parceiros econômicos. Além disso, ocorreu uma aproximação com a Rússia, inclusive na área nuclear, onde assinaram acordos que visavam finalizar a construção da central atômica

em Bushehr. O Irã também se aproximou da China nesse período, como um parceiro econômico ideal no fornecimento de petróleo e gás com valor reduzido, e por parte do Irã, um ator que adquire produtos chineses (ADGHIRNI, 2014).

Durante o governo de Ahmadinejad o Irã expandiu sua atuação na África, o Sudão tornou-se um aliado militar e estratégico para o país. A empresa estatal de produção de automóveis Iran Khodro construiu fábricas no Senegal. Além desses países, Ahmadinejad visitou outros Estados, como Zimbábue, Uganda, Mali, Comores, Gâmbia, Quênia, Níger, Benin, entre outros países. Durante seu mandato, também buscou aproximar-se de países da América Latina, como no caso do Equador, Bolívia, Venezuela, Nicarágua, Cuba e Brasil. No caso brasileiro, ocorreu um distanciamento entre os países devido a uma nova aproximação entre o Brasil e EUA durante o governo de Dilma Rousseff (ADGHIRNI, 2014). O governo de Ahmadinejad, o segundo mandato, foi marcado pelo aumento das tensões entre ele e o Líder Supremo, principalmente desde 2008, quando o presidente se recusou a aceitar medidas que reforçaram as leis de costumes (COSTA, 2020).

Entre 2013 e 2021, a República Islâmica elegeu para o cargo de presidente Rouhani. Ele sofreu com a reimposição das sanções econômicas contra o Irã, afetando a economia do país. O presidente eleito tinha como objetivo realizar uma abertura de diálogo com o Ocidente para aliviar os instrumentos coercitivos utilizados contra o Estado e melhorar a economia. Rouhani também buscava expandir as relações com a comunidade internacional e ser um ator importante na busca por soluções para as crises políticas no Oriente Médio (ABDOLMOHAMMADI; CAMA, 2020). Durante seu governo houve o acordo JCPOA, além de conseguir realizar as suas agendas econômicas até a eleição de Trump (COSTA, 2020). O governo Rouhani teve problemas relacionados à inflação e ao desemprego, além do aumento da desigualdade interna no país. A saída dos EUA do JCPOA aumentou a pressão econômica sobre o Irã e por consequência cresceu a oposição do governo Rouhani (ABDOLMOHAMMADI; CAMA, 2020).

Durante o governo de Rouhani, ocorreu a busca de uma nova aproximação com países vizinhos, buscando aproximar-se de potências ocidentais, porém, não priorizou as relações entre Irã e América Latina, área onde seu antecessor procurou expandir a influência iraniana (ADGHIRNI, 2014). Internamente, também ocorreram manifestações contra o governo, acontecendo protestos em diferentes áreas do país, como em Mashhad, Ahvaz, Shiraz, Bandar-Abbas, Birjand, Gachsaran, Abadan, Khoramshahr e Mahshahr. Com preocupações com possíveis instabilidades políticas, o regime de Teerã reprimiu e conteve as manifestações, causando mortes entre os manifestantes e as Forças de segurança (COSTA; TRAUMANN;

BIEZUS, 2020). Em 2021, é eleito o presidente Ebrahim Raisi, considerado alinhado com o Líder Supremo, Ali Khamenei, visto como próximo dos conservadores iranianos (BBC NEWS BRASIL, 2021).

5.5. Irã e o Ocidente

A Grã-Bretanha possuía interesses no Irã no passado. No século XIX, ocorreu a ocupação dos britânicos no território iraniano. Outro interesse desse ator é pelo petróleo, durante a descoberta das reservas dessa *commodity* no sul do Irã, a Grã-Bretanha impôs um contrato que destinava somente 10% da receita para o Estado iraniano, o restante sendo destinado a *Anglo-Iranian Oil Company*, mais tarde chamou-se *British Petroleum* (ADGHIRNI, 2014). A Grã-Bretanha iniciou um boicote, ou embargo, contra o petróleo iraniano em 1951, devido à nacionalização da produção, ação liderada por Mossadegh, primeiro-ministro do Majlis do Irã. Esta estratégia também foi adotada por algumas nações, o que levou à queda das receitas iranianas pela metade, comparando com o ano anterior. A intenção de Mossadegh era acabar com a influência da Grã-Bretanha no país. Porém, ele foi retirado do cargo devido a um golpe, apoiado pelos serviços de inteligência da Grã-Bretanha e dos EUA, na chamada Operação Ajax (ADGHIRNI, 2014; HIRO, 2018).

O Irã observa os Estados Unidos como obstáculo para suas estratégias. O regime de Teerã tem o conhecimento que devido à presença de atores hostis aos seus interesses, ele precisa desafiar os EUA para alcançar a hegemonia regional (ROSHANDEL, 2013). A Revolução Iraniana encerrou a aliança entre os países, que ocorria devido a preocupações estadunidenses com a expansão da influência da União Soviética. Outro evento que prejudicou as relações foi a crise dos reféns em 1979, ela durou 444 dias e envolveu funcionários diplomáticos estadunidenses mantidos como reféns por simpatizantes do recente regime islâmico. Isso ocorreu devido à permissão dos Estados Unidos para a entrada do Xá no seu território para tratamento médico, permitido pela administração Carter (1977-1981). A invasão da embaixada dos EUA foi compreendida como uma violação diplomática. Os invasores tinham como parte de seus objetivos, que os Estados Unidos deportassem o Xá e se desculpassem por suas ações contra o Irã, o que foi recusado pelo regime estadunidenses (BEEMAN, 2013; ADGHIRNI, 2014).

Os iranianos possuem preocupações com os Estados Unidos devido à atuação do país contra os interesses do Irã. Outros exemplos foram o apoio dos EUA para a derrubada do primeiro-ministro Mossadegh em 1953, o auxílio ao Xá durante a Revolução Iraniana e a preferência pelo regime de Bagdá durante a guerra Irã-Iraque. A estratégia dos Estados Unidos

para provocar a mudança de regime ocorreu por diferentes meios, como planos para ataques militares, apoio a separatistas iranianos e sanções econômicas contra o Irã. Estas operações tinham como objetivo provocar a população do país a manifestar-se contra o regime de Teerã. Estas ações aumentaram as preocupações iranianas com as estratégias e operações dos EUA (BEEMAN, 2013).

O instrumento das sanções tem sido uma estratégia frequente nas ações dos EUA contra o Irã desde a Revolução Iraniana de 1979. Durante as décadas de 1980 e 1990, elas tinham como objetivo que o Irã parasse de apoiar operações caracterizadas como de terrorismo e limitar o poder iraniano no Oriente Médio, como, por exemplo, nos assuntos relacionados ao Hezbollah. Aliado a isso, esta ferramenta também foi utilizada em represália ao evento da embaixada estadunidense. Após o ano 2000, as sanções impostas pelos EUA, outros países e atores buscavam persuadir o Irã a limitar o seu programa nuclear, este instrumento econômico alcançou diferentes áreas e tinham distintos objetivos a serem cumpridos (ADGHIRNI, 2014; KATZMAN, 2021b).

Em 1996, os Estados Unidos implementaram a lei de Sanções Irã-Líbia, conhecida em inglês como *Iran-Libya Sanctions Act*, a administração de Clinton conseguiu a aprovação do congresso para esta lei. Ela apresenta os Estados do Irã e da Líbia como patrocinadores do terrorismo internacional. As sanções buscavam impedir qualquer transferência de recursos financeiros para organizações caracterizadas como terroristas, bloqueando qualquer fluxo que tenha como objetivo a aquisição de armas de destruição em massa. Além disso, esta lei inclui sanções secundárias, elas tinham como objetivo atingir todos os países que investiram ou planejavam investir em empresas iranianas de petróleo e gás natural. Os Estados Unidos ameaçavam todos os atores com algumas consequências, como a falta de acesso ao mercado e a financiamentos dos EUA. Esta estratégia estadunidense visa impedir que outros países, principalmente aliados ocidentais, tenham relações em diferentes áreas com o Irã, isolando o país internacionalmente (OSIEWICZ, 2021). Aliado a isso, os Estados Unidos desde 1995 proibia relações comerciais e de investimento dos EUA no Irã e em 1996 impediu que empresas estadunidenses exportassem mercadoria utilizando um terceiro país para que o produto chegasse no Irã (KATZMAN, 2021b).

Uma aproximação entre os EUA e o Irã é difícil de ocorrer, principalmente devido a assuntos relacionados ao programa nuclear iraniano, as tensões ainda aumentaram devido à repressão violenta realizada pelo aparato de segurança do Irã contra manifestantes em 2009, durante os protestos, *Green Movement*. Durante as negociações com o presidente iraniano Ahmadinejad, os Estados Unidos e seus aliados perceberam que sanções econômicas eram os

instrumentos escolhidos para conter as ações iranianas, procurando forçar o país a cumprir as disposições internacionais. Em 2012, a União Europeia (UE) impôs novas sanções contra o Irã, aumentando a pressão sobre o regime de Teerã (OSIEWICZ, 2021).

As punições atingiram o sistema central da economia iraniana, ao impor um embargo europeu total ao petróleo e ao Banco Central do país. Além disso, bancos iranianos foram excluídos do SWIFT[29], o que aumentou a pressão sobre o Irã em diferentes áreas. As remessas financeiras de forma direta com o Irã foram dificultadas. A falta de acesso a estes sistemas internacionais, impediram o regime de Teerã de acessar os recursos financeiros depositados no exterior, expandindo as consequências para o sistema econômico do Irã. O país teve que começar a reduzir os subsídios a alguns serviços, expandindo a inflação. Em 2014, a inflação já alcançava cerca de 40%, ocorreu o aumento do desemprego, alcançado em 2013, 13% da população (ADGHIRNI, 2014).

As sanções econômicas são um instrumento frequentemente utilizado por diferentes administrações dos Estados Unidos, principalmente as secundárias que tem como alvo empresas com negócios com o Irã. Os objetivos iranianos ainda se mantêm em progresso, como apoio a grupos armados regionais e o desenvolvimento de mísseis. Na questão do programa nuclear, as sanções foram fatores que contribuíram para a entrada do país no Plano de Ação Abrangente Conjunto. Exemplo dos efeitos desse instrumento, aconteceu entre 2011 e 2015, às sanções econômicas impostas ao país por diferentes atores provocaram a regressão da economia do Irã, as exportações de petróleo bruto caíram mais de 50% e o Estado não possuía acesso a seus ativos no exterior (KATZMAN, 2021b). Os Estados Unidos restringem as relações comerciais com o Irã, como no caso relacionado ao mercado de petróleo, porém, alcançando outras áreas como nas situações que envolvem os seguros de navios; as vendas de aeronaves ou de peças, mesmo as com fins civis para o Irã; entre outras. Além disso, existe a proibição que cidadãos dos EUA possam intermediar transações comerciais que envolvam o Irã. Porém, existem algumas possibilidades como a exportação de alimentos e medicamentos, serviços humanitários, entre outros (KATZMAN, 2021b).

Com a implementação do JCPOA, algumas sanções foram suspensas. Todavia, as que estavam relacionadas com as estratégias iranianas de apoiar seus aliados regionais, as relativas à violação dos direitos humanos, ao desenvolvimento do seu programa de mísseis e de tecnologia para armas convencionais permaneceram ativas. O Conselho de Segurança da ONU também manteve a proibição de importação e exportação de armas até o ano de 2020 e uma

[29]Sistema que interliga as instituições financeiras do mundo (ADGHIRNI, 2014).

restrição relacionada ao desenvolvimento de mísseis balísticos com capacidade nuclear até 2023. Em 2017, os Estados Unidos impuseram sanções contra a venda de armamento ao Irã e empresas que ajudam o Irã no desenvolvimento do seu programa de mísseis balístico (KATZMAN, 2021b). Em 2016, os Estados Unidos e o Irã acordaram alguns pagamentos a Teerã das vendas militares estrangeiras, ou FMS[30], suspensas devido à ruptura das relações entre os países, quando o governo do Xá se encerrou. Neste ano, o regime estadunidense enviou 400 milhões de dólares e mais 1,3 bilhões de dólares em juros acumulados para o Irã. Ainda existem ativos iranianos bloqueados nos EUA por diferentes motivos, como a retenção de 1,9 bilhões de dólares do Banco Central do Irã no banco Citibank, entre outros recursos iranianos retidos pelos EUA. Aliado a isso, existem as sentenças judiciais concedidas a vítimas de ações iranianas, que somam 50 bilhões de dólares (KATZMAN, 2021b).

Os Estados Unidos também possuem sanções econômicas contra Irã pelo motivo do país apoiar grupos armados que realizam atos considerados como de terrorismo. Os EUA, em 1984, caracterizaram o Irã como um Estado que patrocina o terrorismo. Estas sanções continuaram a ser aplicadas durante o período do JCPOA. Esta série de instrumentos atuam na restrição de transferência de equipamentos de uso duplo para o Irã; na proibição de ajuda financeira direta dos EUA e de venda de armas para o Irã. Os Estados Unidos se opõem a empréstimos multilaterais a Teerã, além disso, o país realiza a retenção de auxílio externo ao Irã. Aliado a estas ações, Washington restringe a assistência ou o fornecimento de armamentos para outros atores que realizam operações de terrorismo e retém a ajuda dos EUA a organizações que apoiam o governo iraniano. Além disso, desde 1996 o Irã também sofre sanções pelo fato do regime de Washington o considerar um Estado que não coopera totalmente com os esforços dos EUA na área do antiterrorismo (KATZMAN, 2021b).

Em 2018, a administração Trump nos EUA encerrou a participação dos Estados Unidos no acordo e recolocou as sanções secundárias. Esta estratégia estadunidense tem a intenção de obrigar o Irã a renegociar JCPOA para adicionar outras preocupações que o país possui com o Irã, além do programa nuclear. O governo Trump sancionou funcionários do regime iraniano e atores regionais apoiados pelo Irã, como, por exemplo, grupos armados. O Irã recusou-se a negociar um novo acordo e continuou as suas estratégias relacionadas aos atores aliados e no desenvolvimento das suas capacidades relativas a mísseis. Em 2019, o regime de Teerã começou a regredir seus compromissos nucleares relacionados ao JCPOA e atuar com mais intensidade no Golfo Pérsico e no Iraque. Nesse mesmo ano os EUA também buscaram excluir

[30]Sigla para foreign military sales.

do sistema financeiro dos EUA qualquer banco estrangeiro que tenha participado de transações significativas com algum ator ligado ao Irã. Também em 2019, o governo dos Estados Unidos impôs sanções econômicas contra lideranças iranianas, inclusive contra o Líder Supremo, Khamenei (KATZMAN, 2021b).

Os Estados Unidos também impuseram sanções contra instituições militares iranianas, como a IRGC e seus membros, assim como a outras organizações ligadas a esta Força militar da República Islâmica do Irã e suas atividades regionais no ano de 2019, por diferentes motivos. Exemplo de atores que foram afetados nessa estratégia estadunidenses estão o Hezbollah; grupos armados e políticos no Iraque, Palestina, Bahrein e no Iêmen (os Houthis foram retirados em 2021). Os EUA buscam através do uso dessa estratégia conter a expansão de influência iraniana na região. No caso da Guarda Revolucionária Islâmica, os EUA também sancionaram alguns de seus integrantes, por exemplo, lideranças da Força Quds. Além disso, a administração Trump sancionou diferentes atores e pessoas relacionadas ao mercado petrolífero iraniano argumentando que estavam atuando em benefício da Guarda Revolucionária. Como no caso de algumas sanções aplicadas a *National Iranian Oil Company* e a *National Iranian Tanker Company* (KATZMAN, 2021b).

Os Estados Unidos também atuam para impedir a aquisição de armamentos equipamentos militares por Forças iranianas e seus aliados, como no caso de alguns grupos no Iraque. Para isso, caso algum ator forneça para o Irã tais instrumentos, os EUA proíbem a compra por dois anos por parte dos Estados Unidos de produtos de determinada empresa; proibição por dois anos de licenciamento de exportações estadunidenses para a entidade; restrição da importação dos EUA da organização. Caso seja um país, os EUA não prestaram assistência ao Estado por um ano; restrição de empréstimos por 1 ano; suspensão por um ano de acordos de coprodução e de intercâmbio técnico na área de tecnologia militar ou de uso duplo. Além disso, Washington impõem a proibição de um ano da venda de armas; autorização para negar ao país o status de Estado favorecido; proibir o comércio entre os EUA e este ator que afetou as estratégias cujo alvo é o Irã (KATZMAN, 2021b). O JCPOA não suspendeu todas as sanções dos EUA, como as relacionadas ao terrorismo, proliferação, transferência de armas, violação dos direitos humanas, a proibição de comércio direto entre os países e o acesso iraniano ao sistema financeiro dos EUA (KATZMAN, 2021b).

Durante a administração Trump, os EUA reativaram algumas sanções. Estando ativas as sanções relacionadas as armas, mísseis, direitos humanos; a designação da Guarda Revolucionária como um grupo terrorista; ao setor mineral iraniano; as lideranças iranianas (como o Líder Supremo); Banco Central iraniano; o ramo de construção; e alguns outros

(KATZMAN, 2021b). A retomada das sanções provocou que empresas europeias que haviam retornado os investimentos no Irã, suspendessem os acordos devido a preocupações com possíveis represálias por parte dos Estados Unidos (FUSER, 2020).

No caso da Europa, especificamente da União Europeia, existem preocupações com a intenção iraniana em relação ao seu programa nuclear. No final de 2011, o Reino Unido e a França já propuseram o embargo total do petróleo do Irã (OSIEWICZ, 2021). A União Europeia impediu que seus membros importassem petróleo do Irã e impôs sanções para afetar as operações iranianas no mercado financeiro global, atuando em conjunto com os EUA (JUNEAU, 2013). As sanções da União Europeia contra o Irã ocorreram em 2012. Elas atingiram a importação de petróleo e gás iraniano; o seguro de transporte dessa *commodity;* a retenção dos ativos das empresas de navegação iraniana. Aliado a estas ações, também proibiu o comércio com o Irã, inclusive utilizando ouro, metais preciosos e produtos petroquímicos; congelou os recursos do Banco Central iraniano. Além disso, existia a proibição de transações financeiras e o fornecimento de créditos de exportação entre bancos europeus e iranianos; restrição de compra de diferentes setores com o Irã. Essas sanções foram suspensas com o acordo JCPOA entrando em vigor. Porém, nem todas as sanções foram suspensas, como no caso da restrição a venda de armamento, tecnologias de mísseis e outros equipamentos ligados a proliferação e a repressão interna. Existem também a proibição de visitas a países membros da União Europeia de pessoas, instituições e empresas que cometeram violação dos direitos humano e/ou apoiaram ações de terrorismo, tendo seus bens bloqueados na UE. Outra instituição que prejudicou os interesses iranianos foi a SWIFT, temendo possíveis punições dos EUA, no final de 2018, o sistema desconectou novamente os bancos do Irã designados para sanções dos EUA (KATZMAN, 2021b).

O Conselho de Segurança também impôs sanções contra Teerã, devido ao seu programa nuclear e a sua infraestrutura para o desenvolvimento de armas de destruição em massa. O Conselho autorizou seus membros a sancionar setores civis da economia iraniana. Esta estratégia também buscou limitar o desenvolvimento de mísseis balísticos do país, que poderiam ter capacidade nuclear, as importações e exportações de equipamentos militares. As sanções atingiram, além do Estado iraniano, membros, lideranças políticas e instituições do país (KATZMAN, 2021b). Os efeitos que essas sanções causaram para o Irã foram de diferentes consequências. Entre 2011 e 2015, esses instrumentos afetaram o PIB do país; as exportações de petróleo; o sistema bancário iraniano; impediu o acesso a ativos que estavam no exterior do Irã. Ocorreu também uma desvalorizou a moeda iraniana; aumento da inflação do país; prejuízos na produção e vendas industriais e de produtos; entre outros efeitos. O Irã tentou

diminuir os danos diversificando a sua exportação; realocou fundos de investimento e substituição das importações; ocorreu uma maior presença da Guarda Revolucionária na economia iraniana; e redução dos subsídios internos (KATZMAN, 2021b).

Em 2018, o rial iraniano desvalorizou significativamente, perdendo 70% do seu valor e a inflação subiu rapidamente. A exportação energética do Irã caiu quase um terço neste ano. Empresas acabaram saindo do território iraniano. As sanções impostas contra o regime de Teerã e seus membros também provocaram efeitos não desejados, como o reforço de setores mais conservadores do Irã, inclusive reforçando os que criticaram o acordo nuclear (COSTA; TRAUMANN; BIEZUS, 2020). É possível também observar os efeitos das sanções a partir do histórico do PIB iraniano, como o quadro a seguir demonstra, a partir de dados fornecidos pelo The World Bank ([2021?]c). Nos anos em que esses instrumentos foram colocados sobre o Irã, o PIB do país começou a regredir. Outro fato demonstrado no quadro, é que quando ocorre a suspensão de parte das sanções, o PIB começa a ter uma recuperação. Porém, diminuindo novamente no ano em que os EUA impõem seus instrumentos coercitivos.

Quadro 8 - Valor do Produto Interno Bruto do Irã (2010-2020)

Ano	Valor do PIB em bilhões de dólares
2010	486,808
2011	580,765
2012	598,868
2013	460,293
2014	432,687
2015	384,951
2016	417,984
2017	445,345
2018	294,357
2019	258,245
2020	203,471

Fonte: THE WORLD BANK, [2021?]c. Adaptado pelo autor.

Outra ação que aumentou as tensões entre os Estados Unidos e o Irã e expandiu a instabilidade geopolítica regional no Oriente Médio foi o bombardeio ao comboio que levava

Soleimani[31] no território do Iraque, provocando a sua morte. Em retaliação a operação estadunidense, o Irã realizou o ataque à base dos EUA no território iraquiano, expandindo as tensões entre esses Estados (COSTA; TRAUMANN; BIEZUS, 2020).

5.6. Plano de Ação Abrangente Conjunto e o programa nuclear iraniano

O programa nuclear iraniano teve início nos anos de 1950, durante o regime de Reza Pahlavi, com o apoio dos Estados Unidos, França e Alemanha. O desenvolvimento dos seus planos nucleares tinha como objetivo reduzir a dependência em relação ao petróleo. Porém, devido à revolução de 1979, o programa foi interrompido, provocado pela saída de atores ocidentais, retomado dois anos depois, com a comunicação do regime iraniano à AIEA do retorno do enriquecimento de urânio. O que provocou preocupações com as intenções iranianas na área nuclear. Os temores sobre os objetivos nucleares iranianos aumentaram em 2002, com a denúncia realizada pelo grupo dissidente Mujahedin-e-Khalk (MKO) sobre duas instalações nucleares iranianas não declaradas a AIEA, uma em Natanz e outra sendo construída para produzir um reator de água pesada em Arak (ADGHIRNI, 2014).

Nos últimos anos, a comunidade internacional observou de perto o desenvolvimento do programa nuclear do país e a sua busca para torna-se uma potência regional (ROSHANDEL, 2013). Em 2004, a IAEA acompanhou com mais atenção o desenvolvimento da área nuclear iraniano. Nesse ano, a agência apresentou que o Irã havia experimentado alguns elementos radioativos para o seu programa que poderia ser usado para elaborar uma arma nuclear, mas não existindo a comprovação de tal intenção (HIRO, 2018). O Teerã apresentou o seu programa nuclear tendo conseguido enriquecer o urânio a 20% e obtido reatores nucleares, como o de água pesada na cidade de Arak (ADGHIRNI, 2014). Em 2006, o presidente Ahmadinejad anunciou que o Irã havia enriquecido urânio com 3,5% de pureza. No mesmo ano, China, Rússia, Estados Unidos e alguns países da União Europeia buscaram negociar um acordo com Irã, a proposta foi rejeitada pelo regime de Teerã (HIRO, 2018).

Em dezembro de 2006, o Irã não seguiu a resolução do Conselho de Segurança da ONU que suspendia suas atividades relacionadas ao seu programa nuclear e apresentava que o Irã deveria cooperar com a IAEA. Isso trouxe como consequência a resolução 1747 em 2007, que aumentou as sanções já impostas em 2006, proibindo as exportações de armas do Irã, congelou ativos e restringiu as viagens de membros envolvidos nos projetos nucleares iranianos. Outro

[31]Qasem Soleimani era uma das lideranças militares da Força Quds, tendo o posto hierárquico de Major-General nas Forças Armadas da República Islâmica do Irã (BBC NEWS BRASIL, 2020).

rival iraniano observou essas ações com otimismo, foi a Arábia Saudita, ela concordou com as intenções da ONU contra o Irã (HIRO, 2018).

As resoluções do Conselho de Segurança da ONU aprovadas em 2007 e 2008, colocaram sanções graduais a pessoas e instituições iranianas que poderiam estar envolvidas nos programas nucleares e de mísseis do Irã. Em setembro de 2008, o Conselho adotou a resolução 1835, reafirmando as exigências feitas em 2006, mas sem adotar novas sanções. As resoluções foram aprovadas na premissa de que o programa iraniano poderia ameaçar a paz e a segurança internacional. Em 2008, a resolução de março, tinha como objetivo que os países membros monitorassem as atividades de bancos iranianos e inspecionassem navios e aeronaves iranianas por violação ao embargo de armas (HIRO, 2018).

Em 2010, o Conselho da ONU colocou uma quarta rodada de sanções contra o Irã, ampliando o embargo sobre armas e restrições financeiras. Teerã ficou impedida de comprar armas e equipamentos militares, como helicópteros e mísseis. Além disso, aumentou as restrições sobre transações financeiras com bancos iranianos. Também ocorreu a expansão do número de indivíduos e empresas do Irã que foram alvo de congelamento de ativos e proibição de viagens (BBC NEWS, 2010).

Nesse mesmo ano de 2010, Brasil e Turquia buscaram um acordo com o Irã, ele tinha como objetivo que o regime iraniano enviasse para o estrangeiro o seu estoque de urânio mais enriquecido e recebesse em troca, combustível nuclear para o reator localizado em Teerã. Porém, o acordo foi recusado pelos EUA e seus aliados. Dessa forma, o Irã expandiu o seu programa nuclear, para comparação, em 2006 existiam 200 centrífugas, o país em 2013 aumentou para 19 mil (ADGHIRNI, 2014).

Antes do acordo JCPOA ser assinado, em 2013 já havia um tratado entre Irã e as principais potências mundiais. Os principais objetivos desse acordo eram: que o Irã deixaria de enriquecer urânio além de 5% e acabaria com o seu estoque que estava além desse limite; aumentaria o acesso aos membros da Agência Internacional de Energia Atômica das Nações Unidas, incluindo acessos diários as instalações de Natanz e Fordow. Outros propósitos eram a suspensão do desenvolvimento das instalações de Arak; caso de cumprimento do acordo por parte do Irã, ocorrerá a interrupção de novas sanções por seis meses; o Irã terá um alívio das sanções no valor de cerca de 7 bilhões de dólares (BBC NEWS, 2013).

Em 2014, a Agência Internacional de Energia Atômica das Nações Unidas noticiou que o Irã conseguiu reduzir metade de seu estoque de urânio enriquecido a 20%, conforme o acordo do Plano de Ação Abrangente Conjunto, ou em inglês *Joint Comprehensive Plan of Action*, de novembro de 2013 (HIRO, 2018). Em 2015, o Irã e mais seis potências (Estados Unidos, Reino

Unido, França, Rússia, China e Alemanha) finalizaram o acordo chamado Plano de Ação Abrangente Conjunto, também conhecido como JCPOA. O acordo exigia restrições que buscavam que o programa nuclear iraniano fosse com fins pacíficos e em troca ocorreria a suspensão de parte das sanções impostas pelos Estados Unidos, União Europeia e pela ONU ao Irã. O acordo suspendeu algumas das sanções aplicadas contra o Irã no dia da sua implementação (KERR; KATZMAN, 2018).

O acordo impõe restrições ao programa de enriquecimento e de reatores iranianos, incluindo ferramentas para monitoramento com a finalidade de detectar o desenvolvimento de armas nucleares. Ele exigia que a IAEA (*International Atomic Energy Agency*) verificasse se o Irã havia finalizado a maioria das obrigações para que o regime pudesse receber o alívio das sanções no dia da implantação do JCPOA. O fim das restrições de enriquecimento ocorreria de forma gradual. O Irã também apresentou um plano de pesquisa e desenvolvimento do enriquecimento a IAEA, como uma forma de protocolo. O país deve limitar o número de centrífugas por 10 anos; limitação do nível de enriquecimento, das instalações e do estoque de urânio enriquecido por 15 anos. Além disso, houve a conversão da usina Fordow por 15 anos em um centro nuclear, de física e tecnologia. A produção de centrífugas deve ser limitada por oito a dez anos; a busca por pesquisa e desenvolvimento da tecnologia de enriquecimento por centrifugação deveria ser restringida (KERR; KATZMAN, 2018).

O acordo propõe que o Irã modifique o reator com base em um projeto já acordado pelos membros para que não produza plutônia para o desenvolvimento de armamentos. Dessa maneira, o Irã deve exportar o combustível produzido pelos reatores nucleares. O Irã também deve permitir o monitoramento das suas centrífugas e da infraestrutura nuclear do país. Por 20 anos, o regime de Teerã permitirá que a agência monitore os estoques de alguns componentes das centrífugas e das instalações de produção desses equipamentos. Aliado isso, o JCPOA também elaborou um canal de aquisições para o programa nuclear iraniano, uma comissão mista estabelecida pela JCPOA deve monitorar e aprovar as transferências realizadas por esse meio por um período de 10 ano (KERR; KATZMAN, 2018).

O acordo também debate sobre uma variedade de projetos nucleares no Irã, que incluem outros países, por exemplo, o projeto do reator Arak, pesquisas na instalação Fordow, entre outros. Esta forma de cooperação tem como finalidade evitar a necessidade de que o Irã precise produzir o próprio combustível nuclear, participando alguns países do acordo. Porém, nem todos atuaram, por exemplo, os EUA não se envolveu devido a leis de sanções que proíbem o país de participar (KERR; KATZMAN, 2018).

Em 2018, as lideranças dos EUA, devido à mudança de administração no governo do país, a saída de Obama e Trump assumindo o cargo de presidente, aumentaram as tensões com o acordo. Trump, durante a campanha para presidente dos Estados Unidos, era um crítico do acordo JCPOA, devido à limitação existente sobre o programa nuclear. No mesmo ano, os EUA saíram do acordo iraniano, e listou novas exigências para negociar novamente e restabeleceu as sanções econômicas que haviam sido suspensas. Esta estratégia tem como objetivo que ocorra negociações para um novo acordo que considere outras preocupações dos EUA, além do programa nuclear. Como, por exemplo, o apoio iraniano a grupos armados e políticos regionais pró-Irã no Oriente Médio e o programa de desenvolvimento das capacidades de mísseis balísticos do país (KERR; KATZMAN, 2018; KATZMAN, 2021b).

A União Europeia busca preservar o acordo, fornecendo alguns elementos para que o regime de Teerã permaneça no JCPOA, como a continuação das relações econômicas com o Irã, como, por exemplo, a venda de produtos petrolíferos e petroquímicos. A organização busca fornecer transações bancárias efetivas e concessões de créditos à exportação entre outras áreas para facilitar a cooperação econômica com o Irã. Além disso, a UE procura continuar os transportes marítimos, terrestre, aéreos e ferroviários com o Irã; formalizar um memorando de entendimentos; realizar contratos entre empresas europeias e iranianas; proporcionar mais investimento no Irã. Porém, a instituição também busca proteção econômica e garantia de segurança jurídica. Dessa maneira, permitindo o desenvolvimento de um local de negócios no Irã (EUROPEAN UNION, 2018).

5.7. Relações entre Irã, Rússia e China

As relações iranianas com a Rússia e a China contribuem para o desenvolvimento da capacidade de poder do Irã, principalmente por ser um contrapeso para os esforços dos EUA para prejudicar os interesses iranianos. Ocorreram ações de auxílio russo e chinês para aliviar parte das resoluções de sanções no Conselho de Segurança da ONU que afetaram o Irã (JUNEAU, 2013). O Teerã necessita escoar parte da sua produção de petróleo e precisa vender para alguns países, como nos casos da China e Rússia (COSTA; TRAUMANN; BIEZUS, 2020).

As relações com a Rússia são importantes para o Irã, por este país ser um membro permanente no Conselho de Segurança da ONU, ser um fornecedor de armamento para o Irã, por fazer parte do JCPOA e ser um ator que fornece apoio ao regime de Assad na Síria. A Rússia observa o Irã como um aliado no combate a grupos radicais islâmicos sunitas. A cooperação militar Rússia-Irã tem sido necessária para as estratégias iranianas relacionadas ao

regime sírio, principalmente na reconquista do território desse país (KATZMAN, 2021a). Algumas áreas e assuntos ajudam Irã-Rússia a atuarem de forma conjunta, além das que foram apresentadas anteriormente. A primeira é a ideia anti-EUA e a outra é a relação ao programa nuclear iraniano (OSIEWICZ, 2021).

As relações foram fortalecidas com as ações do governo Putin, que buscaram uma cooperação entre russo e iraniano em alguns setores (OSIEWICZ, 2021). Em 2000, o regime russo revogou unilateralmente o acordo Gore-Chernomyrdin de 1995, onde a Rússia limitava a sua capacidade nuclear e a assistência militar ao Irã. Após este fato, o regime de Moscou procurou concluir o reator nuclear iraniano em Bushehr (KATZ, 2006). Um dos interesses russos no Irã é pela intenção de limitar a influência dos EUA no Oriente Médio. Outro fator é pela aliança entre Síria e Moscou, esse país é um dos parceiros do Irã no Mundo Árabe (OSIEWICZ, 2021).

A Rússia, no ano de 2005, firmou acordos para fornecer armamento para o Irã, como os mísseis de curto alcance Tor-M1, adquiridos com a intenção de proteger as instalações nucleares iranianas. Porém, a relação desses Estados pode sofrer tensões, como quando a Rússia, em 2010, apoiou a imposição de sanções econômicas contra o regime de Teerã. Outro exemplo da insegurança russa em relação ao Irã, ocorreu em 2005, quando o Estado iraniano entrou na Organização de Cooperação de Xangai como membro observador, os membros da organização, inclusive a Rússia, possuem preocupação devido às relações complexas entre Teerã e o Ocidente, principalmente devido às questões nucleares iranianas (OSIEWICZ, 2021). Em dezembro de 2018, o Irã assinou o acordo de livre comércio com a União Econômica da Eurásia, liderada pela Rússia. Esta ação tem como finalidade que a Rússia consiga auxiliar o Irã e contornar parte das sanções impostas pelos Estados Unidos (KATZMAN, 2021b).

A Rússia é um dos principais fornecedores de armamento convencional para o Irã e é um ator que fornece tecnologia relacionada à área de mísseis. Após o acordo nuclear de 2015 ter sido firmado, o governo russo entregou um sistema de defesa aérea S-300 para o regime de Teerã. A aquisição desse sistema deve-se ao temor iraniano da possibilidade de ataques contra o seu território e possíveis ações ofensivas contra o seu programa nuclear. Nesse mesmo ano, Irã e Rússia assinaram um memorando de entendimento sobre a realização de uma cooperação na área de Defesa. Além dessas atividades, a Rússia auxiliou na construção e ainda fornece parte do combustível para o reator nuclear em operação em Bushehr, no Irã (KATZ, 2013; KATZMAN, 2021a). Segundo dados apresentados pelo governo dos Estados Unidos, entre 2004 e 2007, a Rússia e o Irã realizaram acordo de transferência de armas no total de 1,6 bilhões de dólares e entre 2008 e 2011 os negócios nessa área específica chegaram a 100 milhões de

dólares. Entre 2012 e 2015, as negociações entre os países nesse setor alcançaram 600 milhões de dólares (GRIMMETT; KERR, 2012; THEOHARY, 2016).

A guerra na Síria tem sido um exemplo da cooperação militar entre russos e iranianos. Mesmo apresentando o discurso que desejam uma solução política para o conflito, esses Estados atuam militarmente no território sírio e com o objetivo de defender o regime de Assad. Por exemplo, o Irã envia membros da IRGC e a Rússia realiza o apoio das operações através do uso do seu poder aéreo. Os russos não desejam uma intervenção ocidental na Síria e uma troca de regime, devido aos interesses da base militar em Tartus. No caso do Irã, uma mudança de governo sírio poderia provocar a perda de um aliado regional para suas estratégias no Mundo Árabe (OSIEWICZ, 2021).

Existem alguns motivos para acontecer o interesse chinês sobre o Irã. Por exemplo, a posição geopolítica do Irã, os recursos minerais em significativa quantidade torna o regime iraniano um importante aliado para as estratégias da China e as preocupações da presença dos Estado Unidos na Ásia, considerado uma ameaça à segurança nacional para ambos os Estados (OSIEWICZ, 2021). As relações chinesas e iranianas aconteceram em diferentes áreas e evoluíram significativamente ao longo dos anos. O Irã e a China compartilham uma parceria que tem contribuído para a mudança no equilíbrio regional. Nessa situação de alterações políticas, o regime de Teerã tem atuado para ser um ator de destaque no Oriente Médio, competindo em diferentes áreas com outros países, como nos casos dos Estados Unidos e da Arábia Saudita, para defender seus interesses como uma potência regional. O interesse chinês na região, é devido o país ter se transformado em um consumidor considerável de energia na escala mundial. Dessa forma, a China tem buscado garantir quantidades necessárias de petróleo e gás para suas necessidades. Pequim utiliza o Irã como uma fonte de recursos para sustentar seu crescimento econômico e ascensão política. As relações entre esses países atingem a área econômica, a China tem procurado ser um dos principais parceiros comerciais e energéticos do Irã (DORRAJ; ENGLISH, 2013).

Durante a guerra Irã-Iraque, o regime de Pequim forneceu armas para o Irã, com a intenção de obter recursos necessários para suas estratégias. O fato de o regime iraniano ter a capacidade, neste período, de pagar pelos recursos ou pelo envio de petróleo, tornou Teerã um parceiro atraente devido às necessidades energéticas chinesas. A China utilizou a venda de armas para obter potenciais fornecedores de energia e parceiros econômicos. Aliado a isso, a China, durante o conflito, aproveitou que as relações entre Ocidente e União Soviética com o Irã foram prejudicadas, devido às estratégias desses atores, para aumentar seus laços com Teerã (TAKEYH, 2009; DORRAJ; ENGLISH, 2013).

Entre 1993 e 1995, ocorreu o aumento do envio de petróleo iraniano para a China, expandindo a produção do Irã significativamente, que acabou por produzir aumentos consideráveis na exportação energética entre Irã e a China ao longo dos anos (DORRAJ; ENGLISH, 2013). Em 2004, a empresa chinesa *Sinopec Group* firmou um memorando de compra de 250 milhões de toneladas gás natural liquefeito ao longo de 30 anos e desenvolverá o campo de Yadavaran. O Irã se comprometeu a exportar 150 mil b/d[32] de petróleo bruto para a China por 25 anos (Al JAZEERA, 2004).

Até o ano de 2012, o Irã foi o terceiro maior fornecedor de petróleo para a China, superado pela Rússia neste ano. Com as sanções impostas pelos EUA e pela Europa, as vendas de petróleo bruto iraniano à China foram reduzidas por parte do regime de Pequim, para manter relações com os Estados Unidos e os países europeus. A China em 2012, importou 439 mil b/d do Irã, uma redução de 20% do ano anterior, que foi de 555 mil b/d. Em 2013, acordos firmados pelo Irã com alguns países, entre eles, a China e os EUA, permitiram o retorno das relações econômicas entre Irã e China, voltando ao nível anterior às sanções em algumas áreas (U.S. ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION, 2015). Apesar das incertezas da quantidade de petróleo enviado pelo Irã a China, em 2021, Teerã ainda tem fornecido esta *commodity* para o regime chinês, porém, em queda ao longo dos anos, devido às estratégias estadunidenses para afetar as operações iranianas em distintas áreas (SINAEE, 2021).

A China tem a intenção de investir 400 bilhões de dólares no Irã ao longo de 25 anos, com o objetivo que Teerã forneça constantemente petróleo para as necessidades crescentes da economia chinesa, a um preço desejado pela China, sendo assinado um acordo econômico e de seguranças em 2021. O investimento chinês iria em diferentes áreas, como, por exemplo, em banco, telecomunicações, portos, ferrovias, assistência médica e tecnologia da informação (FASSIHI; MYERS, 2021). Entre 2012 e 2016, a China reduziu novamente a compra de petróleo proveniente do Irã. Porém, mesmo com o retorno das sanções pelos Estados Unidos, a China continuou a adquirir petróleo iraniano e aumentou a compra dessa *commodity* desde o início do governo Biden (KATZMAN, 2021b).

Na área nuclear, a cooperação entre os países começou em 1985, quando a China auxiliou o Irã na construção de um reator de pesquisa que estava inacabado devido à retirada da França após a Revolução Iraniana de 1979. A China também concordou em fornecer mais quatro reatores de ensino/pesquisa e o material para os núcleos desses equipamentos em um centro de estudo em Isfahan. Nesse período em que os países cooperaram nesta área específica,

[32]Barris por dia.

o regime de Pequim também forneceu centrífugas e outros equipamentos. Além disso, a China auxiliou os iranianos na mineração e conversão do urânio, além do treinamento de membros do programa nuclear iraniano por especialistas nucleares chineses (CARRIER; DORRAJ, 2009 apud DORRAJ; ENGLISH, 2013)[33]. Porém, existem algumas tensões entre estes Estados na área nuclear específica, devido ao cancelamento de alguns acordos entre Irã e China devido a preocupações chinesas de antagonizar os Estados Unidos, o que prejudicou as relações entre estes países (TAKEYH, 2009).

A China, também é um membro permanente no Conselho de Cooperação da ONU e faz parte do acordo JCPOA, o que interessa ao Irã. A China tem construído o *Belt and Road Initiative*, com o objetivo de construir um "corredor" de transporte e energia que se estende por toda a Eurásia (KATZMAN, 2021a). Esta iniciativa *Belt and Road Initiative* (BRI), anunciada em 2013, aproximou Irã e China, o plano inclui um papel relevante para o Irã, devido à região a qual está incluído. O Oriente Médio é uma parte importante para este projeto chinês, o país pretende realizar um investimento de 1 trilhão de dólares, visando conectar a China com os mercados globais. Por isso, empresas e empresários chineses têm investido em ferrovias (na construção e na modernização), elaborando projetos ferroviários, no desenvolvimento da economia iraniana através do progresso industrial, da criação de estradas, entre outras operações (ERDBRINK, 2017).

O Irã seria um importante meio para a China conseguir ter acesso a percursos oceânicos para a economia em escala global. O acordo da *Belt and Road Initiative* também busca limitar a influência dos Estados Unidos e a sua superioridade militar (GARVER, 2006; OSIEWICZ, 2021). A cooperação chinesa e iraniana beneficia a China na área da importação de recursos energéticos e na exportação de produtos para o Irã. Outro interesse chinês é pela posição do território iraniano, que permite à China obter acesso a rotas comerciais existentes que contam com a presença de Estados da Ásia Central e da região do Golfo Pérsico. Dessa forma, criando "corredores" de transporte, em particular o corredor sul da BRI, que passa por Irã, Turquia, Bálcãs e a Ásia Central (OSIEWICZ, 2021).

Mesmo com a intenção de retorno dos EUA para o acordo, a China apoiou as estratégias iranianas, exigindo que os Estados Unidos atuassem primeiro para reviver o tratado afetado durante a administração Trump (FASSIHI; MYERS, 2021). Inclusive com as sanções, a China ainda pode realizar operações com o Irã, em 2012, quando a administração do governo dos

---

[33]Referência da obra citada por Dorraj e English (2013): CURRIER, Carrie Liu; DORRAJ, Manochehr. In Arms We Trust: The Economic and Strategic Factors Motivating China-Iran Relations. **Journal of Chinese Political Science**, [*s. l.*], v. 15, p. 49-69, 2009.

Estados Unidos era liderada por Obama, a China conseguiu obter uma isenção para suas empresas continuarem a fazer negócios com Teerã, inclusive no setor de petróleo e gás (DORRAJ; ENGLISH, 2013). Quando ainda não ocorria a proibição pelas Nações Unidas, a China forneceu ao Irã armamentos convencionais avançados; barcos de patrulha rápido armados com mísseis cruzeiros; mísseis anti navios, entre outros tipos; sistemas de orientação de mísseis balísticos; dentre outros (OFFICE OF NAVAL INTELLIGENCE, 2017; KATZMAN, 2021a). Segundo dados do governo dos Estados Unidos, a China realizou acordos de transferência de armas com o Irã que alcançaram o valor de 300 milhões de dólares entre os anos de 2004 e 2007 (GRIMMETT; KERR, 2012). Estes países apresentam um considerável comércio bilateral em diferentes setores, avanços de interesses geopolíticos em comum, a defesa mútua dos direitos dos Estados em desenvolvimento e a oposição à influência ocidental (DORRAJ; ENGLISH, 2013). Dessa maneira, o Irã é um aliado importante para as estratégias chinesas e o regime de Teerã necessita da China por ser seu principal parceiro comercial (ERDBRINK, 2017).

6. *Hard power* militar do Irã

O Irã é um Estado que possui uma importância para a segurança regional e pode ser considerado como um ator com capacidade de desestabilizar a região. O país tem utilizado algumas estratégias para alcançar seus interesses, como o plano de apoiar alguns grupos em diferentes países no Oriente Médio, como o Hezbollah, o Hamas, dentre outros atores e em distintas regiões. Os Estados ao redor do território iraniano, como no caso do Bahrein e da Arábia Saudita, acusam o Irã de fornecer apoio a grupos xiitas locais para realizarem ações contra alvos nestes países, tendo potencial de desestabilizar a geopolítica regional (CORDESMAN; AL-RODHAN, 2007). A doutrina militar iraniana tem como uma de suas estratégias o uso de guerra assimétrica, sendo utilizados algumas características do país e do seu território, como, por exemplo, a sua geografia e a aceitação da população para o número de baixas durante possíveis operações (CONNELL, 2010).

O país desenvolve a sua força militar com considerável capacidade para realizar suas operações, alcançar seus objetivos e aumentar a sua influência através de diversos aliados e representantes regionais no Oriente Médio. Isso ocorre mesmo que suas ações e estratégias tenham sido prejudicadas devido às sanções e às restrições à importação de armas aplicadas contra o Estado iraniano (THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES, 2021).

Outro setor em que o Irã atua e possui uma influência na área da segurança regional, é nos assuntos relacionados ao seu programa nuclear. O país tem sofrido ações contrárias às suas estratégias militares por diferentes atores, como no caso da Agência Internacional de Energia Atômica, países europeus, como, por exemplo, França, Alemanha, dentre outros, dos Estados Unidos e de Estados vizinhos do seu território. Além das questões relacionadas à área nuclear, o regime iraniano também sofre com operações contra o seu programa de desenvolvimento de mísseis balísticos, como nas atuações que visam conter o avanço da capacidade de mísseis de diferentes categorias, como no caso do progresso e uso do míssil Shahab-3 (CORDESMAN; AL-RODHAN, 2007).

Para defender seus interesses na região do Oriente Médio, o país tem realizado mais algumas estratégias para alcançar seus objetivos. Uma delas, é evitar um conflito convencional contra outros Estados que possam ter uma capacidade militar melhor desenvolvida, principalmente contra os Estados Unidos O país busca realizar uma guerra irregular contra atores que prejudiquem seus interesses. Além disso, o Irã realiza o desenvolvimento de energia

nuclear, provocando preocupações a outros países com os objetivos do programa nuclear iraniano (WARD, 2009).

O poder de dissuasão do Irã também se baseia em alguns outros planos de operação. O primeiro deles é que o país consiga realizar algumas ações para prejudicar, ou impedir, o fluxo marítimo no estreito de Ormuz, por onde passam navios petroleiros, o que prejudicaria o mercado mundial dessa *commodity*. Outra, é realizar ataques ou utilizar alguns grupos para efetuar estas tarefas ofensivas em diferentes locais ao redor do mundo. Por fim, o país possui a estratégia de lançar ataques de mísseis e foguetes de longo alcance contra alvos regionais, o que poderia também provocar uma instabilidade geopolítica no Oriente Médio devido às consequências dessas operações para a região (EISENSTADT, 2016).

6.1. Despesas, orçamento e economia das Forças Armadas do Irã

Nesta parte do trabalho, busca-se apresentar os dados sobre as despesas e os orçamentos militares relacionados às Forças Armadas iranianas e a área da Defesa do país. Além disso, são apresentados alguns efeitos que têm ocorrido na economia ligada à Defesa do país, que podem ser provocados pela ação do instrumento das sanções econômicas impostas contra o Irã.

O país teve um aumento significativo de seus gastos militares no ano de 2006. Porém, após este ano, teve início uma queda significativa das despesas neste setor, ocorrendo entre os anos de 2006 e 2014 uma diminuição que representou um total de 30% dos gastos ligados às suas Forças militares. Destaca-se, nesta redução, os anos em que foram colocadas em prática as estratégias de sanções econômicas realizadas pela União Europeia e pelos Estados Unidos, nos anos de 2012 e 2013. Isto aconteceu, num primeiro momento, até o ano de 2015, pois, ocorreu a suspensão temporária de algumas sanções. A partir desse ano até o ano de 2017, houve uma ampliação dos gastos, representando um aumento de 25% das atividades econômicas ligadas a esta área (WEZEMAN; KUIMOVA, 2019).

Uma particularidade do ano de 2017 foi a ocorrência de uma recessão na economia iraniana, onde aconteceu uma expansão da inflação de 10% neste ano e no seguinte de 30%. Com isso, os gastos militares iranianos regrediram em 9,5%. Em 2018, as despesas na área militar representavam 2,7% do PIB iraniano e o país possuía o 25° maior gasto militar mundial. Porém, a quantidade de importação também teve uma diminuição ao longo dos anos, o volume de importações pode ser considerado reduzido, caso seja realizada uma comparação com os de outros países da região, como no caso do rival regional da Arábia Saudita (WEZEMAN; KUIMOVA, 2019).

> Por exemplo, o valor total das importações de armas do Irã em 2009-18 foi equivalente a 3,5% das importações de armas da Arábia Saudita no mesmo período. Isso pode ser parcialmente explicado pelos limites de financiamento vinculados aos problemas econômicos do Irã. Além disso, desde 2010, as resoluções do Conselho de Segurança da Nações Unidas restringiram a transferência de armas importadas para o Irã[34] (WEZEMAN; KUIMOVA, 2019, p. 2, tradução nossa).

Quadro 9 - Histórico dos gastos militares e participação do PIB total do Irã (2005-2020)

Ano	Porcentagem (%) dos gastos militares no PIB total iraniano	Despesas militares em bilhões de dólares
2005	3,0	16,138
2006	3,3	19,323
2007	2,7	17,769
2008	2,7	17,095
2009	3,0	17,886
2010	2,8	18,200
2011	2,4	15,708
2012	2,8	16,354
2013	2,2	13,170
2014	2,3	13,131
2015	2,8	13,962
2016	3,0	16,028
2017	3,1	18,034
2018	2,5	15,257
2019	2,1	12,528
2020	2,2	15,825

Fonte: STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE, [2021?]a, [2021?]b. Adaptado pelo autor.

O quadro apresentado demonstra um histórico das despesas militares que o Irã teve entre os anos de 2005 e 2020. Destaque-se como apresentado por Wezeman e Kuimova (2019), que nos anos em que foram colocados em prática as estratégias das sanções econômicas sobre o país, entre os anos de 2012 e 2013, ocorreu uma queda das despesas militares. Esta redução,

[34]Texto original em inglês: "*For example, the total value of Iran's arms imports in 2009–18 was equivalent to just 3.5 per cent of Saudi Arabian arms imports in the same period. This can partly be explained by the limits on funding linked to Iran's economic problems. In addition, since 2010, United Nations Security Council resolutions have restricted the transfer of major arms to Iran.*" (WEZEMAN; KUIMOVA, 2019, p. 2).

segundo dados do SIPRI, representa um valor aproximado de 3 bilhões de dólares das despesas militares (STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE, [2021?]a, [2021?]b).

No ano de 2020, continuou a tendência de regressão dos gastos militares, entre 2018 e 2020 houve uma queda de 20% e no ano específico de 2020 aconteceu uma redução de 3%. Estes decréscimos ocorreram principalmente devido à retomada da estratégia das sanções econômicas realizadas pelos EUA (SILVA; TIAN; MARKSTEINER, 2021). Porém, informações recentes, como demonstra o quadro com dados fornecidos pelo Stockholm International Peace Research Institute ([2021?]a, [2021?]b) apresentam um aumento das despesas militares do país, entre 2019 e 2020, mas não alcançando o mesmo nível do ano de 2017. Neste ano, o Estado teve uma despesa militar de aproximadamente de 18 bilhões de dólares, isso representou 3,1% do PIB total do país. Entre 2015 e 2017, algumas sanções foram suspensas, isso pode ser um dos fatores que levaram a ampliação dos gastos nos anos de 2016 (16,028 bilhões de dólares) e 2017 (18,034 bilhões de dólares) (WEZEMAN; KUIMOVA, 2019; STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE, [2021?]a, [2021?]b).

A redução dos gastos, que teve início no ano 2018, tem como um dos motivos de ocorrência, a retomada das sanções econômicas realizadas pelos Estados Unidos contra o Estado iraniano e suas lideranças internas. Esta estratégia prejudicou os interesses do país, entre 2017 e 2018 aconteceu uma diminuição de 2,777 bilhões de dólares nas despesas militares. No quadro dos históricos dos gastos militares de 2005 até 2020, a queda nas despesas do ano de 2010 comparando com o de 2020, demonstra uma perda de 2,375 bilhões de dólares ligados ao setor militar. Isto pode ser um dos efeitos causados pelas ações dos EUA e seus aliados contra a economia iraniana (STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE, [2021?]a, [2021?]b; SILVA; TIAN; MARKSTEINER, 2021).

Como é apresentado no quadro a seguir, baseado em dados fornecidos pelo The International Institute for Strategic Studies (2017, 2018, 2019, 2020, 2021), o orçamento estimado para a Defesa do Irã possui uma diminuição de valor após o ano de 2018. Isto demonstra os efeitos do restabelecimento de algumas estratégias de sanções econômicas realizadas contra o país. O uso desse instrumento contra os interesses do Irã, pode ter provocado uma regressão entre os anos de 2018 e 2020 de aproximadamente 7,8 bilhões de dólares no orçamento estimado para a defesa do país, o que também possui efeitos sobre as estratégias iranianas (THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021).

Quadro 10 - Orçamento militar iraniano estimado entre os anos de 2015 e 2020

Ano	Orçamento estimado para defesa em bilhões de dólares	Despesas de defesa em bilhões de dólares	Porcentagem (%) dos gastos com defesa no PIB total iraniano
2015	14,2	14,174*	3,78*
2016	15,9	17,456	4,32
2017	21	20,928	4,87
2018	21,9	18,490	4,24
2019	17,2	17,189	2,94
2020	14,1	14,059	2,3

*Valor estimado

Fonte: THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021. Adaptado pelo autor.

Isto demonstra a dificuldade que o país possui para conseguir realizar as suas estratégias relacionadas à defesa de seus interesses e do território iraniano. Isso também ocorre na parte de aquisição de equipamentos militares, devido às dificuldades orçamentárias e pela ação das sanções para a compra de armamentos pelo país. Com o início da retirada de algumas sanções econômicas, tendo ocorrido entre os anos de 2015 e 2017, aconteceu o aumento do orçamento estimado para a defesa, como demonstra o quadro anterior. Porém, mesmo com o restabelecimento das sanções em 2018, por parte dos Estados Unidos, somente em 2020, o orçamento da Defesa retornou para valores anteriores ao acordo da retirada de algumas das estratégias econômicas contra o Irã, que era de cerca de 14 bilhões de dólares (THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021; WEZEMAN; KUIMOVA, 2019).

O quadro também demonstra uma expansão dos investimentos iranianos na área de Defesa entre os anos de 2015 e 2018, um dos motivos para este aumento, foi a realização do acordo nuclear[35] firmado em 2015, que suspendeu algumas sanções econômicas. Esse acréscimo alcançou em 2017 o valor de despesas aproximadas de 20, 928 bilhões de dólares, representando 4,87% do PIB do país e o orçamento destinado para o setor de Defesa teve um custo de 21 bilhões de dólares. Em 2018, mesmo com o restabelecimento de parte das sanções, o país teve um orçamento de Defesa estimado de 21,9 bilhões de dólares e uma despesa

[35]O acordo nuclear, também conhecido como Joint Comprehensive Plan of Action (JCPOA), foi assinado por Irã, China, Rússia, França, Alemanha, Reino Unido e Estados Unidos no ano de 2015 (MOTAMEDI, 2021).

aproximada de 18 bilhões de dólares, os investimentos nessa área representaram 4,24% do PIB total iraniano. Após esse ano, como demonstra o quadro sobre o orçamento militar iraniano, o Irã começou a reduzir seus gastos e orçamentos relacionados a defesa do país. Um dos motivos para acontecer esta regressão de investimento é pelo efeito que as estratégias das sanções econômicas realizadas pelos Estados Unidos provocam na economia do Irã (THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021; SILVA; TIAN; MARKSTEINER, 2021).

As estratégias e ações iranianas também têm sofrido prejuízos devido à presença de algumas outras sanções. Estas possuem como objetivo, impedir a compra de armamentos e de equipamentos militares pelo Estado iraniano, porém, existindo algumas isenções para aquisição de algumas categorias. No ano de 2016, o Irã conseguiu adquirir alguns tipos de sistema de defesa aéreo russo, como, por exemplo, o S-300. As compras que o país tem realizado ao longo dos anos demonstra uma determinada dependência, ou uma preferência, pela compra e importação de produtos provenientes das indústrias e empresas da China e da Rússia (WEZEMAN; KUIMOVA, 2019).

6.2. Forças Armadas da República Islâmica do Irã

O governo iraniano dividiu as suas Forças Armadas em duas instituições militares com componentes regulares e revolucionários após a Revolução Iraniana de 1979. A separação das Forças ocorre em uma Força regular, também podendo ser chamada de Forças Armadas regulares, que existia desde o regime do Xá. A outra é conhecida como Corpo da Guarda Revolucionária Islâmica, criada durante o governo do Líder Supremo Aiatolá Khomeini (CORDESMAN; AL-RODHAN, 2007). Segundo a Constituição da República Islâmica do Irã (1979) o Líder Supremo é o Comandante-chefe das Forças Armadas do país, sendo esta uma de suas responsabilidades de atuação (IRÃ, 1979).

Na hierarquia de Comando, abaixo do Líder Supremo, encontra-se o Estado Maior das Forças Armadas, formado no ano de 1989, com o propósito de aumentar a cooperação e conter a rivalidade entre as diferentes Forças Armadas. Ele atua como um órgão militar com objetivos de colocar em prática, políticas para as Forças, monitorar e coordenar as atividades internas das instituições militares iranianas (OFFICE OF NAVAL INTELLIGENCE, 2017). Estas instituições desenvolveram diferentes estratégias para enfrentar possíveis inimigos que tenham uma superioridade militar e tecnológica, caso seja comparado com as Forças iranianas. Sendo desenvolvido a concepção que usa a ideia de o custo da guerra ser maior para o adversário do que para o Irã (CONNELL, 2010).

Outro órgão que integra o sistema de defesa do Irã, é o Conselho Supremo de Segurança Nacional, ele tem o objetivo de preservar o território do país, a soberania nacional e as ideias da Revolução de 1979. Ele é composto pelo presidente; o presidente do parlamento iraniano[36]; o chefe do Estado Maior das Forças Armadas; chefe do judiciário; os ministros das Relações Exteriores, do Interior e da Inteligência; os Comandantes do Corpo da Guarda Revolucionária Islâmica e das Forças militares regulares (OFFICE OF NAVAL INTELLIGENCE, 2017). Na parte de Inteligência do país, encontra-se o Ministério de Inteligência e Segurança, também conhecido em inglês como *Ministry of Intelligence and Security* (MOIS), formado no ano de 1983. Sua criação teve como objetivo estabelecer algumas unidades de inteligência no período revolucionário no país. No ano de 1989, ela tornou-se responsável pela coordenação do sistema de inteligência iraniano. Este Ministério está sob a responsabilidade do presidente iraniano, porém, o ministro que atua nele deve ser escolhido e aprovado pelo do Líder Supremo (GOLKAR, 2021). O Ministério possui algumas funções, como apresenta a Defense Intelligence Agency (2019, p. 81):

> De acordo com a lei iraniana, as funções do MOIS são:
> - Coleta, análise, produção e categorização da inteligência interna e externa.
> - Descobrir atos de conspiração, subversão, espionagem, sabotagem e sedição contra a independência, segurança e integridade territorial do Irã.
> - Proteger a inteligência, notícias, documentos, registros, instalações e pessoal do ministério
> - Treinar e auxiliar organizações e instituições na proteção de seus registros, documentos e objetos significativos[37] (DEFENSE INTELLIGENCE AGENCY, 2019, p. 81, tradução nossa).

As Forças militares iranianas possuem 610 mil membros ativos, sendo estes divididos em 350 mil do Exército, 190 mil do Corpo da Guarda Revolucionária Islâmica, 18 mil da Marinha, 37 mil para a Força Aérea e 15 mil para a Defesa Aérea. O país ainda possui 350 mil membros considerados na reserva. O Irã possui uma das principais Forças Armadas da região, sendo a maior em número de membros no Oriente Médio e em 2019 já era a terceira em quantidade de tanques de batalha entre os países dessa região (THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES, 2020, 2021). Além dessas Forças, existe uma instituição de segurança interna, a LEF (*Law-Enforcement Forces*), subordinada ao Ministério

---

[36]Parlamento iraniano, também conhecido como Majles (OFFICE OF NAVAL INTELLIGENCE, 2017).

[37]Texto original em inglês: "*According to Iranian law, the MOIS's functions are to:*
• Collect, analyze, produce, and categorize internal and external intelligence.
• Uncover acts of conspiracy, subversion, espionage, sabotage, and sedition against the independence, security, and territorial integrity of Iran.
• Protect the intelligence, news, documents, records, facilities, and personnel of the ministry.
• Train and assist organizations and institutions in protecting their significant records, documents, and objects." (DEFENSE INTELLIGENCE AGENCY, 2019, p. 81).

do Interior iraniano, ela atua no controle de distúrbios, nas fronteiras, na aplicação da lei moral do país, dentre outras atividades (WEHREY; GREEN; NICHIPORUK; NADER; HANSELL; NAFISI; BOHANDY, 2009). A LEF possui um efetivo entre 40 e 60 mil integrantes, podendo mobilizar mais 450 mil em caso de necessidade, ela também pode ser integrada, em período de guerras, às Forças Armadas iranianas. Esta organização é equipada com alguns barcos patrulha, algumas aeronaves de transporte leve (An-140, Cessna 185 e Cessna 310). A *Law-Enforcement Forces* também possui alguns helicópteros de transporte leve (AB-205 e AB-2016 Jet Ranger) (THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES, 2021).

Segundo o Office of Naval Intelligence (2017), outra instituição importante para as Forças militares iranianas, é o Ministério da Defesa e Logística das Forças Armadas (MDLFA), também conhecido em inglês como *Ministry of Defense and Armed Forces Logistics* (MODAFL). Ela foi criada para organizar e gerenciar as indústrias de defesa do Irã e auxiliar as aquisições requeridas pelo Estado-Maior das Forças Armadas. Uma diferença dela para algumas outras instituições, é por MDLFA ser subordinado ao chefe do poder executivo, o presidente da República Islâmica do Irã (OFFICE OF NAVAL INTELLIGENCE, 2017). Este Ministério tem como uma de suas responsabilidades controlar algumas organizações, por exemplo a Organização das Indústrias de Defesa, também conhecida em inglês como *Defense Industries Organization* (DIO), ela comanda um conglomerado de empresas (IRAN WATCH, 2019a).

Segundo o Iran Watch (2019a), a DIO tem a capacidade de produzir alguns equipamentos, veículos e outros produtos militares para as Forças Armadas iranianas. Isto pode ser observado na fabricação de alguns tipos de tanques, veículos blindados, barcos patrulha, lançadores de foguetes e sistema de armas de diferentes categorias; na produção de armamento e munições; no desenvolvimento de mísseis de distintos tipos; entre alguns outros produtos militares que são produzidos pela *Defense Industries Organization*. Isso é um demonstrativo da busca e do desenvolvimento do Irã nesta área industrial, demonstrando um progresso da indústria de defesa interna do país (IRAN WATCH, 2019a).

Outra instituição controlada pelo MDLFA é a organização das indústrias de aviação do Irã, também conhecida como *Iran Aviation Industries Organization* (IAIO). Ela tem a responsabilidade de atuar e organizar as estratégias da indústria de aviação militar do país, a IAIO tem operado nas áreas de desenvolvimento de aeronaves leves, VANT[38] e helicópteros de diferentes tipos; substituição e reparo de equipamentos militares. Além disso, esta organização

[38]Veículo aéreo não tripulado.

supervisiona o centro de pesquisa para o progresso da elaboração da tecnologia relacionada a estes setores (IRAN WATCH, 2021).

Uma das principais organizações da indústria militar do Irã é a Organização Industrial Aeroespacial, *Aerospace Industries Organization* (AIO), também subordinada ao MDLFA do país. Ela tem a responsabilidade de controlar a produção de alguns mísseis no Irã, como nos casos dos Shahab, Sejjil, Fajr, dentre outros tipos. Além da atuação com estes armamentos, a AIO tem produzido algumas categorias de foguetes, como o Haseb, Oghab, Norr, Fateh, entre outros tipos desse equipamento militar. A organização também tem atuado na fabricação de lançadores e na elaboração de armas antiaéreas. Além dessas funções, a AIO atua em diferentes partes na produção, manutenção, restauração, dentre outros elementos de mísseis, foguetes e componentes internos desses armamentos para as Forças Armadas iranianas (IRAN WATCH, 2019b).

Outra instituição importante para a área militar iraniana é a Indústrias Eletrônicas do Irã, *Iran Electronics Industries* (IEI), esta organização também é ligada à MDLFA. Ela é uma das principais produtoras de equipamentos e de sistemas eletrônicos, componentes necessários para os sistemas militares iranianos (IRAN WATCH, 2018). Segundo Iran Watch (2018), a sua atuação ocorre nas atividades conectadas às áreas de comunicação, tecnologia da informação, algumas outras ligadas à tecnologia, eletrônica, segurança e entre outras em diferentes assuntos. Na parte de desenvolvimento de produtos militares, existe a produção de equipamentos ligados a algumas áreas, como da comunicação, segurança de telecomunicações, área de inteligência, guerra eletrônica e sistemas militares de comunicação. Além desses, também ocorre a elaboração de partes de radares, lançadores de mísseis e alguns outros equipamentos e sistemas fornecidos às Forças Armadas da República Islâmica do Irã (IRAN WATCH, 2018).

Dessa maneira, o Estado iraniano objetiva desenvolver a sua indústria nacional, tornando-se menos dependente de materiais, armamentos, peças, dentre outros componentes para suas Forças Armadas que sejam de origem do mercado externo. A aquisição externa tem sido dificultada devido às sanções para compra de novos armamentos. Por exemplo, a Organização Industrial Aeroespacial tem tido suas operações prejudicadas pela atuação ao longo dos anos da estratégia das sanções econômicas impostas sobre as suas atividades. Esta tática afeta as estratégias desta empresa, também ocorrendo em outras áreas do Irã, devido aos interesses iranianos ligados a alguns temas, como os das atividades e objetivos nucleares do país (IRAN WATCH, 2019b).

A seguir serão apresentadas às duas Forças militares iranianas, o Corpo da Guarda Revolucionária Islâmica, também chamada de *Pasdaran*, e as Forças Armadas regulares,

também conhecida como *Artesh*. Sendo demonstrado suas estratégias, recursos, estruturas e operações para alcançarem seus objetivos, consequentemente defender os interesses do Estado iraniano.

6.2.1. Corpo da Guarda Revolucionária Islâmica da República Islâmica do Irã

O Corpo da Guarda Revolucionária Islâmica, também conhecida em inglês como *Islamic Revolutionary Guard Corp*s (IRGC), é uma Força militar iraniana que tem sido um importante instrumento para as ações e estratégias do país com os grupos, aliados e representantes regionais. Ela possui 190 mil membros para suas operações (THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES, 2021). Segundo o artigo 150° da Constituição da República Islâmica do Irã (1979), é uma das suas responsabilidade e funções a proteção dos ideais da Revolução Iraniana e seus objetivos (IRÃ, 1979). Essa proteção é demonstrada durante os anos que sucederam à Revolução Iraniana de 1979, ela foi utilizada pelos líderes do país como um instrumento para conter as ameaças existentes contra o regime iraniano, como o partido comunista Tudeh, o grupo Mujahideen-e Khalq, também conhecido pela sigla MEK, organizações insurgentes curdas, monarquistas, entre outras (WEHREY; GREEN; NICHIPORUK; NADER; HANSELL; NAFISI; BOHANDY, 2009). Segundo Cordesman e Al-Rodhan (2007), a Força tem atuado e se capacitado para realizar ações que usam guerras, operações assimétricas e atividades que podem ser consideradas como secretas (CORDESMAN; AL-RODHAN, 2007).

Segundo o artigo 1° da Constituição da Guarda Revolucionária (1982), ela é liderada pelo Líder Supremo. A hierarquia de comando da instituição é estruturada da seguinte forma, no topo da estrutura de poder da IRGC encontra-se o Líder Supremo. Após ele, está o Comandante-Chefe da Guarda Revolucionária. A seguir estão os comandantes regionais da instituição. Na posição seguinte, situam-se os Comandantes distritais. Após, aparece os Comandantes da base da Guarda e na base da hierarquia estão os Comandantes de postos de controle (IRÃ, 1982).

O Comandante-Chefe da Guarda Revolucionária é o posto mais alto na hierarquia interna da Força militar, ele pode ser escolhido ou retirado segundo os interesses do Líder Supremo do país. Este posto possui a responsabilidade de implementação dos estatutos do Conselho Supremo da Força na parte de Comando da Guarda Revolucionária Islâmica (IRÃ, 1982).

A organização da Guarda fica sob responsabilidade de três atores, o Comandante-Chefe da Guarda, o Ministério da *Pasdaran* e o Conselho Supremo da Guarda Revolucionária.

Segundo o artigo 16° da Constituição da Guarda, o Ministério possui algumas responsabilidades ligadas à área administrativa, financeiras, jurídica, parlamentar, logísticas, entre outras que alcançam diferentes assuntos. Além desses, o ministro tem a responsabilidade de desenvolver os planos organizacionais da instituição e mostrá-los para a aprovação do Conselho de Ministro (IRÃ, 1982).

O Conselho Supremo da Guarda foi formado com o objetivo de organizar as áreas de Comando e Ministérios, preparar e implementar algumas estratégias, programas e apresentar as funções das diferentes esferas e orientações nos locais de comando. Ele é composto pelo Comandante-Chefe, Ministro da Guarda Revolucionária, Chefe do Estado-Maior central, diretor da unidade de provisões e logísticas, os oficiais das unidades de inteligência, pessoal, ideológica e política, de propaganda e publicações, da Força Basij e um representante do Líder Supremo, caso seja necessário (IRÃ, 1982).

Além das funções mencionadas anteriormente, a Força tem a função de desenvolver e fortalecer as defesas do país, utilizando a estratégia de cooperação entre as diferentes Forças que compõem as Forças Armadas iranianas, realizar treinamentos militares e coordenar organizações populares para a realização de suas estratégias defensivas. Ela, segundo o artigo 2° da instituição, também tem a responsabilidade de conter atores que possuam o objetivo de prejudicar o sistema político iraniano ou agir contra os ideais da Revolução Iraniana de 1979 (IRÃ, 1982).

As cooperações com outras Forças militares devem ocorrer quando houver a necessidade para proteger a independência do Estado, o território e o sistema republicano islâmico que o Irã possui. A Guarda também tem outras responsabilidades, como organizar e implementar a educação ideológica, política e militar para os seus membros, como no caso da Força de Resistência Basij, seguindo os padrões islâmicos (IRÃ, 1982). Ela também atua na realização de operações de auxílio em casos de desastres e acidentes, fornecendo ajuda para a população atingida. A Força também possui atividades ligadas aos serviços de ajuda, educação, produção, dentre outras atuações em tempos considerados como de paz, porém, estas ações devem ocorrer a pedido do governo e estarem de acordo com as normas da justiça islâmica[39]. Todavia, não devendo prejudicar a preparação militar para a execução de outras operações realizadas pela Guarda Revolucionária (IRÃ, 1982).

A IRGC também é um forte ator político no país, no ano de 2003, ex-membros da organização ou associados assumiram vários conselhos municipais, permitindo que a Força

[39]Estes valores devem ser produzidos pelo Conselho Supremo da Guarda Revolucionária (IRÃ, 1982).

conseguisse participar da política legislativa durante as eleições para o parlamento iraniano de 2004. A Força conseguiu eleger mais da metade da quantidade total de membros do Majles iraniano, das 152 cadeiras políticas, 91 dos eleitos tinham antecedentes com a Força e 34 eram ex-oficiais. Outro destaque foi a eleição para presidente de 2005, além do eleito Ahmadinejad, havia outros três candidatos ligados à Guarda Revolucionária Islâmica. Com a eleição de Ahmadinejad, a instituição conseguiu aumentar a sua influência tanto na esfera política, quanto para a economia do país (WEHREY; GREEN; NICHIPORUK; NADER; HANSELL; NAFISI; BOHANDY, 2009).

6.2.1.1. Atuação Econômica do Corpo da Guarda Revolucionária Islâmica

Esta parte apresenta as estratégias que a Guarda Revolucionária Islâmica possui na área da economia interna iraniana e alguns de seus objetivos para o uso de ferramentas econômicas para seus planos. Os distintos setores militares do Irã possuem diferentes estratégias e instrumentos para obterem seus recursos. Porém, a IRGC age com significava força na área de geração de receitas, através da criação de empresas no setor privado iraniano, além de usar sua força política para conseguir obter contratos ligados às atividades de infraestrutura do país e licitações privadas em diferentes setores econômicos do Irã (CHANDLER, 2018; ROME, 2020).

As estratégias econômicas realizadas pelas instituições ligadas a Guarda Revolucionária a transformaram em uma das principais corporações econômicas e empresariais do país (ALFONEH, 2013). A Guarda tem se baseado, para atuar na economia, no artigo 147° da Constituição do país, que permite que as Forças militares, no período de paz, possam ser empregadas pelo governo para ajudar na área de produção dos Corpos de Reconstrução (IRÃ, 1979). A partir disso, a Guarda tem atuado como um ator importante na economia iraniana. Esta Força tem participado de distintas relações econômicas e em diferentes partes do território iraniano (ALFONEH, 2013).

A atuação da Guarda Revolucionária na escala interna iraniana ocorre em múltiplas dimensões e áreas. A Guarda tem conseguido ao longo dos anos, expandir a sua influência nos diferentes setores da economia iraniana. Tendo como um potencial objetivo, o aumento do seu apoio na sociedade iraniana, dessa forma, expandindo a sua rede através da influência nas elites econômicas iranianas e de suas empresas (WEHREY; GREEN; NICHIPORUK; NADER; HANSELL; NAFISI; BOHANDY, 2009).

O IRGC começou a expandir rapidamente as suas ações econômicas no final da década de 1990. Porém, com a eleição do presidente Ahmadinejad, ocorreu um aumento no número de

contratos e operações em diferentes áreas, como no caso dos setores petrolífero, de construção de oleoduto, desenvolvimento da infraestrutura do país, dentre outros que a Guarda Revolucionária tem estado presente (WEHREY; GREEN; NICHIPORUK; NADER; HANSELL; NAFISI; BOHANDY, 2009).

As sanções econômicas podem não afetar fortemente a Guarda Revolucionária. Caso a IRGC tenha como um de seus objetivos o monopólio do mercado iraniano e não deseje a livre competição entre as empresas. A Guarda pode escolher manter a economia do Irã sob forte controle e influência, evitando a entrada de empresas estrangeiras no país. Dessa maneira, aumentando as capacidades econômicas da instituição e a sua força de atuação para realizar seus planos (WEHREY; GREEN; NICHIPORUK; NADER; HANSELL; NAFISI; BOHANDY, 2009).

Desta forma, as estratégias e ações da Guarda Revolucionária na parte econômica da República Islâmica do Irã têm possuído diferentes impactos, afetando tanto a escala macroeconômica do país quanto a sociedade iraniana. As atividades e estratégias da Guarda influenciam o mercado e afastam o setor privado das relações econômicas do país. A Força também utiliza o lucro obtido das suas atividades econômicas para evitar possíveis manifestações contrárias aos seus interesses por seus membros. Outras ações procuram utilizar parte destes recursos financeiros para obter a lealdade de atores políticos e financiar eleições de políticos de sejam de seu interesse (ALFONEH, 2013).

Estas atividades econômicas da IRGC também permitem que a Força consiga ter um aumento das suas receitas, comparando com os das outras Forças militares iranianas. Isso ocorre porque através das estratégias econômicas realizadas pela Guarda, ela consegue obter uma maior autonomia do seu orçamento, não sendo dependente das receitas advindas do Estado iraniano. Porém, esta instituição, suas empresas e lideranças têm sido alvo de sanções econômicas realizadas pelos Estados Unidos e seus aliados ao longo dos anos. Isso pode afetar as suas ações e planos para sua operação, tanto na escala interna quanto na externa do país (ALFONEH, 2013).

6.2.1.2. Estrutura do Corpo da Guarda Revolucionária Islâmica

6.2.1.2.1. Força Terrestre do Corpo da Guarda Revolucionária Islâmica

A Força Terrestre da Guarda Revolucionária Islâmica possui um contingente de 150.000 membros. Ela também controla outra Força da organização, a Força de Resistência Basij, que será abordada mais à frente na pesquisa. O Comando da Força tem uma estrutura formada por

trinta e uma sedes, sendo que a capital do país, Teerã, possui duas. Além disso, esta Força possui algumas outras divisões, como as Forças Especiais e de Manobra (THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES, 2021).

Esta Força possui algumas unidades especializadas em operações consideradas como de inteligência, ou secretas, e para atuação em guerras assimétricas. Ela também possui algumas divisões para alcançar alguns objetivos ligados à segurança interna do território iraniano. A Força Terrestre também controla a Força de Resistência Basij e alguns outros grupos que podem ser utilizados em períodos de guerras para expandir o contingente operacional (CORDESMAN; AL-RODHAN, 2007).

As Forças Especiais da Força Terrestre da Guarda possuem algumas divisões internas. Ela é constituída por três divisões de operações especiais e uma brigada aerotransportada. A Força de Manobra desta instituição é constituída por uma Força com a função de atuar com blindados, divididos em duas divisões e três brigadas de blindados. A Força de função de manobra leve, é dividida em mais de oito divisões e mais de cinco brigadas de infantaria para a realização de suas operações e estratégias (THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES, 2021).

Uma das estratégias utilizadas pelo Irã para a defesa do território é a doutrina Mosaica. Ela baseia-se numa estratégia que a IRGC implementou para a defesa do país. Ocorreu a divisão da organização em trinta e um comandos, um para cada província do Irã e a capital Teerã recebeu duas sedes (ALFONEH, 2013). Esta estratégia visa fortalecer a coesão das unidades no nível local e fornecer aos comandantes uma maior capacidade para responder a possíveis ameaças, podendo ser tanto na escala interna quanto na externa do país (CONNELL, 2010).

Esta estratégia de defesa do território fornece ao Irã a possibilidade de aproveitar sua geografia e seu conhecimento estratégico para montar ações de insurgências contra as forças que invadam o país. Percebe-se que a maioria das cidades e locais que possuem uma maior população e as linhas de comunicação estão distribuídas no interior do território iraniano. As fronteiras do país têm a presença de montanhas significativamente irregulares, ou acidentadas, que servem como um obstáculo natural contra a invasão do seu território (CONNELL, 2010).

De acordo com que as forças invasoras penetrem no território iraniano, suas linhas de suprimento iriam se tornar vulneráveis a ações e atividades de células, ou membros, que receberam treinamento e suporte do Corpo Guarda Revolucionária Islâmica. Estes membros têm a responsabilidade de realizar ações na retaguarda dos invasores do país, o que afetaria suas operações no território iraniano (CONNELL, 2010).

As Forças Armadas regulares, *Artesh*, atuaria na linha inicial de defesa do país contra os invasores, ela realizaria suas operações com unidades blindadas, de infantaria e mecanizadas. Membros do IRGC teriam algumas responsabilidades de ações de apoio às Forças da *Artesh*. Além dessas ações, a Guarda também possuiria a tarefa de formar grupos de resistência popular, sendo a maioria deles formados por membros da Força Basij (CONNELL, 2010).

6.2.1.2.2. Força de Resistência Basij

Segundo o estatuto Basij, a Força tem alguns objetivos de atuação, como, por exemplo, a proteção do país, do sistema político republicano presente no Irã e auxiliar pessoas em caso de desastres ou algum outro evento que afete a população iraniana. A Força também tem atuado no treinamento militar para proteger o território do Irã; na formação ideológica, política e educacional em algumas áreas; na organização dos integrantes da instituição; desenvolver estratégias e planos no setor de defesa do país, cooperando com outros órgãos que participam dessa área específica (IRÃ, 1982). No caso das ações sobre a sociedade, existem alguns objetivos nas suas estratégias, como construir uma imagem positiva da organização através de projetos de construção e operações de socorro, principalmente nas zonas rurais. As operações em locais de desastres, além de prestar assistência para a população atingida, tem como outra finalidade, manter a segurança nessas regiões. Nas áreas urbanas, a instituição possui uma imagem mais negativa devido às suas ações na sociedade civil, como controle de distúrbios nas cidades (WEHREY; GREEN; NICHIPORUK; NADER; HANSELL; NAFISI; BOHANDY, 2009).

A Força possui a estratégia de se manter presente em cidades, vilas e aldeias, com divisões internas Basij. Pois, todas as cidades, dependendo da população, são divididas em várias regiões consideradas de resistência numa possível invasão ou ações contrárias aos interesses do regime iraniano. Cada uma dessas regiões também é dividida em diversos distritos de resistência. Sendo que cada distrito deve ser subdividido em bases de resistência e por fim as bases têm a responsabilidade de incluir alguns grupos organizados para suas operações no território iraniano (IRÃ, 1982).

A organização possui algumas divisões internas, como, por exemplo, membros comuns, ativos e especiais. Os membros Basij, que estão na categoria de comuns, são incorporados após a realização de um período de educação e treinamento, sendo necessário realizar as atividades militares e de auxílio/apoio em períodos de guerras, como algumas ações relacionadas com o bem-estar, política, serviço social e atividades de inteligência. Os membros considerados ativos são aqueles que após o período de formação Basij, organizam-se, realizam formação continuada

e atuam em programas específicos. Estes membros e categorias não recebem salários fixos, pois, não são integrantes permanentes da organização Basij (IRÃ, 1982). Outro tipo de membro na hierarquia, são os membros especiais. Eles são membros ativos que tem algumas qualificações para atuarem também no Corpo da Guarda Revolucionária Islâmica, possuem um histórico profissional e pessoal, estando à disposição em tempo integral para a IRGC. Estes membros têm uma autorização especial e possuem relações regulares com a Guarda Revolucionária (IRÃ, 1982).

Além desses, Golkar (2015) complementa com algumas outras categorias de membros. Uma delas, seria os membros potenciais da organização, esta categoria, segundo o Estatuto Basij de 2012, incluiria pessoas que participam de algumas atividades relacionadas a Basij, porém, não são integrantes inscritos na Força. Outra categoria seria a *Cadre Member*, segundo o estatuto da Força, os membros dessa hierarquia devem ocupar cargos de comando, como os da base, dentre outros tipos. Eles atuam em tempo integral, porém, possuem contratos de curto prazo com a Basij (GOLKAR, 2015).

A Força Basij também tem a característica de estar presente em diversos setores da sociedade iraniana. A instituição desenvolveu unidades consideradas como especiais para atuar em diferentes áreas, como, por exemplo, nos setores universitários, na classe operária, nos grupos locais e entre outras categorias presentes no país, possuindo uma forte presença ideológica nas suas atividades e operações (WEHREY; GREEN; NICHIPORUK; NADER; HANSELL; NAFISI; BOHANDY, 2009).

Os membros Basij que já realizaram o treinamento da instituição, possuem acesso a alguns benefícios sociais, como bolsas de estudo para o ensino universitário, empréstimos bancários, acesso a alguns programas e alguns outros auxílios. Estas ações têm atraído a atenção para que a organização consiga obter mais membros para sua Força e expandindo a sua influência sobre a população iraniana (WEHREY; GREEN; NICHIPORUK; NADER; HANSELL; NAFISI; BOHANDY, 2009).

Os membros, os oficiais das unidades Basij e os comandantes dos centros da Força e das regiões de resistência são integrantes da Guarda Revolucionária. Na hierarquia de distritos de resistência, os membros poderão ser da Guarda Revolucionária ou da categoria especial da Força Basij. Na hierarquia de bases da Força, o comando deve ser realizado por membros da categoria especial da Basij. Por fim, os comandantes dos grupos de resistência precisam pertencer à categoria de membro ativo da instituição (IRÃ, 1982). Esta organização possui uma significativa importância para as operações de segurança interna da Força e para a proteção do Estado iraniano (GOLKAR, 2015).

6.2.1.2.3. Marinha do Corpo da Guarda Revolucionária Islâmica

A Marinha da Guarda Revolucionária possui um contingente total de 20 mil membros (THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES, 2021). A sua atuação tem se baseado em uma doutrina de operações assimétricas. Isto tem como objetivo garantir a segurança dos seus interesses e do território iraniano no Golfo Pérsico contra ações e estratégias dos países vizinhos, como no caso da Arábia Saudita, e de potências externas ao Oriente Médio, como os Estados Unidos e de seus aliados. Devido à reorganização naval, que teve início no ano de 2007, aconteceram mudanças na estratégia militar iraniana, a ocorrência desta alteração pode ter ocorrido devido aos eventos dos conflitos no Iraque, no Afeganistão ou por outras instabilidades regionais. Além desses fatores, a expansão das atividades realizadas pela Força Naval da IRGC também influenciou estas modificações. A reorganização não foi somente a Guarda Revolucionária, ela ocorreu também na Marinha regular iraniana. Isto provocou a distribuição das atuações dessas Forças por algumas regiões, no caso da Guarda, ela ficou responsável pela região do Golfo Pérsico e atua, em conjunto com a Marinha, no estreito de Ormuz. Além disso, também ocorreram algumas movimentações internas nas Forças devido às mudanças das responsabilidades da Marinha regular iraniana e da IRGC (OFFICE OF NAVAL INTELLIGENCE, 2017).

Segundo o Office of Naval Intelligence (2017), esta reorganização demonstra um aumento nas responsabilidades da Marinha da Guarda nos assuntos militares iranianos. Para solucionar algumas deficiências internas, como a falta de navios maiores, que possuam a capacidade de manter a presença constante no Golfo Pérsico, a Guarda dispersou seus equipamentos e membros pelo Golfo Pérsico e o Estreito de Ormuz. Ela também formou dois novos distritos navais, localizados nas cidades de Asaluyeh e Bandar Lengeh (OFFICE OF NAVAL INTELLIGENCE, 2017).

A doutrina naval iraniana utiliza-se de defesa em camadas e uma concentração de poder de fogo, sendo usados em conjunto, armamentos marítimos, terrestres e aéreos para afetar as ações adversárias. O país utiliza estratégias de guerra assimétrica, que incluem o uso de minas, mísseis antinavios, pequenas embarcações de ataque rápido e diferentes tipos de submarinos. Outro fator importante para as estratégias navais iranianas é a geografia do território iraniano. O Golfo Pérsico possui uma geografia que limita a manobra de grandes embarcações, porém, é um fator que auxilia as ações navais da Guarda Revolucionária, por ser uma área que possui um relevo que consegue ajudar as ações com uso de pequenos barcos da Força Naval da IRGC. Dessa maneira, expandindo a atuação dessa Força da IRGC (CONNELL, 2010).

A Força possui alguns equipamentos e divisões internas. Ela possui algumas baterias de artilharia e de mísseis antinavios, que utilizam mísseis HY-2. A Marinha da Guarda é equipada com 56 embarcações patrulha rápidas, que possuem mísseis superfície-superfície (C-14, Mk13, Thondor, Peykaap II e Zolfaghar). Além desses, IRGC também possui 15 barcos patrulha rápidos que utilizam torpedos (Peykaap I). Ela também possui trinta e cinco embarcações patrulha rápidas (Kashdom e Pashe) e alguns barcos patrulha de outra categoria (Ghaem) (THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES, 2021). A Marinha da Guarda tem buscado adquirir esses veículos de ações rápidas, mas que sejam bem equipados militarmente, devido a sua doutrina de atuação. A doutrina assimétrica desta organização busca veículos e embarcações que possuam velocidade, furtividade, capacidade de resistência e algumas outras características. Por isso a escolha de aquisições de embarcações de pequeno porte, rápidas, que utilizam mísseis antinavio, torpedos e minas para realizar as suas atividades e as suas estratégias nas regiões de sua responsabilidade (OFFICE OF NAVAL INTELLIGENCE, 2017).

A parte Naval da instituição também possui uma força de veículos anfíbios. Sendo divididos em três navios de desembarque do tipo *landing ship tank* (Hormuz 24) e mais duas embarcações que desembarcam tanques do tipo *landing craft tank* (Hormuz 21). Ela também possui três veículos ligados ao suporte e logística, como navios de transporte (Naser). A defesa costeira da Força possui mísseis antinavios (C-701, C-704, C-802 e HY-2). A Aviação Naval da Força possui helicópteros para suas operações e atividades, como cinco aeronaves multifunções (Mi-171 Hip) e alguns de transporte leve (Bell 206 Jet Ranger). Outra divisão da Marinha da Guarda Revolucionária Islâmica é a dos Fuzileiros. Ela possui um total de mais de 5 mil membros, com uma Força de Manobra que tem a presença de veículos anfíbios e uma brigada de fuzileiros para realizarem as operações necessárias (THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES, 2021).

A Marinha da Guarda ainda busca combinações de alguns fatores de desempenho e tem algumas preocupações nas suas atividades. Isso é demonstrado na procura pela combinação de elementos de performance dos veículos e dos armamentos utilizados, objetivando a velocidade e o alcance dos mísseis como fatores determinantes a serem agregados nas suas aquisições (OFFICE OF NAVAL INTELLIGENCE, 2017). A Força também realizou atividades/exercícios com divisões de anfíbios com a Força Terrestre da Guarda, eles têm como objetivo planejar o uso das Forças para possíveis operações em ilhas na região do Golfo Pérsico. Outra possibilidade é preparar as Forças para uma operação contra o território da Arábia Saudita ou outros países da região. A instituição naval da organização fornece a Guarda Revolucionária

a capacidade de realizar estratégias que se baseiam na sua lógica de guerra assimétrica (CORDESMAN; AL-RODHAN, 2007).

6.2.1.2.4. Força Aeroespacial do Corpo da Guarda Revolucionária Islâmica

A Força de mísseis do Irã, também conhecida como Comando de Mísseis de Al-Ghadir, é controlada pelo Corpo da Guarda Revolucionária Islâmica (DEFENSE INTELLIGENCE AGENCY, 2019). A divisão que comanda esta área de mísseis da IRGC é conhecida como Força Aeroespacial da Guarda Revolucionária Islâmica. Ela possui um total de 15 mil membros para suas operações e estratégias de atuação. Ela tem como um de seus objetivos controlar os mísseis estratégicos do país. A Força é formada por brigadas equipadas com mísseis Shahab-1/-2 e Qiam-1 e batalhões com mísseis Shahab-3. Ela tem diferentes categorias de veículos, armamentos e equipamentos militares de distintos tipos para serem usados conforme as estratégias escolhidas para alcançar seus objetivos. No caso dos mísseis, a Força possui lançadores de mísseis superfície-superfície. Além disso, também existe a presença de mísseis convencionais balísticos de médio alcance (Shahab-3, Ghadr-1, Emad-1, Sajjil-2 e Khorramshahr) (THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES, 2021). A Força Aeroespacial atua como um instrumento dissuasor estratégico e um meio importante para a projeção do poder iraniano, principalmente na região do Oriente Médio. Sendo uma organização estratégica para os objetivos iranianos e para a defesa do país (DEFENSE INTELLIGENCE AGENCY, 2019).

Segundo dados do The International Institute for Strategic Studies (2021), no caso dos mísseis Ghadr-1 e do Ema-1, eles ainda estão no período de desenvolvimento para serem colocados em prática e utilizados para as estratégias iranianas. Os mísseis Sajjil-2 e do Khorramshahr também têm passado por um período de desenvolvimento na área de mísseis balísticos iranianos. Além dos mísseis de médio alcance, o país também possui mísseis balísticos convencionais de curto alcance (Fateh-110, Fateh-313, Khalij Fars, Shahab-1/-2, Qiam-1, Zelzal e Zolfagar). Esta Força da Guarda Revolucionária também possui mísseis de cruzeiro convencionais, lançados do solo no seu arsenal militar (Ya´ali) para realizar as suas operações e estratégias (THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES, 2021).

A Força Aeroespacial da organização também possui veículos aéreos não tripulados de duas categorias, os que podem ser usados em combate, vigilância, reconhecimento e inteligência pela Força (Shahed 129), sendo esses considerados como veículos pesados nas suas operações. Os outros tipos são utilizados para vigilância, reconhecimento e inteligência

(Ababil-3, Mohajer-4 e Shahed 123), esses são considerados veículos médios para as ações e atividades desta Força militar (THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES, 2021).

No caso dos mísseis superfície-ar, a Força possui uma separação entre os de médio alcance (Ra´ad/3rd Khordad e Talash/15th Khordad) e de pontos de defesa (Misaq 1 e Misaq 2). Além desses equipamentos e armamentos, existe a presença de bombas guiadas a laser (Sadid) e guiadas eletro-óticas (Sadid) (THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES, 2021). Isso demonstra parte das capacidades de atuação dessa Força para a realização das estratégias iranianas.

A diversidade e o quantitativo de mísseis balísticos são uma ferramenta de significativa importância para o poder aéreo iraniano e para as suas estratégias de dissuasão. O país possui um dos maiores arsenais de mísseis na região do Oriente Médio. O Irã conseguiu desenvolver uma infraestrutura para conseguir construir e elaborar uma significativa variedade de mísseis e foguetes para suas ações (WARD, 2009). A produção contínua de mísseis e o desenvolvimento da tecnologia de mísseis balísticos é uma das preocupações de países rivais aos interesses iranianos. O Irã pode ser considerado um dispersor de tecnologia de mísseis balísticos para países aliados na região e para grupos armados que são de interesse iraniano (DEFENSE INTELLIGENCE AGENCY, 2019). Dessa maneira, o país também pode ser considerado como um fator para que ocorra o aumento das instabilidades geopolíticas na região do Oriente Médio, devido à esta estratégia de fornecer equipamentos militares para diferentes atores regionais. Como vai ser discutido mais à frente no trabalho, o Irã tem apoiado alguns grupos na região, como, por exemplo, o Houthi no Iêmen e o Hezbollah no Líbano. Tais atores são de interesse estratégico para o Irã.

O Irã ainda possui uma dependência do mercado externo para alguns componentes e para a construção do seu arsenal de mísseis. Porém, o país possui a capacidade de desenvolver alguns tipos de mísseis para o seu arsenal. A importância de desenvolver estes armamentos é pelo seu uso como uma ferramenta política para dissuadir países rivais aos seus interesses de prejudicarem os seus objetivos, as estratégias iranianas e evitar ações contra o território do Irã (ELLEMAN, 2021). A seguir é apresentado um quadro com alguns tipos de mísseis utilizados pelo Irã para as suas operações na região do Oriente Médio e para defender os seus objetivos como uma potência regional, sendo também um importante instrumento de dissuasão do país contra possíveis ameaças.

Quadro 11 - Tipos de mísseis balísticos do arsenal iraniano

Nome do armamento	Alcance máximo (em Km)
Mísseis balísticos de curto alcance até 300 Km[40]	
Fadjr-5	>75
CSS-8	150
Zelzal	250
Mísseis balísticos de curto alcance entre 300 e 1000 Km[41]	
Fateh-110	300
Fateh-313	500
Shahab 1	300
Shahab 2	500
Qiam-1	800
Khalij Fars*	300
Zolfagar	700
Mísseis balísticos de médio alcance	
Shahab 3	Até 2.000
Emad-1	Até 2.000
Sajjil**	2.000
Ghadr-1	entre 1.600 e 1950
Khorramshahr	2000
Khorramshahr-2	2000

* Míssil variante do Fateh 110
**Míssil também conhecido pelo nome Ashoura, Ashura, Sajil e Sejjil.
Fonte: NATIONAL AIR AND SPACE INTELLIGENCE CENTER; DEFENSE INTELLIGENCE BALLISTIC MISSILE ANALYS COMMITTEE, 2020; MISSILE DEFENSE PROJECT, 2021a, 2021b, 2021c, 2021d.

[40]Também conhecidos em inglês como *close-range ballistic missiles* (CRBM), com alcance de até 300 Km (NATIONAL AIR AND SPACE INTELLIGENCE CENTER; DEFENSE INTELLIGENCE BALLISTIC MISSILE ANALYS COMMITTEE, 2020).
[41]Também conhecido como *short-range ballistic missiles* (SRBM), com alcance entre 300 Km e 1000 km (NATIONAL AIR AND SPACE INTELLIGENCE CENTER; DEFENSE INTELLIGENCE BALLISTIC MISSILE ANALYS COMMITTEE, 2020).

6.2.1.2.5. Força Quds do Corpo da Guarda Revolucionária Islâmica

Durante a década de 1980 e parte da de 1990, a Guarda Revolucionária desenvolveu suas próprias relações militares com outros atores. Ela tem um de seus objetivos a exportação das ideias da Revolução Iraniana e para alcançar tal objetivo, a Guarda criou a Força Quds em 1990. Esta divisão é considerada como uma Força de elite, ela opera fora do território iraniano, fornece treinamento, apoio financeiro e outros tipos de auxílio para grupos que sejam de interesse para o Irã. Além disso, ela realiza ações de inteligência e militares contra rivais e atores que prejudiquem os interesses iranianos, dentre outras atividades (WARD, 2009). A instituição também se baseia no artigo 154° da Constituição iraniana, que apresenta que o país deve apoiar povos oprimidos que tenham uma luta justa contra grupos ou atores opressores em qualquer região que a Força queira realizar suas operações (IRÃ, 1979). A Força Quds possui cerca de cinco mil membros para suas operações e para alcançar seus objetivos (THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES, 2021).

> A Força Qods estabeleceu campos de treinamento paramilitar para militantes no Irã, Líbano e Sudão. A Guarda expandiu o apoio dado ao Hezbollah libanês e à Jihad Islâmica e começou a ajudar o grupo terrorista palestino Hamas e outros militantes em todo o mundo, incluindo grupos no Iraque, Bósnia, Egito, Turquia e Caxemira [42](WARD, 2009, p. 303, tradução nossa).

A Força Quds é um instrumento utilizado pelo Irã para a realização de suas operações consideradas como não convencionais e proporcionar o suporte a aliados regionais. Através dessa instituição o país fornece auxílio financeiro, treinamento e suporte com equipamentos a grupos de seu interesse (DEFENSE INTELLIGENCE AGENCY, 2019).

> O Irã usa esses grupos para promover seus objetivos de segurança nacional enquanto ofusca o envolvimento iraniano em conflitos estrangeiros. Teerã também depende deles como meio de realizar ataques de retaliação contra seus adversários. A maioria desses grupos compartilha valores religiosos e ideológicos semelhantes com o Irã, particularmente a devoção ao islamismo xiita e, em alguns casos, a adesão ao *velayat-e faqih*. No entanto, o Irã também estabeleceu relações com grupos mais diversos com base em inimigos compartilhados, ameaças comuns e objetivos mutuamente benéficos[43] (DEFENSE INTELLIGENCE AGENCY, 2019, p. 33, tradução nossa).

---

[42]Texto original em inglês: "*The Qods Force established paramilitary training camps for militants in Iran, Lebanon, and Sudan. The Guard expanded the support given to Lebanese Hizballah and Islamic Jihad and began aiding the Palestinian terrorist group Hamas and other Muslim militants throughout the world, including groups in Iraq, Bosnia, Egypt, Turkey, and Kashmir.*" (WARD, 2009, p. 303).

[43]Texto original em inglês: "*Iran uses these groups to further its national security objectives while obfuscating Iranian involvement in foreign conflicts. Tehran also relies on them as a means to carry out retaliatory attacks on its adversaries. Most of these groups share similar religious and ideological values with Iran, particularly devotion to Shia Islam and, in some cases, adherence to velayat-e faqih. However, Iran has also established relationships with more diverse groups based on shared enemies, common threats, and mutually beneficial goals.*" (DEFENSE INTELLIGENCE AGENCY, 2019, p. 33).

Esta estratégia utilizada pela Força Quds visa que os grupos auxiliados pelo Irã desenvolvam e tenham a capacidade de atacar alvos considerados como inimigos aos interesses iranianos (DEFENSE INTELLIGENCE AGENCY, 2019). Ela também atua como um instrumento de política externa iraniana, devido às relações que desempenha com grupos, líderes e países considerados como aliados aos interesses de Teerã na região (KATZMAN, 2021a). Segundo Nadimi (2015), os apoios iranianos a seus aliados incluem o envio de munições, armamentos explosivos, equipamentos de comunicação, produtos militares, pequenas armas, rifles de precisão, morteiros de longo alcance, sistemas de defesa aérea portáteis, foguetes e artilharia, dentre outros instrumentos fornecidos por Teerã (NADIMI, 2015).

Segundo Cordesman e Al-Rodhan (2007), esta Força também possui um orçamento para suas operações considerado secreto, tendo acesso restrito, não podendo ser consultado no orçamento do Estado iraniano. Ela também possui divisões internas, divididas em grupos que atuam segundo a especialização por país ou por região a qual eles foram designados. Dessa maneira, a Força consegue atuar em diferentes países e regiões, sendo uma força de expansão da influência iraniana em distintas escalas (CORDESMAN; AL-RODHAN, 2007).

6.2.2. Forças Armadas regulares da República Islâmica do Irã

Segundo o artigo 143° da Constituição da República Islâmica do Irã (1979), as Forças Armadas do país têm a responsabilidade de proteger a independência do Estado, a integridade do território iraniano e defender o sistema da nação da República Islâmica do Irã. Além deste, o artigo 144° da Constituição apresenta também que as Forças Armadas do país seguem os objetivos da Revolução Iraniana e são influenciadas pelas ideias desses eventos que ocorreram no ano de 1979 (IRÃ, 1979).

Os artigos 145° e o 146° da Constituição também apresentam alguns assuntos relacionados à participação de estrangeiros nas Forças Armadas. O primeiro artigo mencionado, demonstra que nenhum estrangeiro pode integrar as Forças Armadas ou Forças de segurança do país. O segundo artigo mostra que não é permitido que seja instalado nenhuma base militar estrangeira no território iraniano, mesmo que a presença dela seja para objetivos pacíficos (IRÃ, 1979). As Forças Armadas regulares do país são divididas em algumas Forças, como o Exército, a Marinha, a Força Aérea e a Força de Defesa Aérea. Ela possui uma estrutura separada da observada na IRGC.

6.2.2.1. Forças Terrestres (Exército) das Forças Armadas regulares da República Islâmica do Irã

O Exército iraniano possui uma tropa no total de 350 mil membros. Esta Força divide-se em algumas categorias. Esta diferenciação ocorre em Comando, Forças Especiais, Manobras e Suporte de Combate do Exército iraniano. O Comando do Exército iraniano é composto por alguns Quartéis Generais, estes são formados por uma de divisão de Comando, quatro de divisão Blindada, dois de divisão Mecanizada e quatro de divisão de infantaria. As Forças Especiais do Exército são compostas por uma divisão de Comando (este se divide em três Comandos de Brigada, seis Comandos de Brigada e uma Brigada de Forças Especiais). A Força de Manobra do Exército é formada por oito Brigadas Blindadas, quatorze Brigadas Mecanizadas, 12 Brigadas de Infantaria e uma Brigada de Aerotransporte. Além disso, existe também a presença de alguns tipos de grupos de aeronaves para realização de suas atividades. Na parte de Suporte em Combate, o Exército iraniano é formado por cinco grupos de artilharia para fornecer auxílio durante as operações (THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES, 2021).

O Irã tem atuado para reconstruir a sua força de blindados desde a guerra contra o Iraque. Ela tem se desenvolvido e se expandindo ao longo dos anos (CORDESMAN; AL-RODHAN, 2007). O Exército iraniano possui diferentes tipos de veículos blindados de combate, como os da categoria de batalha, tanques leves, de reconhecimento, de infantaria, de transporte blindado, dentre outros. No caso dos tanques de batalha, o Exército possui mais de 1513 veículos de tanque de batalha (T-72S, M60A1, T-62, Chieftain Mk3/Mk5, T-54/T-55/Type-50/Safir-74 e o M47/M48) (THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES, 2021).

Além dessa categoria, a Força possui 80 veículos blindados de combate do tipo tanque leve (Scorpion). Ela também possui 35 viaturas da categoria de reconhecimento (EE-9 Cascavel). A Força também possui mais de 610 veículos de combate de infantaria (BMP-1, BMP-2 e BMT-2). O Exército iraniano tem cerca de 640 veículos de transporte de pessoal blindado (Boragh, BTR-50/BTR-60 e o Rakhsh) (THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES, 2021).

O Exército do Irã também possui veículos de engenharia e manutenção. A Força possui diferentes categorias de viaturas, como os mais de 20 veículos de recuperação de blindados (como os BREM-1, Chieftain ARV, M578 e o T-54/55), os 15 veículos de lançamento de pontes (Chieftain AVLB) e alguns tipos de minas (Taftan-1). A parte de antitanque e de uso contra infraestrutura que o país possui é dividida em um sistema antitanque portátil com a presença de alguns mísseis (9k11 Malyutka, 9k111 Fagot, 9k111-1 Konkurs, Dehleavieh, Saeqhe 1 e 2,

Toophan 1 e 2). O país também possui algumas categorias de lançadores sem recuo sob a responsabilidade do Exército, divididos em 75 mm (M20), 82 mm (B-10), alguns 106 mm (M40) e de 107 mm (B-11). Eles chegam a totalizar mais de 200 lançadores sob responsabilidade do Exército iraniano (THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES, 2021).

A parte de artilharia do Exército possui mais de 290 artilharias automotores, dos tipos de 122 mm (2S1 Gvozdika e Raad-1), 155 mm (M109A1 e Raad-2), 170 mm (M-1978), 175 mm (M107) e 203 mm (M110). O país também possui algumas outras categorias de canhões de artilharia que estão sob controle do Exército, que totalizam mais de 2000 artilharias, eles estão divididos em 105 mm (M101A1 e o M-56), 122 mm (D-30 e Type-54), 130 mm (M-46), 152 mm (D-20), 155 mm (GHN-45, M114 e Type-88 WAC-21) e 203 mm (M115). A artilharia do país ainda possui mais de 1400 lançadores de foguetes múltiplos, como os de 107 mm (Type-64 e o Haseb Fadjr), 122 mm (BM-11, BM-21 Grad e o Arash/Hadid/Noor), 240 mm (Fadjr 3 e M-1985) e de 330 mm (Fadjr 5). Ela também possui cerca de 3000 morteiros, divididos entre as categorias de 81 mm, 82 mm, 107 mm (M30) e do tipo de 120 mm (M-65) (THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES, 2021).

A Força também possui lançadores de mísseis superfície-superfície. Ela possui mísseis balísticos de curto alcance (CH-SS-8, os Shahin-1/Shahin-2, Nazeat e Oghab). A parte da Aviação do Exército possui 17 aviões, sendo estes divididos em aviões leves (Cessna 185, F-27 Friendship e o Turbo Commander) e de passageiros (Falcon 20). Além disso, existe a presença de helicópteros de ataque no Exército, aproximadamente 50 no total (AH-1J cobra), a Força ainda possui 147 helicópteros de transporte, divididos em pesado (CH-47C Chinook), médios (Bell-214 e Mi-171) e leves (Bell 205A e Bell 206 Jet Ranger) (THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES, 2021).

O Exército iraniano ainda possui veículos aéreos não tripulados sob sua responsabilidade, como os do tipo médio, usados com a finalidade de combate, vigilância, inteligência e reconhecimento (Mohajer 6) e os do tipo médio que tem como objetivo somente de inteligência, vigilância e reconhecimento (Ababil 3, Mohajer 3 e Mohajer 4). Além desses equipamentos, existe a presença dos VANT de categoria leve (Mohajer 2) (THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES, 2021).

A Força ainda possui equipamento que atuam na área da defesa aérea do território iraniano, como mísseis superfície-ar, divididos em curto alcance (FM-80) e alguns de ponto de defesa (9K36 Strela-3, 9K32 Strela-2, Misaq 1 e 2, Igla-S e HN-5A). As armas de defesa aérea se dividem em automotores, como as baterias de 23 mm (ZSU-23-4) e 57 mm (ZSU-57-2). As

torres de armas antiaéreas iranianas estão separadas em algumas categorias, como as de 14,5 mm (ZPU-2 e 4), 23 mm (ZU-23-2), 35 mm (GDF-002), 37 mm M-1939, 40 mm (L/30), 57 mm (S-60) e as armas de 85 mm (M-1939). Além destes equipamentos, o Exército iraniano possui bombas que podem ser guiadas a laser (Qaem) e algumas guiadas via Eletro-ótica (Qaem) (THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES, 2021).

A parte de comunicação do Exército iraniano tem se desenvolvido ao longo dos anos, assim como os treinamentos para o seu uso e gerenciamento durante a ocorrência de guerras e batalhas. O Irã é capaz de realizar uma melhor coordenação entre as Forças e divisões, além disso, o país conseguiu um aumento da quantidade de equipamentos e uma expansão das linhas funcionais de comunicação. Existe também uma preferência por parte do comando da Força para ações de manobra, reações rápidas, caso seja requisitado, e o desenvolvimento de combinações de diferentes armas para a realização de suas operações e estratégias (CORDESMAN; AL-RODHAN, 2007).

O Exército do país tem conseguido desenvolver a sua organização interna, a doutrina, o treinamento e se capacitado para a realização de suas operações como uma Força terrestre. Porém, ainda pode ser considerada como uma Força de resposta lenta de movimentação, com capacidade de manobra blindada, forças de artilharia desenvolvidas e preparadas para o uso com tática de defesa estática e a utilização da estratégia para disparo em massa. Ou seja, ainda não ocorre o emprego de forma eficiente de disparos rápidos e melhor direcionados (CORDESMAN; AL-RODHAN, 2007).

6.2.2.2. Marinha das Forças Armadas regulares da República Islâmica do Irã

A principal sede da Marinha regular iraniana encontra-se localizada na cidade de Bandar Abbas. Ela também tem algumas divisões internas, como no caso dos Fuzileiros e da Aviação Naval. Os Fuzileiros possuem sob a sua responsabilidade duas brigadas de veículos anfíbios na sua composição. Além disso, ela também possui um contingente no total de 2.600 membros para as operações relacionadas aos Fuzileiros Navais. A Aviação da Marinha possui um total de 2.600 pessoas na sua composição e para a realização das suas operações. O total do contingente da Marinha da República Islâmica do Irã é de 18.000 membros para realizar a suas atividades, operações e colocar em prática as estratégias (THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES, 2021).

A Marinha regular iraniana, diferentemente das estratégias utilizadas pela Força Naval da Guarda Revolucionária, tem uma doutrina mais convencional nas suas operações e possui atividades relacionadas à diplomacia naval. Ela atua na região do Mar Cáspio e no Golfo de

Omã. A sua atuação nestas áreas foi definida devido à reorganização Naval, que se iniciou no ano de 2007. Aliado a essa definição de zona de atuação, a reorganização também provocou algumas movimentações internas na Força, devido à delimitação das suas atividades. Além disso, tanto a Marinha quanto a Guarda Revolucionária iraniana têm realizado suas operações no Estreito de Ormuz, o que provoca preocupações a outros países e potências regionais e externas ao Oriente Médio (OFFICE OF NAVAL INTELLIGENCE, 2017).

A Marinha iraniana, diferentemente da instituição naval da Guarda Revolucionária Islâmica, é constituída por uma frota de superfície tradicional e uma força com a presença de submarinos. Mas, a maioria das embarcações da Força é considerada como antiquada, sendo necessário reconstituir a sua frota nos próximos anos. Isso é preciso devido às suas estratégias no Golfo de Omã e seus objetivos extrarregionais (OFFICE OF NAVAL INTELLIGENCE, 2017).

A Força está equipada com diversos tipos de equipamentos e veículos militares para realizar as suas operações. Ela possui sob a sua responsabilidade uma força de dezessete submarinos, dentre eles, estão os submarinos de ataque (Taregh), costeiros (Fateh) e de pequeno porte (Ghadir e Nahang) (THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES, 2021). O uso desses submarinos fornece a capacidade a Força de utilizá-los para colocar minas e disparar torpedos, dificultando a sua detecção. Além dessas operações, a presença desses veículos é importante para ações contra outros submarinos (CORDESMAN; AL-RODHAN, 2007).

Na parte de proteção e patrulha costeira a Marinha da República Islâmica do Irã possui um total de sessenta e seis veículos, divididos em corvetas, barcos e botes patrulha. Na parte das corvetas, existem algumas categorias relacionadas ao tipo de mísseis que elas possuem, como as que usam mísseis superfície-superfície e superfície-ar (Jamaran) e corveta com mísseis superfície-superfície (Alvand e Bayandor). As embarcações de patrulha possuem veículos equipados com mísseis superfície-superfície (Kaman). A Força também possui outros barcos patrulha, como os que possuem mísseis superfície-superfície (Hendijan, Kayvan e Parvin), outros equipados, com torpedos (Kajami). Além desses equipamentos militares, a Força ainda possui embarcações de patrulha rápida (MIL55) e alguns outros tipos de embarcações (C14, Hendijan e MkIII) (THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES, 2021). Segundo o Office Naval Intelligence (2017), a Marinha do Irã, com a Força Naval da Guarda Revolucionária, recebe o apoio de outras Forças militares do país, inclusive na área de aquisição de mísseis cruzeiro e mísseis antinavios. Isto demonstra que o país possui preocupações relacionadas à segurança do seu território marítimo (OFFICE OF NAVAL

INTELLIGENCE, 2017). O país também buscou mísseis antinavios da Rússia e da Coreia do Norte, além de objetivar a aquisição das instalações para a produção destes mísseis (CORDESMAN; AL-RODHAN, 2007).

A Força de veículos anfíbios da Marinha iraniana possui algumas categorias, como os navios de desembarque, *landing ship*, 12 no total, divididos conforme o tipo, como os da categoria de tanque (Hengam), os do tipo médio (Farsi) e relacionados a logística das operações (Fouque). Além disso, existe a presença de 11 embarcações de desembarque, *landing craft,* do tipo tanque, utilitário (Liyan 110) e veículos para transporte de tropas (Wellington Mk4 e Mk5 e o Tondar) (THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES, 2021). O país também possui algumas minas de contato no seu arsenal de origem soviética, chinesa e da Coreia do Norte (CORDESMAN; AL-RODHAN, 2007).

A parte de logística e suporte da Marinha está equipada com 18 embarcações, divididas em auxiliares e para transporte de munições (Delvar), docas secas flutuantes, para auxiliar as operações desta Força (Dolphin), equipamentos e veículos auxiliares diversos (Hamzah), navio cargueiro (Delvar), navios para reabastecimento da frota e com hangar (Bandar Abbas e Kharg), navio tanque (Kangar e Delvar) e embarcação de treinamento (Kialas). A parte de defesa costeira desta Força é equipada com mísseis antinavios (C-701, C-704, C-802, C-802A e Ra´ad) (THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES, 2021).

A Aviação Naval está equipada com aviões com foco para o transporte, sendo um total de 16 aeronaves, divididos em leves (Do-228, F-27 Friendship e Turbo Commander 680) e de transporte de passageiros (Falcon 20). Ela também possui alguns helicópteros, separados em veículos antissubmarino (SH-3D Sea King), com o objetivo de atuar na área de contramedida de minas (RH-53D Sea Stallion) e para transporte. Nesta última função, existe também a presença de dezessete helicópteros para transporte leve (Bell 205A, Bell 206 Jet Ranger e Bell 212) (THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES, 2021).

Existem preocupações internacionais sobre a possibilidade de o Irã realizar ações estratégicas para prejudicar o fluxo de petróleo no Golfo Pérsico. A interrupção do fluxo poderia causar impactos e consequências que conseguiriam alcançar a escala mundial. Devido a isto, as ações realizadas pela Marinha regular e a Força Naval da Guarda Revolucionária causam preocupações a outros países e regiões em diferentes escalas. Além disso, a posição geográfica do Irã no Golfo e no Estreito de Ormuz também é um facilitador para suas atividades relacionadas ao seu poder naval (WARD, 2009).

A Marinha da *Artesh* também tem realizado algumas estratégias diplomáticas, como a realização de exercícios com outros países, inclusive com alguns externos à região. O país já

realizou ações navais com Omã, Índia, Paquistão e com a Rússia. Estas operações, geralmente, têm alguns objetivos, como a troca de inteligência técnica e demonstrar as atividades em conjunto das Marinhas dos diferentes países com a do Irã (OFFICE OF NAVAL INTELLIGENCE, 2017).

6.2.2.3. Força Aérea das Forças Armadas regulares da República Islâmica do Irã

A Força Aérea do país possui um número de integrantes que pode ser considerada como grande, totalizando 18 mil membros. Porém, os veículos e os equipamentos que a Força utiliza podem ser observadas como antiquada e tem uma atuação em operação limitada (CORDESMAN; AL-RODHAN, 2007; THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES, 2021). Segundo Cordesman e Al-Rodhan (2007, p. 340), a organização interna da Força e a distribuição das sedes estão da seguinte forma:

> A Força Aérea Iraniana está sediada em Teerã com treinamento, administração, e ramos de logística, bem como um importante Centro de Operações de Defesa Aérea Central. Possui uma diretoria política e uma pequena equipe de coordenação naval. Tem três principais sedes regionais: Zona Norte (Badl Sar), Zona Central (Hamaden), e Zona Sul (Bushehr)[44] (CORDESMAN; AL-RODHAN, 2007, p. 340, tradução nossa).
>
> Cada zona regional parece controlar um importante setor de defesa aérea com bases aéreas e instalações subordinadas. As principais subzonas de defesa aérea e bases relacionadas à Zona Norte estão em Badl Sar, Mashhad, e Shahabad Kord. As subzonas e bases na Zona Central estão Hamadan e Dezful, e as subzonas e bases na Zona sul estão em Bushehr, Bandar Abbas, e Jask. O Irã tem grandes bases aéreas de combate em Mehrabad, Tabriz, Hamadan, Dezful, Bushehr, Shiraz, Isfahan, e Bandar Abbas. Possui bases menores em pelo menos 11 outros locais. Shiraz oferece treinamento de interceptores e é a principal base para aeronaves de transporte [45](CORDESMAN; AL-RODHAN, 2007, p. 340, tradução nossa).

A Força Aérea possui veículos e equipamentos de diferentes funções e com distintos objetivos, alguns podendo apresentar dupla função. Os veículos desta Força estão divididos em caças, caças/ataque a superfície, ataque a superfície, patrulha marítima, função de inteligência, procura e resgate, tanque/transporte, transporte, treino e helicópteros de transporte. Dentro

---

[44]Texto original em inglês: "*The Iranian Air Force is headquartered in Tehran with training, administration, and logistics branches, as well as a major central Air Defense Operations Center. It has a political directorate and a small naval coordination staff. It has three major regional headquarters: Northern Zone (Badl Sar), Central Zone (Hamaden), and Southern Zone (Bushehr).*" (CORDESMAN; AL-RODHAN, 2007, p. 340).

[45]Texto original em inglês: "*Each regional zone seems to control a major air defense sector with subordinate air bases and facilities. The key air defense subzones and related bases in the Northern Zone are at Badl Sar, Mashhad, and Shahabad Kord. The subzones and bases in the Central Zone are at Hamadan and Dezful, and the subzones and bases in the Southern Zone are at Bushehr, Bandar Abbas, and Jask. Iran has large combat air bases at Mehrabad, Tabriz, Hamadan, Dezful, Bushehr, Shiraz, Isfahan, and Bandar Abbas. It has smaller bases at least at 11 other locations. Shiraz provides interceptor training and is the main base for transport aircraft*." (CORDESMAN; AL-RODHAN, 2007, p. 340).

dessas categorias, existe a presença de esquadrões que realizam atividades ligadas a Força Aérea, como será apresentado a seguir (THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES, 2021).

A Força possui 4 esquadrões de caças, sendo constituídos por um esquadrão de aeronaves F-7M Airguard e JJ-7, dois esquadrões compostos por F-14 Tomcat e mais dois formados por MiG-29A/UB Fulcrum. Na parte dos veículos que possam realizar a dupla função de caça e de ataque a superfície existe a presença de 10 esquadrões, sendo dividido em um com Mirage F-1E e F-5E/F Tiger II, cinco com aeronaves F-4D/E Phantom II, três com F-5E/Tiger II e um esquadrão sendo formado por Su-22M4 Fitterk e Su-22UM-3k Fitter G (THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES, 2021).

A Força Aérea iraniana também tem um esquadrão de ataque de superfície formado por Su-24MK Fencer D. Ela também possui um esquadrão formado por aviões P-3F Orion, cuja função é realizar patrulha marítima. Na parte inteligência, reconhecimento e vigilância existe um esquadrão formado por RF-4E Phantom II. Na parte de procura e salvamento, existem alguns helicópteros Bell 214C para realizar as suas atividades. Existe a possibilidade de uso duplo relacionado a aviões de reabastecimento no ar e de transporte, o país possui um esquadrão formado por B-707, B-747 e B-747F. O Irã também possui aviões que tem somente a função de transporte, neste setor, existe a presença de cinco esquadrões de aeronaves, sendo dividido em um formado por B-707, Falcon 50, L-1329 Jetstar e helicóptero Bell-412, dois sendo formado por C-130E/H Hercules, um composto por F-27 Friendship e pelo Falcon 20 e um esquadrão constituído por II-76 Candid e An-140 (THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES, 2021). O país possui uma capacidade que pode ser considerada moderada para a área de transporte de um Estado considerado como uma potência regional (CORDESMAN; AL-RODHAN, 2007).

O país também possui aeronaves relacionadas ao setor de treinamento, sendo formado por alguns esquadrões e unidades. Na parte de treinamento, existe presença de 4 esquadrões, sendo formado por um de Beech F33A/C Bonanza, um composto pelo F-5B Freedom Fighter, um constituído pelo PC-6 e, por fim, um formado pelo PC-7 Turbo Trainer. Além desses esquadrões, existe a presença de algumas outras unidades, como o EB-312 Tucano, MFI-17 Mushshak, TB-21 Trinidad e pela aeronave TB-200 Tobago. A Força Aérea iraniana também possui helicópteros ligados a função de transporte, sendo constituído por 1 esquadrão de CH-47 Chinook e algumas outras unidades, como a Bell 206A Jet Ranger, Shabaviz 2-75 e Shabaviz 2061 (THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES, 2021).

Esta Força é equipada com um total de 333 aeronaves de combate. Sendo dividida em mais de 183 com características de caça (F-5B Freedom Fighter, F-5E/F Tiger II, F-7M Airguard, F-14 Tomcat, Mig-29A/UB Fulcrum e Azarakhsh). O país possui 88 aeronaves com as funções de caças e de ataque à superfície (F-4D/E Phantom II, Mirage F-1E, Saegheh, Su-22M4 Fitter K, Su-22UM-3KFitter G). O Irã também possui aeronaves de ataque e de ataque à superfície (Su-24MK Fencer F, Su-25K Frogfoot e Su-25UBK Frogfoot). O Estado iraniano também possui aeronaves que possuem a função de realizar ações de antissubmarino (P-3F Orion). Além disso, a Força possui algumas unidades relacionadas a inteligência, vigilância e reconhecimento (RF-4E Phantom II) (THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES, 2021).

O país possui aeronaves com dupla função, como no caso de reabastecimento e de transporte (B-707 e B-747). Na função de transporte, o país se divide em algumas categorias, como relacionadas ao transporte pesado (II-76 Candid), médio (C-130E/H Hercules), leve (An-74TK-200, An-140, F-27 Friendship, L-1329 Jetstar, Pc-6B Turbo Porter, TB-21 Trinidad, TB200 Tobago, Turbo Commander 680, Y-7 e Y-12) e de passageiros (B-707, B-747, B-747F, Falcon 20 e Falcon 50). A Força Aérea também possui aeronaves para realizar o treinamento de alguns de seus membros (Beech F33A/C Bonanza, EMB-312 Tucano, JJ-7, MFI-17 Mushshak, Parastu, PC-6 e PC-7 Turbo Trainer) (THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES, 2021).

A Força possui alguns helicópteros da categoria de multifunções (Bell 412) e de transporte. Nesta última parte mencionada, existe a divisão de transporte pesado (CH-47 Chinook), médio (Bell 214C) e leve (Bell 206A Jet Ranger, alguns Shabaviz 2-75 e Shabaviz 2061). Existe também a presença de mísseis lançados do ar, estruturados de acordo com algumas categorias. A Primeira, é a de mísseis ar-ar, sendo estes divididos em guiados por infravermelho (PL-2A, PL-7, R-60, R-73 e AIM-9J Sidewinder), infravermelho e teleguiado por radar semi-ativo (R-27), teleguiado por radar semi-ativo (AIM-7E-2 Sparrow) e teleguiado por radar ativo (AIM-54 Phoenix). Na categoria de mísseis, também existem os mísseis ar-superfície (AGM-65A Maverick, Kh-25, Kh-25ML, Kh-29L/T), além desses, existe a presença de mísseis antinavio (C-801K) e anti-radiação (Kh-58). O país ainda possui no seu arsenal, bombas guiadas por eletro-óptico (GBU-87/B Qassed) (THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES, 2021).

A Força Aérea iraniana também tem atuado nas estratégias e atividades que se relacionam com a área de dissuasão do Irã. Porém, ela também tem realizado ações com características mais defensivas, para proteger o espaço aéreo do país. A sua atuação ocorreu

conjuntamente com outra Força militar iraniana, a Força de Defesa Aérea da República Islâmica do Irã (WARD, 2009).

A Força Aérea do país possui algumas fraquezas, como no caso da obtenção de peças. O Irã possui uma dependência do mercado paralelo para conseguir manter suas aeronaves, de origem dos Estados Unidos, em funcionamento, devido à atuação das sanções econômicas no Irã (WARD, 2009). Esta Força demonstra ter o interesse na manutenção dessas aeronaves desatualizadas para apoiar as suas operações de voos e para conseguir atingir alguns objetivos (DEFENSE INTELLIGENCE AGENCY, 2019).

Segundo a Defense Intelligence Agency (2019, p. 64):

> A IRIAF provou ser adepta da manutenção dessas aeronaves desatualizadas para sustentar as operações de voo de rotina. Apesar de alguns esforços domésticos para atualizar as fuselagens mais antigas, as aeronaves de combate do Irã permanecem significativamente inferiores às de seus adversários regionais equipados com sistemas ocidentais modernos. No entanto, o IRIAF mantém uma capacidade básica para cumprir as missões atribuídas[46] (DEFENSE INTELLIGENCE AGENCY, 2019, p. 64, tradução nossa).

A Força ainda possui mais alguns pontos que podem ser considerados como uma fragilidade para as suas atuações, como na área qualitativa. Além disso, a falta de evidências de que esteja ocorrendo uma atualização dos equipamentos e veículos demonstram uma zona onde a Força esteja tendo dificuldade para realizar suas estratégias. Ela também possui problemas na parte de comando e controle para a realização de suas missões, treinamento e sustentabilidade para suas operações (CORDESMAN; AL-RODHAN, 2007). Porém, os treinamentos dos pilotos iranianos tentam equilibrar a capacidade de atuação da Força, devido às limitações das aeronaves e dos sistemas de armas utilizando algumas táticas, como o uso de emboscadas de inimigos e ocultação da sua presença na área para realizar suas operações (CONNELL, 2010).

Outra problemática para a Força Aérea iraniana é na competição com Forças de outros países, como potências ocidentais, especificamente os Estados Unidos, ou com regionais no Oriente Médio, como a Arábia Saudita. Estes países possuem Forças Aéreas que atuam com equipamentos de alta tecnologia, com sistema de alerta e controle. Além disso, operam com sistema de guerra eletrônico mais desenvolvido, além de terem outros sistemas mais avançados e tecnológicos que os utilizados pelo Irã (CORDESMAN; AL-RODHAN, 2007).

---

[46]Texto original em inglês: "*The IRIAF has proven adept at maintaining these outdated aircraft to sustain routine flight operations. Despite some domestic efforts to upgrade older airframes, Iran's combat aircraft remain significantly inferior to those of its regional adversaries equipped with modern Western systems. Nevertheless, the IRIAF maintains a basic capability to achieve its assigned missions.*" (DEFENSE INTELLIGENCE AGENCY, 2019, p. 64).

6.2.2.4. Força de Defesa Aérea das Forças Armadas regulares da República Islâmica do Irã

A Força de Defesa Aérea foi formada no ano de 2008, tendo como objetivo o desenvolvimento maior da doutrina de dissuasão do país. Ela opera radares da Força Aérea, armas antiaéreas e uma diversidade de sistemas de mísseis superfície-ar, estes sendo de origem chinesa, britânica, estadunidense e sistemas de desenvolvimento nacional (ARYAN, 2011). A Força de Defesa Aérea possui um contingente de 12.000 pessoas. Ela é dividida em dezesseis batalhões equipados com mísseis MIM-23B I-Hawk/Shahin e quatro batalhões formados com S-300PMU2. Além desses, a Força possui cinco esquadrões equipados com FM-80, Rapier, S-75M Volkhov, S-200 Angara e 9K331 Tor-M1. Outra diferenciação da Força é pela função do equipamento utilizado por ela. A Defesa Aérea possui mais de 546 mísseis e de diferentes categorias de superfície-ar, como mísseis de longo alcance (S-200 Angara, S-300PMU2 e Bavar-373), médio (MIM-23B I-Hawk/Shahin, S-75 Dvina e Talash/15th Khordad) e curto alcance (FM-80 e 9K331 Tor-M1). Além desses, existem alguns pontos de defesa equipados com Rapier, Misaq 1 e Misaq 2. O país também possui armas antiaéreas de 23 mm (ZU-23-2) e de 35 mm (GDF-002) (THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES, 2021).

O Irã também tem planejado desenvolver e colocar em atividade um número limitado de sistemas de defesa aérea. Esses sistemas visam defender locais pontuais e de alto valor estratégico ao redor de Teerã. Além disso, eles buscam atuar na função de uma camada de defesa para proteger seus portos e a costa do sul do território iraniano (WARD, 2009). A Força Aérea e a Defesa Aérea utilizam-se de estratégias de proteção do espaço aéreo iraniano e de dissuasão de possíveis ameaças ao seu território. O uso de mísseis superfície-ar e algumas aeronaves que têm a função de interceptadores, estando na sua maioria sob a responsabilidade da Força Aérea iraniana que tem a responsabilidade de realizar a defesa do território do país e de seus interesses (CONNELL, 2010).

Porém, a geografia que ajuda em algumas estratégias iranianas, também prejudica em algumas atividades, devido ao tamanho do território e o relevo de montanha que o Irã possui, podem acontecer alguns problemas na área de cobertura de seus radares. Devido aos problemas que as Forças Aérea e de Defesa Aérea têm, o que limita as atuações e estratégias, o Irã utiliza seus recursos de defesa para proteger alguns alvos, considerados importantes para o país, como, por exemplo, a capital, Teerã, e as instalações nucleares (CONNELL, 2010). Além disso, a Força de Defesa Aérea utiliza a estratégia de dispersar seus equipamentos, o uso de bases

avançadas e a ocultação de algumas instalações no território iraniano para cumprir os seus objetivos de operação (CONNELL, 2010).

7. Tensões entre Arábia Saudita e Irã, entre sunita e xiita e persas e árabes

Ao longo da história ocorreram tensões entre árabes e persas. Antes da imposição do Islã na antiga Pérsia, os dois povos já possuíam rivalidades em diferentes áreas. A ocupação árabe na antiga Pérsia, provocou um choque cultural, que existe até o presente momento. Ao anunciar-se como um Estado em 1932, a Arábia Saudita tornou-se o maior concorrente regional do Irã Imperial, ocorrendo a disputa de poder sobre o petróleo e pelas preferências ocidentais na época (ADGHIRNI, 2014). Ao longo dos anos, as relações entre a Arábia Saudita e o Irã tem acontecido com desconfianças em diferentes assuntos e regiões. Além disso, existe outro fator que afeta as interações entre estes Estados, a influência dos Estados Unidos. Os EUA são observados de formas diferentes, para a Arábia Saudita, o país visto como um ator que garante, ou auxilia, a sua segurança militar e territorial. Porém, para o Irã, é um fator de ameaça para suas estratégias. Além desses, a formação da República Islâmica do Irã também agravou as relações entre os regimes iraniano e saudita (CHUBIN; TRIPP, 2004).

O sistema político iraniano busca uma interpretação considerada populista e radical das obrigações muçulmanas e defende mudanças no *status quo* no Oriente Médio. Isso é observado como ameaça pelo regime saudita, podendo provocar instabilidades internas ao território da Arábia Saudita e causando insegurança na escala interna do país. O reino é observado como conservador e dependente dos EUA por lideranças iranianas. Além disso, existe algumas outras diferenças, o regime iraniano pode ser considerado com um nível maior de liberdade que o saudita, no caso da Arábia Saudita pode se observar um sistema servil pela sociedade (CHUBIN; TRIPP, 2004). Dessa maneira, o surgimento da República Islâmica intensificou a competição entre estes Estados, tanto na área ideológica quanto na geopolítica (MABON, 2016).

O Irã é considerado como uns dos poucos Estados liderados por xiitas, suas lideranças religiosas procuram expandir a aceitação da revolução no Mundo Muçulmano, além de possuir influência da cultura persa. O regime de Teerã busca influenciar outros países e expandir a sua vertente islâmica (Xiismo) para outros Estados, isso provoca o desenvolvimento de uma ameaça a alguns atores na região. Essa busca do Irã em ser uma autoridade islâmica universal tem rivalizado com o governo de Riade, que observa essa estratégia como uma ameaça a sua legitimidade como gestora dos lugares sagrados em Meca e Medina (CHUBIN; TRIPP, 2004; MABON, 2016). Além disso, o regime de Teerã acusa a Arábia Saudita de agir de forma passiva, diferente das ações iranianas que buscam apoiar os muçulmanos em distintas escalas. Isso provocou um conflito entre o Xiismo iraniano e o Wahhabismo saudita. O Irã também

questiona o sistema de governo saudita, a monarquia, como um elemento que prejudica os interesses do Islã. O líder iraniano, Aiatolá Khomeini, possuía intenções antimonárquicas, antiocidentais, além de posicionar o Irã contra a família real saudita na região do Golfo e no Mundo Muçulmano em diferentes níveis, o que preocupa a Arábia Saudita (CHUBIN; TRIPP, 2004).

A balança de poder presente no Irã é orientada pela política interna do país de manter-se em um nível militar, econômico e diplomático igual ou maior ao da Arábia Saudita. O reino saudita busca manter a mesma ideia e que a sua influência no Oriente Médio prevaleça (TRAUMANN; BIEZUS, 2020). Desde a Revolução de 1979, a relação entre a Arábia Saudita e o Irã têm sido com desconfiança e instável no Oriente Médio, principalmente no Golfo Pérsico (MABON, 2016). Esse evento demonstrou as diferenças geoestratégias desses países ao adicionar o comportamento político do Irã uma ideologia revolucionária, que possuía ideias antimonárquicas, universalistas e anti-imperiais. Riade observou a queda do regime do Xá e a ascensão de Khomeini ao poder iraniano como uma ameaça ao seu território, principalmente pelo fato de Teerã incentivar a população saudita xiita da Província Oriental a manifestar-se contra o governo da família Saud. Além disso, o Irã desafia a reivindicação saudita como liderança islâmica (WEHREY; KARASIK; NADER; GHEZ; HANSELL; GUFFEY, 2009).

Desde a eleição de Ahmadinejad e da invasão do Iraque pelos EUA, o regime iraniano também tem conseguido expandir suas estratégias no Mundo Árabe, a partir da estratégia da "rua árabe", também chamada em inglês de "*Arab street*". Essa tática tem como objetivo aumentar a sua influência sobre as populações árabes, enfatizando o compromisso do Irã com algumas causas, como no caso da Palestina, oposição a operações do Ocidente na região e a resistência aos interesses dos Estados Unidos, principalmente nos assuntos relacionados ao seu programa nuclear (WEHREY; KARASIK; NADER; GHEZ; HANSELL; GUFFEY, 2009). As tensões entre esses países ocorrem em diferentes áreas, como na religião, na forma de governo e nas relações com o Ocidente (ADGHIRNI, 2014).

7.1. Irã, árabes, persas, xiitas e sunitas

As minorias no Irã sofrem de maneira geral com a desigualmente e outras complicações provocadas pelo regime de Teerã. O desenvolvimento concentrado na capital do país causou problemas relacionados à área socioeconômica entre o centro e as áreas periféricas. Essas regiões também sofrem com a distribuição desigual de poder; de recursos econômicos e sociais; do *status* sociocultural. A insatisfação dessas minorias tem aumentado ao longo dos anos devido a esses fatores, que tem potencialidades de provocar instabilidades políticas, insegurança na

região e serem utilizados por atores externos ao país, como os EUA e a Arábia Saudita (BRADLEY, 2007).

Alguns fatores têm afetado as estratégias iranianas, como o ambiente regional, a sua história e a religião do país. Porém, também existe o impacto da combinação entre iraniano/persa com a ideia de superioridade cultural e histórica dos persas contra os árabes (ROSHANDEL, 2013). A maioria dos árabes que estão no território do Irã encontra-se no Khuzestão, predominantemente de muçulmanos xiitas. Mas, existe um descontentamento com as lideranças persas do Irã, devido à desigualdade presente nesta área, mesmo existindo recursos naturais em significativa quantidade. Existe a preocupação do regime de Teerã que os árabes da região possam ter relações com os Estados vizinhos, a partir da etnia compartilhada (MABON, 2016). As preocupações iranianas relacionadas a esta província são devido a possível estratégia saudita de expandir a sua vertente wahhabita pela área, alterando a visão religiosa xiita iraniana (WEHREY; KARASIK; NADER; GHEZ; HANSELL; GUFFEY, 2009). O Khuzestão tem presenciado instabilidades políticas provocadas pelos protestos e manifestações contra o regime iraniano, elas ocorrem em Ahvaz[47] e em algumas outras cidades para pressionar o governo, criticar a atuação do país em Estados vizinhos e a falta de prioridade que a região possui nos programas governamentais. O regime tem utilizado seu aparato de segurança para reprimir as manifestações ao longo dos anos, realizando prisões e intimidações. Especificamente no caso da minoria árabe no país, eles também criticam as instituições do Estado do Irã por causa da negligência que elas possuem com a cultura árabe (MAJIDYAR, 2018). Os árabes integram um grupo economicamente menos favorecido no país, mal remunerados. Existem insatisfações com a discriminação e o preconceito que sofrem. Isso também ocorre por serem observados como um povo historicamente adversário dos persas (ADGHIRNI, 2014).

A insegurança e a instabilidade no Khuzestão também têm a potencialidade de afetar a produção de petróleo iraniano. Estão presentes nessa região, consideráveis recursos de petróleo, gás e água, tornando-a um local central para a economia do país. Ela representa uma parte das receitas do Estado iraniano, devido às reservas petrolíferas na região (BRADLEY, 2007). A bacia do Khuzestão representa cerca de 86% das reservas de petróleo bruto do Irã. Além disso, existe um novo oleoduto nessa região e um recente terminal de petróleo no Golfo de Omã, Bander-e Jask, que permite ao país contornar o estreito de Ormuz (WIDDERSHOVEN, 2021). As instabilidades que ocorrem nessa região, representam uma ameaça à segurança interna do

[47]Capital da província do Khuzestão (AL JAZEERA, 2018).

Irã e aos seus interesses (BRADLEY, 2007). Pois, poderiam afetar a área e prejudicar as capacidades de exportação do país ou inclusive impedir a comercialização (WIDDERSHOVEN, 2021).

Além disso, tem ocorrido ações de grupos separatistas contra as instituições do Estado iraniano, como o ataque em 2018 a um desfile militar em Ahvaz, provocando mortes. As lideranças iranianas têm acusado a Arábia Saudita e outros atores externos (como, por exemplo, os Emirados Árabes Unidos, os EUA e Israel) de apoiarem tais grupos, o que é negado por Riade. Isso demonstra as preocupações do Irã com a possibilidade de influência de outros atores, como o regime saudita, de estimular a insegurança na região (AL JAZEERA, 2018). Existem diferentes grupos separatistas no Khuzestão, atuando contra os interesses do regime de Teerã, como o *Arab Struggle Movement for Liberation of al-Ahwaz* (ASMLA), *National Organization for the Liberation of Ahwaz*, *Ahwazi Popular Democratic Front* e *Hawks of Ahwaz* (NADA, 2021a).

Além das tensões com a população árabe iraniana, existem preocupações com a comunidade sunita no Irã. Os iranianos sunitas sofrem com desigualdade, o que demonstra uma discriminação presente no país. Eles realizam suas atividades religiosas em locais alugados, podendo sofrer restrição da polícia. Exemplo disso, é na região do Sistão-Baluchistão, com os balúchis, por ter uma predominância de sunitas, a população possui tensões com o regime de Teerã, por alguns motivos, por exemplo, pela influência da religião. Outro demonstrativo dessas tensões, é que os sunitas não possuem uma vaga específica no parlamento iraniano, diferentemente de outras minorias na população, como os cristãos armênios, assírios, judeus e zoroastras que tem representatividade reservada (ADGHIRNI, 2014). A região do Sistão-Baluchistão sofre com condições socioeconômicas, de desenvolvimento econômico e de infraestrutura. O que provoca um aumento das tensões, devido ao desejo do regime de Teerã de conter as atividades dos balúchis e do Sunismo (NADA, 2021b).

O governo iraniano reprimiu a população sunita da região, como no fechamento de mesquitas sunitas e locais religiosos desta vertente do Islã. Nesta região, Sistão-Baluchistão, também existem grupos separatistas, que se expandiram devido à discriminação e as condições socioeconômicas sofridas pela população da província. Estes grupos têm atuado contra Forças de segurança do país, realizando operações de terrorismo. Alguns, como o JUA, Jaish ul-Adl, (*Army of Justice*) possuem influência do salafismo, intepretação conservadora do islamismo sunita e são um dos grupos mais atuantes no território iraniano (NADA, 2021b). O Irã acusou a Arábia Saudita de fornecer equipamentos e armamentos para grupos separatistas, entre eles o JUA. O Jaish al-Adl atua em operações contra integrantes da Guarda Revolucionária Islâmica,

realizando ações de sequestro e assassinato de membros do serviço de segurança iraniano (RADIO FARDA, 2020). Outro grupo que atua nesta região contra as estratégias do regime de Teerã é o Jundallah, que tem o objetivo de defender os interesses dos sunitas no Irã, operando contra instituições do Estado iraniano, como as Forças de segurança iranianas, como, por exemplo, a IRGC. O Irã denuncia que o grupo tem recebido apoio de atores externos, como, por exemplo, da Arábia Saudita (HERSH, 2008; CAPPUCCINO, 2017). Foi a partir da divisão desse último grupo que ocorreu o surgimento de diferentes organizações, como o Jaish ul-Adl, o Ansar al Furqan e Harakat Ansar Iran (NADA, 2021b). O Harakat Ansar Iran é um dos grupos ativos na propagação do salafismo na região, o que prejudica os interesses do regime iraniano, devido à influência do Xiismo no governo, além de atuar contra as instituições de segurança iraniana. Existem suspeitas que o reino saudita forneça apoio para este grupo sunita, além de outros atores externos (CAPPUCCINO, 2017; DETTMER, 2017). Dessa forma, o Irã tem utilizado seus instrumentos de *hard power* militar para conter as operações desses grupos contra os interesses do regime de Teerã.

O Reino da Arábia Saudita possui algumas relações com a minoria árabe no Khuzestão e com os balúchis no Sistão-Baluchistão, provocando preocupações ao regime iraniano (BERTI; GUZANSKY, 2014). As instabilidades e a insegurança presentes nessas regiões, possuem componentes étnicos e religiosos. Porém, os principais fatores são a desigualdade social, que está presente nessas áreas, e a insatisfação com o governo central de Teerã (BRADLEY, 2007).

7.2. Arábia Saudita e o Xiismo no território saudita

Algumas regiões e cidades da Província Oriental do Reino da Arábia Saudita, como Qatif, Sihat, Tarout e Sawa tem uma parcela significativa da população praticante do Xiismo, sendo esta província, a principal área de concentração dos xiitas sauditas. Durante anos, os praticantes dessa vertente do Islã têm contestado a família real saudita e o Wahhabismo, que também atuam contra os xiitas. Além disso, países vizinhos também possuem praticantes do Xiismo, como o Bahrein e o Iraque. Um dos motivos para as preocupações com essa província é pelo fato dela ter consideráveis reservas de petróleo. Caso ocorresse uma instabilidade política e uma falta de segurança nessa região, prejudicaria os interesses sauditas pela importância que a Província Oriental tem para as operações do reino. Isso também pode ser observado ao longo da história de formação do Reino da Arábia Saudita. Durante vários eventos e alinhamentos da família Saud com chefes de tribos, diferentes clãs e povos, permaneceu a hostilidade dos wahhabitas contra os praticantes do Xiismo. Os xiitas também não concordam em serem

governados por uma monarquia, eles discordam da liderança da família real (BRADLEY, 2005; MABON, 2016).

Devido às preocupações da família real e das instituições wahhabitas, aconteceu a repressão e a restrição dessa população xiita no reino. Isso tem como objetivo impedir o desenvolvimento de uma força que pudesse contestar o regime saudita e a influência do Wahhabismo. As áreas onde existia uma predominância xiita, inicialmente, eram menos favorecidas de recursos que outras, como, por exemplo, no acesso a determinados serviços (BRADLEY, 2005). A desigualdade com xiitas ocorreu ao longo dos anos no território saudita, por exemplo, no passado, os praticantes do Xiismo não poderiam ocupar cargos em determinadas profissões, como na área militar e no sistema educacional. Isso é observado no caso da expulsão de estudantes xiitas da *Jubail Industrial College*, devido a um desentendimento com outros discentes sunitas, que os reprimiam devido às suas práticas religiosas. Também existia a repressão para que não fosse praticado o Xiismo no país. Mesmo no período do rei Faisal, ainda existiam restrições para a população xiita. Em 2005, haviam locais onde eram ensinados que os praticantes do Xiismo deveriam renunciá-lo (BRADLEY, 2005).

Em 1979, com a Revolução Iraniana, ocorreu a expansão do Xiismo político como uma estratégia para provocar outros movimentos revolucionários, fortalecendo essa vertente em toda a região do Golfo Pérsico. Com esse evento e com o Aiatolá Khomeini pregando a exportação da revolução para outros lugares, ocorreu o aumento das preocupações do regime de Riade com a população xiita. Isso aconteceu principalmente pela possibilidade de os xiitas serem uma ameaça interna ao Estado saudita, fato que foi denunciado ao longo da história do reino por instituições Wahhabitas. Em 1979, em Qatif, a população xiita saudita realizou algumas manifestações, seguindo o chamado de Khomeini, porém, em resposta, o governo saudita utilizou a Guarda Nacional para conter os protestos de forma violenta. Em 1980, também ocorreram manifestações xiitas e foram reprimidas com violência por forças de segurança da Arábia Saudita (BRADLEY, 2005). O reino possui preocupações sobre a capacidade de influência do Irã sobre a população xiita que vive no país, mesmo que ocorra somente na forma de estímulo verbal por lideranças iranianas no território saudita (CHUBIN; TRIPP, 2004). Além disso, o Reino da Arábia Saudita possui preocupações com a possível influência das manifestações xiitas do Bahrein sobre os sauditas, estimulando a realização de protestos contra o regime da família real, principalmente na Província Oriental (MABON, 2016).

A forte oposição aos xiitas, a associação constante de seus praticantes a atores internos e externos ao território saudita e as preocupações sobre a posição dos wahhabitas em um

possível sistema político mais benevolente continua a provocar um crescente sentimento contrário aos xiitas na Arábia Saudita (BRADLEY, 2005). Exemplo disso, é que desde 2011 a repressão contra essa minoria tem aumentado devido aos movimentos xiitas sauditas, à guerra na Síria e à crescente disputa geopolítica entre a Arábia Saudita e o Irã. O regime saudita tem realizado prisões das lideranças dos movimentos de oposição xiitas (DIWAN, 2018). As relações com o Irã influenciam como o regime de Riade atua com os xiitas no seu território (MABON, 2016).

Em 2016, devido à execução do líder xiita Nimr al-Nimr, ocorreu uma nova expansão das manifestações xiitas contra agentes do serviço de segurança saudita (BLANCHARD, 2021). Aliado a isso, nesse mesmo ano, o governo saudita adicionou mais três dissidentes xiitas à condenação de execução. Nesse evento, al-Nimr e os três discentes xiitas foram condenados, com membros da Al-Qaeda que cometeram atos terroristas (HIRO, 2018). Além desses casos, o reino também anunciou a condenação à morte de 33 praticantes do Xiismo que foram denunciados por participarem dos protestos, por espionagem e terrorismo (HUMAN RIGHTS WATCH, 2019). O reino acredita que o Irã tem estimulado alguns movimentos da população xiita no país, principalmente nas áreas onde existem uma maior presença dos praticantes dessa vertente do Islã (CORDESMAN; SHELALA; MOHAMED, 2014). O regime saudita tem recorrido ao uso de instrumentos coercitivos e repressivos para conter as manifestações xiitas em seu território (MABON, 2016). Dessa forma, o Reino da Arábia Saudita tem utilizado instrumento relacionados ao seu *hard power* militar, por exemplo, o uso da Guarda Nacional, para conter as manifestações da população xiita saudita e impedir uma possível expansão da influência iraniana no país.

7.3. Tensões entre Irã, Arábia Saudita, Xiitas e Sunitas durante a realização da Hajj

Um dos pilares do Islã é que todos os muçulmanos que possuam a capacidade para realizar a *hajj* para Meca, devem realizá-la uma vez na vida (MABON, 2016). Durante o período da peregrinação da *Hajj*, existe a possibilidade de ocorrer instabilidades no território saudita. A Arábia Saudita tem algumas preocupações durante a realização da peregrinação, uma delas é com a atuação do Irã, o reino saudita possui temores que o Estado iraniano possa ameaçar a sua legitimidade como país guardião de alguns lugares sagrados para o Islã. Além dessa ação iraniana, o Irã já buscou utilizar a estratégia de estimular manifestações na *Hajj* para pressionar o reino saudita e ameaçar a legitimidade na gestão desses locais sagrados. Está localizado no Reino da Arábia Saudita a Grande Mesquita de Meca, este é um local sagrado

onde os muçulmanos, que possuam condições, devem realizar uma peregrinação (CORDESMAN; SHELALA; MOHAMED, 2014).

Esta instabilidade política entre os países ocorre desde a Revolução Iraniana de 1979. Outro evento que demonstra esta tensão entre os regimes de Riade e de Teerã ocorreu em 1987. Neste ano, um incidente aconteceu e provocou a morte 450 peregrinos, principalmente iranianos, que foram mortos pelas Forças de segurança saudita durante as manifestações. Tal evento aumentou a rivalidade entre os Estados durante a *Hajj*. Após isso, a Arábia Saudita começou a limitar a quantidade de iranianos durante a peregrinação para 45 mil (anteriormente chegavam a cerca de 150 mil pessoas), além disso, o reino definiu a proibição de manifestações no período. Em 1994, o reino saudita permitiu que somente cerca de 55 mil peregrinos iranianos entrassem no país, aumentando em 1995 para 69 mil (CHUBIN; TRIPP, 2004).

Em 2016, o governo saudita novamente anunciou que os iranianos seriam impedidos de realizar a peregrinação para a *hajj*. Dessa vez, o motivo para realizar esta estratégia foi porque o Irã não conseguiu assinar um memorando de entendimento relacionando a segurança e a logística da população do Irã durante a realização da peregrinação. Além disso, o regime de Teerã teria realizado algumas exigências, como o direito de organizar manifestações. Estas manifestações provocaram preocupações a Arábia Saudita devido à possibilidade de causarem instabilidades internas ao território do país (HIRO, 2018). Em 2017, ocorreu o retorno da permissão para que os iranianos pudessem realizar a *hajj*, o reino saudita possibilitou a entrada de mais de 86 mil iranianos para a realização do evento (KHALAJI, 2017).

Para a República Islâmica do Irã, a *hajj* é um instrumento importante para demonstrar sua expansão política e para prejudicar os objetivos ou a hegemonia saudita como gestora dos locais sagrados. A Arábia Saudita ainda possui preocupações com a capacidade iraniana de realizar suas estratégias durante esse período, podendo provocar instabilidade e insegurança no território, afetando os interesses do reino. Isso também demonstra como as vertentes do Islã são afetadas pelas tensões políticas entre estes Estados. Os eventos relacionados à rivalidade entre esses países alcançaram dimensões simbólicas, religiosas e políticas, em diferentes escalas (CHUBIN; TRIPP, 2004).

7.4. Disputas pela liderança na região do Oriente Médio

Tem ocorrido na atualidade, oportunidades de expansão de influência no Oriente Médio, provocando a busca, por diferentes atores, de formas para moldar e liderar essa região seguindo alguns interesses. Isso estimula o aumento da competição entre o Irã e a Arábia Saudita pela influência regional. O Irã, como um país xiita, tem buscado contestar a hegemonia saudita em

diferentes escalas e assuntos (CHUBIN; TRIPP, 2004). Além disso, algumas estratégias iranianas visam influenciar a população xiita de Estados vizinhos, procurando adquirir apoio mais extenso para a revolução em toda a região, isso provocou instabilidade políticas em alguns países (MABON, 2016). O Irã tem utilizado um instrumento importante para suas estratégias regionais, a Forças Quds, organização que integra o Corpo da Guarda Revolucionária Islâmica. Ela tem apoiado grupos não-estatais e Estados no Oriente Médio, fornecendo equipamentos militares, armamentos, suporte, entre outras categorias de auxílio (KATZMAN, 2021a). Esta organização é um importante recurso de *hard power* militar para as estratégias e objetivos iranianos.

A política externa após o período que o cargo do Líder Supremo estava ocupado por Khomeini pode ser caracterizada por alguns fatores como: a manutenção do regime; defesas dos interesses estratégicos do Irã; promoção do Xiismo em diferentes escalas; fortalecimento do eixo da resistência ao Ocidente. Além disso, Teerã busca alcançar a liderança regional; garantir a integridade do território iraniano; e a proteção dos recursos naturais presentes no Irã (ADGHIRNI, 2014).

A disputa pela hegemonia regional tem ocorrido entre Irã e Arábia Saudita de diferentes modos. Estes países possuem preocupações relacionadas às estratégias do adversário que podem afetar seus interesses e causar instabilidades internas em distintas áreas e assuntos. A tensão entre estes Estados é expandida pela presença dos EUA no Oriente Médio. Isso demonstra outra diferença, a Arábia Saudita busca auxílio de potências externas para conter as ameaças na região, enquanto o Irã se opõe à presença de atores externos na segurança regional (MABON, 2016). Segundo Gause III (2011), uma das formas de compreender as estratégias regionais sauditas é pela disputa por áreas de influência com o Irã. O aumento da rivalidade entre sunitas e xiitas auxilia as táticas sauditas para obter apoio interno e regional contra o Irã e seus aliados. Porém, isso ocorre devido a um custo significativo, como pode ser observado nas instabilidades geopolíticas presentes no Oriente Médio (GAUSE III, 2011).

7.4.1. Bahrein

O Estado do Bahrein está localizado entre o Reino da Arábia Saudita e a República Islâmica do Irã, o país sofre as consequências da rivalidade geopolítica entre esses países ao longo da sua história (AL-RASHEED; ABDOLMOHAMMADI; MCGINN, 2018). A Arábia Saudita possui laços tribais com o Bahrein derivados das relações com a família Al-Khalifa. A população xiita representa cerca de 70% da população do Bahrein, eles sofrem com a exclusão

política, desemprego, falta de moradia, entre outros problemas relacionados com a desigualdade social presentes no país (WEHREY; KARASIK; NADER; GHEZ; HANSELL; GUFFEY, 2009). Algumas instabilidades políticas e a insegurança que ocorrem no Bahrein possuem suspeitas do envolvimento iraniano. Isso ocorre devido à estratégia iraniana de exportar a sua revolução para outros Estados e pelo fato de o Bahrein ter uma população constituída por uma parte significativa de xiitas. Arábia Saudita e Bahrein possuem relações étnicas e religiosas, além disso, as populações árabes xiitas dos dois Estados também têm relações. Por isso a preocupação de Riade com a possibilidade de falta de lealdade dos xiitas sauditas, podendo ser influenciados tanto por xiitas do Bahrein quanto pelo Irã. Além disso, o Bahrein possui acordos firmados com a Arábia Saudita e os Estados Unidos, instalação de uma base naval estadunidense (o país hospeda a Quinta frota dos EUA). O Estado é governado por uma família real aliada ao regime de Riade e um sistema político autoritário, o que pode incluir a população do país na categoria de oprimidos que o Irã deveria auxiliar. Além disso, a atuação do Irã nesse país também pode afetar os interesses dos EUA (CHUBIN; TRIPP, 2004; WEHREY; KARASIK; NADER; GHEZ; HANSELL; GUFFEY, 2009; MABON, 2016).

A família real que governa o Bahrein, Al-Khalifa, é originada na Península Arábica, influenciada pelo Sunismo. Além disso, para compreender os interesses iranianos e saudita no país, é preciso entender a sua posição geográfica, o território do Bahrein encontra-se próximo à Arábia Saudita, por isso a preocupação com a atuação iraniana (MABON, 2016). Existem preocupações da Arábia Saudita com a instabilidade política do Bahrein, como demonstrado durante revoltas na década de 1990 e em 2007 (WEHREY; KARASIK; NADER; GHEZ; HANSELL; GUFFEY, 2009). Isso também pode ser observado durante o período chamado "Primavera Árabe" em 2011, quando os regimes de Riade e de Teerã envolveram-se nos eventos no Bahrein. Os sauditas apoiaram o regime da família Al-Khalifa (aliada) e os iranianos a população e alguns grupos xiitas que protestavam contra o governo da família real, como no caso da Frente Islâmica para a Libertação do Bahrein, conhecida em inglês como *Islamic Front for the Liberation of Bahrain* (MABON, 2016).

Nesse período, o Bahrein utilizou a cláusula de segurança do Conselho de Cooperação do Golfo, permitindo o envio de Forças militares sauditas e do Conselho, através da *Peninsula Shield Force*. O envio dessas tropas tinha como objetivo defender o regime vigente no Bahrein, consequentemente buscando conter as manifestações da população xiita no país (MABON, 2016). A intervenção militar teve início em março de 2011, o reino saudita teve ajuda de seu parceiro regional, os Emirados Árabes Unidos, o regime de Riade enviou 1000 militares e seu aliado outros 500 membros (VISENTINI, 2014). A intervenção militar conseguiu controlar as

manifestações e estabilizar o país, tendo a saída das Forças militares ocorrido no começo de julho de 2011 (BAKR; STEVENSON; TREVELYAN, 2011; VISENTINI, 2014). Esta operação aconteceu devido ao temor de uma possível substituição de regime por um alinhado aos interesses iranianos e para conter as possíveis influências de Teerã neste país. A Arábia Saudita teme a expansão dos Estados xiitas ao seu redor, principalmente pela possibilidade de influência do Irã nesses países (MABON, 2016). Estes eventos que ocorreram no Bahrein demonstram que a estabilidade política do país está relacionada com às tensões entre Irã e Arábia Saudita (WEHREY; KARASIK; NADER; GHEZ; HANSELL; GUFFEY, 2009).

A intervenção saudita ocorreu por motivos políticos e econômicos no país. O Bahrein possui fatores para os países se preocuparem com os fatos que ocorrem no seu território, este Estado é um centro financeiro no Oriente Médio, ele oferece segurança para empresas e instituições financeiras estrangeiras. Até o período de instabilidade política que ocorreu durante a "Primavera Árabe", o país possuía dentro das suas fronteiras mais de 370 unidades bancárias e escritórios de representação operando, destas 34 eram de origem saudita. As estratégias e operações dessas instituições foram prejudicadas devido aos fatos que aconteceram no país durante a instabilidade política de 2011 (NURUZZAMAN, 2013).

O país possui uma economia ligada ao setor petrolífero, porém, diferentemente dos Estados vizinhos, ele não é um produtor significativo dessa *commodity* ou um membro da OPEP. O Estado do Bahrein possui no seu território uma das principais refinarias de petróleo do mundo, a refinaria da empresa *Bahrain Petroleum Company* (BAPCO) em Sitra, esta instituição recebe da Arábia Saudita significativa quantidade de petróleo para refino. Dessa maneira, sendo um ator importante para as estratégias sauditas (NURUZZAMAN, 2013).

A Arábia Saudita tem realizado investimento no Bahrein, como no caso dos setores de turismo, de construção e alguns outros projetos de desenvolvimento do país. O setor industrial do Bahrein é dependente dos recursos e investimentos do reino saudita para conseguirem operar (NURUZZAMAN, 2013; THE WORLD BANK, [2018?]). Aproximadamente 33% do comércio total de importação e cerca de 13% da exportação do Bahrein foram com a Arábia Saudita no ano de 2018 (THE WORLD BANK, [2018?]).

Uma possível saída da família Al-Khalifa da liderança do Bahrein, devido às manifestações da população xiita e a influência iraniana sobre o país, representa riscos econômicos e estratégicos para o Reino da Arábia Saudita. Caso um governo alinhado com os interesses do regime de Teerã assuma no Bahrein, aproximaria o Irã do território saudita, com o potencial de aumentar a desestabilização da Província Oriental saudita, onde está concentrado a população xiita saudita (NURUZZAMAN, 2013).

Os fatores que provocaram as ações militares do Reino da Arábia Saudita no Bahrein foram devido ao expansionismo da influência iraniana; o prejuízo econômico que a reino teria na substituição do governo da família Al-Khalifa, por um que não fosse alinhado com os interesses e objetivos do regime saudita. Além disso, a Arábia Saudita preocupa-se com as possíveis perdas de investimentos já realizados no Bahrein e temores das prováveis influências que os eventos que ocorressem no Bahrein pudessem ter na Província Oriental (NURUZZAMAN, 2013).

7.4.2. Líbano, Síria e Palestina

A questão de Israel e Palestina consegue alcançar uma considerável opinião pública árabe, o Irã tem utilizado isso como um instrumento para afetar a influência que regimes árabes, que são hostis aos seus objetivos, possuem (WEHREY; KARASIK; NADER; GHEZ; HANSELL; GUFFEY, 2009). O regime de Teerã tem se envolvido com grupos palestinos, como, por exemplo, o Hamas e a Jihad Islâmica Palestina, de acordo com alguns interesses estratégicos. A Jihad Islâmica Palestina, mesmo sendo um grupo sunita, inspirou-se nos ideais revolucionários xiitas defendidos na Revolução Iraniana. Ela recebeu apoio da Guarda Revolucionária Islâmica e do Hezbollah ao longo da sua formação (FLETCHER, 2008; RAZAVI, 2013).

O Irã percebe a dificuldade que regimes árabes, entre eles a Arábia Saudita, têm em criticar o apoio iraniano a estes grupos palestinos, pois, seriam observados como aliados do Ocidente e de Israel, caso ocorresse a desaprovação por parte desses Estados. Essa estratégia é importante por tornar o Irã, um Estado persa-xiita, um ator no Mundo Árabe-Sunita. Outro motivo é que o regime de Teerã objetiva fornecer apoio a esses atores palestinos para serem instrumentos de dissuasão contra um possível ataque de Israel. Porém, uma ação de retaliação desses atores devido a uma operação ofensiva israelense contra o Irã não é evidente. Mas, é um ganho estratégico, por ser um elemento que Israel precisa considerar nas suas operações (RAZAVI, 2013).

O Líbano é um país importante para Riade e Teerã, possuindo interações religiosas com o Irã anteriores à revolução de 1979 (MABON, 2016). O Reino da Arábia Saudita observa o Líbano como um local para influenciar e afetar rivais regionais, como ocorreu no período do Pan-arabismo de Nasser, quando atuou no país para conter a influência desses ideais (WEHREY; KARASIK; NADER; GHEZ; HANSELL; GUFFEY, 2009).

Desde a morte de Hariri em 2005, o país tem sofrido pela disputa entre sauditas e iranianos pela influência sobre o Estado. Isso tem ocorrido pelo uso de alguns grupos pelo Irã

e pela Arábia Saudita como instrumentos. Tendo acontecido no caso do grupo Aliança de 8 de Março, também chamado em inglês como *March 8 Alliance*, que inclui membros do Hezbollah, o Movimento Patriótico Livre, também conhecido como *Free Patriotic Movement*, e a Síria. A Arábia Saudita apoia o grupo rival, formado por membros pró-Hariri, chamado Aliança 14 de março, também conhecida em inglês como *March 14 Alliance* (WEHREY; KARASIK; NADER; GHEZ; HANSELL; GUFFEY, 2009).

Em 2006, manifestações contrárias a Síria ocorreram na capital do Líbano. O grupo 14 de Março exigiu a retirada da ocupação militar síria que ocorria no país desde 1976, estas ações aconteceram com o apoio saudita e de potências do Ocidente. Antes desse fato, houve manifestações da Aliança 8 de Março para apoiar ações da resistência libanesa que atuaram contra a ocupação de Israel no sul do Líbano (HIRO, 2018). Em 2009, durante as eleições, o grupo 14 de Março conseguiu 71 assentos no parlamento do Líbano, em uma votação que representou 44,5%, incluindo membros do Partido Socialista Progressista. Já a Aliança 8 de Março conseguiu 57 cadeiras no parlamento do país, com uma votação de 55,5% (HIRO, 2013).

O Reino da Arábia Saudita tem buscado oferecer apoio a grupos no Líbano com a intenção de diminuir o poder do aliado iraniano, o Hezbollah, dessa maneira afetando os objetivos do Irã. Outro interesse saudita no território libanês é pelo desejo de isolar a Síria do apoio iraniano, alcançando este objetivo, poderia reduzir a influência iraniana no Líbano e no conflito entre Israel e Palestina, prejudicando as estratégias iranianas no Mundo Árabe (MABON, 2016). Porém, mesmo com essas ações, o Hezbollah demonstra sua força conduzindo sua própria política externa, como no caso das operações contra Israel e utilizando a sua força militar para suas estratégias no país (GAUSE III, 2011). Este fator, de atuar contra operações de Israel, aproxima o grupo do Irã, estimulando o envio de recursos por parte do regime de Teerã para suas operações contra o Estado israelense, sendo um aliado estratégico para os interesses iranianos (TRAUMANN; BIEZUS, 2020).

Aliado isso, o Hezbollah tem várias instituições educacionais, um sistema de saúde que atende um número significativo de pacientes ao longo do ano, organizações financeiras que auxiliam os necessitados, cooperativas agrícolas e um sistema judicial paralelo para os xiitas. Dessa forma, ocorre a expansão do seu apoio entre os xiitas libaneses (RAZAVI, 2013). O Irã busca através da popularidade do Hezbollah na região, afetar a liderança saudita na região do Levante e prejudicar o apoio ocidental à Aliança 14 de Março. A Arábia Saudita busca conter as ações do Hezbollah apoiando grupos salafistas do país, isso ocorre devido à preocupação saudita da expansão do poder que o grupo tem e o aumento da influência do Irã nesta área (WEHREY; KARASIK; NADER; GHEZ; HANSELL; GUFFEY, 2009).

Com a ascensão de Bin Salman na Arábia Saudita, ocorreu o aumento da pressão contra o governo do Líbano para conter as ações do Hezbollah e do Irã. Porém, o regime libanês não realizou tais tarefas, a Arábia Saudita retaliou o país cancelando a ajuda financeira de 4 bilhões de dólares que iria para Beirute, buscando diminuir a influência do Hezbollah no Estado do Líbano (HIRO, 2018). Devido à participação do Hezbollah na guerra da Síria contra atores apoiados pela Arábia Saudita, principalmente a oposição do regime sírio, Bin Salman convocou o primeiro-ministro libanês (Hariri) e o pressionou pela renúncia do cargo, o que não foi bem observado por lideranças políticas no Líbano (HIRO, 2018).

Membros do Corpo da Guarda Revolucionária Islâmica do Irã, foram enviados para o Líbano para auxiliar o desenvolvimento do Hezbollah, o grupo tem utilizado armamentos fornecidos pelo Irã para realizar suas operações. Além da força militar, o Hezbollah também é um ator político que possui significativo poder, em parte devido ao apoio iraniano. O grupo e seus aliados políticos têm desempenhado funções importantes nas decisões de lideranças do Líbano. O Irã tem apoiado este ator, prestando assistência através do treinamento de seus membros (utilizando a Força Quds), enviando recursos financeiros e transferência de armamento (KATZMAN, 2021a). Este grupo é importante por ser um instrumento utilizado pelo Irã para entrar no Mundo Árabe e expandir a sua influência (RAZAVI, 2013).

A Síria foi um aliado iraniano durante o conflito contra o Iraque, fornecendo armamento e equipamentos militares para o Irã, sendo o único país árabe a apoiar o Irã contra as operações do regime de Saddam Hussein (TRAUMANN; BIEZUS, 2020). Desde a década de 1980, o Irã e a Síria possuem uma aliança que supera algumas diferentes, como no caso da influência do Xiismo iraniano e o partido que lidera o regime sírio é árabe e nacionalista. Os interesses desses Estados superam suas diferenças, tornando a Síria um aliado importante no Mundo Árabe para as estratégias iranianas. A Síria também é um ator por onde o Irã consegue fornecer apoio para o grupo Hezbollah. Esta aliança tem permitido ao longo dos anos reduzir a pressão que os Estados Unidos realizam contra ambos os regimes (RAZAVI, 2013).

O interesse saudita na Síria, além de conter as ações do Hezbollah, é reduzir a influência iraniana. A crise gerada pela guerra na Síria permitiu a possibilidade para o reino de diminuir a capacidade de poder tanto sírio quanto iraniano. O Irã observa o regime sírio de Assad como parte do seu sistema de influência no Oriente Médio, ao lado de outro ator, o Hezbollah, a Síria aproximou-se do Irã devido a uma série de acordos entre 2004 e 2007. O Irã tem fornecido apoio militar e estratégico para o país, sendo que uma das formas é através do uso da IRGC para alcançar seus objetivos na Síria (MABON, 2016; HIRO, 2018). Dessa maneira, as lideranças iranianas buscam manter no poder um regime aliado. Alguns interesses existem para

realização dessa estratégia, como: facilitar a transferência de equipamentos militares entre Irã e Hezbollah; aumentar a probabilidade de proteção ao grupo armado libanês; um regime aliado no Mundo Árabe. Além disso, existe a possibilidade de mudança de governo para um que seja hostil aos objetivos iranianos. O Irã tem realizado o envio de membros da Força Quds para auxiliar o regime sírio nas suas operações e estratégias (KATZMAN, 2021a). Isso demonstra a importância que a Força Quds e o Corpo da Guarda Revolucionária Islâmica possuem, sendo alguns dos principais recursos de *hard power* militar do Irã.

Em 2012, um ator auxiliou o Irã na sua estratégia militar, Qasem Soleimani, ele contribuiu para a manutenção do regime de Assad. Com o auxílio dessa liderança da Força Quds, a Síria conseguiu ajuda de Forças do Hezbollah, grupos armados de países árabes e recursos financeiros provenientes do governo do Irã. A atuação de Soleimani foi além da Síria, ele também atuou no Iraque, como na negociação com o governo iraquiano para permitir que o Irã usasse o espaço aéreo do Iraque para o envio de voos com militares e munições para o território sírio. Soleimani conseguiu obter significativa influência para o Irã no Iraque, Síria e Líbano, buscando adicionar aliados para o Irã e interferir em atores rivais aos interesses iranianos, como no caso dos Estados Unidos. A sua atuação foi importante para as estratégias iranianas. Soleimani morreu durante um bombardeio dos EUA ao seu comboio no Iraque em 2020 (COSTA; TRAUMANN; BIEZUS, 2020).

Em 2013, a Força Quds ajudou a transformar alguns comitês populares pró-regime Assad em uma Força de Defesa Nacional na Síria, estruturando os membros em grupos armados que auxiliaram as Forças Armadas da Síria. O treinamento ocorreu por membros da Guarda Revolucionária e do Hezbollah em algumas bases na Síria, Líbano e Irã (HIRO, 2018). O Irã tem realizado o envio de quantidade significativa de armas e conselheiros do IRGC, para o território sírio. Aliado a isso, o Irã também envia apoio financeiro para apoiar as estratégias do regime sírio (KATZMAN, 2021a). Exemplo disso, o governo de Assad coordenou com o Iraque e o Irã a retomada da cidade de Aleppo de grupos rebeldes, além do apoio russo para a operação (HIRO, 2018).

A Arábia Saudita forneceu armamentos e equipamentos militares para grupos de oposição a Assad, como no caso do Exército Livre da Síria, esta organização é liderada por desertores das Forças Armadas da Síria. O reino saudita em 2013 superou o Catar como o principal financiador de armamentos e equipamentos militares para grupos da oposição síria (HIRO, 2018). O reino saudita busca retirar do poder do regime sírio um aliado regional iraniano, Bashar al-Assad, enfraquecendo a influência iraniana na Síria. A aliança entre Irã, Síria, Hezbollah e Hamas ficou reconhecida como “eixo de resistência”, sendo uma forma de

contrapor a influência do Ocidente e de seus aliados regionais, como Israel e Arábia Saudita (ADGHIRNI, 2014; TRAUMANN; BIEZUS, 2020).

7.4.3. Iraque

O Irã já possuía preocupações com o Iraque durante o regime de Saddam Hussein. Em 1980, o regime iraquiano invadiu o território iraniano, as tensões já ocorriam devido às rivalidades históricas entre persas x árabes e xiitas x sunitas. O Iraque tinha como objetivo anexar o Khuzestão, região do território iraniano povoada por árabes, o regime de Bagdá considerava esta região como sua área de influência (ADGHIRNI, 2014). Além disso, o Iraque desejava uma saída para o mar, para facilitar o escoamento da sua produção e expandir seu território sobre a região de Shatt al Arab, esta área possui recursos petrolíferos tanto do Irã quanto do Iraque (TRAUMANN; BIEZUS, 2020). Outro motivo para o início da Guerra Irã-Iraque foram as preocupações do regime de Saddam Hussein com a possibilidade de exportação da revolução iraniana para o seu território. O regime iraquiano era governado por sunitas e temiam a influência de Khomeini sobre os xiitas, maioria no país (ADGHIRNI, 2014).

A estratégia de mobilização em massa do Irã, tornou-se o principal instrumento para combater os invasores iraquianos. Pois, Teerã possuía suas Forças Armadas enfraquecidas devido às ações contra os membros leais ao regime do Xá, que foram presos ou executados. Além disso, o país já sofria as pressões das sanções devido à crise dos reféns na embaixada dos EUA, o que prejudicava as estratégias iranianas para a aquisição de equipamentos militares, e tinha uma economia já afetada devido às instabilidades políticas internas (ADGHIRNI, 2014). Dessa maneira, o Iraque esperava pouca resistência do Irã, devido à desorganização interna, e sendo uma oportunidade de derrotar um adversário antigo, devido à rivalidade com a Pérsia antiga. O Irã observou a invasão iraquiana como uma forma de conseguir unificar o país para combater um inimigo externo, o Iraque de Saddam Hussein. Pois, internamente o país sofria com as instabilidades políticas causadas pelas disputas entre diferentes grupos (TRAUMANN; BIEZUS, 2020).

Em 1980, o Iraque utilizou a sua Força Aérea para realizar uma ofensiva contra bases aéreas iranianas, procurando não permitir que a Força Aérea do Irã conseguisse atuar na guerra, porém, a estratégia não funcionou como desejado. Mesmo afetando a infraestrutura das bases, as aeronaves iranianas não sofreram grandes perdas, sendo utilizadas contra as Forças militares iraquianas e contra o território do Iraque, alcançando inclusive Bagdá e prejudicando as defesas antiaéreas do regime de Saddam Hussein. Porém, nesse primeiro momento, as Forças iraquianas conseguiram adentrar o território do Irã, controlando alguns locais de produção de petróleo do

país. Com esta ofensiva, ocorreu a permissão da libertação de pilotos suspeitos de serem leais ao Xá e começou a contenção do avanço das Forças militares iraquianas. Devido a problemas para conseguir avançar no conflito, o regime de Bagdá propõe um cessar-fogo ao Irã, recusado por Khomeini (TRAUMANN; BIEZUS, 2020).

Khomeini, para aceitar o acordo, pedia que Saddam Hussein renunciasse e que o Iraque fornecesse maior autonomia para as minorias presentes no seu território, o que também foi recusado pelo regime de Bagdá. Em 1982, acontece a reconquista da cidade de Khorramshahr pelo Irã e o recuo das Forças invasoras para a fronteira. O que impedia a vitória iraniana era a falta de material para reposição nas suas Forças, devido aos embargos realizados pelos EUA. O Iraque sofria com a falta de preparo das suas Forças militares. O Irã impediu a rápida vitória do Iraque devido ao emprego de pilotos, oficiais e estrategistas suspeitos de lealdade ao Xá; o uso de membros das suas Forças militares da Guarda Revolucionária Islâmica e da Força de Resistência Basij, que possuíam um forte componente ideológico durante o conflito. Além disso, o Irã teve muitos voluntários para suas Forças Armadas. Isto é observado durante a retomada em 1981 da ofensiva iraniana contra o Iraque (TRAUMANN; BIEZUS, 2020).

Com a entrada do Irã no território iraquiano, Saddam Hussein ordenou o retorno de suas Forças para o Iraque, propondo um novo acordo, recusado novamente pelo Irã. Em 1982, o Irã inicia a operação Ramadan em Basra no Iraque. Para a tomada dessa cidade, o regime de Teerã utilizou estratégias de "ondas humanas" para realizar a ofensiva. Foi utilizado membros da Basij e da Guarda Revolucionária Islâmica para invadirem a cidade, mesmo sofrendo significativas baixas, as Forças iranianas conseguiram abrir caminho para que seus tanques atuassem na operação (TRAUMANN; BIEZUS, 2020).

A guerra também envolveu outros atores devido aos ataques a petroleiros de países neutros ao conflito na região do Oriente Médio, o que afetou o mercado energético mundial. Em 1981, o regime de Bagdá realizou ataques contra navios neutros que saíssem ou entrassem no Irã. Essas operações foram expandidas em 1984, o Iraque iniciou ataques navais e aéreos a navios neutros, declarando uma zona de exclusão marítima. Esta estratégia buscava afetar a economia iraniana relacionada ao petróleo e forçar o Irã a negociar um acordo. Porém, as Forças do regime de Teerã realizaram ofensivas contra navios sauditas e do Kuwait, dessa maneira afetando o trânsito na região do Golfo Pérsico. Por meio da intervenção da ONU, os países realizaram um acordo para cessar as ações contra embarcações civis, porém, ataques ainda ocorriam durante o conflito (TRAUMANN; BIEZUS, 2020).

Além disso, o uso das armas químicas por Forças iraquianas foi denunciado pelo Irã e em 1986 pela ONU, o Iraque foi acusado de violar o Tratado de Genebra de 1925, que proibia

a utilização de tais armamentos. O uso desses armamentos provocou significativas perdas, mesmo com as acusações, o Iraque utilizou estas armas em Halabja, cidade curda perto da fronteira entre Irã e Iraque (TRAUMANN; BIEZUS, 2020). Em 1987, os EUA interferiram no conflito, devido ao um ataque iraquiano ao USS Stark e pelas ações contra petroleiros de aliados, como os do Kuwait. Pelas operações iranianas contra esses navios, os Estados Unidos realizaram ações de retaliação contra a infraestrutura petrolífera do Irã. O acordo para finalizar o conflito ocorreu em 1988, quando o Irã aceitou a resolução 598 da ONU, com os motivos que levaram a guerra não sendo solucionados e as fronteiras entre os países mantendo-se praticamente inalteradas, porém, ocorrendo o fim do conflito entre Irã e Iraque (TRAUMANN; BIEZUS, 2020).

Porém, desde a retirada do regime de Saddam Hussein em 2003, o Irã busca atuar com uma ampla quantidade de atividades no Iraque e ser umas das principais influências no território iraquiano, sendo superado pelos Estados Unidos. O Irã tem interesse de aproximar-se do regime de Bagdá como uma forma de influenciar a política regional, conforme os seus interesses, principalmente na estrutura política e de segurança presente na região do Golfo Pérsico (BARZEGAR, 2013). O Iraque, após 2013, demonstrou a ocorrência de conflitos entre sunitas e xiitas, os atores sunitas atuando com auxílio da Arábia Saudita e os xiitas operando com apoio do Irã. Com a saída dos Estados Unidos do território iraquiano, a população do país tornou-se vulnerável à interferência de alguns atores (MABON, 2016). É notável o apoio fornecido pelo Irã a grupos armados no Iraque, por meio da Força Quds, porém, a capacidade de realização dessa mesma estratégia pela Arábia Saudita é menos perceptível (WEHREY; KARASIK; NADER; GHEZ; HANSELL; GUFFEY, 2009). O Reino da Arábia Saudita tem sofrido pressões internas para atuar no Iraque, protegendo a população sunita, devido às ligações religiosas, tribais e étnicas entre as sociedades (MABON, 2016).

O Irã possui a intenção de expandir a sua influência no território do Iraque e diminuir a atuação dos EUA nesse país. Para isso, a estratégia iraniana para o Iraque busca controlar as escolhas das lideranças iraquianas, expandir seu domínio sobre grupos armados pró-Irã e transformá-los em forças políticas e militares. Também existe o uso desses atores não-estatais como uma ferramenta de *soft power* para construir uma visão positiva perante a população do Iraque. O Irã é um dos principais fornecedores de gás natural, o que demonstra uma dependência iraquiana do regime de Teerã em algumas áreas. Os grupos apoiados pelo Irã, buscam alcançar cadeiras no Conselho de Representantes do Iraque (KATZMAN, 2021a).

A saída de Saddam Hussein do poder no Iraque em 2003 pelas ações dos EUA, foi um fator necessário para que ocorresse a expansão da influência iraniana nesse país, que acabou

por provocar o surgimento de governos liderados por xiitas, possuindo ligações com o Irã (KATZMAN, 2021a). Teerã tem utilizado a Força Quds para apoiar grupos xiitas de seu interesse, após a invasão dos Estados Unidos ao território iraquiano, o Irã apoiou diferentes grupos armados. Atualmente, o Irã tem realizado a estratégias de auxiliar forças políticas xiitas no Iraque (WEHREY; KARASIK; NADER; GHEZ; HANSELL; GUFFEY, 2009; BARZEGAR, 2013).

A Forças Quds tem realizado a estratégia de fornecer armas, treinamento e suporte para diferentes grupos armados no Iraque. Estes grupos apoiados pelo Irã foram incorporados numa organização mais ampla, Força ou Unidade de Mobilização Popular, ou em inglês *Popular Mobilization Forces or Units*, criada em 2014 para apoiar os militares iraquianos nas operações contra a organização Estado Islâmico, também conhecida como DAESH. Alguns grupos são o Asa'ib Ahl Al Haq, organização Badr, Kata'ib Hezbollah e Harakat Hezbollah al-Nujaba (KATZMAN, 2021a).

No Iraque, o Irã também teve o objetivo de conter as operações de um grupo armado e terrorista na região, o Estado Islâmico, ou DAESH. Em 2014, a ofensiva do grupo no Iraque aproximou-se da fronteira iraniana, em resposta, o Irã aumentou o auxílio militar para o governo do Iraque, para as forças curdas do Peshmerga e para alguns grupos armados para atuarem contra o avanço do DAESH (TRAUMANN; BIEZUS, 2020). Soleimani também foi um ator importante na atuação contra o DAESH, o Irã busca adicionar o Iraque no "arco da resistência", inclusive utilizando a liderança da Força Quds para obter tal influência nos espaços deixados pelos Estados Unidos no país (COSTA; TRAUMANN; BIEZUS, 2020).

7.4.4. Iêmen

A política saudita em relação ao Iêmen visa manter a sua influência geopolítica num Estado vizinho e procura reduzir os riscos de segurança aos seus interesses (GAUSE III, 2011). O Irã aproveitou a situação de instabilidade em diferentes áreas nesse país para expandir a sua influência e apoiar o grupo rebelde Houthi. O Iêmen está localizado numa área de influência da Arábia Saudita, além de ser um país vizinho ao território saudita. Outro fator importante, é a posição geográfica do Iêmen, ele possui contato com o estreito Bab el-Mandeb, este local tem uma importância para o mercado mundial devido à rota marítima que passa pelo Mar Vermelho. Em 2011, ocorreu a saída do presidente Saleh, aliado do Reino da Arábia Saudita, causando um aumento nos conflitos internos no Iêmen (TRAUMANN; BIEZUS, 2020).

As ações da Arábia Saudita ocorrem em alguns momentos distintos contra o grupo Houthi no Iêmen, a primeira intervenção militar ocorreu entre 2009 e 2010, com a justificativa

que membros houthis teriam invadido o território saudita. As operações militares do regime de Riade tiveram fim devido ao acordo de cessar-fogo entre os integrantes do grupo e o governo do Iêmen (VISENTINI, 2014). O reino saudita e outras monarquias do Golfo Pérsico, construíram um plano de transição de governo para o país. Isto tinha como objetivo que o novo regime, que substituísse o do presidente Ali Abdullah Saleh, fosse um governo alinhado com os interesses da Arábia Saudita. Dessa maneira, foi decidido que Abd-Rabbu Mansur Hadi assumiria a liderança do país. Porém, insatisfeitos com os processos de transição de governo, os houthis realizaram ofensivas e conseguiram conquistar a capital do país, Sana, em 2014, provocando o início da guerra civil no Iêmen (DARWICH, 2018).

Em 2015, o Reino da Arábia Saudita começou a formar uma coalizão para atuar no território do Iêmen, buscando combater o grupo rebelde Houthi, iniciando uma nova intervenção militar no país, que dura até os dias atuais. O objetivo dessa operação militar é restaurar o governo de Hadi e desmantelar o movimento rebelde (DARWICH, 2018). O Irã tem apoiado o grupo, juntamente com seu aliado Hezbollah, com o envio de armas e equipamentos militares, como mísseis balísticos de médio e longo alcance, tipo superfície-ar, antinavio, entre outras categorias; treinamento e auxílio militar. Porém, a escala de ajuda iraniana é menor que as observadas com outros atores, como nos casos do Iraque, Síria e Líbano. O regime de Teerã também possui divergência em algumas ações do grupo, demonstrando que o Irã ainda não tem uma forte influência nas estratégias Houthi, em parte devido ao limitado investimento iraniano (SHARP, 2018, 2020; JUNEAU, 2021). O Hezbollah é um dos principais atores utilizados pelo Irã para suas operações no Iêmen. O grupo libanês tem fornecido treinamento e capacidade para as estratégias dos houthis (AL-MUSLIMI, 2017).

O Irã também visa expandir o "arco da resistência" para o Iêmen, o que causa preocupação ao regime saudita, que tem atuado militarmente no território iemenita para conter as estratégias e os interesses do grupo Houthi. Porém, os houthis conseguiram expandir consideravelmente a sua presença no país, a aliança entre o grupo e o Irã aumentou o cerco sobre os sauditas (COSTA; TRAUMANN; BIEZUS, 2020). Em 2021, os houthis já haviam se tornado um dos aliados estratégicos do Irã, principalmente entre os atores não-estatais no Oriente Médio (JUNEAU, 2021).

Devido às preocupações com o grupo e do aumento da influência iraniana no Iêmen, a Arábia Saudita buscou apoio dos Estados Unidos. Em 2015, a administração estadunidense de Obama autorizou o fornecimento de apoio logístico e de inteligência às operações militares lideradas pelo Conselho de Cooperação do Golfo. Além disso, ocorreu formação de um grupo de planejamento conjunto com o reino saudita para coordenar o auxílio militar dos EUA. O

regime de Washington também forneceu suporte às operações e para o reabastecimento de aeronaves da coalizão liderada pelo reino (SHARP, 2018).

O Irã realiza um programa de treinamento e o envio de equipamentos para o Houthi, fornecendo parte de mísseis e drones, além de enviar conselheiros para treinar os membros do grupo para utilizarem os produtos militares fornecidos por Teerã (JUNEAU, 2021). Os houthis atuam com versões modificadas do míssil iraniano Qiam de curto alcance, porém, esta estratégia tem como objetivo que esse armamento tenha capacidade de alcançar as cidades sauditas, aumentando a sua área de operação. O Irã tem buscado fornecer suporte relacionado à área de mísseis balísticos, através do uso da Força Quds. Esta Força militar iraniana é importante para a realização da transferência de suporte para o grupo Houthi, permitindo que os houthis consigam realizar algumas operações (ESTADOS UNIDOS, 2018; SHARP, 2020). A Força Quds apoia os houthis nas suas estratégias contra as ações da Arábia Saudita e seus aliados (ESTADOS UNIDOS, 2021). Os Estados Unidos têm realizado a captura de armamentos iranianos que seriam transportados para o grupo rebelde, tendo sido encontrado diferentes tipos de mísseis de origem iraniana (ESTADOS UNIDOS, 2020).

Entre os mísseis aprendidos pelos EUA, estão os de superfície-ar e antitanque cujo objetivo é aumentar a capacidade militar do grupo. Já foi observado o uso de mísseis de origem iraniana sendo disparados contra drones estadunidenses no território do Iêmen. Estas operações demonstram a expansão da atuação e da influência do Irã nesse país. Isso também revela o aumento da influência regional iraniana e a rivalidade com os objetivos sauditas no Oriente Médio, nesse caso, no Iêmen. As ações desses Estados têm provocado instabilidades geopolíticas na Península Arábica, com o Irã atuando para aumentar o seu poder na região e a Reino da Arábia Saudita operando para conter as operações iranianas que afetam seus interesses (ISMAY; GIBBONS-NEFF, 2020).

O Irã também forneceu auxílio para o grupo durante a guerra contra a Arábia Saudita, isso ocorreu devido ao custo relativamente baixo em comparação aos altos gastos realizados pelo regime de Riade para manter suas operações militares no Iêmen. Pois, o retorno para o Irã foi importante com um investimento limitado nas suas ações. Já a Arábia Saudita investiu bilhões de dólares desde o início da intervenção militar de 2015, sofrendo significativas perdas. Outro interesse do Irã é devido à vulnerabilidade que o conflito do Iêmen provoca para a Arábia Saudita, uma guerra com alto custo e difícil de ser vencida. Além desses fatores, a guerra acontece na fronteira do reino saudita, ou seja, provocando insegurança próximo ao território da Arabia Saudita (JUNEAU, 2021).

A participação da IRGC no conflito é importante para as estratégias houthis. A quantidade de membros dessa Força militar enviados para o Iêmen não foi confirmada. A quantidade de apoio (membros, armamentos, recursos energéticos e financeiros) fornecidos pelo Irã para seus aliados iemenitas também não é conhecido. Mas, é menor que o investimento realizado pelo Reino da Arábia Saudita no Iêmen. Mesmo tendo como um de seus objetivos conter a influência iraniana no país vizinho, o reino ainda não conseguiu alcançar tal objetivo (JUNEAU, 2021).

A atuação de diferentes países e atores no conflito do Iêmen é devido a alguns fatores. A Arábia Saudita tem preocupações relativas às ameaças que os houthis representam para suas instalações de petróleo, para as operações relacionadas ao fluxo de navios no estreito de Bab el-Mandeb, para o seu território e para seus objetivos. Os eventos nessa região ameaçam o mercado mundial de petróleo, podendo provocar um aumento no preço dessa *commodity* em escala global, estas são as principais preocupações de alguns Estados, como no caso dos EUA (SHARP, 2018). Isso pode ser observado no ano de 2019, um ataque realizado pelos houthis contra refinarias petrolíferas sauditas afetou a capacidade de produção do reino, provocando um aumento momentâneo no preço do barril de petróleo (GAMAL; KALIN; ZHDANNIKOV, 2019). Em março de 2021, os houthis também realizaram ataques contra as instalações de petróleo do reino saudita, utilizando drones de curto alcance e outros armamentos, como mísseis balísticos Zolfaqar e foguetes Badr. Além dessas operações, os houthis também realizaram ataques em fevereiro de 2021, com um míssil Zolfaqar e drones Sammad-3s (KNIGHTS, 2021).

O apoio iraniano pode ser considerado como modesto, comparando com os casos do Iraque e da Síria, porém, o retorno em diferentes áreas é maior, como nos prejuízos que esse conflito causa para a Arábia Saudita, enquanto o Irã tem conseguido manter a sua influência na Península Arábica (JUNEAU, 2021). Mas, o Irã também observa o grupo Houthi como um instrumento para conseguir projetar o seu poder no Estreito de Bab el-Mandeb. Isso pode ser observado no caso dos disparos de mísseis antinavios fornecidos pelo Irã contra navios dos Emirados Árabes Unidos e dos EUA no Mar Vermelho em 2016. Outro caso ocorreu em 2017, quando o grupo realizou operações contra um navio saudita nessa mesma região (KATZMAN, 2021a). Isto também demonstra que os eventos que ocorrem no Oriente Médio, podem afetar diferentes escalas geográficas, envolver distintos atores e áreas. Exemplo disso, é o caso dos eventos que afetam o mercado petrolífero e a atuação dos EUA para apoiar o regime de Riade nas suas operações militares contra seus adversários no Iêmen. Além desses atores, existe a presença do Hezbollah, de membros de Forças militares iranianas (Força Quds) e o grupo

Houthi, aliado de Teerã. Isso apresenta a complexidade que a guerra do Iêmen possui e que alguns eventos presentes no Oriente Médio também têm.

8. Conclusão

Comparando os sistemas políticos desses Estados, é possível observar algumas similaridades nas suas estruturas. O fator religioso é um elemento presente nesses governos, no caso saudita, o Wahhabismo atua como um instrumento para legitimar o poder e o regime da família real. Além de ser uma ferramenta para aproximar o governo da Arábia Saudita de parte de seus aliados ou de alguns atores de seu interesse. Isso pode ser observado nos casos das suspeitas relacionadas a grupos separatistas, ou opositores ao regime iraniano, no Khuzestão e no Sistão-Baluchistão. Os líderes religiosos da Arábia Saudita são importantes para as estratégias do país, por conseguir influenciar a população do reino em diferentes áreas, buscando impedir possíveis movimentos contestatórios ao regime, impedido instabilidade políticas internas. Porém, alguns membros wahhabitas discordam das formas que a família real governa o país e se aproxima de alguns atores, como no caso dos EUA. No caso da República Islâmica do Irã, existe a presença de líderes religiosos xiitas no regime de Teerã. A presença do Xiismo na estrutura política do país também pode ser vista como uma forma de conseguir legitimar as ações e as estratégias iranianas. Essa vertente do Islã possui uma forte influência na política do país, porém, ela também é um fator que pode afetar atuações iranianas, tanto no caso dos grupos separatistas internos, quanto no seu objetivo de exportar a revolução e as ideias xiitas para outros Estados. Os líderes religiosos iranianos possuem um significativo poder no sistema político iraniano, sendo um fator que pode fornecer um nível de estabilidade política ao país.

As estruturas políticas desses Estados possuem algumas diferenças e semelhanças. Nos dois sistemas políticos existe um cargo centralizador de poder, no caso da Arábia Saudita é o rei do país e no caso do Irã é o Líder Supremo. Esses cargos podem ser vistos como o topo do sistema de governo do país e fornecem um significativo nível de poder para quem os ocupa. Eles têm a autoridade de substituir membros que ocupam cargos estratégicos nos governos, como, por exemplo, líderes militares, ou oficiais, das Forças Armadas. Aliado a isso, eles têm o poder de vetar ou de indicar membros para posições no governo. O rei da Arábia Saudita ainda possui um controle maior sobre o regime saudita, não existe uma instituição que o monitore e avalie suas ações. No caso iraniano, a Assembleia dos Peritos é uma instituição que tem a responsabilidade de nomear o próximo Líder Supremo e de monitorar as suas atividades. Dessa maneira, o poder entre essas lideranças dentro de seu governo é diferente. O rei saudita possui uma influência e um poder maior no seu país, caso seja comparado com o do líder iraniano.

Outra diferença é na participação da população na escolha de seus líderes políticos. O reino saudita não possui um sistema eleitoral para a escolha de seu rei, sendo observada como uma monarquia absolutista. Porém, esse fato é diferente no Irã, a população consegue eleger membros para alguns cargos, por exemplo, os integrantes da Assembleia dos Peritos, o presidente e membros do parlamento iraniano são eleitos com participação popular. Dessa maneira, a escolha do Líder Supremo não possui uma participação direta da população, mas existe a presença da sociedade do país no processo eleitoral de alguns cargos. A influência das lideranças religiosas é observada nos processos eleitorais iranianos, exemplo, o Conselho dos Guardiães possui membros indicados pelo Líder Supremo e devem ser juristas islâmicos, eles avaliam os candidatos nas eleições, podendo vetar a sua participação no processo eleitoral do país. No sistema político do Irã, ainda existem tensões entre as instituições, como no caso entre o Conselho dos Guardiães e o Parlamento, onde o Conselho avalia as leis votadas no parlamento, se estão de acordo com a lei islâmica. Essa disputa entre essas instituições têm a potencialidade de provocar possíveis instabilidades políticas internas, devido às tensões existentes. A *Sharia* também é um fator presente nos dois governos, devendo ser seguida pelas suas lideranças em diferentes áreas.

As populações desses Estados também possuem comportamentos distintos ao longo da história. A Arábia Saudita possui uma população com poucos movimentos contestatórios do país, exceto os xiitas sauditas. Essa estabilidade política no país ocorreu devido à influência do Wahhabismo e de suas lideranças sobre a população, legitimando o governo da família Saud. Porém, outro fator é necessário para compreender a falta de protestos contra o regime, é o fornecimento de bem-estar social e de subsídios para a população, que em troca, o governo espera ter a lealdade da sua sociedade. Mas, no Irã ocorreu de modo diferente, ao longo da formação da República Islâmica do Irã aconteceram protestos contra os regimes vigentes em determinados períodos. Por exemplo, contra o governo de Reza Xá Pahlavi, que no final acabou ocorrendo a Revolução Iraniana e a formação da república. Entretanto, esses movimentos de oposição foram observados durante outros momentos, como durante os governos dos presidentes Khatami (1997-2005); Ahmadinejad (2005-2013), inclusive foi durante a sua administração que ocorreram as manifestações do *Green Movement*; e Rouhani (2013-2021). Isso demonstra que a população iraniana é mais ativa para contestar o regime que está no comando e que tem a capacidade de provocar instabilidades políticas internas no país, caso não concorde com as ações e estratégias de suas lideranças. A Arábia Saudita não sofreu protestos com a mesma intensidade que o Irã ao longo da sua história, o que pode ser visto como um fator que auxilie as suas estratégias, pois, o país atingiu um nível considerável de estabilidade interna

em diferentes áreas. Porém, um fator que é capaz prejudicar os objetivos sauditas, é a rivalidade interna da família real, isso pode acontecer pelo interesse em determinadas áreas do governo. Este fato já foi observado no passado, inclusive sendo um dos fatores que levou ao fim o Segundo Estado Saudita, esse elemento interno tem a potencialidade de estimular possíveis instabilidades políticas internas ao reino.

Porém, os movimentos contrários ao regime da família real saudita ocorrem, como no caso dos xiitas sauditas na Província Oriental, Riade possui preocupações com a influência iraniana sobre essa população específica. Os xiitas sauditas têm realizado protestos, a Arábia Saudita tem reagido reprimindo os opositores e prendendo suas lideranças, buscando manter a estabilidade política no país. No caso iraniano, existem protestos das populações sunitas e das árabes insatisfeitas no país. Nesses dois casos, existem preocupações do regime de Teerã de possíveis auxílios a grupos armados, ou separatistas, que tenham sido fornecidos por atores externos, como a Arábia Saudita. Essas instabilidades têm ocorrido no Khuzestão, com a população árabe da região sofrendo com a desigualdade presente nessa província e das ações do regime iraniano, o que provocou a formação de alguns grupos armados. No caso da população sunita, existe o caso do Sistão-Baluchistão (os balúchis), que também sofrem com os problemas relacionados à desigualdade e pelas ações do regime de Teerã. Nessa última província, existem temores por parte do Irã na possibilidade de a Arábia Saudita expandir a sua vertente do Islã nesta região, prejudicando os seus interesses. O Irã tem experimentado instabilidades internas em distintas áreas, com diferentes atores e com uma intensidade maior do que a observada no reino saudita, mesmo a Arábia Saudita possuindo tensões com a sua população xiita.

É observado nesses casos iranianos e sauditas, que a religião é utilizada como um instrumento para afetar a estabilidade política e a segurança desses países. Dessa forma, ocorre a mobilização de elementos que são relacionados ao *hard power* desses países. Isso tem como finalidade, conter ou minimizar, os movimentos que ameaçam os interesses iranianos e sauditas. A Arábia Saudita tem buscado aumentar a sua influência sobre grupos armados no Khuzestão e no Sistão-Baluchistão, uma das formas é através da expansão da sua vertente religiosa islâmica por esses grupos armados ou na defesa da população sunita dessas áreas. Para conter esses atores e a expansão da influência saudita, o regime iraniano tem mobilizado os seus instrumentos de *hard power*, como as suas forças de segurança. Isso pode ser observado na participação do Corpo da Guarda Revolucionária Islâmica ou a Força de Resistência Basij, na tentativa de conter a expansão de influência do reino saudita e de seus aliados no território do Irã. No caso da Arábia Saudita, o Irã tem buscado expandir a sua influência sobre a população

saudita xiita, que se encontra concentrada na Província Oriental do país. Os frequentes protestos que acontecem nesta província saudita, motivaram o regime saudita a utilizar seus instrumentos ligados ao *hard power* do país, como, por exemplo, a Guarda Nacional, para conter as ameaças a estabilidade política existentes nessa área do território saudita. Isso demonstra que esses países têm utilizado a religião, como um elemento estratégico para afetar as estratégias e os interesses de seus rivais, o que pode provocar a necessidade da utilização de instrumentos relacionados ao *hard power* de cada país, para conter possíveis ameaças aos interesses desses Estados.

Na parte da economia desses Estados, existem algumas características de cada país. O Reino da Arábia Saudita possui uma dependência, mesmo tendo começado a diversificação, dos recursos provenientes do petróleo. Além disso, existem alguns motivos para a manutenção da relação entre os EUA e o reino saudita. Isso acontece devido à capacidade de Riade em estabilizar o preço dessa *commodity* e por ser um dos principais países que exporta petróleo para os EUA. O reino necessita desses recursos financeiros provenientes do comércio energético para realizar as suas estratégias e manter o acesso a alguns serviços para sua população, continuando o bem-estar social saudita. É também observado a cooperação militar entre os países em distintas áreas, como na venda de armas pelos EUA, apoio as estratégias sauditas de contraterrorismo, auxílio na área de inteligência, suporte a algumas operações da Arábia Saudita, entre outros setores relacionados à segurança do reino e interesses estadunidenses. Os acordos entre EUA e o reino tem desenvolvido a capacidade militar do país, dessa maneira, conseguindo desenvolver o *hard power* militar saudita. Além disso, o reino tem realizado a estratégia diplomática de buscar o apoio dos EUA para suas operações e estratégias em diferentes áreas e escalas.

A economia de Teerã tem sofrido os efeitos das sanções impostas pelo Ocidente, principalmente devido as ações dos EUA, ao longo da história. Como apresentado por Costa, Traumann e Biezus (2020), o Irã, em 2018, teve a sua moeda desvalorizada em 70%, diminuição da exportação e saída de empresas do seu território. Isso prejudicou parte das estratégias iranianas, mas foi uma oportunidade para a expansão da IRGC na economia do país. O uso do instrumento das sanções econômicas pelos EUA e seus aliados aumentaram as tensões entre esses Estados, que já tinham instabilidades no passado. Por exemplo, devido à operação para retirar Mossadegh da liderança do país, impedir a nacionalização da produção de petróleo no passado, apoio ao regime do Xá Reza Pahlavi, o evento da Revolução Iraniana, a invasão da embaixada dos EUA no Irã, entre outros casos. Isso demonstra um histórico de tensões entre o Irã e alguns países do Ocidente, principalmente com os Estados Unidos.

As sanções impostas contra o Irã tentam afetar diferentes estratégias do país, como o apoio iraniano a grupos armados, prejudicar o progresso do programa nuclear, impedir que o regime de Teerã viole os direitos humanos e dificultar o desenvolvimento da capacidade de produção de mísseis de distintas categorias. Além de prejudicar as capacidades operacionais do regime de Teerã, o uso deste instrumento coercitivo também tem como finalidade afetar as estratégias e operações da Guarda Revolucionária Islâmica, principalmente a Força Quds, e tentar conter a expansão da IRGC na economia do país. Mesmo tendo ocorrido o acordo nuclear em 2015, algumas sanções continuaram a vigorar pelo fato delas procurarem impedir as estratégias iranianas em outras áreas, como, por exemplo, o apoio a grupos armados. Porém, algumas sanções retornaram devido aos interesses dos EUA em negociar um novo acordo, tendo como intenção incluir estas novas áreas. Também causando a saída de empresas do território iraniano, afetando a economia do país.

Entre as diferentes formas que o Irã tenta contornar as ações dos Estados Unidos, o país tem realizado cooperação em distintas áreas com outras potências, China e Rússia. Os regimes de Moscou e Pequim realizaram acordos com o Irã para fornecer a transferência de alguns tipos de armamento e equipamentos militares. Além desse apoio, esses Estados apoiaram o programa nuclear iraniano, fornecendo ou ajudando na construção de reatores nucleares, enviando equipamentos, treinando alguns membros e especialistas do programa nuclear iraniano, entre outras formas de auxílio. Outro interesse iraniano relacionado a Rússia e China é pelo fato desses países serem membros do Conselho de Segurança da ONU. O Irã tem o objetivo que esses Estados possam ser aliados dentro dessa organização, procurando que estes atores auxiliem o país em alguns de seus interesses. Esses países também têm a intenção de conter a influência dos EUA em algumas áreas, como no caso da Ásia e especificamente no Oriente Médio, sendo atores antagônicos às estratégias e aos interesses dos Estados Unidos. O Irã também tem realizado acordos com a Rússia relacionados à área econômica, demonstrando a tentativa de contornar as sanções impostas ao país. A China é uma das principais parceiras econômicas do Irã, isso ocorre pelo interesse chinês no mercado energético iraniano. O regime de Pequim tem realizado consideráveis investimentos no Irã e buscado adquirir o petróleo do país para suprir as suas necessidades. Outro fator atrativo para a China é a posição geográfica do Irã. Pequim tem desenvolvido o plano *Belt and Road Initiative*, o Estado iraniano é um ator importante para esse projeto, o território do Irã permite a China ter acesso a algumas rotas de comércio e transporte que são importantes para seus objetivos. Mesmo com as sanções, a China conseguiu realizar alguns acordos, inclusive conseguindo obter isenções para algumas de suas empresas. Porém, mesmo ocorrendo essa aproximação em diferentes áreas, Rússia e China

ainda têm preocupações relacionadas ao Irã, principalmente porque esses Estados não desejarem antagonizar os EUA nas suas estratégias contra o regime iraniano. Dessa maneira, a estratégia diplomática iraniana foi procurar apoio de outras potências externas a região, China e Rússia, para conseguir alcançar os seus objetivos.

O evento da Revolução Iraniana foi um momento de significativa instabilidade política no Oriente Médio. As relações entre o Irã e outros atores internos e externos a região foram afetadas. No caso dos EUA, o Irã pós-revolução observa os Estados Unidos como adversário para suas estratégias no Oriente Médio. Além disso, eventos aumentaram as tensões, como nos casos da invasão da embaixada, da relação dos EUA com o Xá Reza Pahlavi e das discordâncias com o novo governo iraniano. As preocupações sauditas e de seus aliados no Oriente Médio também se expandiram, principalmente pelo desejo iraniano de exportar a revolução e suas ideias para outras áreas. A Revolução Iraniana foi um acontecimento que causou consideráveis mudanças no Oriente Médio, expandiu as preocupações sauditas e estadunidenses com o aumento da influência iraniana e provocou instabilidades políticas regionais.

A disputa por influência e por poder no Oriente Médio é um dos fatores que tem provocado o desenvolvimento das Forças Armadas da Arábia Saudita e do Irã. Porém, como demonstrado, existem algumas distinções e semelhanças entre estas organizações militares. Observa-se que as lideranças políticas desses países têm optado por desenvolver suas Forças Armadas de forma dual, dividindo as Forças em uma considerada como regular, caso ocorra a comparação com as de outros Estados. Porém, existe a presença de Forças leais diretamente às lideranças desses países, como no caso da Guarda Nacional (na Arábia Saudita) e o Corpo da Guarda Revolucionária Islâmica (no Irã). Isso aconteceu pela desconfiança que esses governos possuem nas suas Forças Armadas regulares. Esta escolha de estrutura militar visa fornecer uma proteção aos regimes vigentes nesses Estados, no caso iraniano, o sistema republicano no país e a autoridade do Líder Supremo do Estado. Já na Arábia Saudita, a Guarda Nacional busca proteger o regime político do reino e a família real. A presença desse tipo específico de estrutura entre as Forças Armadas desses Estados tem o potencial de provocar uma rivalidade interna, ou aumentá-la, entre as instituições militares sauditas e iranianas, podendo inclusive causar instabilidades internas a estes territórios, devido a possíveis disputas entre as Forças.

No caso iraniano, o Corpo da Guarda Revolucionária é um instrumento de significativa importância para o regime de Teerã. Devido às possíveis desconfianças que as lideranças iranianas tiveram, ou ainda possuem, sobre as Forças Armadas regulares sobre a sua lealdade. O IRGC é uma organização que pode ser observada como uma instituição que tem a capacidade de contrapor as possíveis ações das Forças militares regulares do país, principalmente após o

evento da Revolução Iraniana. Ela é um instrumento de considerável importância para as estratégias e objetivos iranianos. A Guarda Revolucionária é um ator que consegue atuar tanto na escala interna quanto na externa do Irã, isso é um dos fatores que levaram a sua ascensão na hierarquia de poder na República Islâmica do Irã.

O IRGC, além de proteger o território, fornece estabilidade política e defende os interesses do país em diferentes escalas, também é uma força econômica interna iraniana com significativo poder. Devido às suas estratégias, esta instituição militar tornou-se um ator econômico com considerável importância para as ações iranianas. Aliado a isso, estas operações da instituição têm conseguido expandir a influência da organização na sociedade iraniana e sobre algumas empresas do país. Outro fator que prejudica e auxilia as ações da Guarda Revolucionária simultaneamente, são as sanções econômicas impostas sobre o Irã, elas podem estar auxiliando as táticas da IRGC na expansão na economia, devido ao impedimento da entrada de empresas estrangeiras no Irã. Dessa maneira, ocorre a formação de um monopólio por parte da Guarda Revolucionária na economia do país. Porém, quando são utilizadas sobre suas lideranças e para prejudicar os seus objetivos, afetam as estratégias da Força. Estas estratégias econômicas também podem ser observadas como uma forma da instituição obter recursos financeiros não provenientes do orçamento direto do Estado iraniano e um modo de conseguir instrumentos para impedir possíveis movimentos de oposição internos à organização. Mesmo tendo objetivos parecidos e intenções em comum na sua criação, a Guarda Nacional saudita tem uma atuação menos complexa e expansiva que a da IRGC, ela busca proteger algumas infraestruturas do país, atuar na segurança interna e defender os membros da família real, como apresentado por Cordesman e Al-Rodhan (2007). Porém, ainda não possui a estratégia de aquisições de empresas para obter recursos de forma independente do orçamento do Estado, como observado no IRGC. Além disso, a Guarda Revolucionária pode operar na escala externa do território iraniano, através da Força Quds, esta instituição, diferentemente da Guarda Nacional saudita, consegue atuar em diferentes regiões e países no Oriente Médio com considerável capacidade de atuação.

O desenvolvimento do poder militar desses países também busca alcançar um progresso do *Hard power* dessas potências regionais. Como demonstrado, esses países possuem alguns interesses que se opõem, inclusive provocando instabilidade geopolítica na região do Oriente Médio devido às ações das suas Forças Armadas. Estas Forças militares possuem diferenças no seu tamanho e das categorias de equipamentos militares que utilizam. No caso quantitativo, segundo dados apresentados pelo The International Institute for Strategic Studies (2021), as Forças Armadas iranianas possuem um contingente total de 610 mil membros para suas ações,

divididos em cincos Forças militares (Exército, Corpo da Guarda Revolucionária Islâmica, Marinha, Força Aérea e Força de Defesa Aérea). Já a Arábia Saudita tem 227 mil membros nas suas Forças Armadas, divididos em seis Forças militares (Exército, Marinha, Força Aérea, Força de Defesa Aérea, Força de Mísseis Estratégicos e a Guarda Nacional) (THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES, 2021). O reino saudita tem realizado aquisições de equipamentos e armamentos ao longo dos últimos anos, atualizando suas Forças Armadas, principalmente com produtos militares de origem estadunidense. Os Estados Unidos também fornecem treinamento para algumas organizações militares sauditas, demonstrando o desenvolvimento do poder militar do reino. A Arábia Saudita possui menos integrantes nas suas organizações militares, porém, possui equipamentos modernos, comparado com os observados nas Forças militares iranianas. O Irã possui uma quantidade maior de membros nas suas organizações militares, porém, o país tem dificuldade para realizar a compra de equipamentos e armamentos do mercado externo, dificultando a modernização das suas Forças Armadas. Devido aos efeitos das sanções, o país tem dificuldade para adquirir peças de reposição para seus equipamentos militares no mercado externo, mas tem conseguido realizar aquisições de armamento e equipamentos da Rússia e da China. O Irã tem tido dificuldade para realizar as aquisições e para modernizar os equipamentos utilizados pelas suas Forças Armadas, o que afeta o desenvolvimento do seu poder militar.

O progresso do poder desses Estados também ocorre devido às preocupações externas ao Oriente Médio, com a participação de países extrarregionais nessa rivalidade regional. Isto afeta os interesses desses Estados de diferentes formas, seja na tentativa de embargo por parte de alguns países europeus a venda de equipamentos militares e armamentos para o Reino da Arábia Saudita ou pelas sanções econômicas impostas contra a República Islâmica do Irã. Nesse caso de ações externas, um ator específico tem participado de forma ativa com esses países, os Estados Unidos, podendo atuar de forma positiva ou negativa. No caso saudita, os EUA são o seu principal parceiro nas áreas econômica e militar, seja fornecendo equipamentos militares e suporte às Forças Armadas do país ou em acordos econômicos. Os Estados Unidos são um aliado para as ações sauditas, sendo um elemento importante para as estratégias desta potência regional. No cenário iraniano, os Estados Unidos têm sido um ator que tem operado para conter a influência regional de Teerã e prejudicado os interesses do Irã, isso pode ser observado nas ações das sanções econômicas impostas contra o país e suas lideranças políticas e militares. Aliado a isso, os EUA têm realizado operações militares para afetar os objetivos e os interesses iranianos na região, como no caso da operação militar no Iraque, que provocou a morte do Soleimani, liderança da Força Quds.

Os Estados Unidos e seus aliados, são fatores que prejudicam a economia iraniana através das sanções econômicas. É observado no quadro sobre o histórico dos gastos militares e a participação no PIB do Irã, com dados fornecidos pelo Stockholm International Peace Research Institute ([2021?]a, [2021?]b), a atuação de parte deste instrumento econômico contra o país, destacando uma regressão de despesas que aconteceu entre 2013 e 2015. Quando ocorre a formação do acordo JCPOA, em 2015, no ano seguinte acontece o aumento das despesas militares por parte do Irã. Os efeitos das sanções podem ser notados novamente quando retornam alguns instrumentos em 2018, ocorrendo novamente uma regressão de gastos militares por parte do regime de Teerã. As consequências dessa estratégia também podem ser observadas no quadro sobre o valor PIB iraniano, com dados do The World Bank ([2021?]c), o mesmo efeito, entre 2013 e 2015 ocorreu uma regressão, com uma retomada de crescimento em 2016 e acontecendo novamente uma considerável diminuição em 2018. Isso demonstra parte dos efeitos causados pelas ações dos Estados Unidos e seus aliados na economia do país, prejudicando os interesses da República Islâmica do Irã, das organizações do Estado iraniano, das lideranças políticas e militares. Além disso, como mostrado nas estratégias da IRGC, as sanções podem auxiliar algumas operações dessa instituição militar iraniana na área econômica do país.

Porém, analisando os dados fornecidos pelo Stockholm International Peace Research Institute ([2021?]a, [2021?]b), os orçamentos e gastos militares da Arábia Saudita são significativamente superiores aos observados no regime de Teerã. Isso pode ser visto nos anos de maior gasto, no caso iraniano, foi o ano de 2006, o país teve cerca de 19 bilhões de dólares. No caso saudita, ocorreu no ano de 2015, o Estado teve uma despesa aproximada de 88 bilhões de dólares, demonstrando a superioridade saudita nessa área econômica. Além disso, também é observado que o ano de menor gasto militar saudita foi o de 2005, que teve um valor aproximado de 38 bilhões de dólares. Este valor já demonstra uma vantagem saudita nos últimos gastos militares, comparando com as despesas do Irã.

Analisando os dados fornecidos pelo The International Institute for Strategic Studies (2017, 2018, 2019, 2020, 2021), também é observado uma desigualdade entre os gastos militares dessas potências regionais, sendo apresentado um valor significativamente superior das despesas sauditas em comparação com as do Irã. Isso demonstra que a Arábia Saudita possui uma capacidade econômica em relação à defesa e a área militar superior aos da República Islâmica do Irã. Mesmo antes do período do aumento das sanções e após a retirada de parte delas, o reino ainda mantém uma superioridade nessa área econômica. Além disso, o reino saudita tem realizado significativa quantidade de aquisições de equipamentos para suas forças

militares nos últimos anos, como demonstram os dados do Stockholm International Peace Research Institute ([2021?]c). A Arábia Saudita tem realizado importações de diferentes categorias e de distintos países, inclusive ocorrendo a aquisição de equipamentos militares e armamentos do Brasil. Segundo dados fornecidos pela Plataforma de Consultas e Extrações de Dados Estatísticos do Comércio Exterior Brasileiro, do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, do Brasil, o reino tem adquirido significativa quantidade desses produtos militares brasileiros, alcançando em 2017 o valor aproximado de 195 milhões de dólares (BRASIL, 2015,2016,2017,2018,2019). Estas compras de produtos militares não ocorrem com a mesma intensidade pelo regime de Teerã, devido às diferentes categorias de sanções impostas ao país, prejudicando parte de seus interesses e objetivos.

A Arábia Saudita tem realizado o desenvolvimento da sua indústria de defesa nacional através do plano *Vision* 2030 e da SAMI, progredindo para a intenção de tornar-se menos dependente do mercado externo e expandindo o seu poder, inclusive o militar. O Irã também realiza o desenvolvimento da sua indústria de defesa. No caso iraniano, existe essa necessidade devido às sanções que o país possui para a compra de equipamentos militares e armamentos, visando manter as suas Forças militares ativas, sendo necessário o desenvolvimento de uma indústria de defesa nacional iraniana. O país buscou, como uma de suas estratégias, expandir a sua indústria neste setor como uma das alternativas para diminuir a sua vulnerabilidade nessa área da Defesa e conter os efeitos das sanções nas suas Forças Armadas. Esta estratégia de desenvolvimento da indústria de defesa por parte destes Estados tem como objetivo obter um nível de independência do mercado externo, dessa maneira, também de fatores externos aos seus territórios. No caso iraniano, nota-se uma maior necessidade devido às ações dos EUA e seus aliados contra seus interesses. Porém, devido à ameaça de suspensão de negociações de produtos militares por parte de alguns países com a Arábia Saudita, também ocorreu um progresso no desenvolvimento da sua indústria de defesa do país. Dessa maneira, buscando diminuir, ou evitar, a vulnerabilidade de depender somente do mercado externo para obter equipamentos militares ou relacionados à área de Defesa.

As Forças militares desses países também são importantes para defenderem os territórios e os interesses sauditas e iraniano. Elas também podem ser observadas em algumas operações em alguns países no Oriente Médio. Essas ações seguem algumas lógicas que variam de acordo com o Estado. Como observado no caso do Bahrein, a Arábia Saudita atuou para proteger o regime aliado da família Al-Khalifa. O reino saudita possui preocupações relacionadas a perda de influência sobre esse país, existem temores relacionados às estratégias iranianas para o Bahrein, estimulando a população xiita a protestar contra o regime da família

Al-Khalifa. Caso ocorra a troca de regime, por um mais alinhado aos interesses iranianos, o reino saudita seria prejudicado economicamente, politicamente e podendo ocorrer possíveis problemas territoriais (devido a provável influência dos eventos que ocorrem no Bahrein sobre os xiitas sauditas e a aproximação iraniana do território da Arábia Saudita). Esses foram alguns motivos que provocaram a intervenção militar liderada pelos sauditas no Bahrein em 2011 e estabilizou o país.

O Iêmen é outro Estado que sofre as consequências da disputa entre sauditas e iranianos por influência. O país possui, assim como o Bahrein, fronteiras com a Arábia Saudita, tendo contato com o estreito de Bab el-Mandeb e o Mar Vermelho, esses foram alguns fatores que provocaram o interesse iraniano. Teerã tem apoiado o grupo rebelde Houthi, utilizando a Força Quds para realizar esta estratégia. Além dessa Força militar, o Hezbollah também tem estado presente no conflito para auxiliar os houthis nas suas operações contra as Forças da Arábia Saudita e de seus aliados. O Irã e o Hezbollah têm fornecido alguns tipos de armamentos, equipamentos militares e suporte estratégico para as ações do grupo. O Irã objetiva aumentar a sua influência na Península Arábica e ter um aliado na fronteira com a Arábia Saudita. Para conter essas ações iranianas e de seus aliados, o regime de Riade realiza desde 2015 uma intervenção militar no país vizinho, buscando restaurar o governo aliado saudita. Estas operações militares contam com algumas ações de suporte por parte dos EUA. Essa intervenção militar tem causado prejuízos para a Arábia Saudita, devido ao seu custo, porém, para o Irã, o retorno tem sido maior, devido ao baixo gasto para apoiar os houthis e as consequências geradas para a Arábia Saudita. O Irã tem como objetivo, incluir o Iêmen na sua zona de influência e caso consiga, afetaria as estratégias sauditas e expandiria os membros do "eixo da resistência".

O apoio iraniano a grupos na Palestina, como o Hamas e a Jihad Islâmica da Palestina, tem alguns interesses. O Irã objetiva expandir a sua influência no Mundo Árabe, os apoios iranianos a esses grupos dificilmente são criticados por outros países árabes, como a Arábia Saudita, pois, poderiam ser observados como aliados do Ocidente e de Israel. Além disso, a expansão de influência iraniana sobre esses grupos, busca que Israel considere uma possível resposta desses atores, caso realize ofensivas contra o Irã. Dessa maneira, são importantes instrumentos estratégicos utilizados pelo regime de Teerã na sua estratégia regional.

Outro país que também tem sofrido com as consequências da rivalidade entre Arábia Saudita e Irã é o Líbano. O regime de Riade possui relações e tem buscado apoiar o governo libanês, o grupo Aliança 14 de Março e alguns outros contrários ao Irã e ao Hezbollah, esta estratégia do reino procura alcançar os seus interesses no país, conter a influência iraniana e de seus aliados no Líbano. Porém, o principal ator libanês, é aliado do Irã, o Hezbollah, ele possui

uma considerável capacidade de poder no país e de conseguir apoiar a população xiita libanesa, além de receber auxílios e recursos da Força Quds. O Irã utiliza o grupo como um instrumento para suas estratégias no Líbano e em outros Estados na região, como nos casos do Iêmen e da Síria. Além deles, o Irã também tem apoiado outra organização, o Aliança 8 de Março, que busca, assim como o grupo aliado saudita Aliança 14 de Março, expandir suas ações no parlamento libanês. O país tem uma significativa influência do Irã e de seus aliados, sendo o Hezbollah um importante ator para as operações iranianas. O Hezbollah tem sido um dos principais aliados iranianos no Oriente Médio, ele tem atuado para auxiliar o Irã a atingir os seus objetivos em diferentes escalas na região. O Irã apoia o grupo por ser um importante instrumento para as estratégias, sendo usado para operações em diferentes países.

A Síria também sofreu os efeitos da disputa pela hegemonia regional entre sauditas e iranianos. O Irã tem apoiado o regime sírio de diferentes formas, Teerã tem enviado membros das suas Forças Armadas, o grupo Hezbollah e grupos armados de outros países para a Síria. Esse apoio iraniano é pelo fato da Síria ser um aliado no Mundo Árabe. O Irã busca evitar uma mudança de regime na Síria, pois, caso assuma um governo contrário aos seus objetivos, prejudicaria as suas estratégias em diferentes escalas. Outro ator que atua na região é a Rússia, ela também apoia a manutenção do regime sírio atual, principalmente devido ao seu interesse sobre a base russa em Tartus. A Arábia Saudita tem apoiado alguns grupos armados e rebeldes no país, enviando armamentos e equipamentos militares para suas operações. Esta estratégia procura prejudicar os interesses do governo sírio, do Irã e de seus aliados. O reino saudita tem interesse na troca de governo no país, desejando que alcance o poder na Síria um regime alinhado com os seus objetivos. Além disso, os EUA apoiam a saída do governo sírio atual, o que é defendido pela Arábia Saudita.

O Iraque também sofre com as competições por influência entre sauditas e iranianos, provocando instabilidades em diferentes áreas no país. O Irã tem apoiado grupos armados no Iraque enviado diferentes tipos de auxílios, como armamentos e equipamentos militares, através da Força Quds. O regime iraniano também busca apoiar grupos políticos, para conseguir expandir a sua influência no Iraque em diferentes áreas. Teerã tem atuado contra os interesses dos EUA no Iraque, provocando uma insegurança no país devido às suas operações contra os objetivos estadunidenses. O regime iraniano também atuou contra grupos hostis às suas estratégias, como o grupo Estado Islâmico (DAESH). Além disso, o Irã também realizou operações para conter as influências sauditas no país. A Arábia Saudita forneceu recursos para alguns grupos sunitas no país, expandindo a sua influência sobre a população praticante do

Sunismo e buscando oferecer proteção para ela no Iraque. Riade tem procurado diminuir a influência iraniana nesse país atuando com os Estados Unidos.

O Irã tem buscado expandir a sua área de influência pelo Oriente Médio, causando alguns conflitos com os interesses da Arábia Saudita, provocando o surgimento de instabilidades políticas e insegurança regional. O regime de Teerã busca aumentar o número de aliados, ampliando os membros do "eixo da resistência", que tem provocado preocupações a Riade e seus parceiros, pois, seus interesses estão sendo afetados. A disputa pela hegemonia regional entre o Reino da Arábia Saudita e a República Islâmica do Irã tem envolvido diferentes atores e provocado distintas consequências em múltiplos níveis, como na escala interna e externa dessas potências. Além disso, existe o envolvimento de potências mundiais, como nos casos da China, dos EUA e da Rússia. O Irã tem conseguido expandir a sua influência regional, apoiando grupos armados e países aliados (como a Síria), mesmo com as estratégias sauditas e do Ocidente para conter as suas operações. O reino da Arábia Saudita tem buscado atuar para conter essa expansão iraniana, seja utilizando o apoio dos EUA, fornecendo auxílio para alguns grupos regionais ou realizando intervenções militares, como nos casos do Bahrein e do Iêmen. Isso ocorre devido a ameaça que o reino percebe aos seus interesses de potência regional no Oriente Médio, devido as estratégias iranianas para aumentar a sua influência nessa região.

Como apresentado por Costa (2016) e Miyamoto (1995), a geopolítica busca estudar as relações de poder entre os países nos seus respectivos contextos e as estratégias utilizadas por alguns atores, no caso dessa pesquisa, as estratégias, os instrumentos e as capacidade de *hard power* utilizadas pelos regimes de Teerã e de Riade. As ações do Irã e da Arábia Saudita na região do Oriente Médio têm afetado a estabilidade geopolítica regional em diferentes escalas. As ações no Iêmen, Bahrein, Golfo Pérsico, Mar Vermelho, estreitos de Bab el-Mandeb e de Ormuz têm provocado instabilidades geopolíticas na região da Península Arábica, devido às disputas em diferentes áreas entre Irã e Arábia Saudita. Na escala do Oriente Médio, pode se observar as relações de poder entre esses países em outras áreas, como no caso do Líbano; Palestina e Israel; Iraque; Síria, o que demonstra alguns efeitos dessas relações de poder entre estes Estados e as consequências para a região, mostrando os distintos alcances dessa rivalidade regional. Além disso, nota-se que as ações de distintas potências externas ao Oriente Médio também têm causado alguns efeitos geopolíticos regionais, ocorrendo relações com o Irã e a Arábia Saudita em diferentes assuntos. Os EUA são um exemplo de tal fato, o país tem afetado as ações do Irã e auxiliado algumas estratégias da Arábia Saudita, dessa maneira, causando algumas consequências para o Oriente Médio, como, por exemplo, as operações do regime de Teerã para conter as ameaças proveniente do Estados Unidos e da Arábia Saudita em diferentes

escalas. No caso saudita, ocorre o auxílio estadunidenses a algumas estratégias sauditas, como, por exemplo, nas operações no Iêmen, fornecendo suporte para as ações e no fornecimento de assistência militar, desenvolvendo o *hard power* militar saudita. O Irã tem recebido auxílio para algumas de suas estratégias de outros atores externos, da Rússia e da China, que também afetam as relações de poder na região, devido a assistência militar que esses países fornecem ao Irã e na colaboração que realizam para o programa nuclear iraniano.

A Arábia Saudita possui uma capacidade financeira considerável, como demonstram os dados do Stockholm International Peace Research Institute e do The World Bank. Isso é um fator que auxilia as estratégias sauditas, pois, este Estado possui recursos econômicos para financiar as suas operações e desenvolver as suas capacidades de atuação na região, além de manter a estabilidade territorial e política. Porém, mesmo o regime de Riade tendo realizado ações para afetar as operações e os interesses iranianos e possuindo o auxílio dos EUA, Teerã tem conseguido expandir a sua influência regional. Isso tem provocado instabilidades políticas em diferentes países no Oriente Médio.

O Irã tem contornado parte dos efeitos relacionados às sanções nas suas estratégias realizando acordos com a China e a Rússia, além do envolvimento do IRGC na economia iraniana. Teerã conseguiu expandir a sua influência regional apoiando atores não-estatais e países aliados, essa estratégia ocorre em parte devido às atuações e as estratégias da Força Quds. Essa instituição militar tem apoiado diferentes grupos armados pelo Oriente Médio e aliados iranianos. Além deste instrumento, o regime de Teerã tem utilizado o grupo libanês Hezbollah para alcançar alguns de seus objetivos regionais em diferentes países, aumentando as operações iranianas em distintas escalas. A Guarda Revolucionária Islâmica é uma organização de significativa importância para as estratégias iranianas, atuando em diferentes níveis. Mesmo sofrendo algumas sanções impostas pelo Ocidente, ela tem expandido as suas atividades para distintas áreas, demonstrando a sua importância para o Irã.

A rivalidade entre esses países tem provocado diferentes consequências e envolve distintos atores na competição pela hegemonia regional no Oriente Médio. Mesmo sofrendo os efeitos das estratégias dos EUA e possuindo uma capacidade financeira inferior à de Riade, Teerã conseguiu aumentar a sua atuação ao longo dos anos, expandindo a sua influência ao redor do território saudita. O reino tem buscado conter as estratégias do Irã de alguns modos, como o fornecimento de recursos financeiros para seus aliados regionais ou realizando intervenções militares. A Arábia Saudita e o Irã têm conseguido realizar algumas das suas estratégias para defender os seus interesses como potências regionais, mesmo acontecendo a tentativa de contenção da influência iraniana por diferentes atores. Teerã tem expandido a sua

influência para diferentes áreas no Oriente Médio e usado distintos instrumentos. O reino saudita também tem conseguido realizar as suas estratégias de potência na região, porém, a ameaça do aumento das operações iranianas ao seu redor, provoca reações de Riade para tentar impedir as ações do Irã, podendo ser um dos fatores para os seus gastos militares. A rivalidade e a disputa por influência entre esses países têm provocado instabilidades regionais em diferentes assuntos nos últimos anos. Isso acontece devido às intenções iranianas de expandir o seu poder na região e da Arábia Saudita de impedir tal estratégia do Irã, pois, possivelmente afetará seus interesses de potência regional no Oriente Médio.

.

9. Referências Bibliográficas

AARABI, Kasra. What Is Velayat-e Faqih?. **Tony Blair Institute for Global Change**, Londres, 2019. Disponível em: <https://institute.global/policy/what-velayat-e-faqih>. Acesso em: 11 jan. 2022.

ABDOLMOHAMMADI, Pejman; CAMA, Giampiero. **Domestic and Foreign Policies of Iran**. Suíça: Palgrave Macmillan, Cham, 2020.

ABRAHAMIAN, Ervand. **A History of Modern Iran**. Estados Unidos e Reino Unido: Cambridge University Press, 2008.

ADGHIRNI, Samy. **Os iranianos**. São Paulo: Contexto, 2014.

AIRCRAFT ACCESSORIES & COMPONENTES. **About Us**. Aircraft Accessories & Components, Arábia Saudita: Jeddah, [2021?]. Disponível em: <http://www.aacc-ltd.com/about/about.html>. Acesso em: 20 nov. 2021.

ALBUQUERQUE, Márcio de Oliveira; MEIHY, Murilo Sebe Bon. Sagrada escritura: a Constituição Nacional na formação do Irã contemporâneo. *In*: COSTA, Renatho; TRAUMANN, Andrew (org.). **República Islâmica do Irã 40 anos**: de Khomeini a Soleimani. Rio de Janeiro: Autografia, 2020.

ALFONEH, Ali. **Iran unveiled**: How the revolutionary guards in turning theocracy into military dictatorship. Washington: American Enterprise Institute, 2013.

AL-HARTHI, Mohammed Fahad. A man of principles who means business. **Arab News**, Arábia Saudita, 2015. Disponível em: <https://www.arabnews.com/columns/news/743436>. Acesso em: 18 jan. 2022.

AL JAZEERA. China, Iran sign oil and gas deal. **Al Jazeera**, [*s. l.*], 2004. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2004/10/30/china-iran-sign-oil-and-gas-deal>. Acesso em: 15 jan. 2022.

_____. Iran arrests 'separatists' behind deadly Ahvaz parade attack. **Al Jazeera**, [*s. l.*], 2018. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2018/9/25/iran-arrests-separatists-behind-deadly-ahvaz-parade-attack>. Acesso em: 25 jan. 2022.

AL-MUSLIMI, Farea. Iran's Role in Yemen Exaggerated, but Destructive. **The Century Foundation**, [*s. l.*], 2017. Disponível em: <https://tcf.org/content/report/irans-role-yemen-exaggerated-destructive/>. Acesso em: 26 jan. 2022.

AL-RASHEED, Madawi; ABDOLMOHAMMADI, Pejman; MCGINN, Jack. **Saudi Arabia and Iran**: Beyond Conflict and Coexistence?. LSE Middle East Centre, Londres, 2018. Disponível em: <http://eprints.lse.ac.uk/89829/>. Acesso em: 4 set. 2020.

AL-RASHEED, Madawi. **A history of Saudi Arabia**. 2. ed. Estados Unidos: Cambridge University Press, 2010.

AL-SAFI, Mansour Saleh. **Arábia Saudita**: Política Externa e Aspectos de suas Relações com o Brasil. Brasília: Thesaurus, 1993.

ARÁBIA SAUDITA. Embaixada do Reino da Arábia Saudita. **Basic Law of Governance**. Estados Unidos, Washington: Embaixada do Reino da Arábia Saudita, março de 1992. Disponível em: <https://www.saudiembassy.net/basic-law-governance>. Acesso em: 20 nov. 2021.

_____. **Law of the Council of Ministers**. Estados Unidos, Washington: Embaixada do Reino da Arábia Saudita, 1993. Disponível em: <https://www.saudiembassy.net/law-council-ministers>. Acesso em: 18 jan. 2022.

ARÁBIA SAUDITA. **Ministry of National Guard**. Saudi National Portal for Government Services, Arábia Saudita, 2020. Disponível em: <https://www.my.gov.sa/wps/portal/snp/agencies/agencyDetails/AC166/!ut/p/z0/04_Sj9CPykssy0xPLMnMz0vMAfIjo8zivQIsTAwdDQz9LQwNzQwCnS0tXPwMvYwNDAz0g1Pz9L30o_ArAppiVOTr7JuuH1WQWJKhm5mXlq8f4ehsaGamX5DtHg4AdSeiUg!!/>. Acesso em: 18 out. 2021.

ARÁBIA SAUDITA. **Ministry of Defense**. Saudi National Portal for Government Services, Arábia Saudita, 2021. Disponível em: <https://www.my.gov.sa/wps/portal/snp/agencies/agencyDetails/AC170/!ut/p/z0/04_Sj9CPykssy0xPLMnMz0vMAfIjo8zivQIsTAwdDQz9LQwNzQwCnS0tXPwMvYwNDAz0g1Pz9L30o_ArAppiVOTr7JuuH1WQWJKhm5mXlq8f4ehsaG6gX5DtHg4A3M-MIg!!/>. Acesso em: 04 jan. 2022.

ARYAN, Houssein. The Artesh: Iran's Marginalized and Under-Armed Conventional Military. **Middle East Institute**, Estados Unidos, Washington, 2011. Disponível em: <https://www.mei.edu/publications/artesh-irans-marginalized-and-under-armed-conventional-military>. Acesso em: 18 ago. 2021.

AMINEH, Mehdi Parvizi. Introduction: Theoretical and Methodological Approaches to the Study of the Greater Middle East. *In*: AMINEH, Mehdi Parvizi (ed.). **The Greater Middle East in Global Politics**: Social Science Perspectives on the Changing Geography of the World Politics. Boston: BRILL, 2007. cap. 1, p. 1-40.

BACHRACH, Peter; BARATZ, Morton S. Decisions and Nondecisions: An Analytical Framework. **The American Political Science Review**, [*s. l.*], v. 57, n. 3, p. 632-642, 1963.

BACKHEUSER, Everardo. Geopolítica e Geografia Política. **Revista Brasileira de Geografia**: Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 21-38, 1942. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1942_v4_n1.pdf>. Acesso em: 4 fev. 2021.

_____. **Curso de geopolítica geral e do Brasil**. Rio de Janeiro: Gráfica Laemmert, 1952.

BAER, Robert. The Fall of the House of Saud. **The Atlantic**, [*s. l.*], 2003. Disponível em: <https://www.theatlantic.com/magazine/archive/2003/05/the-fall-of-the-house-of-saud/304215/>. Acesso em: 3 jan. 2022.

BAKR, Amena; STEVENSON, Reed; TREVELYAN, Mark. Saudi troops to start leaving Bahrain. **Reuters**, Bahrein, 28 jun. 2011. Disponível em: <https://uk.reuters.com/article/uk-saudi-bahrain-troops/saudi-troops-to-start-leaving-bahrain-idUKTRE75R3J520110628>. Acesso em: 13 dez. 2020.

BARDEN, Justine. **The Bab el-Mandeb Strait is a strategic route for oil and natural gas shipments**. Estados Unidos. U.S. Energy Information Administration, 2019. Disponível em: <https://www.eia.gov/todayinenergy/detail.php?id=41073>. Acesso em: 18 set. 2020.

BARRETT, Roby C. **Saudi Arabia**: Modernity, Stability, and the Twenty-First Century Monarchy. Estados Unidos: JSOU Press, 2015.

BARZEGAR, Kayhan. The shifting nature of Iranian influence in Iraq. *In*: JUNEAU, Thomas; RAZAVI, Sam (ed.). **Iranian foreign policy since 2001**: alone in the world. Estados Unidos, Canadá, Reino Unido: Routledge, 2013. cap. 5, p. 87-103.

BBC NEWS. Ahmadinejad: New UN Iran sanctions 'fit for dustbin'. **BBC news**, [*s. l.*], 2010. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/10280356>. Acesso em: 13 jan. 2022.

_____. Iran agrees to curb nuclear activity at Geneva talks. **BBC news**, [*s. l.*], 2013. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-middle-east-25074729>. Acesso em: 20 jan. 2022.

BBC NEWS BRASIL. Quem era Qasem Soleimani, o general iraniano morto em ataque aéreo dos EUA em Bagdá. **BBC News Brasil**, [*S. l.*], 3 jan. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-50981383>. Acesso em: 30 dez. 2021.

_____. Quem é Ebrahim Raisi, chefe do Judiciário linha-dura eleito presidente do Irã. BBC News Brasil, [*S. l.*], 19 jun. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-57539204>. Acesso em: 27 jan. 2022.

BEACH, Derek; PEDERSEN, Rasmus Brun. What is process tracing actually tracing?The three variants of process tracing methods and their uses and limitations. **APSA 2011 Annual Meeting Paper**, [*s. l.*], 2011. Disponível em: <https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1902082>. Acesso em: 22 jan. 2021.

BECKER, Bertha Koiffmann. A Geografia e o Resgate da Geopolítica. **Espaço Aberto, PPGG - UFRJ**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 117-150, 2012. DOI https://doi.org/10.36403/espacoaberto.2012.2079. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/EspacoAberto/article/view/2079/0>. Acesso em: 28 jan. 2021.

BEEMAN, William O. US–Iran relations: mutually assured estrangement. *In*: JUNEAU, Thomas; RAZAVI, Sam. **Iranian foreign policy since 2001**: alone in the world. Estados Unidos, Canadá, Reino Unido: Routledge, 2013. cap. 12, p. 196-207.

BENDER, Jeremy. Why The Saudi National Guard Is One Of The Most Capable Military Forces In The Middle East. **Business Insider India**, [*S. l.*], 28 out. 2014. Disponível em: <https://www.businessinsider.in/why-the-saudi-national-guard-is-one-of-the-most-capable-military-forces-in-the-middle-east/articleshow/44963826.cms>. Acesso em: 22 nov. 2021.

BERTI, Benedetta; GUZANSKY, Yoel. Saudi Arabia‘s Foreign Policy on Iran and the Proxy War in Syria: Toward a New Chapter?. **Israel Journal of Foreign Affairs**, [*s. l.*], v. 8, ed. 3, p. 25-34, 2014.

BLACKWILL, Robert D.; HARRIS, Jennifer M. **War by ther means**: geoeconomics and statecraft. Londres, Reino Unido e Massachusetts, Estados Unidos: The Belknap Press of Harvard University Press, 2016.

BLANCHARD, Christopher M. Saudi Arabia: Background and U.S. Relations. **Congressional Research Service**, Estados Unidos, 2021. Disponível em: <https://sgp.fas.org/crs/mideast/RL33533.pdf>. Acesso em: 3 jan. 2022.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade**: para uma teoria geral da política Tradução de Marco Aurélio Nogueira. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BRADLEY, John R. **Saudi Arabia exposed**: inside a kingdom in crisis. Estados Unidos e Inglaterra: Palgrave Macmillan, 2005.

BRADLEY, John R. Iran’s Ethnic Tinderbox. **The Washington Quarterly**, [*s. l.*], v. 30, ed. 1, p. 181-190, 2007. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1162/wash.2006-07.30.1.181>. Acesso em: 25 jan. 2022.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Manual de campanha**: estratégia. Brasília: Estado-Maior do Exército 3.ed. 2001. Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/115/1/C-124-1.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2021.

BRASIL. **Comex Stat**. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Brasil, 2010. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral/28283>. Acesso em: 05 jan. 2021.

_____. **Comex Stat**. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Brasil, 2012. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral/28282>. Acesso em: 05 jan. 2021.

_____. **Comex Stat**. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Brasil, 2013. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral/28284>. Acesso em: 05 jan. 2021.

_____. **Comex Stat**. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Brasil, 2015. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral/25359>. Acesso em: 05 jan. 2021.

_____. **Comex Stat**. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Brasil, 2016. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral/25359>. Acesso em: 05 jan. 2021.

_____. **Comex Stat**. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Brasil, 2017. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral/25360>. Acesso em: 05 jan. 2021.

_____. **Comex Stat**. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Brasil, 2018. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral/25361>. Acesso em: 05 jan. 2021.

_____. **Comex Stat**. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Brasil, 2019. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral/25357>. Acesso em: 05 jan. 2021.

CAPPUCCINO, Nicholas. Baluch Insurgents in Iran. **The Iran Primer**, Wilson Center/United States Institute Of Peace, Estados Unidos, 2017. Disponível em: <https://iranprimer.usip.org/blog/2017/apr/05/baluch-insurgents-iran>. Acesso em: 25 jan. 2022.

CARR, Edward Hallett. **Vinte Anos de Crise: 1919-1939. Uma Introdução ao Estudo das Relações Internacionais**. Tradução de Luiz Alberto Figueiredo Machado. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais (IPRI/FUNAG) e a Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001.

CASTRO, Iná Elias de. O problema da escala. *In*: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). **Geografia**: Conceito e Temas. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 117-140.

_____. **Escala e pesquisa na geografia. Problema ou solução?**. Rio de Janeiro. Espaço Aberto, PPGG - UFRJ, v. 4, n. 1, 2014.

CASTRO, Therezinha de. **Geopolítica**: princípios, meios e fins. Rio de Janeiro: Colégio Pedro II, 1986.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. The World Factbook. **Central Intelligence Agency**, Estados Unidos, 2021. Disponível em: <https://www.cia.gov/the-world-factbook/countries/saudi-arabia/>. Acesso em: 3 jan. 2022.

CHANDLER, Jennifer. Decoding Iran‘s Defense Spending: Pitfalls and New Indicators. **Military Balance Blog, The International Institute for Strategic Studies**, [*S. l.*], 13 nov. 2018. Disponível em: <https://www.iiss.org/blogs/military-balance/2018/11/decode-iran-defence-spending>. Acesso em: 26 ago. 2021.

CHERIEF, Hamza. **Iran. Crise nucléaire: vers le dépassement ?**. Diploweb.com, 12 dez. 2012. Disponível em: <https://www.diploweb.com/Iran-Crise-nucleaire-vers-le.html>. Acesso em: 18 set. 2020.

CHUBIN, Shahram; TRIPP, Charles. **Iran–Saudi Arabia Relations and Regional Order**. 1. ed. Reino Unido: Oxford University Press e The International Institute for Strategic Studies, 2004.

CIGAR, Norman. Saudi Arabia’s Strategic Rocket Force: The Silent Service. **Marine Corps University, Middle East Studies**, Estados Unidos, 2014. Disponível em: <https://www.usmcu.edu/Portals/218/MES/Monographs/MESM_6_SEPT_2014.pdf?ver=2018-10-03-103822-233>. Acesso em: 20 out. 2021.

COHEN, Saul Bernard. **Geopolitics**: The Geography of International Relations. 3. ed. Reino Unido: Rowman & Littlefield, 2015.

COLLIER, David. Understanding Process Tracing. **PS: Political Science & Politics**, [*s. l.*], v. 44, n. 4, p. 823-830, 2011. DOI https://doi.org/10.1017/S1049096511001429. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/ps-political-science-and-

politics/article/understanding-process-tracing/183A057AD6A36783E678CB37440346D1>. Acesso em: 25 jan. 2021.

CONNELL, Michael. Iran's Military Doctrine. **The Iran Primer**, Wilson Center/United States Institute Of Peace, Estados Unidos, 2010. Disponível em: <https://iranprimer.usip.org/resource/irans-military-doctrine>. Acesso em: 30 jul. 2021.

CORDESMAN, Anthony H.; AL-RODHAN, Khalid R. **Golf Military Forces in an Ea of Asymmetric Wars**. Estados Unidos: Center for Strategic and International Studies,v. 1, 2007.

CORDESMAN, Anthony H.; OBAID, Nawaf. **National security in Saudi Arabia**: Threats, responses, and challenges. Estados Unidos: Praeger Security International e Center for Strategic and International Studies, 2005.

CORDESMAN, Anthony H.; SHELALA, Robert M.; MOHAMED, Omar. **The Gulf Military Balance**: The Gulf and the Arabian Peninsula. Estados Unidos, Canadá, Reino Unido: Rowman & Littlefield Publishers e Center for Strategic & International Studies, V. III 2014.

COSTA, Renatho; TRAUMANN, Andrew; BIEZUS, Devlin. A Política Externa dos Estados Unidos para o Oriente Médio (Obama e Trump): seu impacto no Irã em 2019 e 2020. *In*: COSTA, Renatho; TRAUMANN, Andrew (orgs). **República Islâmica do Irã 40 anos: de Khomeini a Soleimani**. 1. ed. Rio de Janeiro: Autografia, 2020.

COSTA, Renatho. Sem Possibilidades de Sucesso: o Surgimento de um Sistema Político que não pode dar certo. *In*: COSTA, Renatho; TRAUMANN, Andrew (org.). **República Islâmica do Irã 40 anos**: de Khomeini a Soleimani. Rio de Janeiro: Autografia, 2020.

COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia Política e Geopolítica**. 2 ed. 3 reimpr. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2016.

CUNHA, Eleonora Schettini Martins; ARAÚJO, Carmen E. Leitão. **Process Tracing nas Ciências Sociais**: fundamentos e aplicabilidade. Brasília: Enap, 2018.

DAHL, Robert A. The concept of power. **Behavioral Science**, [*s. l.*], v. 2, n. 3, p. 201-215, 1957.

DETTMER, Jamie. Pakistani Jihadis Abduct Iranian Soldiers. **Daily Beast**, [*s. l.*], 2017. Disponível em: <https://www.thedailybeast.com/cheryl-hines-finally-breaks-her-silence-on-hubby-robert-f-kennedy-jrs-anti-vax-lunacy?ref=scroll>. Acesso em: 25 jan. 2022.

DARWICH, May. The Yemen war: a proxy sectarian war?. *In*: MABON, Simon (ed.). **Saudi Arabia and Iran**: The Struggle to Shape the Middle East. [*S. l.*]: The Foreign Policy Centre, 2018. p. 19-20. Disponível em: <https://fpc.org.uk/publications/saudi-arabia-and-iran/>. Acesso em: 8 set. 2020.

DEFENSE INTELLIGENCE AGENCY. **Iran Military power**: Ensuring Regime Survival and Securing Regional Dominance. Estados Unidos: U.S. Government Publishing Office, 2019. Disponível em: < https://www.dia.mil/Portals/110/Images/News/Military_Powers_Publications/Iran_Military_Power_LR.pdf >. Acesso em: 18 ago. 2021.

DE FREITAS COUTINHO, Marco Antonio. Geopolítica e ciências afins: considerações teóricas. **Coleção Meira Mattos: revista das ciências militares**, v. 15, n. 52, p. 61-90, 18 dez. 2020. DOI https://doi.org/10.22491/cmm.a041. Disponível:<http://ebrevistas.eb.mil.br/RMM/article/view/3691>. Acesso em: 29 jan. 2021.

DELGADO, Fernanda; MEDEIROS, Sabrina Evangelista; NUNES, André. **Das relações entre os condicionantes macroeconômicos e a Conjuntura política**: Trade-offs do Estado Rentista e da economia da Defesa na Arábia Saudita. Revista Conjuntura Global, [*S. l.*], v. 9, n. 1, p. 72-92, 16 set. 2020. DOI 10.5380/cg.v9i1.70128. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/342504376_Das_relacoes_entre_os_condicionantes_macroeconomicos_e_a_conjuntura_politica_Trade-offs_do_Estado_Rentista_e_da_economia_da_defesa_na_Arabia_Saudita>. Acesso em: 18 set. 2020.

DESTRADI, Sandra; NOLTE, Detlef; PRYS-HANSEN, Miriam. Regional Powers Still Matter!. **GIGA Focus Global**, [*s. l.*], n. 2, 2018. Disponível em: <https://www.giga-hamburg.de/en/publication/regionalm%C3%A4chte-spielen-immer-noch-eine-rolle>. Acesso em: 28 set. 2020.

DIWAN, Kristin Smith. Saudi Nationalism Raises Hopes of Greater Shia Inclusion. **The Arab Gulf States Institute in Washington**, Washington, 3 maio 2018. Disponível em: <https://agsiw.org/saudi-nationalism-raises-hopes-greater-inclusion-shias/>. Acesso em: 4 jan. 2022.

DJALILI, Mohammad-Reza. **L'Iran face à la crise syrienne**. Diploweb.com, 7 set. 2014. Disponível em: <https://www.diploweb.com/L-Iran-face-a-la-crise-syrienne.html> . Acesso em: 18 set. 2020.

DJALILI, Mohammad-Reza; KELLNER, Thierry. **Le volet syrien des rivalités entre Téhéran et Riyad Du déclenchement du à l'accord sur le nucléaire iranien**. Diploweb.com, 4 jun. 2016. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/309031638_Le_volet_syrien_des_rivalites_entre_Teheran_et_Riyad_du_declenchement_du_printemps_syrien_a_l'accord_sur_le_nucleaire_iranien/link/57fe47ee08ae6b2da3c88abc/download>. Acesso em: 18 set. 2020.

DORRAJ, Manochehr; ENGLISH, James. Iran–China relations and the emerging political map. *In*: JUNEAU, Thomas; RAZAVI, Sam. **Iranian foreign policy since 2001**: alone in the world. Estados Unidos, Canadá, Reino Unido: Routledge, 2013. cap. 11, p. 179-195.

EHTESHAMI, Anoushiravan. **After Khomeini**: The Iranian Second Republic. Estados Unidos, Canadá, Reino Unido: Routledge, 1995.

EID, Ashraf Galal. Budgetary Institutions, Fiscal Policy, and Economic Growth: the Case of Saudi Arabia. **The Economic Research Forum**, [*s. l.*], n. 967, 2015. Disponível em: <https://erf.org.eg/publications/budgetary-institutions-fiscal-policy-and-economic-growth-the-case-of-saudi-arabia/>. Acesso em: 5 jan. 2022.

EISENSTADT, Michael. Iran's Lengthening Cyber Shadow. Estados Unidos: **Research Notes**, The Washington Institute for Near East Policy, n. 34, 2016. Disponível em:

<https://www.washingtoninstitute.org/policy-analysis/irans-lengthening-cyber-shadow>. Acesso em: 17 ago. 2021.

ELLEMAN, Michael. Iran‘s Ballistic Missile Program. **The Iran Primer**, Wilson Center/United States Institute Of Peace, Estados Unidos, 13 jan. 2021. Disponível em: <https://iranprimer.usip.org/resource/irans-ballistic-missile-program>. Acesso em: 17 ago. 2021.

ERDBRINK, Thomas. For China’s Global Ambitions, ‘Iran Is at the Center of Everything’. **The New York Times**, Irã, 2017. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2017/07/25/world/middleeast/iran-china-business-ties.html>. Acesso em: 17 jan. 2022.

ESTADOS UNIDOS. United States Department of the Treasury. Treasury Targets Iranian Individuals Providing Ballistic Missile Support to Yemen’s Huthis. **United States Department of the Treasury**, Estados Unidos, 22 mai. 2018. Disponível em: <https://home.treasury.gov/news/press-releases/sm0392>. Acesso em: 21 fev. 2021.

_____. United States Central Command. U.S. Dhow Interdictions. **United States Central Command,** Estados Unidos, 19 fev. 2020. Disponível em: <https://www.centcom.mil/MEDIA/NEWS-ARTICLES/News-Article-View/Article/2087998/us-dhow-interdictions/>. Acesso em: 21 fev. 2021.

_____. United States Department of the Treasury. Treasury Targets Iranian Individuals Providing Ballistic Missile Support to Yemen’s Huthis. **United States Department of the Treasury**, Estados Unidos, 10 jun. 2021. Disponível em: <https://home.treasury.gov/news/press-releases/jy0221>. Acesso em: 26 jan. 2022.

EUROPEAN UNION. European External Action Service. Iran nuclear deal: EU, France, Germany, UK and Iran meet to discuss way forward. **European External Action Service**, Bélgica, 2018. Disponível em: <https://eeas.europa.eu/delegations/philippines/44663/iran-nuclear-deal-eu-france-germany-uk-and-iran-meet-discuss-way-forward_en>. Acesso em: 21 jan. 2022.

FASSIHI, Farnaz; MYERS, Steven Lee. China, With $400 Billion Iran Deal, Could Deepen Influence in Mideast. **The New York Times**, [*s. l.*], 2021. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2021/03/27/world/middleeast/china-iran-deal.html>. Acesso em: 15 jan. 2022.

FLEMES, Daniel. Conceptualising Regional Power in International Relations: Lessons from the South African Case. **German Institute for Global and Area Studies (GIGA)**, GIGA Working Paper Series, Hamburgo, n. 53, 2007. Disponível em: <https://www.giga-hamburg.de/en/publication/conceptualising-regional-power-in-international-relations-lessons-from-the-south-african>. Acesso em: 28 set. 2020.

FLETCHER, Holly. Palestinian Islamic Jihad. **Council on Foreign Relations**, [*s. l.*], 2008. Disponível em: <https://www.cfr.org/backgrounder/palestinian-islamic-jihad>. Acesso em: 19 jan. 2022.

FITZPATRICK, Mark. Saudi Arabia's ballistic-missile programme: an overview. **The International Institute for Strategic Studies**, [*s. l.*], 2021. Disponível em: <https://www.iiss.org/blogs/analysis/2021/08/saudi-arabia-ballistic-missile-programme>. Acesso em: 30 nov. 2021.

FLINT, Colin. **Introduction to geopolitics**. Estados Unidos: Routledge, 2006.

FLINT, Colin; TAYLOR, Peter J. **Political Geography**: World-Economy, Nation-State and Locality. 7. ed. Estados Unidos: Nova York: Routledge, 2018.

FORBES. Saudi Arabia. **Forbes**, [*s. l.*], 2018. Disponível em: <https://www.forbes.com/places/saudi-arabia/?sh=4bb69264e5c1>. Acesso em: 5 jan. 2022.

FUSER, Igor. Petróleo iraniano, da pilhagem britânica ao bloqueio estadunidense. *In*: COSTA, Renatho; TRAUMANN, Andrew (org.). **República Islâmica do Irã 40 anos**: de Khomeini a Soleimani. Rio de Janeiro: Autografia, 2020.

GARVER, John W. **China and Iran**: ancient partners in a post-imperial world. Estados Unidos: University of Washington Press, 2006.

GASIOROWSKI, Mark. Islamic Republic of Iran. *In*: GASIOROWSKI, Mark; YOM, Sean L. (ed.). **The Government and Politics of the Middle East and North Africa**. 8. ed. Estados Unidos e Reino Unido: Routledge, 2018. cap. 9, p. 181-203.

GAUSE III, F. Gregory. Saudi Arabia in the New Middle East. **Council on Foreign Relations**, Estados Unidos, n. 63, 2011. Disponível em: <https://www.cfr.org/report/saudi-arabia-new-middle-east>. Acesso em: 4 jan. 2022.

GEORGE, Alexander L.; BENNETT, Andrews. **Case studies and theory development in social sciences**. Cambridge: M.I.T, 2005.

GOLKAR, Saeid. **Captive Society**: The Basij Militia and Social Control in Iran. Estados Unidos: Woodrow Wilson Center Press/Columbia University Press, 2015.

_____. Iran's Intelligence Organizations and Transnational Suppression. **The Washington Institute for near East Policy**, Estados Unidos: Washington, 5 ago. 2021. Disponível em: <https://www.washingtoninstitute.org/policy-analysis/irans-intelligence-organizations-and-transnational-suppression>. Acesso em: 18 ago. 2021.

GRAY, Colin S. **HARD POWER AND SOFT POWER**: THE UTILITY OF MILITARY FORCE AS AN INSTRUMENT OF POLICY IN THE 21ST CENTURY. Estados Unidos: Strategic Studies Institute. US Army War College, 2011. Disponível em:<https://www.jstor.org/stable/resrep11431?seq=1#metadata_info_tab_contents>. Acesso em: 8 jan. 2021.

GRIMMETT, Richard F.; KERR, Paul K. Conventional Arms Transfers to Developing Nations, 2004-2011. **Congressional Research Service**, Estados Unidos, 2012. Disponível em: <https://sgp.fas.org/crs/weapons/R42678.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2022.

HERSH, Seymour M. Preparing the Battlefield: The Bush Administration steps up its secret moves against Iran. **The New Yorker**, [*s. l.*], 2008. Disponível em: <https://www-newyorker-com.translate.goog/magazine/2008/07/07/preparing-the-battlefield?_x_tr_sl=en&_x_tr_tl=pt&_x_tr_hl=pt-BR&_x_tr_pto=op,sc>. Acesso em: 25 jan. 2022.

HIRO, Dilip. **A Comprehensive Dictionary of the Middle East**. Estados Unidos: Olive Branch Press/Interlink Publishing, 2013.

_____. **Cold War in the Islamic World**: Saudi Arabia, Iran and the Struggle for Supremacy. Estados Unidos: Oxford University Press, 2018.

HUMAN RIGHTS WATCH. Saudi Arabia: Mass Execution of 37 Men. **Human Right Watch**, Beirute, 24 abr. 2019. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2019/04/24/saudi-arabia-mass-execution-37-men>. Acesso em: 4 jan. 2022.

IRÃ. Corpo da Guarda Revolucionária Islâmica. **Constitution of the Revolutionary Guards**. Iran Data Portal. [*s. l.*]: Guarda Revolucionária Islâmica, 1982. Disponível: <https://irandataportal.syr.edu/constitution-of-the-revolutionary-guards-3>. Acesso em: 27 jul. 2021.

IRÃ. [Constituição (1979)]. **Constituição da República Islâmica do Irã**. Brasília: Embaixada da República Islâmica do Irã, 1979. Disponível em: <https://brazil.mfa.gov.ir/pt/viewpage/11668>. Acesso em: 16 ago. 2021.

IRAN WATCH. Iran Electronics Industries (IEI). **Wisconsin Project on Nuclear Arms Control**, Estados Unidos, 7 fev. 2018. Disponível em: <https://www.iranwatch.org/iranian-entities/iran-electronics-industries-iei>. Acesso em: 25 ago. 2021.

_____. Defense Industries Organization (DIO). **Wisconsin Project on Nuclear Arms Control**, Estados Unidos, 23 jul. 2019a. Disponível em: <https://www.iranwatch.org/iranian-entities/defense-industries-organization-dio>. Acesso em: 25 ago. 2021.

_____. Aerospace Industries Organization (AIO). **Wisconsin Project on Nuclear Arms Control**, Estados Unidos, 26 jan. 2019b. Disponível em: <https://www.iranwatch.org/iranian-entities/iranian-aviation-industries-organization>. Acesso em: 25 ago. 2021.

_____. Iran Aviation Industries Organization (IAIO). **Wisconsin Project on Nuclear Arms Control**, Estados Unidos, 22 abr. 2021. Disponível em: <https://www.iranwatch.org/iranian-entities/iranian-aviation-industries-organization>. Acesso em: 25 ago. 2021.

ISMAY, John; GIBBONS-NEFF, Thomas. New Iranian Missiles Pose Threat to U.S. Aircraft in Yemen, Pentagon Says. **The New York Times**, Estados Unidos: Washington, 19 fev. 2020. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2020/02/19/us/iran-missiles-yemen.html>. Acesso em: 21 fev. 2021.

JARZĄBEK, Jaroslaw. All the money can buy. The Saudi Arabian Armed Forces. *In*: OŻAROWSKI, Rafał; GRABOWSKI, Wojciech (ed.). **Political Dilemmas of the Arab and Muslim World**. Polônia: Rambler Press, 2017. cap. 9, p. 159-175.

JESUS, Diego Santos Vieira de. Building Trust and Flexibility: A Brazilian View of the Fuel Swap with Iran. **The Washington Quarterly**, [*s. l.*], v. 34, n. 2, p. 61-75, 2011. DOI 10.1080/0163660X.2011.562112. Disponível em: <https://csis-website-prod.s3.amazonaws.com/s3fs-public/legacy_files/files/publication/twq11springsantos.pdf>. Acesso em: 5 jan. 2021.

JUNEAU, Thomas. Iran: rising but unsustainable power, unfulfilled potential. *In*: JUNEAU, Thomas; RAZAVI, Sam (ed.). **Iranian foreign policy since 2001**: alone in the world. Estados Unidos, Canadá, Reino Unido: Routledge, 2013. cap. 1, p. 18-39.

JUNEAU, Thomas. How War in Yemen Transformed the Iran-Houthi Partnership. **Studies in Conflict & Terror**, [*s. l.*], p. 1-23, 2021.

KALIN, Stephen; GAMAL, Rania el; ZHDANNIKOV, Dmitry. Attacks on Saudi oil facilities knock out half the kingdom‘s supply. **Reuters**, Arábia Saudita: Riad, 14 set. 2019. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-saudi-aramco-fire/attacks-on-saudi-oil-facilities-knock-out-half-the-kingdoms-supply-idUSKCN1VZ01N>. Acesso em: 2 set. 2020.

KATZMAN, Kenneth. Iran’s Foreign and Defense Policies. C**ongressional Research Service**, Estados Unidos, 2021a. Disponível em: <https://fas.org/sgp/crs/mideast/R44017.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2021.

_____. Iran Sanctions. **Congressional Research Service**, Estados Unidos, 2021b. Disponível em: <https://sgp.fas.org/crs/mideast/RS20871.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2022.

_____. Iran: Internal Politics and U.S. Policy and Options. **Congressional Research Service**, Estados Unidos, 2021c. Disponível em: <https://sgp.fas.org/crs/mideast/RL32048.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2022.

KATZ, Mark N. Putin, Ahmadinejad and the Iranian Nuclear Crisis. **Middle East Policy**, [*s. l.*], v. 13, ed. 4, 2006.

KATZ, Mark N. Iran and Russia. *In*: JUNEAU, Thomas; RAZAVI, Sam (ed.). **Iranian foreign policy since 2001**: alone in the world. Estados Unidos, Canadá, Reino Unido: Routledge, 2013. cap. 10, p. 167-178.

KEDDIE, Nikki. Iran: Understanding the Enigma: A Historian’s View. **Middle East Review of International Affairs**, [*s. l.*], p. 1-10, 1998.

KERR, Paul K.; KATZMAN, Kenneth. Iran Nuclear Agreement and U.S. Exit. **Congressional Research Service**, Estados Unidos, 2018. Disponível em: <https://sgp.fas.org/crs/nuke/R43333.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2022.

KHALAJI, Mehdi. Ideology Outweighs Diplomacy in Iran’s Hajj Decision. **The Washington Institute for Near East Policy**, [*s. l.*], 2017. Disponível em: https://www.washingtoninstitute.org/policy-analysis/ideology-outweighs-diplomacy-irans-hajj-decision. Acesso em: 1 fev. 2022.

KNIGHTS, Michael. Continued Houthi Strikes Threaten Saudi Oil and the Global Economic Recovery. **The Washington Institute for Near East Policy**, [*s. l.*], 2021. Disponível em:

<https://www.washingtoninstitute.org/policy-analysis/continued-houthi-strikes-threaten-saudi-oil-and-global-economic-recovery>. Acesso em: 26 jan. 2022.

KOSTINER, Joseph; TEITELBAUM, Joshua. State-Formation and the Saudi Monarchy. *In*: KOSTINER, Joseph (ed.). **Middle East Monarchies**. Estados Unidos: Lynne Rienner Publishers, 2000. p. 131-149.

KROENIG, Matthew; MCADAM, Melissa; WEBER, Steven. Taking Soft Power Seriously. **Comparative Strategy**, [*s. l.*], v. 29, n. 5, p. 412-431, 2010. DOI 10.1080/01495933.2010.520986. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/232837597_Taking_Soft_Power_Seriously>. Acesso em: 6 jan. 2021.

LACOSTE, Yves. **A geografia - Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. 19. ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.

LONDOÑO, Julio. **Los Fundamentos de la Geopolitica**. Colombia: Bogotá: Imprenta y Publicaciones de las Fuerzas Militares, v. 9, 1978.

LUKES, Steven. **Power**: A Radical View. 2. ed. Estados Unidos: Nova York: Palgrave Macmillan, 2005a.

_____. Power and the Battle for Hearts and Minds. **Millennium - Journal of International Studies Steven Lukes**, [*s. l.*], v. 33, n. 3, p. 477-493, 1 jun. 2005b. DOI https://doi.org/10.1177/03058298050330031201. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/03058298050330031201>. Acesso em: 28 set. 2020

LUTTWAK, Edward N. From Geopolítics to Geo-Economics. *In*: TUATHAIL, Gearóid Ó; DALBY, Simon; ROUTLEDGE, Paul (ed.). **The Geopolitics Readers**. Londres: Routledge, 1998. cap. 16, p. 125-130.

MABON, Simon. **Saudi Arabia and Iran**: Power and Rivalry in the Middle East. Londres e New York: I.B.Tauris, 2016.

MAISEL, Sebastian. Kingdom of Saudi Arabia. *In*: GASIOROWSKI, Mark; YOM, Sean L. (ed.). **The Government and Politics of the Middle East and North Africa**. 8. ed. Estados Unidos e Reino Unido: Routledge, 2018. cap. 10, p. 204-222.

MAJIDYAR, Ahmad. Iranian Arabs stage rallies in Khuzestan to protest state-sanctioned discrimination. **Middle East Institute**, [*s. l.*], 2018. Disponível em: <https://www.mei.edu/publications/iranian-arabs-stage-rallies-khuzestan-protest-state-sanctioned-discrimination>. Acesso em: 24 jan. 2022.

MARINE CORPS INTELLIGENCE ACTIVITY. **Saudi Arabia Country Handbook**. Estados Unidos: Marine Corps Intelligence Activity, 2008. Disponível em: <https://publicintelligence.net/mcia-saudi-arabia-handbook/>. Acesso em: 18 out. 2021.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5° ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MATTOS, Carlos de Meira. **Geopolítica**. Rio de Janeiro: FGV, v. I, 2011a.

_____. **Geopolítica**. Rio de Janeiro: FGV, v. II, 2011b.

_____. **Geopolítica**. Rio de Janeiro: FGV, v.III, 2011c.

MEARSHEIMER, John J. **The Tragedy of Great Power Politics**. 1. ed. New York: W. W. Nanon & Company, 2001.

MISSILE DEFENSE PROJECT. **Khorramshahr**. Estados Unidos: Missile Defense Project, Center for Strategic and International Studies, 2021a. Disponível em: <https://missilethreat.csis.org/missile/df-21/>. Acesso em: 29 nov. 2021.

_____. **Fateh-110**. Estados Unidos: Missile Defense Project, Center for Strategic and International Studies, 2021b. Disponível em:<https://missilethreat.csis.org/missile/fateh-110/#easy-footnote-bottom-17-325>. Acesso em: 21 ago. 2021.

_____. **Ghadr-1**. Estados Unidos: Missile Defense Project, Center for Strategic and International Studies, 2021c. Disponível em: <https://missilethreat.csis.org/missile/emad/>. Acesso em: 21 ago. 2021.

_____. **Sejjilb**. Estados Unidos: Missile Defense Project, Center for Strategic and International Studies, 2021d. Disponível em: <https://missilethreat.csis.org/missile/sejjil/>. Acesso em: 21 ago. 2021.

MIYAMOTO, Shiguenoli. Os estudos geopolíticos no Brasil: uma contribuição para sua avaliação. **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 4, p. 45-92, 1981. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/1713>. Acesso em: 16 jan. 2021.

_____. **Geopolítica e poder no Brasil**. São Paulo, Campinas: Papirus, 1995.

_____. Geopolítica, Ciência Política e Relações Internacionais. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, p. 11-32, 2014. DOI 10.5654/actageo2014.0004.0001. Disponível em: <https://revista.ufrr.br/actageo/article/view/2349>. Acesso em: 12 jan. 2021.

MONSHIPOURI, Mahmood. Iran's foreign policy and Islamic ideology. *In*: JUNEAU, Thomas; RAZAVI, Sam (ed.). **Iranian foreign policy since 2001**: alone in the world. Estados Unidos, Canadá, Reino Unido: Routledge, 2013. cap. 3, p. 56-69.

MOSHASHAI, Daniel; LEBER, Andrew M.; SAVAGE, James D. Saudi Arabia plans for its economic future: Vision 2030, the National Transformation Plan and Saudi fiscal reform. **British Journal of Middle Eastern Studies**, [*s. l.*], 2018.

MOTAMEDI, Mazier. The Iran nuclear deal, six years on. **Al Jazeera**, Teerã, 14 jul. 2021. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2021/7/14/the-iran-nuclear-deal-six-years-on>. Acesso em: 30 ago. 2021.

NADA, Garrett. Iran's Troubled Provinces: Khuzestan. **The Iran Primer**, Wilson Center/United States Institute Of Peace, Estados Unidos, 2021a. Disponível em: <https://iranprimer.usip.org/blog/2020/jul/29/iran%E2%80%99s-challenges-converge-khuzestan>. Acesso em: 25 jan. 2022.

_____. Iran‘s Troubled Provinces: Baluchistan. **The Iran Primer**, Wilson Center/United States Institute Of Peace, Estados Unidos, 2021b. Disponível em: <https://iranprimer.usip.org/blog/2020/aug/06/irans-troubled-provinces-baluchistan>. Acesso em: 25 jan. 2022.

NADIMI, Farzin. How Iran‘s Revived Weapons Exports Could Boost Its Proxies. **The Washington Institute for near East Policy**, Estados Unidos: Washington, 2015. Disponível em: <https://www.washingtoninstitute.org/policy-analysis/how-irans-revived-weapons-exports-could-boost-its-proxies>. Acesso em: 18 ago. 2021.

NATIONAL AIR AND SPACE INTELLIGENCE CENTER; DEFENSE INTELLIGENCE BALLISTIC MISSILE ANALYSIS COMMITTEE. **Ballistic and Cruise Missile Threat**. Estados Unidos: NASIC Public Affair Office, 2020. Disponível em: <https://media.defense.gov/2021/Jan/11/2002563190/-1/-1/1/2020%20BALLISTIC%20AND%20CRUISE%20MISSILE%20THREAT_FINAL_2OCT_REDUCEDFILE.PDF.> Acesso em: 21 ago. 2021.

NIBLOCK, Tim; MALIK, Monica. **The political economy of Saudi Arabia**. Estados Unidos, Canadá, Reino Unido: Routledge, 2007.

NOLTE, Detlef. **Potencias regionales en la política internacional: Conceptos y enfoques de análisis**. GIGA Research Programme, 2006. Disponível em: <http://repec.giga-hamburg.de/pdf/giga_06_wp30_nolte.pdf>. Acesso em: 18 de set. 2020.

_____. **How to compare regional powers: analytical concepts and research topics. Review of International Studies**. V. 36, N. 4, 2010. Disponível em: <https://www.giga-hamburg.de/sites/default/files/publications/how_to_compare.pdf>. Acesso em: 18 de set. 2020.

NUNES, André. **A Arábia Saudita e o Crescente Xiita**. Observatório Militar da Praia Vermelha, Brasil, 3 mar. 2020. Disponível em: <http://ompv.eceme.eb.mil.br/masterpage_assunto.php?id=174>. Acesso em: 18 set. 2020.

NURUNNABI, Mohammad. Transformation from an Oil-based Economy to a Knowledge-based Economy in Saudi Arabia: the Direction of Saudi Vision 2030. **Journal of the Knowledge Economy**, [*s. l.*], v. 8, n. 2, 2017.

NURUZZAMAN, Mohammed. Politics, Economics and Saudi Military Intervention in Bahrain. **Journal of Contemporary Asia**, [*s. l.*], v. 43, n. 2, p. 363-378, 2013.

NYE, Joseph Samuel. **O paradoxo do poder americano**. Tradução de Luiz Antônio Oliveira de Araújo. 1. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

_____. **O futuro do poder**. Tradução de Magda Lopes. 1. ed. São Paulo: Benvirá, 2012

OBAID, Nawaf. **A Saudi Arabian Defense Doctrine**: Mapping the expanded force structure the Kingdom needs to lead the Arab world, stabilize the region, and meet its global responsibilities. Estados Unidos: Belfer Center for Science and International Affairs, Harvard Kennedy School, 2014. Disponível em: <https://www.belfercenter.org/sites/default/files/legacy/files/Saudi%20Strategic%20Doctrine%20-%20web.pdf>. Acesso em: 16 out. 2021.

OFFICE OF NAVAL INTELLIGENCE. Iranian Naval Forces: A Tales of Navies. Estados Unidos: **Office of Naval Intelligence**, 2017. Disponível em: <https://www.oni.navy.mil/Portals/12/Intel%20agencies/iran/Iran%20022217S.pdf?ver=2017-02-28-082613-220>. Acesso em:16 ago. 2021.

ORGANIZATION OF THE PETROLEUM EXPORTING COUNTRIES. OPEC Annual Statistical Bulletin. 55. ed. Áustria, Viena: **Organization of the Petroleum Exporting Countries**, 2020. Disponível em: <https://www.opec.org/opec_web/static_files_project/media/downloads/publications/ASB_2020.pdf>. Acesso em: 5 jan. 2022.

OSIEWICZ, Przemyslaw. **Foreign Policy of the Islamic Republic of Iran**: Between Ideology and Pragmatism. Reino Unido e Estados Unidos: Routledge, 2021.

O'SULLIVAN, Meghan L. **Shrewd Sanctions**: Statecraft and State Sponsors of Terrorism. Estados Unidos: Washington: The Brookings Institution, 2003.

PARSA, Misagh. **Democracy in Iran**: Why It Failed and How It Might Succeed. Estados Unidos: Harvard College Press, 2016.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. Geopolítica e Geoeconomia: história e atualidade no pensamento de Zbginiew Brzezinski. **Revista da Escola de Guerra Naval**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 3, p. 554-588, 2017. DOI http://dx.doi.org/10.22491/1809-3191.v23n3.p554-588. Disponível em: <https://revista.egn.mar.mil.br/index.php/revistadaegn/article/view/593>. Acesso em: 4 fev. 2021.

PEDERSEN, Thomas. Cooperative hegemony: power, ideas and institutions in regional integration. **Review of International Studies**, [*s. l.*], v. 28, n. 4, p. 677-696, 2002. DOI https://doi.org/10.1017/S0260210502006770.

PETERSON, J. E. **Historical Dictionary of Saudi Arabia**. 2. ed. Estados Unidos: Scarecrow Press, 2003.

RADIO FARDA. Iran Guards' Commander Says US, Saudis Supplying Arms To Militant Groups. **Radio Farda**, [*s. l.*], 2020. Disponível em: <https://en.radiofarda.com/a/iran-guards-commander-says-us-saudis-supplying-arms-to-militant-groups-/30443388.html>. Acesso em: 25 jan. 2022.

RAZAVI, Sam. Iran's Levantine ambitions. *In*: JUNEAU, Thomas; RAZAVI, Sam (ed.). **Iranian foreign policy since 2001**: alone in the world. Estados Unidos, Canadá, Reino Unido: Routledge, 2013. cap. 7, p. 120-139.

ROME, Henry. Iran's Defense Spending. **The Iran Primer**, Wilson Center/United States Institute Of Peace, Estados Unidos, 2020. Disponível em: <https://iranprimer.usip.org/blog/2020/jun/17/iran%E2%80%99s-defense-spending>. Acesso em: 26 ago. 2021.

ROSHANDEL, Jalil. Iran: foreign-policy strategic thinking in the twenty-first century. *In*: JUNEAU, Thomas; RAZAVI, Sam (ed.). **Iranian foreign policy since 2001**: alone in the world. Estados Unidos, Canadá, Reino Unido: Routledge, 2013. cap. 2, p. 40-55.

RUBIN, Lawrence. **A Typology of Soft Powers in Middle East Politics**. The Dubai Initiative, [*S. l.*], p. 1-20, dez. 2010. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/260979451_A_Typology_of_Soft_Powers_in_Middle_East_Politics>. Acesso em: 11 set. 2020.

SAMARGANDI, Nahla; FIDRMUC, Jan; GHOSHA, Sugata. Financial development and economic growth in an oil-rich economy: The case of Saudi Arabia. **Economic Modelling**, [*s. l.*], p. 267-278, 2014.

SAMI NAVANTIA NAVAL INDUSTRIES. Who are we. Sami Navantia Naval Industries, Arábia Saudita: Riade, [2021?]. Disponível <https://www.saminavantia.com.sa/en/index.html>. Acesso em: 20 nov. 2021.

SAUDI ARABIAN MILITARY INDUSTRIES. **About Us**. Saudi Arabian Military Industries, Arábia Saudita, [2021?]a. Disponível em: <https://www.sami.com.sa/en>. Acesso em: 20 nov. 2021.

_____. **Aeronautics**. Saudi Arabian Military Industries, Arábia Saudita, [2021?]b. Disponível em: <https://www.sami.com.sa/en/aeronautics>. Acesso em: 20 nov. 2021.

_____. **Business Divisions**. Saudi Arabian Military Industries, Arábia Saudita, [2021?]c. Disponível em: <https://www.sami.com.sa/en>. Acesso em: 20 nov. 2021.

_____. **Affiliated Companies.** Saudi Arabian Military Industries, Arábia Saudita, [2021?]d. Disponível em: <https://www.sami.com.sa/en/aeronautics>. Acesso em: 20 nov. 2021.

SCHOLVIN, Sören. **The Geopolitics of Regional Power**: Geography, Economics and Politics in Southern Africa. Inglaterra: Ashgate, 2014.

SHARP, Jeremy M. Yemen: Civil War and Regional Intervention. **Congressional Research Service**, Estados Unidos, 12 abr. 2018. Disponível em: <https://www.hsdl.org/?view&did=809528>. Acesso em: 18 ago. 2020.

_____. Yemen: Civil War and Regional Intervention. **Congressional Research Service**, Estados Unidos, 8 dez. 2020. Disponível em: <https://fas.org/sgp/crs/mideast/R43960.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2021.

SILVA, André Luiz Reis da; LEÃES, Ricardo Fagundes. A Convergência Turco-Brasileira na Declaração de Teerã. **Mural Internacional**, [*s. l.*], v. 5, n. 2, p. 148-162, 2014. DOI https://doi.org/10.12957/rmi.2014.12233. Disponível em: <https://www.e-

publicacoes.uerj.br/index.php/muralinternacional/article/view/12233>. Acesso em: 5 jan. 2021.

SILVA, Diego Lopes da; TIAN, Nan; MARKSTEINER, Alexandra. Trends in World Military Expenditure, 2020. **SIPRI - Stockholm International Peace Research Institute**, Suécia 2021. Disponível em:<https://www.sipri.org/publications/2021/sipri-fact-sheets/trends-world-military-expenditure-2020>. Acesso em: 24 ago. 2021.

SINAEE, Maryam. Tehran News Agency Insists China Buying Iranian Crude Oil. **Iran International**, [*s. l.*], 2021. Disponível em: <https://www.iranintl.com/en/20211024794700>. Acesso em: 15 jan. 2022.

SMITH-WINDSOR, Brooke A. Hard power, Soft power reconsidered. **Canadian Military Journal**, Canadá, p. 51-56, 2000. Disponível em: <http://www.journal.forces.gc.ca/vo1/no3/doc/50-56-eng.pdf>. Acesso em: 8 jan. 2021

STENSLIE, Stig. **Regime stability in Saudi Arabia**: the challenge of succession. Estados Unidos, Canadá, Reino Unido: Routledge, 2012.

STEWART-INGERSOLL, Robert; FRAZIER, Derrick. **Regional Powers and Security Orders**: A Theoretical Framework. Estados Unidos e Canadá: Routledge, 2012.

STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE. Data for all countries from 1988–2020 in constant (2019) USD. **SIPRI - Stockholm International Peace Research Institute**, Suécia, [2021?]a. Disponível em: <https://sipri.org/sites/default/files/Data%20for%20all%20countries%20from%201988%E2%80%932020%20in%20constant%20%282019%29%20USD%20%28pdf%29.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2021.

_____. Data for all countries from 1988–2020 as a share of GDP. **SIPRI - Stockholm International Peace Research Institute**, Suécia, [2021?]b. Disponível em: <https://sipri.org/sites/default/files/Data%20for%20all%20countries%20from%201988%E2%80%932020%20as%20a%20share%20of%20GDP%20%28pdf%29.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2021.

_____. SIPRI Arms Transfers Database. **SIPRI - Stockholm International Peace Research Institute**, Suécia, [2021?]c. Disponível em: <http://armstrade.sipri.org/armstrade/page/values.php>. Acesso em: 04 nov. 2021.

TAKEYH, Ray. **Guardians of the revolution**: Iran and the world in the age of the Ayatollahs. Estados Unidos: Oxford University Press, 2009.

TEIXEIRA JÚNIOR, Augusto W. M. **Geopolítica**: do pensamento clássico aos conflitos contemporâneos. Curitiba: InterSaberes, 2017.

THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES. **The Military Balance**. Reino Unido: Routledge, 2017.

_____. **The Military Balance**. Reino Unido: Routledge, 2018.

_____. **The Military Balance**. Reino Unido: Routledge, 2019.

_____. **The Military Balance**. Reino Unido: Routledge, 2020.

_____. **The Military Balance**. Reino Unido: Routledge, 2021.

THEOHARY, Catherine A. Conventional Arms Transfers to Developing Nations, 2008-2015. **Congressional Research Service**, Estados Unidos, 17 jan. 2016. Disponível em: <https://sgp.fas.org/crs/weapons/R44716.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2022.

THE WORLD BANK. Bahrain trade balance, exports and imports by country and region 2018. [*S. l.*], **World Integrated Trade Solution**, The World Bank, [2018?]. Disponível em: <https://wits.worldbank.org/CountryProfile/en/Country/BHR/Year/2018/TradeFlow/EXPIMP>. Acesso em: 14 abr. 2020.

_____. Oil rents (% of GDP) - Saudi Arabia. [*S.l.*], **The World Bank**, [2021?]a. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.PETR.RT.ZS?locations=SA>. Acesso em: 5 jan. 2022.

_____. GDP (current US$) - Saudi Arábia. [*S.l.*], **The World Bank**, [2021?]b. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD?end=2020&locations=SA&start=1968&view=chart>. Acesso em: 5 jan. 2022.

_____. GDP (current US$) - Iran, Islamic Rep. [*S.l.*], **The World Bank**, [2021?]c. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD?end=2020&locations=IR&start=1968&view=chart>. Acesso em: 27 jan. 2022.

THOMAS, Clayton; SHARP, Jeremy M.; BLANCHARD, Christopher M.; ARABIA, Christina L. Arms Sales in the Middle East: Trends and Analytical Perspectives for U.S. Policy. **Congressional Research Service**, Estados Unidos, 2020. Disponível em: <https://sgp.fas.org/crs/mideast/R44984.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2022.

TOSTA, Octavio. **Teorias geopolíticas**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984.

TRAUMANN, Andrew. **Os Militares e os Aiatolás**: Relações Brasil-Irã (1979-1985). Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

TRAUMANN, Andrew; BIEZUS, Devlin. Da Guerra Contra o Iraque ao Programa Nuclear: 40 anos de Política Externa Iraniana. *In*: COSTA, Renatho; TRAUMANN, Andrew (org.). **República Islâmica do Irã 40 anos**: de Khomeini a Soleimani. Rio de Janeiro: Autografia, 2020.

U.S. ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION. China. **U.S. Energy Information Administration**, Estados Unidos, 2015. Disponível em: <https://www.energy.gov/sites/prod/files/2016/04/f30/China_International_Analysis_US.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2022.

_____. The Bab el-Mandeb Strait is a strategic route for oil and natural gas shipments. U.S. **Energy Information Administration**, Estados Unidos, 2019. Disponível em: <https://www.eia.gov/todayinenergy/detail.php?id=41073>. Acesso em: 06, 2020.

_____. Company Level Imports. **U.S. Energy Information Administration**, Estados Unidos, 2021. Disponível em: <https://www.eia.gov/petroleum/imports/companylevel/>. Acesso em: 4 jan. 2022.

_____. Company Level Imports. **U.S. Energy Information Administration**, Estados Unidos, 2022. Disponível em: <https://www.eia.gov/petroleum/imports/companylevel/>. Acesso em: 2 fev. 2022.

VERLUISE, Pierre. **Géopolitique - La puissance Quels sont ses fondamentaux ?**. Diploweb.com, 10 nov. 2013. Disponível em: <https://www.diploweb.com/Geopolitique-La-puissance.html>. Acesso em: 18 set. 2020.

VESENTINI, José William. **Imperialismo e geopolítica global**: espaço e dominação na escala planetária. 2. ed. Campinas, São Paulo: Papirus, 1990.

_____. **Novas geopolíticas**. 5. ed. 4 reimpr. São Paulo: Contexto, 2016.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes. **O Grande Oriente Médio: Da descolonização à primavera árabe**. 1. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

WARD, Steven R. **Immortal**: a military history of Iran and its armed forces. Washington: Georgetown University Press, 2009.

WASTNIDGE, Edward. **The Modalities of Iranian Soft Power: From Cultural Diplomacy to Soft War**. Milton Keynes, Inglaterra. The Open University, Politics, V.35, 2014.

WEHREY, Frederic; GREEN, Jerrold D.; NICHIPORUK, Brian; NADER, Alireza; HANSELL, Lydia; NAFISI, Rasool; BOHANDY, S. R. **The Rise of the Pasdaran**: Assessing the Domestic Roles of Iran‘s Islamic Revolutionary Guards Corps. Santa Monica, CA: RAND Corporation, 2009. Disponível em: <https://www.rand.org/pubs/monographs/MG821.html>. Acesso em: 18 jul. 2021.

WEHREY, Frederic; KARASIK, Theodore W.; NADER, Alireza; GHEZ, Jeremy; HANSELL, Lydia; GUFFEY, Robert A. **Saudi-Iranian Relations Since the Fall of Saddam**: Rivalry, Cooperation, and Implications for U.S. Policy. Santa Monica, CA: RAND Corporation, 2009. Disponível em: <https://www.rand.org/pubs/monographs/MG840.html>. Acesso em: 7 jan. 2022.

WEZEMAN, Pieter D. Saudi Arabia, armaments and conflict in the Middle East. **SIPRI - Stockholm International Peace Research Institute** , Suécia, 14 dez. 2018. Disponível em: <https://www.sipri.org/commentary/topical-backgrounder/2018/saudi-arabia-armaments-and-conflict-middle-east>. Acesso em: 27 out. 2021.

WEZEMAN, Pieter D. ; KUIMOVA, Alexandra. Military Spending and Arms Imports by Iran, Saudi Arabia, Qatar and the UAE. **SIPRI - Stockholm International Peace Research Institute**, Suécia, 2019. Disponível em: <https://www.sipri.org/publications/2019/sipri-fact-

sheets/military-spending-and-arms-imports-iran-saudi-arabia-qatar-and-uae>. Acesso em: 24 ago. 2021.

WIDDERSHOVEN, Cyril. Can Iran Avoid A Major National Uprising?. **Oilprice**, [*s. l.*], 2021. Disponível em: <https://oilprice.com/Energy/Energy-General/Can-Iran-Avoid-A-Major-National-Uprising.html>. Acesso em: 26 jan. 2022.

WILBER, Donald Newton. **Iran Past and Present**: From Monarchy to Islamic Republic. 9. ed. Estados Unidos: Princeton University Press, 1981.

WYNBRANDT, James. **A Brief History of Saudi Arabia**. 2. ed. New York: Facts On File, 2010.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e método. Tradução de Daniel Grassi. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.